



TROTSKISMOS EM CUBA

RETRATO DE UM ENCONTRO

FLO MENEZES (ORG.)

NOJOSA EDIÇÕES

FLO MENEZES (ORG.)

TROTSKISMOS EM CUBA
RETRATO DE UM ENCONTRO

FLO MENEZES (ORG.)

TROTSKISMOS EM CUBA
RETRATO DE UM ENCONTRO

1ª edição

NOJOSA EDIÇÕES

São Paulo - 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Trotskismos em Cuba: retrato de um Encontro
Flo Menezes (org.)
São Paulo / SP, Editora Nojosa, 2021, 536p.

ISBN 978-65-89439-02-8

1. León Trotsky 2. América Latina 3. Revolução 4. Trotskismo 5. Socialismo

CCD 320 / 327 / 920

TROTSKISMOS EM CUBA

RETRATO DE UM ENCONTRO
FLO MENEZES (ORG.)

Editora Nojosa
Av. Dr. Altino Arantes 120,
cep 04042-00 São Paulo / SP
www.revistapasquinagem.com

SUMÁRIO

Gostaria de agradecer ao Prof. Antônio Rago Filho, da PUCSP, que estabeleceu o meu contato com o editor Urbano Nobre Nojosa, e também ao próprio Urbano, sem os quais esta publicação teria sido impossível.

I would like to thank Prof. Antônio Rago Filho, from PU- C-SP, who established my contact with the editor Urbano Nobre Nojosa, and also to thank Urbano himself, without whom this publication would have been impossible!

Apresentação / Presentation

Vivência e sobrevivência, destino dos revolucionários!.....15
Life and survival, destiny of revolutionaries!.....25

Flo Menezes

CUBA220319.....37

Mensaje de bienvenida

Don Esteban Volkov (neto de León Trótski)

Prefacio Cubano.....39

Frank García Hernández

(Coordinador General del 1^{er} Evento Académico Internacional

León Trotsky)

frankcuba1959@gmail.com

MUSEO CASA DE LEÓN TROTSKY

Sobre el Instituto del Derecho de Asilo

/ Museo Casa de León Trotsky.....45

Gabriela Pérez Noriega

(Directora Jurídica y Ejecutiva,

IDA-Museo Casa de León Trotsky)

leontrotsky museo@gmail.com

TRÓTSKI E O BOLCHEVISMO

The darker the night the brighter the star: Leon Trotsky's struggle against Stalinism.....57

Paul Le Blanc

Paul.LeBlanc@laroche.edu

Lenin y Trotsky frente a la burocracia y Stalin. Revolución rusa y sociedad de transición71

Éric Toussaint

eric.toussaint4@gmail.com

Between the national and the international: Lenin, Trotsky and the theory of Imperialism.....123

Emanuele Saccarelli & Latha Varadajan

esaccare@sdsu.edu

Teses gerais sobre a questão do Oriente159

João Batista Aragão Neto

joaoaragoneto@gmail.com

Leon Trótski e a Interpretação do Stalinismo.....171

Morgana Moura Romão

morganamromao@gmail.com

Trotsky y Gramsci197

Roberto Massari

erre.emme@enjoy.it

TRÓTSKI E O TROTSKISMO

Una historia bien mal contada. Crítica a la revisión de la historiografía del trotskismo en Cuba (1932-1973).....253

Frank García Hernández

frankcuba1959@gmail.com

El movimiento trotskista internacional y las revoluciones del posguerra: la fragmentación de la IV Internacional.....265

Márcio Lauria Monteiro

marciolmonteiro@gmail.com

La vigencia de la IV Internacional en el Siglo XXI.....301

Simón Rodríguez

timoteocuica@gmail.com

Trotskismo después de Trotsky: reevaluando la teoría del capitalismo de estado de Tony Cliff.....309

Héctor Puente Sierra

Hpsierra93@gmail.com

La imagen de Trotsky en la historiografía de la perestroika (1986-1991).....323

Gabriel García Higuera

gabgar66@yahoo.es

On Trotsky's historiography.....337

Kaveh Bovieri

kaveh.boveiri@gmail.com

Theses on Cannon & Shachtman: United States Trotskyism, 1928-1938.....347

Bryan Palmer

bpalmer@trentu.ca

TRÓTSKI E A AMÉRICA LATINA

Trotsky en Cuba en 2019357

Alan Woods

alan@marxist.com

Julio Antonio Mella y el trotskismo cubano.....365
Carlos Ricardo Márquez
ricaaya@gmail.com

El “juicio” de Sandalio Junco (a partir de las actas
de las reuniones del Partido Comunista de Cuba).....381
Caridad Massón Sena
caridad.mss@gmail.com

Sobre la historia del trotskismo boliviano403
S. Sándor John
s_an@msn.com

Trotsky en México: antiimperialismo y lucha
por la independencia política de la clase obrera.....415
Alberto Fonseca
alberto.fonseca@uacm.edu.mx

Los Escritos Latinoamericanos, en La Habana.....421
Pablo Langer Oprinari
pablo.oprinari@gmail.com

TRÓTSKI E A CULTURA

Trotsky, as artes e a cultura e suas influências
no troststkismo brasileiro de Mário Pedrosa.....435
Flo Menezes
flo@flomenezes.mus.br

Walter Benjamin and Leon Trotsky.....487
Helmut Dahmer
prof.helmut.dahmer@gmail.com

A Frente de Esquerda das Artes e a crítica
ao culto de Lenin.....499
Clara F. Figueiredo
ffigueiredo clara@gmail.com

La revolución y la cultura en La revolución traicionada.....519
Yunier Mena Benavides
ymbenavides@uclv.cu

La filmografía de Eisenstein y las raíces de la
revolución permanente.....525
Marcela Fleury
marcela.as.fleury@gmail.com

APRESENTAÇÃO

VIVÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA, DESTINO DOS REVOLUCIONÁRIOS!

Flo Menezes

Em 2019, deu-se um acontecimento político de grande relevância e de elevado potencial simbólico para a militância revolucionária internacional: um militante do Partido Comunista Cubano, Frank García Hernández, organizava, a duras penas, um Encontro Internacional em Havana focando nada mais nada menos que a figura e a obra de... Leon Trótski! O ineditismo deste fato era evidente: Cuba, país protagonista em 1959 de uma das mais espetaculares e importantes Revoluções em toda a história da humanidade – liderada pelo *Movimento 26 de Julho*, tendo à sua frente os líderes Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos (este, infelizmente, morto muito cedo em um acidente de avião) –, sediava um evento internacional que conclamava, pela primeira vez, a presença de revolucionários trotskistas de todo o mundo!

Era sabido, e sempre se soube, que o curso tomado pela Revolução Cubana foi de notória originalidade. Fez parte, num certo sentido, daqueles movimentos revolucionários espontâ-

neos que Rosa Luxemburgo, uma das maiores militantes da esquerda de todos os tempos, tanto apreciava. Os líderes revolucionários cubanos tinham bagagem cultural e plena consciência política e histórica, mas trilharam um caminho independente de tudo e de todos em plena década de 1950, visando unicamente a derrocada da Ditadura de Fugêncio Batista, súdito e comparça do imperialismo norte-americano na ilha. Não se rotulavam, naquele momento, *marxistas*. Se os líderes cubanos reivindicaram algo, isto se deu tipicamente dentro dos quadros de sua histórica luta anticolonial, na tradição do herói cubano de referência para o *Movimento 26 de Julho*: José Martí (1853-1895), intelectual precursor da luta cubana pela independência. O projeto revolucionário, imbuído de profundo senso de justiça social e de humanismo, e que chegou a implementar uma reforma agrária em plena Sierra Maestra antes mesmo da tomada do poder pelos guerrilheiros, foi apenas proclamando-se claramente *comunista* após derrubar o ditador cubano – inclusive tendo se desenvolvido de modo totalmente independente e mesmo em oposição ao então Partido Comunista cubano, de linha stalinista, cuja tática tendia a bloquear ações revolucionárias contra o regime de Batista. E mesmo que se queira forçar a análise e dizer que a Revolução Cubana teve liderança operária, o que de fato acabou derrocando o capitalismo e o imperialismo em Cuba foi um movimento mormente *camponês*, ainda que grande parte do campesinato de Cuba estivesse, em pleno campo, empregado em grandes usinas multinacionais de cana de açúcar. A Revolução Cubana, podemos dizer – e contrariando o prognóstico clássico do marxismo –, foi uma revolução essencialmente camponesa, com expressivo apoio popular e imprescindível adesão operária, e não o contrário¹. E nem por isso deixou de ser o que foi: uma

¹Vide a esse respeito: Paul M. SWEEZY & Leo HUBERMAN, Cuba – *Anatomia de uma Revolução*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960, particular-

Revolução *Comunista*. Pois processos revolucionários não são rótulos, são atos.

Mas até quando essa independência e essa originalidade poderiam perdurar diante, de um lado, do imperialismo norte-americano, e, de outro, do stalinismo reinante no Estado Operário já Degenerado da União Soviética? Até quando a própria Revolução Cubana não iria pender para um lado ou para o outro, sendo Cuba uma pequena ilha e sofrendo, desde os primeiros dias da Revolução, o perverso embargo imperialista dos EUA?

Vendo as coisas de fora, a análise pelo prisma da teoria trotskista indubitavelmente constituía e constitui a melhor forma de abordar a questão e logo nos demonstraria, com todas as evidências, que a teoria internacionalista de Trótski, a qual por todos os meios combatia a teoria stalinista reacionária do Socialismo Em um Só País, apontaria para o risco de Cuba, cada vez mais sufocada pelo boicote imperialista e isolada como único país comunista na América Latina, tender ou para uma regressão ao capitalismo, ou para uma aliança, por necessidade de sobrevivência, com a União Soviética, que, ainda que sendo – como dito acima – um Estado Operário Degenerado, poderia, em defesa de seus próprios interesses, dar algum suporte ao socialismo cubano na contrabalança do poderio norte-americano.

Evidentemente a segunda possibilidade – a cooptação da Revolução Cubana pelo stalinismo soviético – seria, então, um mal menor, pois, ainda que correndo o risco de se perverter e tender a um enrijecimento do movimento revolucionário, Cuba preservaria de alguma forma a constituição, em sua economia e nas formas de propriedade, de um Estado Operário em seu sentido clássico. Correria o risco, pois, de tornar-se outro Estado Operário (ou Socialista) Degenerado, com todas as suas conse-

mente pp. 105-116 (capítulo VIII, intitulado “O Regime Revolucionário”).

quências, mas não regressaria de imediato ao capitalismo. E, do ponto de vista trotskista, seria sempre mais preferível – porque em princípio mais curto – o caminho a uma Revolução Política de dentro de uma Cuba degenerada do que o caminho de uma nova Revolução político-econômica que pusesse por terra um outro capitalismo reinstaurado na ilha, processo este que ainda teria que lidar com a desmoralização das massas decorrente de uma Revolução derrotada.

E foi justamente tal aproximação com o Estado Soviético, essencialmente pragmática, que se verificou na Cuba de Fidel. Procurando salvaguardar as reformas de base e o aspecto socialista de implantação paulatina do comunismo, era natural que os líderes cubanos demonstrassem propensão a esta aliança estratégica com os soviéticos, e isso até mesmo os trotskistas, com todo o seu ceticismo, haveriam de compreender, mesmo que procurassem, todo o tempo – como se houvesse qualquer chance para isso –, alertar os líderes cubanos sobre o preço de tal dependência com relação ao regime stalinista: o risco de uma *burocratização* da Revolução Cubana e um outro caminho, mais ou menos longo, porém igualmente regressivo em direção à restauração capitalista – não pelas vias de uma derrota militar pura e simples da Revolução Cubana no caso de um conflito bélico com potências imperialistas, mas pelas vias de um enrijecimento do regime cubano que contrariasse *a liberdade necessária à construção de todo socialismo*.

Tal alerta, contudo, sequer foi possível, pois o que se deu foi algo mais que previsível: em decorrência da aliança estratégica do governo castrista com o regime stalinista soviético, impediu-se de discutir o trotskismo, por anos, em Cuba. Mas independentemente de como se declaram ou deixam de declarar, as pessoas são o que são pelo que fazem e pela forma como agem. Por certo que o interesse pela obra de Trótski existia na cabeça de grandes revolucionários como um Che ou como na do próprio

Fidel. Pela obra de Trótski e de outros revolucionários. Che nutria, por exemplo, especial interesse pela obra de Mao Tse-Tung, cuja teoria de trazer a Revolução do campo para as cidades preconizara, em certo sentido, o que viria a acontecer em Cuba. Já quanto ao trotskismo, saliente-se que ele já havia sido introduzido em Cuba bem anteriormente pelo padeiro negro Sandalio Junco, que viajou à União Soviética em 1929 (mesmo ano da expulsão de Trótski) como membro do primeiro Partido Comunista cubano, cujo comando, presumivelmente, teria sido o responsável pelo assassinato deste trotskista cubano alguns anos mais tarde, em 1942. No mais, é sabido – e eu mesmo conheci a pessoa que afirma ter dado pessoalmente a Che esses livros, um senhor militante trotskista de Havana – que Che, quando morto pela emboscada planejada pela CIA na floresta em meio à guerrilha em La Higuera, Bolívia, em 1967, tinha em sua mochila os tomos da *História da Revolução Russa*, de Trótski.

Mas se se pode constatar tal admiração e respeito pelo grande líder do Exército Vermelho por parte dos líderes revolucionários cubanos, também era um fato que a figura de Trótski e o trotskismo, em Cuba, deveriam, por imposição do regime soviético stalinista, se não serem completamente banidos, ao menos serem sufocados, a ponto de o regime cubano ter concedido asilo, até sua morte, ao assassino de Trótski, o agente stalinista espanhol Ramón Mercader. Isto sem falarmos da responsabilidade pela dificuldade da presença das ideias de Trótski em Cuba que deve ser atribuída também a certas tendências do próprio trotskismo da era pós-Trótski, como com relação aos posadistas, que saíram afirmando, quando do súbito desaparecimento de Che Guevara de Cuba, que ele teria – vejam só! – sido assassinado por Fidel Castro, quando na verdade o que ocorrera era a saída clandestina de Cuba de Che, com total apoio de Fidel, para que atuasse clandestinamente nas guerrilhas do Congo e, posteriormente, da Bolívia (onde seria finalmente morto), pro-

curando propagar internacionalmente a revolução comunista pela tática de guerrilha a partir da experiência bem-sucedida em Cuba! Tal fato corroborou, é preciso que se reconheça, para um ainda maior distanciamento do regime castrista em relação não propriamente a Trótski, mas ao trotskismo em geral².

Mas existem trotskismos e trotskismos, e se a discussão em torno do legado de Trótski foi sufocada na ilha, de alguma maneira as ideias do grande líder bolchevique – o maior, ao lado de Lenin – continuaram sendo semeadas nas cabeças mais críticas, prontas para ali germinarem e procurarem dar novos impulsos à Revolução Cubana. Afinal, como teria dito o próprio Fidel, “os homens não seguem homens, mas ideias.”³

Assim é que a organização do congresso internacional em torno do legado de Leon Trótski, pelo jovem e atuante militante cubano Frank, não foi fruto de uma geração espontânea, da mesma forma como a própria Revolução Cubana, com toda a sua espontaneidade e originalidade, também não o fora – e da mesma forma como uma Rosa Luxemburgo apreciava os movimentos espontâneos não porque aflorassem do nada, mas antes porque demonstravam uma irrupção desobediente e fundamentalmente anti-burocrática sem a qual qualquer ação revolucionária correria o risco de logo enrijecer-se, tornar-se cada vez menos fle-

2 Sobre os primórdios do trotskismo em Cuba, a aproximação do pensamento de Che Guevara com relação ao maoísmo e as afirmações absurdas do dirigente trotskista argentino J. Posadas, deduzindo que Fidel Castro teria mandado matar Che Guevara, vide o excelente texto de Frank GARCÍA HERNÁNDEZ: “Cuba: la mala hora del trotskismo”, in: *Cultura: Debate y Reflexión*, La Habana: Anuario, Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, 2017, pp. 30-42.

3 Frase proferida por Fidel Castro ao Promotor em seu julgamento, em 21 de setembro de 1953, pelo ataque à Fortaleza de Moncada – vide Paul M. SWE-EZY & Leo HUBERMAN, op. cit., p. 54.

xível e acrítica e, conseqüentemente, menos inteligente, porque menos apta às diferenças, ao reconhecimento dos próprios erros e ao crescimento intelectual, apenas possível se permeado constantemente pelo lema *marxiano* (de Marx mesmo) fundamental: “Duvidar de tudo!”⁴

Assim é que não é fruto do acaso que um jovem militante comunista cubano lutasse contra todas as adversidades para trazer à tona, em Havana, a discussão em torno do legado trotskista em pleno 2019. E quando isto ocorreu, no mês de maio daquele ano, seria mais que natural que um grande estímulo fosse despertado na comunidade trotskista internacional, quer seja em suas variadas tendências – às vezes deveras sectárias, há aqui de se dizer e convir –, quer seja em trotskistas independentes, como no meu caso particular, que lá estive, inclusive participando do inesquecível *1o de Maio*.

Durante alguns poucos dias, trotskistas dos mais distintos países e das mais distintas tendências estiveram, assim, em Cuba, para discutir, inflamados, e animados, ideias relacionadas ao marxismo, ao leninismo, ao trotskismo, à Revolução Cubana. E todos, sem exceção, com um profundo sentimento que a todos unia: um amor por Cuba e um profundo respeito – e até orgulho, mesmo para os que não eram cubanos – pela história da Revolução Cubana. Neste memorável encontro, mesmo que críticas ao governo cubano viessem – como vieram – à tona, alertando-se contra os riscos de uma regressão ao capitalismo e evocando um novo impulso revolucionário no inequívoco sentido do comunismo internacionalista, uma coisa parecia constituir princípio comum a todos que ali se fizeram presentes: para além do respeito pela Cuba revolucionária, um sentimento igualmente inequív-

4 Eis como conclui Karl Marx suas “Confissões” a suas filhas (1860-65): Karl MARX & Friedrich ENGELS, *Sobre Literatura e Arte*, São Paulo: Global Editora, 1980, p. 103.

voco de *Defesa Incondicional de Cuba*, procurando armar os cubanos contra os claros sinais de burocratização e aburguesamento do Estado cubano e ampará-los em sua digníssima e dura luta pela construção do socialismo naquele pequeno e grande país.

Os textos oriundos das palestras proferidas pelos estudiosos do trotskismo e pelos trotskistas presentes deveriam, posteriormente, aparecer em forma de livro em Cuba. Mas as dificuldades foram até aqui de tal monta – inclusive financeiras – que decidi, em conversa com nosso camarada cubano Frank, assumir a organização e envidar todos os meus esforços para viabilizar, no Brasil, a publicação deste livro, que traria à luz grande parte daquelas contribuições (em suas línguas originais, e de total responsabilidade de seus respectivos autores), tendo como perspectiva a paralela organização, que igualmente encampeei, como Professor da Unesp e juntamente com outros camaradas – e particularmente com o historiador Antonio Rago Filho, Professor da PUC de São Paulo –, do *II Encontro Internacional Leon Trótski – 80 anos da morte de Trótski⁵ a se realizar em 2022 em São Paulo, dando continuidade à iniciativa do*

5 O primeiro evento, de Cuba, intitulou-se *I Encuentro Académico Internacional León Trotski: vida y contemporaneidad* – un abordaje crítico e teve lugar de 6 a 8 de maio de 2019 no Museo Casa de México Benito Juárez, em Havana, com apoio do *Museo Casa León Trotsky* do México. O *II Encontro brasileiro*, inicialmente planejado para 2020, data dos 80 anos da morte de Trótski, prestaria igualmente homenagem a Friedrich Engels pelos 200 anos de seu nascimento (em 2020); sua realização foi, entretanto, adiada para 2022 devido à pandemia que acometeu o mundo, e para a sua realização fundamos o *Comitê Mário Pedrosa* (nome por mim sugerido em homenagem ao primeiro trotskista brasileiro, ao lado de Lívio Xavier), constituído por mim, por Antonio Rago Filho e pelos seguintes camaradas: Frank García Hernández (Cuba), João Batista Aragão Neto, Paula Vaz de Almeida, Márcio Lauria Monteiro, Morgana Romão, Daniel Cardoso Perseguidor de Oliveira, Edson Luis de Oliveira e Paulo César Pedrini.

cubano Frank García Hernández, a quem solicitei o Prefácio que abre este volume. No mais, nossos esforços foram contemplados com o significativo envio pessoal, para figurar em nosso livro, do texto de saudação escrito pelo próprio neto de Trótski, Don Esteban Volkov, além do texto sobre a história do *Instituto del Derecho de Asilo/Museo Casa León Trotsky*, de autoria de sua Diretora, Gabriela Pérez Noriega.

Um aspecto derradeiro enaltece a relevância deste volume. Apesar da maior facilidade em fazer emergir este livro no Brasil, é doce ilusão pensar que na frágil democracia brasileira tem-se mais chance de discutir o legado trotskista do que em Cuba. A hipócrita democracia burguesa brasileira flerta, por certo, com a “liberdade” aparentemente plena na circulação da ideias, mas só o faz para gerir sua necropolítica nefasta, propagar o neoliberalismo reacionário e profundamente anti-humanista e amordaçar, sem que assim pareça, as vozes dissonantes. Nós, revolucionários, apenas aproveitamos esta brecha, pois vivemos um neofascismo travestido de democracia neoliberal burguesa, um Estado semi-autocrático com fantasia carnavalesca de juizes moralistas neofascistas e soldados munidos de botas e armas para a defesa dos interesses do grande latifúndio e do Capital, e pior, aplaudidos e ovacionados por abastados de camisa verde e amarela.

Revolucionários, assim como os artistas experimentais, não temem adversidades e nadam contra a corrente o quanto for necessário, e talvez estejamos lançando ideias como garrafas ao mar! Mas sem deixar de honrar o que mais prezamos: estratégia, perseverança e luta!

Por tal razão, o lançamento destes textos, que marcaram presença e fizeram história em Cuba, na Cuba *ainda* – e esperamos: *sempre!* – revolucionária, reveste-se, tanto lá quanto cá, de todo o sentido: Trótski vive! Cuba sobrevive!

São Paulo, 31 de janeiro de 2020

PRESENTATION

LIFE AND SURVIVAL, DESTINY OF REVOLUTIONARIES!

Flo Menezes

In 2019, a political event of great relevance and high symbolic potential took place for the international revolutionary militancy: a member of the Cuban Communist Party, Frank García Hernández, organized, with great difficulty, an International Meeting in Havana focusing on nothing less than the figure and work of... Leon Trotsky!

The unprecedented nature of this fact was evident: Cuba, the leading country in 1959 of one of the most spectacular and important Revolutions in the history of mankind – led by the *26th of July Movement*, with the leadership of Fidel Castro, Ernesto Che Guevara and Camilo Cienfuegos (this one, unfortunately, died very early in a plane crash) – hosted an international event that called, for the first time, the presence of Trotskyist revolutionaries from all over the world!

It has always been known that the course taken by the Cuban Revolution was notoriously original. It was part, in a sense, of those spontaneous revolutionary movements that Rosa

Luxemburg, one of the greatest militants of the left of all time, was so fond of. Cuban revolutionary leaders had cultural baggage and full political and historical awareness, but they walked a path independent of everything and everyone in the mid-1950s, aiming solely at the overthrow of the Fulgencio Batista Dictatorship, subject and partner of American imperialism on the island. At that time, they were not labeled *Marxists*. If the Cuban leaders demanded any filiation, this was typically within the framework of their historic anti-colonial struggle, in the tradition of the Cuban hero of reference for the *26th of July Movement*: José Martí (1853-1895), an intellectual who was the precursor of the Cuban struggle for independence. The revolutionary project, imbued with a deep sense of social justice and humanism, which implemented agrarian reform in the heart of the Sierra Maestra even before the seizure of power by guerrillas, was only clearly outlined as a *communist* after toppling the Cuban dictator – including having developed completely independently and even in opposition to the then Cuban Communist Party, of Stalinist line, whose tactic tended to block revolutionary actions against the Batista regime. And even if we want to force the analysis and say that the Cuban Revolution had workers' leadership, what in fact ended up overthrowing capitalism and imperialism in Cuba was a largely *peasant* movement, even though a large part of the Cuban peasantry was, in the middle of the field, employed in large multinational sugar cane mills. The Cuban Revolution, we can say – and contrary to the classic prognosis of Marxism –, was an essentially peasant revolution, with expressive popular support and essential workers' adherence, and not the other way around¹. And that is why it was: a *Communist* Revolution. For

¹ See in this regard: Paul M. SWEEZY & Leo HUBERMAN, Cuba – *Anatomia de uma Revolução*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960, in particular pp. 105-116 (chapter VIII, titled “O Regime Revolucionário”). [In English:

revolutionary processes are not labels, they are acts.

But how long could this independence and originality last in the face, on the one hand, of American imperialism, and, on the other, of the Stalinism that reigned in the already degenerated Workers' State of the Soviet Union? How long would the Cuban Revolution itself not tilt to one side or the other, since Cuba is a small island and has suffered, since the early days of the Revolution, the perverse imperialist embargo of the USA?

Looking at things from the outside, analysis from the perspective of Trotskyist theory undoubtedly constituted and constitutes the best way to approach the issue and would soon demonstrate to us, with all the evidence, that Trotsky's internationalist theory, which by all means fought the reactionary Stalinist theory of Socialism In Just One Country, would point to the risk that Cuba, increasingly suffocated by the imperialist boycott and isolated as the only communist country in Latin America, would tend either towards a regression to capitalism, or towards an alliance, in need of survival, with the Soviet Union, which, although being – as stated above – a Degenerate Workers' State, could, in defense of its own interests, give some support to Cuban socialism in counterbalancing American power.

Evidently the second possibility – the co-optation of the Cuban Revolution by Soviet Stalinism – would then be a lesser evil, because, although at the risk of being perverted and tending to a stiffening of the revolutionary movement, Cuba would somehow preserve the constitution, in its economy and in the forms of property, of a Worker State in its classic sense. The country would therefore run the risk of becoming another Degenerate Workers' (or Socialist) State, with all its consequences, but it would not immediately regress to capitalism. And, from a Trot-

Cuba – *Anatomy of a Revolution*, New York: Monthly Review Press, 1960].

skyist point of view, it would always be more preferable – because in principle shorter – the path to a Political Revolution from within a degenerated Cuba than the path to a new Revolution that would overturn another capitalism reinstated on the island, a process that would still have to deal with the demoralization of the masses resulting from a defeated Revolution.

And it was precisely such an approximation, essentially pragmatic, with the Soviet State that occurred in Fidel's Cuba. In order to safeguard the basic reforms and the socialist aspect of the gradual implantation of communism, it was natural for Cuban leaders to show a propensity for this strategic alliance with the Soviet Union, which even the Trotskyists, with all their skepticism, would have to understand, even if they seek, at all times – as if there were any chance for that – to alert Cuban leaders of the risks of such dependence on the Stalinist regime: the risk of a *bureaucratization* of the Cuban Revolution and another, more or less long way, however equally regressive towards capitalist restoration – not by means of a pure and simple military defeat of the Cuban Revolution in the case of a war conflict with imperialist powers, but by means of a stiffening of the Cuban regime that contradicted *the freedom necessary for the construction of all socialism*.

Such an alert, however, was not even possible, because what happened was more than predictable: due to the strategic alliance of the Castroist government with the Soviet Stalinist regime, it was prevented from discussing Trotskyism in Cuba for years. But regardless of how they declare themselves or fail to declare, people are what they are for what they do and how they act. Certainly, interest in Trotsky's work existed in the minds of great revolutionaries like Che or like Fidel himself. For the work of Trotsky and other revolutionaries. Che, for example, had a special interest in the work of Mao Tse-Tung, whose theory of bringing the Revolution from the countryside to the cities had, in a

sense, advocated what would happen in Cuba. As for Trotskyism, it should be noted that it had already been introduced into Cuba well before by the black baker Sandalio Junco, who traveled to the Soviet Union in 1929 (the same year as the expulsion of Trotsky) as a member of the first Cuban Communist Party, whose command, presumably, was responsible for the murder of this Cuban Trotskyist a few years later, in 1942. Furthermore, it is well known – and I myself met the person who claims to have personally given Che these books, a Trotskyist militant from Havana – that Che, when killed by the ambush planned by the CIA in the forest amid the guerrillas in La Higuera, Bolivia, in 1967, had in his backpack the volumes of the *History of the Russian Revolution*, by Trotsky.

But if such admiration and respect for the great leader of the Red Army by Cuban revolutionary leaders was a fact, it was also a fact that the figure of Trotsky and Trotskyism in Cuba should, by imposition of the Soviet Stalinist regime, if not be completely banned, at least be suffocated, to the point that the Cuban regime granted asylum, until his death, to the murder of Trotsky, the Spanish Stalinist agent Ramón Mercader. All this without mentioning the responsibility for the difficulty in the presence of Trotsky's ideas in Cuba, which must also be attributed to certain tendencies of Trotskyism itself in the post-Trotsky era, as in relation to the Posadists, who came out affirming, when Che Guevara's sudden disappeared from Cuba, that he would have – check it out! – been assassinated by Fidel Castro, when in reality what had happened was the illegal exit of Cuba from Che, with Fidel's full support, so that he could act clandestinely in the guerrillas in Congo and, later, in Bolivia (where he would finally be killed), looking for internationally propagating the communist revolution through guerrilla tactics based on the successful experience in Cuba! This fact corroborated, it is necessary to recognize, for an even greater distance from the Castro regime

inrelation not exactly to Trotsky, but to Trotskyism in general².

But there are Trotskyisms and Trotskyisms, and if the discussion around Trotsky's legacy was stifled on the island, somehow the ideas of the great Bolshevik leader – the greatest, alongside Lenin – continued to be sown in the most critical heads, ready to germinate and seek to give new impetus to the Cuban Revolution. After all, as Fidel himself would have said, “men do not follow men, but ideas.”³

Thus, the organization of the international congress around the legacy of Leon Trotsky, by the young and active Cuban militant Frank, was not the result of a spontaneous generation, in the same way that the Cuban Revolution itself, although very spontaneous, was not the same – and just as Rosa Luxemburg enjoyed spontaneous movements not because they came out of nowhere, but rather because they demonstrated a disobedient and fundamentally anti-bureaucratic outburst without which any revolutionary action would soon become stiff, become less flexible and uncritical and, consequently, less intelligent, because less apt for differences and for the recognition of its own errors, and consequently less apt for intellectual growth, which is only possible if constantly permeated by the fundamental *Marxian*

2 On the beginnings of Trotskyism in Cuba, the approximation of Che Guevara's thinking in relation to Maoism and the absurd assertions of Argentine Trotskyist leader J. Posadas, deducing that Fidel Castro would have killed Che Guevara, see the excellent text by Frank GARCÍA HERNÁNDEZ: “Cuba: la mala hora del trotskismo”, in: *Cultura: Debate y Reflexión*, La Habana: Anuario, Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, 2017, pp. 30-42.

3 Sentence delivered by Fidel Castro to the Prosecutor at his trial, on September 21, 1953, for the attack on the Moncada Fortress – see Paul M. SWEEZY & Leo HUBERMAN, op. cit., p. 54.

(of Marx's himself) motto: “Doubt everything!”⁴

So, it is not the result of chance that a young Cuban communist militant fought against all adversities to bring to the fore, in Havana, the discussion about the Trotskyist legacy in the middle of 2019. And when this happened, in the month of May of that year, it would be more than natural that a great stimulus would be aroused in the international Trotskyist community, whether in its varied tendencies – sometimes very sectarian, it must be said and agreed here –, whether it be in independent Trotskyists, as in my particular case, who was there, including participating in the unforgettable May Day.

For a few days, Trotskyists from the most different countries and the most different tendencies were thus in Cuba, to discuss, inflamed and animated, ideas related to Marxism, Leninism, Trotskyism, the Cuban Revolution. And all, without exception, with a deep feeling that united all of us: a love for Cuba and a deep respect – and pride, even for those who were not Cubans – for the history of the Cuban Revolution. In this memorable meeting, even if criticisms of the Cuban government emerged – as they did –, warning against the risks of a regression to capitalism and evoking a new revolutionary impulse in the unmistakable sense of internationalist communism, one thing seemed to be a principle common to all that were present there: in addition to respect for revolutionary Cuba, an equally unequivocal feeling of *Cuba's Unconditional Defense*, seeking to arm Cubans against the clear signs of bureaucratization and bourgeoisness of the Cuban State and to support them in their most dignified and hard struggle for the construction of socialism in that small and great country.

4 Here is how Karl Marx concluded his “Confessions” to his daughters (1860-65): Karl MARX & Friedrich ENGELS, *Sobre Literatura e Arte*, São Paulo: Global Editora, 1980, p. 103.

The texts from the lectures given by Trotskyism scholars and by the Trotskyists present should later appear in a book in Cuba. But the difficulties were so far – including financial ones – that I decided, in conversation with our Cuban comrade Frank, to take over the organization and make all my efforts to make possible the publication of this book in Brazil, which would bring to light a large part of those contributions (in their original languages, and with the full responsibility of their respective authors), with the perspective of the parallel organization, which I also embraced, as Professor at Unesp and together with other comrades – and particularly with the historian Antonio Rago Filho, Professor at PUC of São Paulo –, of the *II Leon Trotsky International Meeting*⁵ to be realized in 2022 in São Paulo, continuing the initiative of Cuban Frank García Hernández, to whom I requested the Preface that opens this volume. Furthermore, our efforts were contemplated with the significant personal sending, to appear in our book, of the greeting text written by Trotsky's own grandson, Don Esteban Volkov, in addition to the text on the history of the *Instituto del Derecho de Asilo/Museo Casa León Trotsky*, authored by its Director, Gabriela Pérez Noriega.

⁵ The first event, from Cuba, was entitled *I Encuentro Académico Internacional León Trotski: vida y contemporaneidad – un abordaje crítico* and took place from 6 to 8 May 2019 at the Museo Casa de México Benito Juárez, in Havana, with support from the *Museo Casa León Trotsky* from Mexico. The II Brazilian Meeting, initially planned for 2020, dates from the 80th anniversary of Trotsky's death, would also pay tribute to Friedrich Engels for the 200th anniversary of his birth (in 2020); its realization was, however, postponed to 2022 due to the pandemic that affected the world, and for its realization we founded the Mário Pedrosa Committee (name I suggested in honor of the first Brazilian Trotskyist, alongside Lívio Xavier), constituted by me, Antonio Rago Filho and the following comrades: Frank García Hernández (Cuba), João Batista Aragão Neto, Paula Vaz de Almeida, Márcio Lauria Monteiro, Morgana Romão, Daniel Cardoso Perseguidor de Oliveira, Edson Luis de Oliveira and Paulo César Pedrini.

A final aspect highlights the relevance of this volume. Despite the greater ease in making this book emerge in Brazil, it is a sweet illusion to think that in the fragile Brazilian democracy there is more chance to discuss the Trotskyist legacy than in Cuba. The hypocritical Brazilian bourgeois democracy flirts, of course, with the “freedom” apparently full in the circulation of ideas, but it only does so to manage its nefarious necropolitics, to propagate reactionary and profoundly anti-humanist neoliberalism and to muzzle, without it seeming, the dissonant voices. We revolutionaries only took advantage of this gap, as we live in a neo-fascism dressed up as bourgeois neoliberal democracy, a semi-autocratic state with carnivalesque fantasy of neo-fascist moralistic judges and soldiers armed with boots and weapons to defend the interests of the great landowners and Capital, and worse, applauded and supported by wealthy men in green and yellow (colors of the flag of Brazil) shirts.

Revolutionaries, like experimental artists, do not fear adversity and swim against the current as much as necessary, and maybe we are throwing ideas like bottles into the sea! But without failing to honor what we value most: strategy, perseverance and struggle!

For this reason, the launch of these texts, which were present and made history in Cuba, in Cuba *still* – and hopefully: *always!* – revolutionary, makes both sense here and there: Trotsky lives! Cuba survives!

São Paulo, January 31, 2020



Acima: Flo Menezes (Brasil) em frente ao computador em sua conferência.
Above: Flo Menezes (Brazil) in front of the computer giving his lecture.

Abaixo: camaradas Márcio L. Monteiro (Brasil) e Frank García Hernández (Cuba) à mesa de debates.
Below: comrades Márcio L. Monteiro (Brazil) and Frank García Hernández (Cuba) at the debate table.



O 1 de Maio de 2019 em Havana (fotos: Flo Menezes).
The 1st of May 2019 in Havana (photos: Flo Menezes).



CUBA220319¹

E.V. (Esteban Volkov)

El Instituto del Derecho de Asilo/Museo Casa de León Trotsky a.c. da pleno apoyo y desea el mayor de los éxitos a estas jornadas, aquí en Cuba, dedicadas al estudio del revolucionario marxista León Trotsky, quien fue estrecho colaborador de Vladimiro Lenin, y en sus múltiples cargos durante la revolución rusa fue dos veces presidente del Soviet de Petrogrado, así como organizador y cabeza del Ejército Rojo, que derrotó a unos veinte ejércitos imperialistas invasores al igual que al Ejército Blanco del Zar, permitiendo la supervivencia de la Unión Soviética.

Actualmente al régimen capitalista se le está cayendo la

¹ Texto de saudação de Don Esteban Volkov, neto de Leon Trótski, para o I Encontro Académico Internacional León Trotsky: *vida y contemporaneidad* – un abordaje crítico, que teve lugar de 6 a 8 de maio de 2019 no Museo Casa de México Benito Juárez, em Havana, Cuba, com apoio do Museo Casa León Trotsky do México. O texto foi, a pedido de Esteban Volkov, enviado ao Organizador Flo Menezes para que figurasse na presente publicação.

máscara de la simulada democracia y de la supuesta defensa de los derechos humanos. Sin mayores reparos Estados Unidos, la mayor potencia capitalista, están intentando imponer a nivel mundial regímenes de extrema derecha a su servicio, con una política imperialista sin frenos ni límites para adueñarse de recursos, materias primas del planeta y de mano de obra sobre explotada de bajo costo. Tienen como prioridad derrocar a todo gobierno nacionalista y progresista que no se pliegue incondicionalmente a sus intereses y designios.

Igualmente nunca tan grandes sectores de la humanidad han estado en tal grado de explotación, opresión y de indefensión. De ahí la gran importancia del arsenal marxista, para sacar a la luz designios y *modus operandi* del voraz e insaciable imperialismo del siglo XXI, tanto para los gobiernos que sufren su ataque y embestida, como para los grandes sectores de la humanidad sometidos a su insaciable opresión y explotación, para quienes el arsenal marxista es la única arma que tiene para su defensa y liberación.

Muy encomiable la labor del actual gobierno de Cuba de impulsar el conocimiento del marxismo, al cual el revolucionario León Trotsky hizo muy importantes aportes fruto de 43 años de su lucha revolucionaria, 42 años bajo bandera marxista. Sin teoría marxista no hay avance ni consolidación del socialismo. Más que nunca la izquierda requiere unión y claridad en su ideología para poder resistir el avasallador embate de un capitalismo cada vez más voraz y depredador.

PREFACIO CUBANO

Frank García Hernández
(Coordinador General del 1^{er}
Evento Académico Internacional León Trotsky)

Este libro no recoge las memorias del Primer Evento Académico Internacional León Trotsky celebrado en La Habana del 6 al 8 de mayo del 2019. Es, en todo caso, un libro resultado de los esfuerzos de Flo Menezes para que al menos una parte de los artículos presentados en Cuba, nos lleguen hasta este: nuestro 2do Evento Internacional León Trotsky. Flo ha hecho un delicado trabajo intentando reunir la mayor parte de los artículos presentados, y si no han podido ser todos, garantizo que esto no se debió a algún tipo de discriminación sino por problemas organizacionales que ya escapaban de las manos del antologador. En otras palabras: era tener esta publicación – incompleta – o esperar hasta el 3er evento internacional para contentarnos con todos los trabajos. Este libro es un retrato. Es un momento congelado por una cámara ubicada con dificultad en cierto lugar del salón, donde algunos no aparecían porque estaban fuera del foco cuando se apretó el obturador, y aquel quedó un poco movido y de este solo se ve la cabeza. Pero la imagen

está ahí. Y nos la llevaremos a casa.

Una cita de trotskistas en La Habana, eso fue lo que muchos simplificaron y entendieron. Una peligrosa cita de trotskistas en La Habana, eso fue lo que vulgarizaron los burócratas. Un complejo evento internacional académico que reúna a los mejores especialistas en el tema para que la vida y obra de Trotsky llegase a Cuba, fue lo que pretendí, y en parte, entre todos, logramos.

Pero, cómo es posible que la chispa lanzada en La Habana haya llegado hasta Sao Paulo; como ya antes lo fue la revolución. Aun en medio de la organización del primer evento, después de una larga cruzada epistolar marcada por la angustia del internet cubano – angustia que sufrimos todos –, Daniel Perseguido y Karina Quintanilha propusieron darle continuidad al evento en Sao Paulo. Parecía una idea en el aire. Pero la tarde del 1ro de Mayo, cuando todos terminaron de desfilanar, nos reunimos casi conspirativamente en un apartamento de La Habana Vieja. Recuerdo la escena, una sala oscura con unas cortinas rojas y una ventana pequeña que estimulaba un calor imposible para los ventiladores. La otra sala, la de los grandes ventanales, no tenía asientos suficientes y tampoco cabíamos todos. Y en un rincón, las banderas de la hoz y el martillo y la arcoíris de la causa LGBTBIQ. Salvo por este último detalle – y por la sobredosis de trotskismo –, parecía más bien el apartamento donde Abimael Guzmán, Presidente Gonzalo, máximo líder de la guerrilla maoísta peruana Sendero Luminoso, fue apresado con su esposa Norma y dos de sus escoltas. Finalmente, hubo quienes nos sentamos en el piso. Recostados a los butacones y las paredes formábamos un círculo irregular. Daniel, Karina, Clara Figueiredo, su esposo, Bryan Palmer, Flo Menezes, Paul Le Blanc, Alex Steiner, la periodista Lisbeth Moya – de la que creo soy su esposo –, mi primo Eduardo: parecíamos una célula clandestina. Imagino que la casera temió en algún momento por el destino de su negocio. Lo menos de que se habló fue de la coordinación. Alguien me hizo

una pregunta sobre Cuba. Estuve hablando tres horas.

La segunda reunión y más centrada en la tarea se celebró en el apartamento donde el judío norteamericano Alex Steiner se había alojado. Algo muy diferente, con una luz vespertina que venía del mar. Ya había llegado Gabriela Pérez Noriega de la Casa Museo León Trotsky, por lo que todo tomó un aspecto más organizacional. Al día siguiente comenzaría el evento: el lunes 6 de mayo de 2019, en la Casa Benito Juárez del barrio colonial habanero, empezaban, casi a las diez de la mañana, las sesiones del evento.

El último día, que con toda intención fue el 8 de mayo, día del asesinato de Sandalio Junco, fundador del primer partido trotskista cubano; el último día, cuando una funcionaria estaba dando ciertas palabras finales no solicitadas, el canadiense Rob Lyon decidió que ella ya había hablado demasiado. Levantó el puño izquierdo y comenzó a cantar La Internacional. Durante casi medio minuto cantó solo, y cuando ya iba a detenerse, Juan León Ferrera, el último trotskista vivo y continuador del POR(t) hasta la consecuencia de la prisión, también alzó su puño izquierdo y comenzó a entonar, en español, el himno de la clase obrera. Después me sumé yo; y la mitad del salón, y todo el salón. Por un instante sucedía, espontáneamente, lo que los burócratas querían evitar: en nueve idiomas nacía otra Internacional. Trotsky unía sobre todas las fronteras, sobre todas las discordias políticas, sobre todas las nacionalidades.

Cuando concluyó ese momento tuve que decir las palabras finales. No quería hablar, pero me llevaron a la mesa. Mi camisa blanca tenía la espalda y los codos grises, el sudor me había pegado al pecho la tela machada del polvo de la calle, pues cada jornada me la pasé solucionando problemas, sin darme tiempo a peinarme, ni la barba ni el pelo. Estaba feliz. Entonces dije algo que no recuerdo, pero sé que al final grité, mirando fijo a la misma funcionaria que había sido interrumpida por La Internacional:

¡Ni Reyes! ¡Ni burgueses! ¡Ni burócratas! ¡Hacia el Comunismo!

Epílogo

Cuando cada quien regresó a su casa, Daniel y Karina vieron que era casi imposible darle cuerpo a la idea. Bolsonaro atacaba con todo y no había fondos económicos para que existiera un segundo evento internacional dedicado a Trotsky. Días después, Flo Menezes me escribió pidiendo noticias sobre la organización del futuro encuentro en Sao Paulo. Ya no se puede hacer, le dije. La realidad ha demostrado que Flo es un hombre terco. Estamos aquí. En Sao Paulo. La larga marcha hacia el comunismo continúa.

MUSEO CASA DE LEÓN TROTSKY

SOBRE EL INSTITUTO DEL DERECHO DE ASILO/ MUSEO CASA DE LEÓN TROTSKY

Gabriela Pérez Noriega
(Directora Jurídica y Ejecutiva
IDA-Museo Casa de León Trotsky)

El lugar histórico *Instituto del Derecho de Asilo/Museo Casa de León Trotsky* que fue la última morada del revolucionario marxista ruso tiene el origen y la historia que a continuación se narra: El 9 de enero de 1937 León Trotsky y su esposa Natalia desembarcaron del barco petrolero Ruth en el puerto de Tampico, México, procedentes de Noruega gracias al asilo otorgado por el entonces Presidente de México: Gral. Lázaro Cárdenas, cuya petición le fue solicitada previamente en Torreón por el muralista Diego Rivera, el Prof. Octavio Fernández y mediante una carta por el Gral. Francisco Múgica.

El Gral. Lázaro Cárdenas les envió el Tren Presidencial “Hidalgo” para su traslado a la Ciudad de México. Diego Rivera y Frida Kahlo generosamente les proporcionaron albergue en su Casa Azul de Coyoacán, en un ambiente de gran cordialidad y amistad. Tras haber sufrido el más rígido arresto domiciliario en los últimos seis meses de su asilo noruego durante los “Procesos

de Moscú”, por disposición de su gobierno quién se plegó ante las amenazas rusas de suspender las compras de arenque en caso de no acatar esas medidas. Cuyo propósito era imposibilitar a León Trotsky refutar y defenderse de los absurdos y monstruosos cargos vertidos en su contra y de su hijo León Sedov “*in absentia*”, en esos “Procesos de Moscú”, mediante los cuales Stalin llevó a cabo las sangrientas purgas para asesinar a los compañeros de armas de Vladimiro Lenin y descabezar al Ejército Rojo, exterminando la mayoría de sus generales y de su oficialidad. En cambio en México en La Casa Azul al poco tiempo de su llegada sin impedimento alguno León Trotsky pudo iniciar de inmediato su defensa pública al igual que la de su hijo León Sedov. Para cuyo propósito solicita la creación de una comisión internacional de indagación para examinar los expedientes de los “Procesos de Moscú” y evaluar tanto su defensa como la de su hijo, frente a las acusaciones de que fueron objeto, y para que dicha comisión determine si realmente eran culpables de los crímenes por los que fueron condenados “*in absentia*”. En marzo de 1937, por iniciativa de “*The American Committe for the Defense of León Trotsky*”, se organizó una comisión compuesta por renombrados e intachables intelectuales de diversas nacionalidades, ajenos a la ideología de León Trotsky, conocida como la “*Dewey Commission*” por estar encabezada por el filósofo norteamericano John Dewey. También recibió la designación de los “Contra Procesos de Moscú” Trotsky proclamó públicamente que si la comisión lo encontraba culpable del más mínimo de los cargos, el se entregaría a las autoridades soviéticas para su ejecución. En la Casa Azul de Coyoacán, México, una subcomisión llevo a cabo del 10 al 17 de abril de 1937, trece sesiones de exhaustivos interrogatorios a Trotsky y a su secretario Jan Frankel, quienes contestaron con abrumadores e irrefutables testimonios.

Transcurridos meses de arduas Y asiduas investigaciones, el 21 de septiembre del mismo año la “*Dewey Commission*” dio

su veredicto: ¡Los Procesos de Moscú fueron basados en “*frame ups*” (Falsas acusaciones para inculpar inocentes) y que Trotsky y León Sedov no eran culpables de los 18 cargos levantados en su contra por orden de Stalin. De las muchas batallas libradas por León Trotsky contra el régimen contrarrevolucionario estalinista sin lugar a dudas la “Comisión Dewey” o “Contra Procesos de Moscú” fue de las más notables y trascendentes. Allí desenmascaró y demostró en forma contundente e inapelable ante la historia presente y futura del género humano la absoluta ilegitimidad del régimen burocrático dirigido por Stalin, que solo se podía mantener imponiendo el reino de la mentira y el asesinato sin freno ni límites.

Tras casi dos años de relaciones de gran amistad y cordialidad entre Diego Rivera y León Trotsky, a finales de 1938 estas repentinamente llegaron a su término. El secretario francés Van Heijenoort atribuye como principal causa problemas surgidos con la creación de la revista “Clave” por un grupo de personas cercanas a la ideología de Trotsky, quienes no le otorgaron la dirección a Diego Rivera sino al joven camarada José Farrel, igualmente un artículo de Diego fue presentado como una carta a la redacción, ambos hechos contrariaron a Diego, quién erróneamente en una carta al poeta surrealista francés: André Bretón culpó a León Trotsky de lo sucedido, siendo que el para nada intervino en estos hechos. Al negarse el muralista aclarar ese malentendido, la amistad previa llegó a su término. Tras ello según narra el secretario Van Heijenoort: Diego Rivera se alejó del Trotskismo y se acercó a pequeños sindicatos y grupos políticos hostiles a la ideología de León Trotsky. Tiempo después el muralista llegó a dar su apoyo al candidato presidencial de derecha: Andrew Almazán.

Tras el distanciamiento el secretario Van Heijenoort se avocó a la tarea de encontrar nueva morada y en marzo de 1939 encontró una casa deshabitada y en bastante mal estado en Ave.

Viena 19, no lejos de la Casa Azul de la Ave. Londres, que había servido de casa de campo a una familia Turati, comerciantes del ramo óptico, construida en la época de Porfirio Díaz. Tras intensos trabajos de reparación y remodelación. Lev Davidovitch, Natalia y los camaradas “secretarios-guardias” se mudaron a la misma el 5 de mayo siguiente. Se implementaron conejeras y gallineros, pequeña granja de la que se ocuparía Lev Davidovitch para proveer alimentos a la familia y realizar la necesaria actividad física. También se aficionó a la búsqueda y recolección de cactáceas diversas en el campo mexicano, para adornar con ellas el jardín de la casa de Viena 19.

Tras un año de tranquila y apacible existencia en la nueva morada, repentinamente en la madrugada del 24 de mayo de 1940, la mano asesina de José Stalin se hizo presente, una veintena de estalinistas fuertemente armados encabezados por el pintor David Alfaro Siquieros de idéntica filiación invadieron sorpresivamente la casa y ametrallaron profusamente desde tres direcciones la recámara de León Trotsky y de su esposa Natalia, obedeciendo las órdenes emanadas desde Moscú de asesinarlos, lo cual se frustró gracias a los rápidos reflejos de Natalia quien a los primeros disparos tiró a León Trotsky de la cama empujando hacia oscuro rincón de la recámara, donde ambos salvaron sus vidas. En la recamar vecina él nieto de 14 años a pesar de tirarse al piso y arrinconarse recibió un impacto de bala en el pulgar del pie derecho al vaciar uno de los estalinistas toda la carga de una pistola automática sobre el pequeño lecho donde previamente dormía. Una nutrida cortina de fuego desde frondoso eucalipto frente a la recámara de los secretarios/guardias impidió la salida de los mismos. La puerta de la calle fue abierta a los atacantes estalinistas por el joven guardia Sheldon Hart de la misma filiación que había sido infiltrado en la casa desde tres meses previos.

León Trotsky y Natalia Sedova sabían que Stalin solo les había dado una tregua y en fecha cercana sobrevendría otro

atentado. EL SWP (*Socialist Workers Party*) norteamericano mediante una colecta reunió fondos para que León Trotsky comprara la casa de Viena 19 y se hicieran obras de fortificación de la misma, obras que el revolucionario ruso consideraba de poca utilidad, ya que tenía la certeza que el siguiente atentado no sería repetición del primero, sino de otra naturaleza y ¡Así fue!: El 20 de agosto de 1940, El catalán Ramón Mercader agente de la GPU (NKVD) hábilmente infiltrado en el entorno de León Trotsky, para dicho propósito había enamorado previamente en París, para hacerla su pareja a la joven trotskista norteamericana Sylvia Ageloff.

Tras ello se trasladó a México pretextando motivos de negocios, aparentando siempre absoluto desinterés en la política, ni el menor deseo de conocer a León Trotsky, pero si procuró entablar amistad con los ayudantes/secretarios a quienes invitaba frecuentemente a restaurantes y a personas muy cercanas como el matrimonio Rosmer quienes trajeron al nieto a México, los llegó a sacar de día de campo y hasta los llevó al puerto de Veracruz acompañados de Natalia, cuando se embarcaron para Europa. Tras lo cual repentinamente pide el pequeño favor de que Trotsky le revisara un pequeño escrito de su autoría, a lo que este obviamente no se pudo negar. Y en esta forma pudo entrar al despacho con Trotsky y breves segundos con piolet de mango recortado destruir uno de los mejores cerebros del marxismo revolucionario y ejecutar el último sobreviviente de la larga lista de compañeros de armas de Lenin eliminados por Stalin mediante la sangrienta farsa de los “Procesos de Moscú”.

Poco tiempo tras el asesinato de su esposo, Natalia Sedova recibió la visita del Presidente Gral. Lázaro Cárdenas y de su esposa Amalia Solórzano de Cárdenas para manifestarle su pésame y ofrecerle su generoso apoyo, lo que se manifestó en los últimos meses de su gestión, cuando el Gral. Lázaro Cárdenas dispuso que el gobierno comprara la casa de Viena 19, con el

propósito de darle recursos a Natalia Sedova para procurarle un medio de vida, con el convenio verbal de que la podría seguir ocupando por tiempo indefinido y con la promesa de que en el futuro este sitio se convertiría en un museo. solo que en la escritura de fecha 22 de noviembre de 1940 de compraventa del gobierno no quedó especificado su uso futuro para museo, sino con la designación de centro cultural, situación que dio vulnerabilidad a este sitio histórico, que rápidamente fue aprovechado por elementos estalinistas infiltrados en gran número en el gobierno para intentar cumplir con órdenes recibidas desde Moscú de hacer desaparecer la casa que fue de León Trotsky y el escenario y testimonio del alevoso crimen ahí realizado por órdenes del tirano del Kremlin. En repetidas ocasiones llegaron escritos de oficinas del gobierno ordenando la desocupación del inmueble por la familia, para emplearla para guardería infantil, biblioteca u oficinas gubernamentales, la pronta intervención del Gral. Lázaro Cárdenas con su cercano amigo y el entonces presidente de México: Manuel Ávila Camacho, rápidamente frustraba estas maniobras.

Gracias a posterior intervención del Gral. Lázaro Cárdenas en una carta suya fechada del 4 de julio de 1946 dirigida al Lic. Adolfo Zamora, abogado que había sido gran amigo, apoderado legal de León Trotsky y a petición suya fungió como tutor de su nieto; donde le manifiesta: *¡que el primer magistrado tuvo a bien acordar se deje a la Sra. Vda. De Trotsky en posesión definitiva y en propiedad la citada casa, y que al efecto giraría las instrucciones correspondientes!*. Lo que confirmo el gobernador del Distrito Federal: Lic. Javier Rojo en carta de fecha 13 de septiembre: *....Ya tengo dadas órdenes a la Dirección General de Obras Públicas para que la misma es-criture en favor de usted, y cuando este documento esté, la llamarán para que se sirva usted firmarla.* Y así fue al poco tiempo Natalia Sedova fue llamada para la firma. Pero el documento nunca nos fue entregado, manos misteriosas lo hicieron

desaparecer. y la casa siguió como propiedad del gobierno.

Otro episodio digno de contarse fue el asunto del embajador ruso en México: Konstantin Umansky según relato del Li. Adolfo Zamora, amigo, apoderado legal de León Trotsky y tutor de su nieto. Y al que unía una estrecha amistad con el procurador de justicia de México, quien le contó que Umansky tenía la ineludible misión por encargo de su jefe Stalin, sin limitar recursos sobornar a la justicia mexicana, para que hiciera suya la versión del dictador, de que la muerte de Trotsky había sido en una lucha frente a frente con un supuesto partidario suyo decepcionado y no un crimen con traición, alevosía y ventaja, con la autoría indeleble, imborrable de José Stalin. Obviamente la justicia mexicana no se prestó para esta falsificación. Y curiosamente poco después el embajador Konstantin Umansky fue destituido de su cargo en México y nombrado con el insignificante cargo de embajador en Costa Rica, a donde nunca llegó, ya que el avión que lo llevaba explotó misteriosamente al clarear el día, el 25 de enero de 1945 en su despegue en el Aeropuerto militar de la Ciudad de México.

Tras el extraño extravío de la escritura que avalaba la donación de la casa de Viena 19 a Natalia Sedova viuda de Trotsky y seguir la propiedad del inmueble a nombre del gobierno. Circunstancias que por fortuna durante muchos años no pusieron en peligro la permanencia de este lugar histórico, salvo brevemente en una ocasión en los primeros días de enero de 1965. Cuando el entonces presidente Lic. Gustavo Díaz Ordaz en un repentino ataque de furia por la participación de estudiantes y profesores de filiación trotskista en pugnas universitarias en la UNAM, como represalia y venganza exigió repentinamente la desocupación inmediata de dicha casa por los familiares de León Trotsky que la ocupaban y cuidaban. Por cuyo motivo llegó un fornido abogado del Dpto. Central con quince camiones de carga alineados afuera de la casa y una orden de desalojo inmediata del inmueble.

Gracias a la intervención del Gral. Lázaro Cárdenas Y de un gran amigo del Museo: El Lic. Javier Wimer. Se concedió un plazo de quince días para el desalojo. Pero curiosamente a los tres meses del desalojo, los familiares previamente desalojados recibieron una notificación del gobierno de que podían regresar y habitar nuevamente la casa de Viena 19. Por lo visto considerando la importancia tanto nacional como internacional de este sitio histórico, no cabía su destrucción y el gobierno no supo qué hacer con ella y finalmente comprendió que la mejor solución era que familiares de León Trotsky siguieran a su cuidado. Pero afortunadamente el 24 de septiembre de 1982 quedó plenamente asegurada su existencia a futuro, al ser declarado con esta fecha monumento histórico por decreto presidencial por entonces primer mandatario: LIC. José López Portillo, quien también asignó el cargo de custodia de este lugar histórico a Esteban Volkov, nieto del revolucionario ruso.

El 20 de agosto de 1990, tras medio siglo del el asesinato de León Trotsky se dio un hecho importante. El entonces regente de la Ciudad de México: Lic. Manuel Camacho Solís tras un acto público en la calle de Morelos aledaña a la casa que fue del revolucionario ruso llevó a cabo la reinauguración de la Casa Museo León Trotsky tras una muy meticulosa restauración del mismo bajo la supervisión de la Dra. Alejandra Moreno Toscano. En forma simultánea en un edificio anexo comprado por el gobierno se inauguró el “*Instituto del Derecho de Asilo y Libertades Públicas*”, Cuya creación fue idea del diplomático y renombrado intelectual: Javier Wimer, considerando la gran resonancia que tuvo el asilo otorgado a León Trotsky.

Este instituto esta compuesto de cuatro. espaciosas salas, que permitieron crea un auditorio para ochenta personas, dos salas de exposiciones y una biblioteca de libros que habían pertenecido al líder sindical Rafael Galván y que fueron comprados a su viuda. También hubo espacio para oficinas.

El papel actualmente del IDA-Casa Museo León Trotsky. A.C.

Siendo testimonio de lo que fue la generosa política del derecho de asilo de México pugnar para que esta siga vigente y desarrollar en el Instituto todo un abanico de actividades relacionadas con este tema de tanta actualidad e importancia.

En cuanto a la casa Museo su papel es reconstruir memoria histórica y restablecer la verdad sobre el actuar político de uno de los más notables revolucionario, quién fue asesinado en este sitio , tras sufrir la máxima persecución y campaña de calumnias, lo que implicó mutilación y falsificación por Stalin de la historia del importante evento de la Revolución Rusa, dejando sin memoria y con falsos planos a la humanidad.

Este instituto también como estipulan sus estatutos tiene la misión de promover educación y cultura para la población, por lo en sus múltiples actividades, hay funciones de cine, exposiciones, recitales, cuenta cuentos, conferencias, mesas redondas, seminarios, presentación de libros para citar algunas.

Además de coadyuvar con diversas instituciones publicas y privadas sobre el tema de Migración.

TRÓTSKI E O BOLCHEVISMO

THE DARKER THE NIGHT THE BRIGHTER THE STAR:
LEON TROTSKY'S STRUGGLE AGAINST STALINISM

Paul Le Blanc

The title of this talk – “the darker the night, the brighter the star” – is the title of the fourth and final volume of Tony Cliff’s biography of Leon Trotsky, who was a central leader of the 1917 Russian Revolution of workers and peasants, which turned the Russian Tsarist empire into the Union of Soviet Socialist Republics. One of the founders of modern Communism and the Soviet state, Trotsky is also the best known of those who fought against the degeneration of that revolution and movement brought on by a vicious bureaucratic dictatorship led by Joseph Stalin.¹

I went on-line to find out where that book title came from,

¹ Tony Cliff, Trotsky: *The Darker the Night, 1927-1940*, Volume 4 (London: Bookmarks, 1993). A more succinct account is offered in Paul Le Blanc, *Leon Trotsky* (London: Reaktion Books, 2015), from which some elements in this presentation are drawn. Also see an intimately knowledgeable account in Victor and Natalia Sedova Trotsky, *The Life and Death of Leon Trotsky* (Chicago: Haymarket Books, 2016), and Isaac Deutscher’s massive classic, *The Prophet: The Life of Leon Trotsky* (London: Verso, 2015).

and I learned that it is often attributed to Fyodor Dostoevsky's great novel *Crime and Punishment*. But I also learned that this is contested, and I personally couldn't find it in Dostoevsky's novel. When I wrote to Tony Cliff's biographer, Ian Birchall, he checked with Cliff's son – Donny Gluckstein – who responded: "I think he might have taken the phrase from the Friedrich Schlotterbeck Left Book Club book – *The Darker the Night, the Brighter the Stars*." Schlotterbeck was a young working-class Communist in Germany when Adolf Hitler's dictatorship was established in 1933, and his 1947 book is an inspiring and devastating account of left-wing workers' resistance to Nazi tyranny, in which we learn of the heroism and horrific destruction of his many comrades, friends, and family members who remained committed to socialist and communist ideals.²

But Trotsky has told us: "No one, not excluding Hitler, has dealt socialism such deadly blows as Stalin. This is hardly astonishing since Hitler has attacked the working class organizations from without, while Stalin does it from within. Hitler assaults Marxism. Stalin not only assaults but prostitutes it. Not a single principle has remained unpolluted, not a single idea unsullied. The very names of socialism and communism have been cruelly compromised ... Socialism signifies a pure and limpid social system which is accommodated to the self-government of the toilers. Stalin's regime is based on a conspiracy of the rulers against the ruled. Socialism implies an uninterrupted growth of universal equality. Stalin has erected a system of revolting pri-

2 Friedrich Schlotterbeck, *The Darker the Night, the Brighter the Stars* (London: Victor Gollancz Ltd., 1947). For more on this, see Allan Merson, *Communist Resistance in Nazi Germany* (London: Lawrence and Wishart, 1986), and Donny Gluckstein, *The Nazis, Capitalism and the Working Class* (Chicago: Haymarket Books, 2012). Most recently, I have seen the words attributed to Russian poet Apollon Maykov (1821-1897).

vileges. Socialism has as its goal the all-sided flowering of individual personality. When and where has man's personality been so degraded as in the U.S.S.R.? Socialism would have no value apart from the unselfish, honest and humane relations between human beings. The Stalin regime has permeated social and personal relationships with lies, careerism and treachery."³ So wrote Trotsky in 1937. And those in Soviet Russia who believed such things were repressed no less ruthlessly than the German Communists had been.⁴

The Left Oppositionists that Trotsky led persisted after his expulsion from the Soviet Union, and they were rounded up and sent to Siberian prison camps called isolators. "When you can no longer serve the cause to which you have dedicated your life – you should give it your death." These were the words of Adolf Joffe, one of Trotsky's close friends and co-thinkers who had committed suicide as a protest against Stalinism in 1927. His young wife Maria ended up in internal exile in 1929. As the situation of the condemned Oppositionists worsened by degrees, she held out, and when it became the horrific "one long night" that she describes in her memoir of the late 1930s, she was one of the few who somehow survived to tell what happened. She was sustained by the core belief: "It is possible to sacrifice your life, but the honor of a person, of a revolutionary – never."⁵

3 Leon Trotsky, "The Beginning of the End," *Writings of Leon Trotsky, 1936-37*, ed. by Naomi Allen and George Breitman (New York: Pathfinder Press, 1978), pp. 328-329.

4 Roy Medvedev, *Let History Judge, The Origins and Consequences of Stalinism* (New York, 1989); Mikhail Baitalsky, *Notebooks for the Grandchildren: Recollections of a Trotskyist Who Survived the Stalin Terror* (Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1995).

5 Maria Joffe, *One Long Night, A Tale of Truth* (London: New Park, 1978),

Pressures to give in were intense, when capitulation could mean freedom, while remaining in Opposition meant never-ending jail and exile. By 1934, after seven years, Trotsky's close comrade Christian Rakovsky himself was ready to capitulate, his views later recounted by Maria's step-daughter, Nadezhda Joffe, in whom he confided and whom he won over: "His basic thoughts were that we had to return to the party in any way possible. He felt that there was undoubtedly a layer in the party which shared our views at heart, but had not decided to voice their agreement. And we could become a kind of common sense core and be able to accomplish something. Left in isolation, he said, they would strangle us like chickens."⁶

Trotsky rejected this logic, as did many co-thinkers exiled in small village "isolators." One survivor recalled the toasts they made [in the early 1930s] on New Year's Day: "The first toast was to our courageous and long-suffering wives and women comrades, who were sharing our fate. We drank our second toast to the world proletarian revolution. Our third was to our people's freedom and our own liberation from prison."⁷

Instead, they would soon be transferred to the deadly Siberian labor camps into which hundreds of thousands of victims of the 1935 -39 purges (including most of the capitulators plus many other Communist Party members) were sent as Stalinist repression tightened throughout the country. Arrested while in Moscow in 1936, Secretary of the Palestinian Communist Party Joseph Berger later remembered the Left Oppositionists he met

162, 190.

⁶ Nadezhda Joffe, *Back in Time: My Life, My Fate, My Epoch* (Oak Park, MI: Mehring Books, 1995), p. 84.

⁷ George Saunders, ed., *Samizdat: Voices of the Soviet Opposition* (New York, 1974), p. 141.

during his own ordeal:

While the great majority had 'capitulated,' there remained a hard core of uncompromising Trotskyists, most of them in prisons and camps. They and their families had all been rounded up in the preceding months and concentrated in three large camps -- Kolyma, Vorkuta, and Norilsk.... The majority were experienced revolutionaries who had fought in the Civil War but had joined the Opposition in the early twenties.... Purists, they feared contamination of their doctrine above all else in the world.... When I accused the Trotskyists of sectarianism, they said what mattered was "to keep the banner unsullied."⁸

Another survivor's account, published in the émigré publication of Russian Mensheviks, *Socialist Messenger*, recalls "the Orthodox Trotskyists" of the Vorkuta labor camp who "were determined to remain faithful to their platform and their leaders," and, "even though they were in prison, they continued to consider themselves Communists; as for Stalin and his supporters, 'the apparatus men,' they were characterized as renegades from communism." Along with their supporters and sympathizers (some of whom had never even been members of the Communist Party), they numbered in the thousands in this area, according to the witness. As word spread of Stalin's show trials designed to frame and execute the Old Bolshevik leaders, and as conditions at the camp deteriorated, "the entire group of 'Orthodox' Trotskyists" came together. The eyewitness remembers the speech of Socrates Gevorkian:

⁸ Joseph Berger, *Shipwreck of a Generation* (London: Haverill, 1971), pp. 94-95.

It is now evident that the group of Stalinist adventurers have completed their counter-revolutionary *coup d'état* in our country. All the progressive conquests of our revolution are in mortal danger. Not twilight shadows but those of the deep black night envelop our country. . . . No compromise is possible with the Stalinist traitors and hangmen of the revolution. But before destroying us, Stalin will try to humiliate us as much as he can. . . . We are left with only one means of struggle in this unequal battle: the hunger strike. . . . The great majority of prisoners, regardless of political orientation, followed this lead.⁹

Lasting from October 1936 to March 1937, the 132 day hunger strike was powerfully effective and forced the camp officials and their superiors to give in to the strikers' demands. "We had a verbal newspaper, *Truth Behind Bars*," Maria Joffe was told by an Oppositionist who had survived, "we had little groups – circles, there were a lot of clever, knowledgeable people. Sometimes we issued a satirical leaflet, *The Underdog*. Vilka, our barrack representative, was editor and the illustrations were formed by people against a wall background. Quite a lot of laughing, too, mostly young ones there." And then "everything suddenly came to an end."¹⁰

In 1938 the Trotskyists of Vorkuta were marched out in batches – men, women, children over the age of twelve – into the surrounding arctic wasteland. "Their names were checked

⁹ Saunders, pp. 206, 210-211.

¹⁰ Maria Joffe, pp. 40-41.

against a list and then, group by group, they were called out and machine-gunned," writes Joseph Berger. "Some struggled, shouted slogans and fought the guards to the last." According to the witness writing in *Socialist Messenger*, as one larger group of about a hundred was led out of the camp to be shot, "the condemned sang the 'Internationale' joined by the voices of hundreds of prisoners remaining in camp."¹¹

In her memoir Maria Joffe tells us the "tortures, murders, mass shootings of many thousands of Trotskyists in Vorkuta and Kolyma," actually embraced many more, "the complete destruction of the October and Civil War generation, 'infected by Trotskyist heresy . . .'" It has been estimated that more than 2 million people were condemned from 1934 through 1938 – with more than 700,000 executions and over a million sent to increasingly brutalized labor camps where many more perished.¹²

In the rest of these remarks I want to touch on aspects of the so-called "Trotskyist heresy" that analyze how a profoundly democratic workers and peasants revolution, inspired by the deepest socialist idealism, could turn into one of the worst tyrannies in human history. This is something that Trotsky wrestled with as it was happening – and there is much we can learn from that, as my friend Tom Twiss brilliantly demonstrates in his important book.¹³

¹¹ Berger, 96-98; Saunders, pp. 215, 216.

¹² Maria Joffe, p. 190. Moshe Lewin, *The Soviet Century* (London: Verso, 2005), 106-107; Vadim M. Rogovin, *Stalin's Terror of 1937-1938* (Oak Park, MI: Mehring Books, 2009), 446-447. Also Oleg V. Khlevniuk, *The History of the Gulag: From Collectivization to the Great Terror* (New Haven: Yale University Press, 2004).

¹³ Thomas M. Twiss, *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy* (Chicago: Haymarket Books, 2015). Trotsky's analysis is capably compared with

The bottom-line, however, is that Trotsky's analysis clearly emerges from the fundamental analysis of Karl Marx eighty years earlier. It is also inseparable from the basics of his own theory of permanent revolution. In my remaining time I will offer both analyses in very broad strokes – permanent revolution and bureaucratic degeneration of the Soviet Union.

The rise and industrial development of capitalism has done three things – according to both Marx and Trotsky. First there was a process sometimes known as “primitive accumulation” which involved a horrific and murderous displacement and oppression and brutal exploitation of masses of peasants and indigenous peoples on a global scale. Second, there has been a massive process of proletarianization – making a majority of the labor force and population into a modern working class (those whose livelihood is dependent on selling their ability to work, their labor-power, for wages). This working-class majority is the force that has the potential power, and the objective self-interest, to replace the economic dictatorship of capitalism with the economic democracy of socialism – and the awareness of all this is what Marxists mean when they speak of workers' *class-consciousness*. Third, the spectacular technological development generated by capitalism – the ever self-renewing Industrial Revolution – creates the material basis for a new socialist society. As Marx put it in 1845, the creation of this high level of productivity and wealth “is an absolutely necessary practical premise [for communism] because without it want is merely made general, and with destitution [there is a resumption of] the struggle for necessities” generating a competition for who gets what, and then (according to one translation) the same old shit starts all

others in Marcel van der Linden, *Western Marxism and the Soviet Union* (Chicago: Haymarket Books, 2009). Also see Kunal Chattopadhyay and Paul Le Blanc, eds., *Leon Trotsky: Writings in Exile* (London: Pluto Press, 2012).

over again.¹⁴

Drawing from Marx, Trotsky and a growing number of his Russian comrades came to see the coming revolution in backward Russia in this way. The democratic struggle against the semi-feudal Tsarist autocracy would only be led consistently and through to the end by the small but growing Russian working class in alliance with the peasant majority – and the success of such a revolution would place the organizations of the working class into political power. There would be a natural push to keep moving in a socialist direction (with expanding social improvements for the masses of people) – although the socialism that Marx had outlined and that the Russian workers were fighting for could not be created in a single backward country. But a successful Russian Revolution would help push forward revolutionary struggles in other countries, and as these revolutions were successful – especially in industrially more advanced countries such as Germany, France, Italy, and Britain – the Russian workers and peasants could join with comrades in a growing number of countries to development of a global socialist economy that would replace capitalism and create a better life and better future for the world's laboring majority. This is why Lenin, Trotsky and their comrades labored to draw revolutionaries and insurgent workers from all around the world into the Communist International, to help advance this necessary world revolutionary process for international socialism. Because socialism cannot

14 Leon Trotsky, *The Revolution Betrayed* (New York: Pathfinder Press, 1972), 56; Karl Marx, “The German Ideology,” in *Writings of the Young Marx on Philosophy and Society*, ed. by Loyd Easton and Kurt H. Guddat (Garden City, NY, 1967), 427. A more substantial summary of the revolutionary Marxist orientation can be found in Paul Le Blanc, *From Marx to Gramsci* (Chicago: Haymarket Books, 2016), pp. 3-145.

triumph if it is not global.¹⁵

But the anticipated revolutions in other countries were not successful, and seven years of relative isolation – with military invasions, foreign trade boycotts, civil war, and economic collapse, and other hardships – had three results. First, the projected government by democratic councils (soviets) of workers and peasants was delayed as the overwhelming social-political-economic emergency brought about what was originally seen as a temporary dictatorship by the Communist Party. Second, a massive bureaucratic apparatus crystallized in order to run the country and administer the economy. As Trotsky would later explain in *The Revolution Betrayed*, when there aren't enough necessities to go around, there is rationing and people “are compelled to stand in line. When the lines are very long, it is necessary to appoint a policeman to keep order. Such is the starting point of the power of the Soviet bureaucracy. It ‘knows’ who is to get something and who has to wait.”¹⁶

While some of the Communists remained absolutely dedicated to the original ideals and perspectives that had been the basis for the 1917 revolution, there were many who became corrupted or compromised or disoriented. Stalin was a central figure in the increasingly authoritarian bureaucratic apparatus, and along with the brilliant but disoriented Nikolai Bukharin, he dis-attached the idea of socialism not only from democracy, but also from the revolutionary internationalism that is at the heart of Marxism, advancing the notion of building socialism in

15 Leon Trotsky *The Permanent Revolution and Tasks and Prospects* (London: Resistance Books, 2007); Michael Löwy, *The Politics of Combined and Uneven Development: Trotsky's Theory of Permanent Revolution*. (Chicago: Haymarket Books 2014).

16 Trotsky, *The Revolution Betrayed*, p. 112.

a single country – the Soviet Union. Trotsky and his co-thinkers denounced this notion as “a skinflint reactionary utopia of self-sufficient socialism, built on a low technology,” incapable of bringing about genuine socialism. Instead, the same old shit would start all over again. But it was Stalin who won this battle, fiercely repressing Trotsky and the Left Opposition.¹⁷

Stalin didn't stop there. While Bukharin and others had envisioned building their “socialism in one country” slowly and more or less humanely, Stalin and the powerful figures around him decided to initiate a so-called “revolution from above” – a forced collectivization of the land and rapid, authoritarian industrialization process (all at the expense of the peasant and worker majority) to modernize Russia in the name of “socialism in one country.”¹⁸

Bukharin and his co-thinkers were smashed politically, but unlike Trotsky and the intransigent Left Oppositionists, they quickly capitulated to Stalin – although this didn't save them in the end. Peasant resistance was dealt with brutally, and famine resulted. Worker resistance was also savagely repressed. All critical discussion in the Communist Party was banned. All independent and creative thought and expression – in education, art, literature, culture – throughout the country was compelled to give way to authoritarian norms that celebrated the policies and personalities of Stalin and those around him – but especially,

17 E.H. Carr, *The Russian Revolution From Lenin to Stalin, 1917-1929*. New York, 2004; Victor Serge, *From Lenin to Stalin* (New York, 1973); Michal Reiman, *The Birth of Stalinism* (Bloomington, IN: Indiana University Press, 1987). Reference to “skinflint reactionary utopia” is from Leon Trotsky, *The Third International After Lenin* (New York: Pathfinder Press, 1970), pp. 45-46.

18 Robert C. Tucker, *Stalin in Power: The Revolution from Above, 1928-1941* (New York: W.W. Norton, 1992).

more and more, of Stalin himself.¹⁹

Although they claimed that the modernization policies they oversaw added up to socialism, and that they were the loyal and rightful heirs of Lenin and the 1917 revolution, the functionaries in the increasingly massive bureaucratic apparatus enjoyed an accumulation of material privileges, with authority and a lifestyle that placed them above a majority of the people. As Trotsky put it in *The Revolution Betrayed*, “it is useless to boast and ornament reality. Limousines for the ‘activists’ [that is, the bureaucrats], fine perfumes for ‘our women’ [that is, wives of the bureaucrats], margarine for the workers, stores ‘de luxe’ for the gentry, a look at delicacies through the store windows for the plebs – such socialism cannot but seem to the masses a new re-facing of capitalism, and they are not far wrong. On a basis of ‘generalized want’, the struggle for the means of subsistence threatens to resurrect ‘all the old crap,’ and is partially resurrecting it at every step.”²⁰

Several years later, the knowledgeable analyst David Dallin noted that government employees (the bureaucracy from top elite to lowliest functionaries), constituting at least 14 percent of the labor force, consumed as much as 35 percent of the wealth; that the working-class, constituting about 20 percent of the labor force, received no more than 33 percent of the wealth, that peasants, 53 percent of the labor force, received 29 percent of the wealth, and that forced laborers, estimated at a minimum of 8 percent of the labor force, received 3 percent of the wealth. By all accounts, the lifestyle of the elite rivaled that of capitalists in

19 See Stephen F. Cohen, *Bukharin and the Bolshevik Revolution* (New York: Vintage Books, 1975) Moshe Lewin, *Russian Peasants and Soviet Power: A Study of Collectivization* (New York: W.W. Norton, 1975).

20 Trotsky, *The Revolution Betrayed*, p. 120.

other lands. While this inequality is somewhat different from ours (where the top 1 percent has at least 40 percent of the wealth and the bottom 80 percent has no more than 20 percent of the wealth), what existed under Stalin was still a mockery the socialist goal of 1917.²¹

In the 1930s, many in the USSR remembered the democratic and egalitarian ideals of the revolutionary cause and some remained committed to these. Among those dissident Communists defeated and repressed by the regime (including among those who capitulated) were experienced revolutionaries who had helped to overthrow the Tsar. They couldn't be trusted, especially because all was not well in the Union of Soviet Socialist Republics. Despite the unending pseudo-revolutionary propaganda, and positive improvements in economic and social opportunities from some workers, there was widespread suffering and dissatisfaction within the population. The dynamics of “socialism in one country” accelerated by the “revolution from above” was bound to explode into the murderous authoritarianism we looked at earlier. The program of the heroic Left Oppositionists who gave their lives was a definite threat to the Stalinist system, and it was outlined eloquently in Trotsky's *The Revolution Betrayed*: “It is not a question of substituting one ruling clique for another, but of changing the very methods of administering the economy and guiding the culture of the coun-

21 David Dallin, *The Real Soviet Russia, second edition* (New Haven, CT: Yale University Press, 1947), p. 121. Naturally, those at the top of the bureaucratic pyramid lived a variant of the “good life” much closer to that of our own top 1% – see Ernest Mandel, *Power and Money: A Marxist Theory of Bureaucracy* (London: Verso, 1992), pp. 72-74. A comparative analysis of ruling elites and inequality under capitalism and Stalinism is offered in Paul Le Blanc, *Marx, Lenin and the Revolutionary Experience: Studies of Communism and Radicalism in the Age of Globalization* (New York: Routledge, 2006), pp. 15-48.

try. Bureaucratic autocracy must give place to Soviet democracy. A restoration of the right of criticism, and a genuine freedom of elections, are necessary conditions for the further development of the country. This assumes a revival of freedom of Soviet parties, beginning with the party of Bolsheviks, and a resurrection of the trade unions. The bringing of democracy into industry means a radical revision of plans in the interests of the toilers. Free discussion of economic problems will decrease the overhead expense of bureaucratic mistakes and zigzags. Expensive playthings – palaces of the Soviets, new theaters, show-off subways – will be crowded out in favor of workers' dwellings. 'Bourgeois norms of distribution' will be confined within the limits of strict necessity, and, in step with the growth of social wealth, will give way to socialist equality. Ranks will be immediately abolished. The tinsel of decorations will go into the melting pot. The youth will receive the opportunity to breathe freely, criticize, make mistakes, and grow up. Science and art will be freed of their chains. And, finally, foreign policy will return to the traditions of revolutionary internationalism."²² This continues to be relevant to our situation today.

Which brings us back to this talk's title. When we look up at night, the blackness of the universe is vividly punctuated by the stars, whose glow has traveled light-years for us to see. Even though some of those stars no longer exist, we see them shining from where we are. And their wondrous illumination may help us find our way in the dark terrain of our own times.

²² Trotsky, *The Revolution Betrayed*, pp. 281-290.

LENIN Y TROTSKY FRENTE A LA BUROCRACIA Y A STALIN REVOLUCIÓN RUSA Y SOCIEDAD DE TRANSICIÓN¹

Éric Toussaint

La construcción de una sociedad de transición al socialismo se plantea de forma cuadrangular

En primer lugar, los marxistas y el problema de la sociedad de transición entre el capitalismo y el socialismo: cuando los bolcheviques se vieron confrontados a la construcción de un Estado obrero a partir de la insurrección de octubre de 1917, tenían muy pocas bases teóricas sobre las que apoyarse en esta materia. Era efectivamente la primera experiencia histórica, práctica, a gran escala, de tentativa de construcción de una sociedad socialista.

Había escritos marxistas que abordaban los problemas

¹ Se refiere a la ponencia presentada en el Coloquio Internacional <https://medium.com/la-tiza/otros-marxismos-en-la-habana-trotsky-revisitado-d9b1e011dd92> dedicado a León Trotsky realizado en La Habana entre el 6 y el 8 de mayo de 2019, cuya sede fue la casa Benito Juárez

de la transición, escritos de antes de 1917. Son los escritos de K. Marx y F. Engels, en particular la crítica del programa de Gotha y de Erfurt, y las lecciones sacadas por Marx, Engels y más tarde por Lenin, de la experiencia de la Comuna de París. Ésta representa la primera experiencia histórica de la “dictadura del proletariado”, aunque de corta duración y a una escala geográfica muy reducida, no especialmente comparable a la Rusia zarista. En fin, hay un libro extremadamente importante escrito por el propio Lenin durante el año 1917, “El Estado y la Revolución”. Dicho texto prolonga los análisis de Marx y propone un método de dirección política de la sociedad de transición pero no plantea el problema bajo el ángulo económico.

Segunda observación. ¿Cómo se veía hasta 1917 el problema de la transición entre el capitalismo y el socialismo, el problema de la dictadura del proletariado?

Éste estaba planteado de forma triangular por los marxistas de la época y en particular por Lenin. Triangular, en la medida en que ponía en presencia tres clases sociales esenciales: la burguesía, el proletariado industrial y el campesinado. Se trataba de realizar la alianza del proletariado y del campesinado para derrocar la dictadura burguesa. Esta alianza debía hacerse bajo la dirección del proletariado y debía ser mantenida tras la toma del poder si se quería a la vez combatir los vestigios del antiguo régimen, hacer frente a los ataques de la burguesía imperialista, realizar las tareas de la revolución democrática y emprender transformaciones socialistas.

Lenin reflexionó mucho sobre el problema de la alianza obrera y campesina. El escollo en ese esquema es que, en realidad, la construcción de una sociedad de transición no se plantea de forma triangular sino *cuadrangular*. A la burguesía, al proletariado y al campesinado se añade un cuarto actor: la burocracia. Ni Marx, ni Engels, ni Lenin, ni los demás dirigentes bolcheviques en el período inmediatamente posterior a la insurrección

de 1917 se plantearon el problema de la burocracia como capa social que iba a jugar un papel específico autónomo en relación a las otras tres grandes fuerzas sociales.

Sin embargo, el problema de toda la sociedad de transición, es que la clase obrera aliada al campesinado no deberá simplemente combatir a la burguesía en el plano internacional y nacional, deberá igualmente combatir las deformaciones burocráticas. Y si éstas toman amplitud, deberá luchar contra la capa burocrática que se haya cristalizado. Para el período que va del año 1919 a 1923, se pueden encontrar una serie de textos de dirigentes bolcheviques que denuncian el burocratismo y la burocracia. Pero no se encuentra ningún análisis de la burocracia como capa, que cristalizándose, puede jugar un papel autónomo. En el seno de la “oposición trotskysta”, habrá que esperar a 1928 para que se escriba un texto que analice la burocracia bajo este ángulo. Se trata del famoso texto de Christian Rakovsky titulado “Los peligros profesionales del poder”.

LOS CINCO PRIMEROS AÑOS DEL ESTADO OBRERO SOVIÉTICO

Cinco años después de la revolución, en 1922-1923, hubo una gran reflexión a propósito de los problemas del burocratismo y de la forma de combatirlo. Fue sobre todo el principal dirigente del partido, Lenin, quien planteó la cuestión de las deformaciones burocráticas de forma sistemática e intentó aportar una serie de soluciones precisas. El burocratismo es también denunciado por tendencias minoritarias en el partido bolchevique, en particular por la Oposición Obrera (desde 1920-1921) y por la Tendencia del Centralismo Democrático.

¿Qué ocurrió en los cinco primeros años del Estado obrero soviético? El nuevo Estado se encuentra a la cabeza de un país que cuenta con una mayoría aplastante de campesinos.

En el momento de la revolución, no hay más que 3 millones de obreros industriales y 5 años después, ya solo son 1,2 millones aproximadamente.

Lo que aporta la revolución a la mayoría campesina, es el acceso a la tierra; la daban a quienes la trabajaban. El campesinado no se organizó por tanto en las granjas de Estado o en cooperativas. Está esencialmente compuesto de 25 millones de familias campesinas, cada una de las cuales cultiva su parcela de tierra. Los asalariados agrícolas son poco numerosos; las granjas del Estado y las cooperativas solo representan un poco menos del 2% de las tierras cultivadas.

ENTRE 1917 Y 1922, LA POLÍTICA ECONÓMICA SOVIÉTICA PASA POR TRES FASES:

La primera fase permite iniciar las transformaciones socialistas mediante incursiones “despóticas” en el terreno de la propiedad privada, por parafrasear a Marx. *En la situación de Rusia, esto implica la transferencia de la tierra a la nación y su atribución en usufructo a quienes la trabajan, la nacionalización del crédito y de los bancos, la instauración del monopolio del Estado sobre el comercio exterior, la generalización del control obrero, el repudio de la deuda externa...* Lenin, en un discurso al congreso extraordinario de los soviets del 4 de diciembre de 1918, enumera algunas de las medidas citadas más arriba afirmando explícitamente su carácter socialista: “Esta revolución es socialista. La abolición de la propiedad privada de la tierra, la introducción del control obrero, la nacionalización de los bancos son otras tantas medidas que llevan al socialismo. No es aún el socialismo, pero son medidas que nos llevan a él a pasos de gigante. No prometemos a los campesinos y a los obreros un país de jauja de un día para otro, pero decimos: la alianza estrecha de los obreros y de los campesinos explotados, la lucha firme, sin desfallecimiento, por el poder de

los Soviets nos conducen al socialismo” (Lenin, Obras Elegidas, tomo 2, p. 508-509).

El carácter radical de las medidas tomadas desde el día siguiente de la toma del poder no implica de forma alguna en el espíritu de los bolcheviques ilusión alguna sobre la posibilidad de instaurar rápidamente el socialismo en Rusia. Consideran, al contrario, que Rusia no puede alcanzar el socialismo más que con la ayuda de los proletariados de las principales potencias imperialistas de la época, comenzando por el proletariado alemán. Por otra parte, los bolcheviques consideran que, durante una fase transitoria, es necesario mantener un importante sector privado, incluso capitalista, a nivel industrial y comercial. Pero este esquema de partida será rápidamente abandonado, en menos de un año, porque el imperialismo y la contrarrevolución interior desarrollan a un ritmo acelerado una política de agresión exterior y de guerra civil. Por ejemplo, las condiciones puestas por Alemania para la conclusión de la paz de Brest-Litovsk debilitan terriblemente la economía soviética.²

El tratado de Brest-Litovsk es ratificado entre Alemania y la Rusia soviética en marzo de 1918. Se trata de una paz separada entre estos dos países mientras la guerra continúa en el resto de Europa hasta noviembre de 1918. El precio pagado por la revolución para obtener la paz es la pérdida de un tercio de la población, de un tercio de las tierras cultivadas, de la mitad de la industria y del 90% de las minas de carbón en actividad. Ucrania es sustraída a la Rusia soviética cuando representa el 75% de la producción de carbón, los 2/3 de los minerales de hierro, el 80% del azúcar, el 75% del manganeso, el 90% del grano exportable, los 2/3 de la sal.

En el plano interior, se asiste a un sabotaje sistemático

² Para una presentación del tratado de Brest-Litovsk: https://es.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Brest-Litovsk

por parte de la burguesía industrial. Los patronos decretan “lock out” en las fábricas, en particular en las que los obreros aplican el control obrero. Hay que saber que uno de los primeros decretos del poder soviético prevé la generalización de la posibilidad del control obrero. El “lock out” patronal y la voluntad de los trabajadores de ver expropiar a los patronos llevan a la dirección soviética a nacionalizar la mayor parte de las fábricas en julio de 1918.

Bajo la presión de la agresión imperialista y de la contrarrevolución interior, la dirección bolchevique decide entonces pasar al comunismo de guerra, invirtiendo todo el esfuerzo económico en el apoyo a la guerra y esto, con una economía que está ya en una situación desastrosa a causa de las pérdidas debidas al tratado de Brest-Litovsk. Para dar un ejemplo de lo que esto implicaba, en 1920, el Ejército Rojo absorbía el 50% de la producción industrial, el 60% del azúcar, el 40% de los suministros de grasa, el 90% de los calzados para hombre, el 40% del jabón y el 100% del tabaco.

La política llamada del comunismo de guerra crea ciertas ilusiones en una parte de la dirección bolchevique. Como el poder soviético está obligado a dirigir con una mano de hierro toda la economía, es llevado a suprimir los intercambios monetarios entre la industria y el campo. En el campo se procede a requisiciones de trigo para alimentar a las ciudades y el ejército. En las ciudades se retribuye a la clase obrera directamente en especies. Esto produce en una parte de la dirección bolchevique (Bujarin, Preobrazensky) la idea según la cual ya se está pasando a formas de intercambio de tipo socialista pues la moneda está casi suprimida.

Pero es naturalmente una forma de socialismo de la miseria en el que se reparten raciones de hambre. No es en absoluto vivible a largo plazo. Y en cuanto, en el plano militar, el Ejército Rojo logra vencer a la contrarrevolución (finales del año

1920-comienzos de 1921), se abre inmediatamente un debate en la dirección bolchevique a fin de adoptar otro esquema de desarrollo económico. No se tiene ya necesidad de dirigir todo el esfuerzo hacia la guerra, se pueden plantear las cuestiones del desarrollo económico, más exactamente, de la recuperación económica. En efecto, tomando como índice 100, la producción de la gran industria en 1913, ésta ha caído en 1920 ¡al nivel 18! Se trata pues de recuperar suavemente la pendiente de la producción.

Lenin, siguiendo a Trotsky, propone la nueva política económica (NEP) que dice en sustancia: “Ahora hay que realizar una retirada. La presión bajo la que hemos puesto al campesinado con las requisiciones, etc. no puede continuar más. Es preciso convencer al campesinado de que aumente la producción de forma voluntaria. Nosotros suprimimos las requisiciones y las reemplazamos por un impuesto en especies. Permitimos al campesino que venda el excedente de su producción agrícola y relanzamos un comercio privado”. Es una retirada en relación a los primeros años de la revolución porque el poder soviético hace concesiones a los campesinos privados medios y al comercio privado. El propio Lenin dice que esto va a introducir una dinámica muy peligrosa.

Una dinámica de economía privada, una dinámica de renacimiento de la acumulación privada que podría transformarse en acumulación capitalista en el interior de la sociedad de transición. Pero este retroceso continúa, es absolutamente necesario por un período temporal. El tiempo de consolidar la alianza entre la clase obrera y el campesinado.

Estos son, resumidos de forma simplificada, los tres estadios de política económica que se sucedieron a partir de 1917.

En 1921-22 se conoce una situación muy particular para una sociedad que quiere construir el socialismo bajo la di-

rección de la clase obrera. En efecto, ésta no cuenta más que con 1,5 millones de trabajadores industriales, mientras que el ejército cuenta con 5,5 millones de miembros (que acaban de ser desmovilizados).

El aparato de los funcionarios cuenta con casi 6 millones de miembros y recordemos que el campesinado está compuesto esencialmente por 25 millones de familias.

El cuadro siguiente presenta la evolución numérica de las familias campesinas y de los asalariados agrícolas, de los obreros industriales, del ejército y el aparato de los funcionarios entre 1917 y 1922:

	Obreros industriales	Ejército	Funcionarios de las instituciones soviéticas	Familias campesinas	Obreros agrícolas
1917	3.024.000	50.000 (guardias rojos)	-	—	2.000.000
1918	2.486.000	800.000	114.539	18.000.000	—
1919	2.035.000	3.000.000	529.841	—	34.000
1920-21	1.480.000	5.500.000	5.880.000	24.000.000	—
1922	1.243.000	—	—	—	—

La muy fuerte caída del número de obreros en las fábricas se explica por la contribución enorme aportada por éstos al esfuerzo de defensa del Estado obrero, al haberse alistado masivamente en el Ejército Rojo.

Por otra parte, una parte importante de los obreros entró en el nuevo aparato del Estado soviético. Esta debilidad del proletariado industrial no constituye una base de partida favorable al desarrollo de una sociedad socialista. Tanto más en la medida en que las consecuencias de la guerra civil añadidas a las de la Primera Guerra Mundial han marcado terriblemente a la población del Estado soviético. Cerca de 8 millones de personas

murieron durante la guerra civil, de ellas más de 7,5 millones a causa del hambre, el frío y las epidemias, contra 350 000 muertos en combate. El número de muertos durante la guerra civil es superior al de los muertos durante la guerra de 1914 a 1918 en Rusia (alrededor de 7 millones).

EL DEBATE SINDICAL (1920-1921)

De diciembre de 1920 a la primavera de 1921 se desarrolla en el partido bolchevique el debate sindical. Es con ocasión de este debate cuando Lenin es llevado a poner en evidencia la deformación burocrática que marca el Estado obrero soviético y a deducir de ello que los sindicatos debían constituir un órgano de defensa de los trabajadores en relación a dicho Estado. Trotsky fue uno de los principales protagonistas de este debate y adoptó una posición diferente de la de Lenin que le lastró en su lucha antiburocrática posterior.

¿En qué condiciones comenzó el debate? A comienzos de 1920, la guerra civil no ha terminado pero el Ejército Rojo ha recuperado el control de una gran parte del territorio. Al disminuir el peso de la guerra, se plantea la cuestión de la reorganización de la producción. El ejecutivo de los soviets (febrero 1920) y luego el 9º Congreso del Partido (abril de 1920) deciden organizar un servicio de trabajo y constituir “ejércitos de trabajo”. Se trata de movilizar, organizar y desplazar la mano de obra necesaria para el trabajo de reconstrucción. Es Trotsky el encargado por el Buró Político de la dirección de las discusiones así como de una parte de la ejecución de las decisiones. Se da la prioridad a la reorganización de los transportes y Trotsky recibe en marzo de 1920 el cargo de un nuevo ministerio, se convierte en Comisario de Transporte, conservando su puesto de Comisario de la Guerra.

Demostrará una vez más sus capacidades de organiza-

dor reorganizando completamente los ferrocarriles y utilizando para hacerlo a una parte del ejército desmovilizado. Pero para obtener ese resultado, puso de lado la dirección sindical tradicional creando una nueva. Se enemistó con las direcciones sindicales y a ciertos trabajadores.

Frente al agotamiento de la clase obrera, a la desastrosa situación económica, Trotsky proponía la militarización de la clase obrera y de los sindicatos. Consideraba que era necesaria la disciplina militar en la producción, la ausencia en el puesto de trabajo siendo igual a una ausencia en el puesto de combate. Proponía el reemplazo de las direcciones sindicales por direcciones más obreras, y más competentes (lo que implicaba poder recurrir a cuadros provenientes del exterior de la empresa), jugando un papel de correa de transmisión entre el partido, el Estado y la clase obrera. Criticaba los reflejos sindicalistas de defensa de los intereses inmediatos de la clase obrera.

Al comienzo Lenin apoya con firmeza la posición de Trotsky. Luego frente a las protestas de las direcciones sindicales y de ciertos cuadros obreros del partido (a los que hay que añadir la Oposición Obrera), Lenin toma la medida de los peligros que derivaban de la posición de Trotsky y la criticó cada vez más vigorosamente a partir de diciembre de 1920.

Pero tuvo cuidado de circunscribir sus críticas a Trotsky (apoyado por Bujarin y Preobrajenski). No rompió de ninguna forma sus relaciones con Trotsky al contrario de lo que hizo dos años más tarde respecto a Stalin. Lenin sabía medir la amplitud real de las divergencias en el seno de la dirección bolchevique. Lenin dirá en repetidas ocasiones que Trotsky, a partir de que se hizo bolchevique, se convirtió en uno de los mejores! En efecto, Trotsky dirigió la insurrección de octubre de 1917. Fue él quien dirigió a la victoria al Ejército Rojo que contribuyó en gran medida a construir, fue también él quien jugó un papel de primer plano a la cabeza de la Internacional Comunista creada en 1919.

Pero volvamos al debate sobre los sindicatos. Según las posiciones de Trotsky de aquella época, el poder de protesta de los sindicatos respecto al Estado no tiene ya razón de ser en la medida en que ese Estado pertenece a los trabajadores. *A esto Lenin replica que el Estado obrero es un Estado con deformaciones burocráticas. Los obreros deben por tanto conservar una herramienta para defenderse contra las deformaciones y los posibles errores de éste.* Considera que los sindicatos deben ser escuelas del comunismo para empujar a la clase obrera a trabajar mejor, pero también para defenderla sin recurrir no obstante a las huelgas dado que la situación económica es peligrosa.

Lenin tenía razón contra Trotsky. Tenía también razón contra la Oposición Obrera. Trotsky y la Oposición Obrera se reivindicaban del programa del partido que implicaba que los sindicatos debían ejercer la gestión de la economía. Pero, lo que les diferenciaba, es que la Oposición Obrera manifestaba una profunda desconfianza hacia el Estado burocratizado y partiendo de ahí, se negaba a la fusión entre los órganos estatales y los sindicatos, lo que Trotsky proponía.

Según la Oposición Obrera, los sindicatos debían estar en el poder, debían dirigir las fábricas porque representaban verdaderamente a los obreros a diferencia del Estado alcanzado por las deformaciones burocráticas.

Pero hacer de forma que los sindicatos se conviertan en la dirección de las fábricas no constituye una salvaguardia contra la burocracia; es, al contrario, a medio plazo, catalizar la burocratización de los sindicatos y del Estado obrero.

En efecto, si los sindicalistas se convierten en gestores, pierden la posibilidad de controlar la gestión pues la ejercen directamente y corren gravemente el riesgo de convertirse en una rueda de la burocracia. Dar la gestión de las fábricas a los sindicatos es catalizar la burocratización de los sindicatos y del Estado obrero. Hay que mantener, en efecto, una relación dialéctica

entre gestión estatal o pública de una parte y control obrero de otra. Las posiciones de Trotsky, Bujarin, Preobrajensky, Rakovsky, Piatakov, de una parte y las de la Oposición Obrera de otra no permitían mantener una dinámica de control obrero.

Sin embargo, sería erróneo presentar la política defendida por Trotsky como una política de naturaleza burocrática. Quería mediante esta propuesta permitir una ampliación de la democracia obrera. Consideraba que las masas debían jugar el papel esencial en la reconstrucción del aparato económico devastado durante la guerra civil. El problema está en que no veía la necesidad de asegurar la autonomía de los sindicatos en relación al aparato de gestión económica y más en general en relación al Estado. Otro elemento que muestra que la motivación de Trotsky no era burocrática es que estaba apoyado por dirigentes bolcheviques como Preobrajensky, Rakovsky, I.N. Smirnov que a lo largo de los años 20 llevaron a cabo de forma constante una lucha contra la burocracia. Pero si Trotsky no partía de un punto de vista burocrático, las posiciones que defendió en el debate sobre los sindicatos podían alimentar, acelerar la burocratización.

EL ÚLTIMO COMBATE DE LENIN (FIN 1922-COMIENZOS 1923)

En octubre de 1921, Lenin declaraba: “El proletariado industrial debido a la guerra, la ruina o las terribles destrucciones, está desclasado... y ha dejado de existir en tanto que proletariado” (Obras, tomo 33, p. 59). Hablaba también de un Estado obrero con deformaciones burocráticas pronunciadas y declara en particular en el XI Congreso del Partido bolchevique (1922): “Si consideramos la máquina burocrática, ¿quién dirige y quién es dirigido? Pongo muy en duda que se pueda decir que los comunistas dirigen. A decir la verdad, no son ellos quienes dirigen. Son ellos quienes son dirigidos” (Obras tomo 33, p. 293).

¿Quién dirige pues esta máquina burocrática? Es la masa de funcionarios que en gran parte proviene del antiguo aparato de Estado zarista destruido. El poder soviético ha debido guardar toda una serie de especialistas e incluso de oficinistas del zarismo. Hay cifras alucinantes a nivel de la proporción de los funcionarios zaristas en partes del nuevo aparato del Estado.

Lenin encarga a Stalin un estudio sobre esta situación. Éste da los resultados siguientes: para la región de Viatka, de 4766 funcionarios permanentes, hay 4430 que lo eran ya bajo el zarismo. Es naturalmente una masa de funcionarios difíciles de guiar desde un punto de vista comunista.

A finales de 1922, comienzos de 1923, Lenin se lanza a una batalla terrible sobre esta cuestión. En una serie de textos destinados al Comité Central y a todo el partido, en artículos publicados en Pravda, propone soluciones radicales para salir del “marasmo burocrático en el que se ha atascado la revolución”.

EL PARTIDO: SALVAGUARDA ANTIBUROCRÁTICO

En primer lugar considera que el salvaguarda contra las deformaciones burocráticas es el partido bolchevique. Es preciso por tanto proteger al partido contra las deformaciones y menciona en una parte de su “testamento” escrito a finales de 1922-comienzos de 1923, que es absolutamente necesario ampliar el Comité Central. Éste debería duplicarse haciendo entrar en él a unas decenas de obreros de la producción.

Lenin precisa que éstos no deben pasar por el aparato de los soviets (burocratizado) ni haber abandonado la producción desde un cierto tiempo.

Un cierto número de campesinos “sencillos” deben también ser incluidos.

Son precisos obreros de la producción, comunistas de la producción.

LA INSPECCIÓN OBRERA: HAY QUE REFORMARLA PUES ESTÁ BUROCRATIZADA

En segundo lugar, Lenin observa que el gobierno y el partido han comenzado a tener doble empleo: considera que éstos funcionan a menudo de forma poco eficaz y quiere una reforma profunda del sistema de dirección del país que permita precisar mejor la frontera entre partido y gobierno mediante el establecimiento de responsabilidades precisas y la puesta en pie de mejores órganos de control de los aparatos. Lenin declara que hay que reformar completamente la Inspección Obrera y Campesina así como la comisión central de Control. Dos años antes, en 1920, se había creado esta institución soviética a fin de investigar sobre todas las deformaciones burocráticas. Todo ciudadano soviético debía poder denunciar ante esta institución, incluso contra cualquier responsable soviético, hasta el más alto rango. Lenin constata, a finales de 1922, que esta institución de 12.000 funcionarios dirigida por Stalin, se ha convertido en un órgano perfectamente burocrático; es una rueda que se añade al aparato burocrático, es preciso por tanto de forma absoluta reformar la Inspección pues ésta no sirve en absoluto para los fines para los que está destinada.

LENIN ATACA A STALIN POR SU FUNESTO PAPEL EN LA CUESTIÓN NACIONAL

El tercer punto de la reflexión de Lenin se refiere a la cuestión de las nacionalidades, al haber “integrado” el imperio zarista por la fuerza a toda una serie de nacionalidades oprimidas. Sin entrar en los detalles sobre este punto, hay que señalar

que Lenin pone el acento no solo en la obtención de la igualdad de derechos para las naciones oprimidas, como los ucranianos, georgianos, tadjicos, uzbekos, turkmenos, armenios, etc, sino también sobre la garantía de una situación que les permita ponerse al mismo nivel que la nación rusa tradicionalmente dominante. Considera indispensable que las diferentes naciones oprimidas puedan desarrollar su propia cultura y comunicarse en su lengua con la autoridad central de Moscú. En este marco, había que poner en pie una Federación de Repúblicas Soviéticas, y no una única república multinacional. El responsable de la cuestión nacional en el seno del partido y del Estado es *Joseph Stalin*. Lenin se enfrenta con él a partir de la cuestión georgiana. Stalin había entrado en conflicto con la dirección bolchevique georgiana que reclamaba una autonomía relativa para llevar a buen puerto la política comunista en Georgia. Stalin, georgiano él mismo, envió a uno de sus “representantes”, Ordjonikidze, para controlar a la dirección georgiana. El método empleado fue particularmente brutal puesto que Ordjonikidze llegó a golpear a un dirigente comunista georgiano durante una reunión de la dirección. Al enterarse Lenin de esto, envía una carta a la dirección comunista georgiana en la que se declara totalmente solidario con ésta y decide ocuparse a fondo de la cuestión. Redacta un texto que es una verdadera denuncia de los métodos de Stalin al que designa con el término de “Gran ruso chauvinista”.

Los días 30 y 31 de diciembre de 1922, Lenin dicta el texto siguiente: “Un papel fatal ha sido jugado por la prisa de Stalin en su celo de administrador... el internacionalismo del lado de la nación llamada grande (aunque solo sea grande igual que lo es el carcelero), debe consistir no solo en el respeto de la igualdad formal de las naciones, sino también en el esfuerzo hacia una igualdad (real) compensando... la desigualdad que se manifiesta prácticamente en la vida... El georgiano (Stalin, ndlr) que considera con desdén este lado del asunto, que lanza des-

deñosamente acusaciones de “socialnacionalismo” (cuando él mismo no solo es un verdadero, un auténtico social-nacionalista, sino también un brutal carcelero gran ruso), ese georgiano ataca en realidad a la solidaridad proletaria de clase...” (Lenin, Obras, tomo 36, p. 621 y 622. Edición de Moscú).

LA COMPOSICIÓN DE LA DIRECCIÓN

Cuarto punto, Lenin decide pronunciarse sobre la composición del Buró Político. Parece a primera vista un poco raro que el dirigente principal del partido se dirija al Comité Central y a todo el congreso del partido para decir lo que piensa de otros miembros de la dirección y para repartir lo que parece ser buenos y malos puntos. Naturalmente lo que está en juego es en parte el futuro del partido tras la desaparición de Lenin. Este está extremadamente enfermo desde hace varios meses; en cama, escribe lo que se llamará pronto su “testamento”. Teme una escisión en el partido en caso de desaparecer. Considerando que el partido es el último salvaguarda contra los peligros de deformaciones burocráticas del Estado, que la dirección del partido es un punto vital, Lenin desea por tanto pronunciarse sobre la cuestión de la composición del Buró Político. Es la razón de que haga un juicio sobre las personas que lo componen y diga en particular que Stalin debe ser apartado del puesto de Secretario General del Partido. Justifica su posición fustigando su comportamiento brutal, aún tolerable en el plano personal, pero intolerable cuando se trata de alguien que ocupa tales funciones. Por otra parte, valora a Trotsky, “Es indudablemente el hombre más capaz del actual Comité Central” (Lenin, t.36, p. 345, traducido del ruso por Moshé Lewin, El último combate de Lenin, p.88), aunque éste, diga, peca de una visión administrativa de las cosas. Este tipo de defecto de Trotsky añade, ha sido demostrado en debates anteriores sobre los sindicatos y la militarización del trabajo.

DESARROLLO DE LAS COOPERATIVAS Y REVOLUCIÓN CULTURAL EN EL CAMPO

Quinto punto, Lenin se pronuncia por la puesta en pie y el desarrollo de un sistema de cooperativas agrícolas en las que los campesinos entrarían voluntariamente y harían la experiencia de un sistema de relaciones sociales, que les pusieran en el camino del socialismo. (“Hablando con propiedad, nos queda solo hacer que nuestra población sea lo bastante “civilizada” como para comprender todas las ventajas que ofrece una adhesión generalizada a las cooperativas que precisamos ahora para pasar al socialismo” t. 45. p370).

Para Lenin, el sistema cooperativo a generalizar es el que permite a los campesinos comercializar su producción en común. No se trata por tanto aún de pasar a cooperativas de producción colectiva. Lenin engloba en este planteamiento el lanzamiento de una “revolución cultural” en los campos atrasados de forma que aumente su nivel cultural evitando cuidadosamente hacer allí una propaganda esquemática y dogmática para el comunismo. Esta no era la tarea del momento pues las condiciones materiales y culturales mínimas no estaban reunidas (“Esto no debe en forma alguna ser tomado en el sentido de que deberíamos inmediatamente llevar al campo ideas comunistas puras y simples. Mientras no tengamos base material para el comunismo en la aldea, sería, se puede decir, un trabajo nocivo, nefasto para el comunismo” (Lenin, t 45, p. 387). Lenin se pronuncia por la combinación de una parte, de la propagación de las ideas soviéticas en el campo vía grupos de obreros voluntarios, vacunados contra un comportamiento paternalista y burocrático y, de otra parte, por la revalorización de las condiciones de existencia y de trabajo de los maestros de pueblo.

LIMITES DE LA POSICIÓN DE LENIN

En el seno de la dirección bolchevique, Lenin percibe por tanto con una gran agudeza los peligros de deformaciones burocráticas y decide combatirlas. Sin embargo, su reflexión tiene algunos límites. Para él, la burocracia es la herencia del pasado zarista (en parte físicamente es cierto). Añade que si se hubiera pasado por el capitalismo desarrollado, este problema no existiría.

Lenin concibe la burocracia sobre todo como el legado de la herencia zarista cuando es también el producto de la sociedad de transición tal cual es tras la destrucción del aparato zarista. La burocracia ocupa una función en el Estado obrero. Para ilustrarlo, retomemos una imagen utilizada más tarde por Trotsky: si durante una penuria, hay una gran cola delante de una tienda, habrá necesidad de un policía para ordenarla y éste, muy a menudo, se sirve el primero....

El segundo límite de la posición de Lenin concierne al partido. Siempre fue favorable a un debate extremadamente vivo y democrático en el interior y el exterior del partido. Las batallas políticas entre los militantes del partido se desarrollan incluso a través de la prensa. Esto es cierto también en 1918. No solo hay debate en la prensa oficial del partido, el Pravda, sino que incluso se permite a Bujarin, dirigente bolchevique, crear con otros responsables (Preobrajensky, etc.) su propio órgano de prensa fraccional. Constituía una tradición en el partido bolchevique considerar que había que debatir a fondo, pero que una vez tomada la decisión, debía ser aplicada unánimemente.

El problema es que en 1921, Lenin “da un giro” sobre el modo de discusión en el partido. Precisamente en el X Congreso del partido, hay un debate muy duro entre la dirección del partido y la tendencia “Oposición obrera”. Esta última es minoritaria, compuesta de 60 delegados de los 690 en total.

Antes del X congreso, la Oposición Obrera pudo difundir 250 000 ejemplares de su plataforma en el Pravda y en otro folleto, lo que muestra claramente que el carácter democrático del debate sigue siendo importante.

Pero en el último día, cuando varias centenas de delegados han tomado ya el camino de vuelta a su provincia, Lenin plantea la siguiente moción: “Desde hoy, supresión del derecho de tendencia y de fracción en el partido; dado que la Oposición Obrera es minoritaria y que sus posiciones representan un peligro para el Estado obrero, toda propagación de sus posiciones, en el interior del partido, conllevará la exclusión de sus miembros”. Añade que dos dirigentes de la Oposición Obrera deben ser miembros del comité central.

Este texto de Lenin, adoptado con solo 30 votos de oposición, no menciona que la supresión del derecho de fracción y de tendencia es temporal. Este texto comprende además una disposición secreta que prohíbe igualmente los grupos. Será utilizado posteriormente por la fracción Stalin por un plazo indefinido.

¿CÓMO EXPLICAR LA ACTITUD DE LENIN?

Lenin considera que la tensión extrema que se desarrolla en el país -durante el congreso se desarrolla el levantamiento de Kronstad- necesita una limitación de la democracia interna del partido a fin de que éste haga bloque. Sin duda Lenin concibe este cambio como limitado en el tiempo, pero no tiene la prudencia de precisarlo negro sobre blanco. Este error tendrá consecuencias terribles dos años más tarde cuando la fracción estalinista se sirva del texto del X congreso para condenar a la Oposición de 1923 y consolidar así su poder sobre el partido.

Trotsky volverá más tarde sobre esta cuestión con el comentario siguiente:

“El Partido bolchevique, es cierto, prohibió las fraccio-

nes en el X congreso (marzo de 1921), en un momento de peligro mortal. Se puede discutir sobre la cuestión de saber si esto fue justo o no. El curso ulterior de la evolución ha mostrado en cualquier caso que esta prohibición ha sido uno de los puntos de partida de la degeneración del partido. La burocracia se ha apresurado a hacer de esta idea de “fracción” un espantajo para no permitir al partido pensar o respirar. Es así como se ha formado el régimen totalitario que ha matado al bolchevismo” (in *Le Trotskysme et le PSOP*, 25/07/1939. Œuvres, tome 21, page 272).

El tercer límite de Lenin, es la respuesta que da al problema del pluripartidismo en la transición al socialismo. Mientras que los primeros meses que siguen a la toma del poder Lenin y la dirección bolchevique ponen en práctica una política y desarrollan concepciones que implican el respeto del pluripartidismo (los bolcheviques han formado una alianza gubernamental con los Socialistas Revolucionarios de izquierda a finales de 1917-comienzos de 1918), su actitud se modifica progresivamente a lo largo del año 1918 y, en los años que siguen, todos los partidos de oposición son progresivamente prohibidos, incluso reprimidos. La prohibición de los partidos de oposición provocó una limitación muy fuerte de la vida democrática en la URSS.

¿UN BLOQUE LENIN-TROTSKY CONTRA STALIN?

A finales de 1922, comienzos de 1923, Lenin propone un bloque a Trotsky en la batalla sobre los acontecimientos de Georgia y sobre la cuestión nacional en general.

Esta proposición de bloque es consecuencia del acercamiento manifiesto que se ha operado en esa época entre Lenin y Trotsky. En efecto, a finales de 1922, Lenin había manifestado en numerosas ocasiones en el seno del BP y por cartas al CC su

acuerdo con Trotsky sobre las cuestiones clave en discusión.

Es así como llevó la batalla con Trotsky contra los dirigentes bolcheviques -entre ellos Stalin- que querían poner fin al monopolio del Estado obrero soviético sobre el comercio exterior. En la misma época, se declaró de acuerdo con las posiciones de Trotsky sobre la táctica que la Internacional Comunista debía adoptar para ganar la mayoría en la clase obrera. Esto se articula con otros elementos, puesto que Lenin quiere proponer, en el mismo congreso, la ampliación del comité central³, la reforma de la Inspección Obrera y Campesina y la destitución de Stalin.

En diciembre de 1922, cuando Lenin propone a Trotsky un bloque contra la burocracia, éste responde que el combate contra la burocracia debería comenzar por la eliminación de este mal en el seno del partido y en particular en sus instancias supremas. Lenin iba luego a aceptar esta propuesta encargando a Trotsky llevar la batalla por él en el 12º Congreso y declarando en su Testamento que había que destituir a Stalin de su función de secretario general.

Esta última proposición no era conocida más que por los miembros del BP y algunos cercanos colaboradores de Lenin y de Trotsky. Algunos meses más tarde, Lenin, paralizado, no puede estar presente en el 12º Congreso. Trotsky no lleva a cabo la batalla que Lenin le ha propuesto.

Son otros dirigentes bolcheviques, Rakovsky y Bujarin, quienes llevan a cabo la batalla sobre la cuestión de las nacionalidades. Y la lucha contra las deformaciones burocráticas es asumida por Preobrajenski, dirigente que fue uno de los tres secretarios del partido bolchevique.

Con ocasión de la preparación del 12º Congreso se constituye en el seno del Buró Político una alianza fraccional en-

³ Según Isaac Deutscher (t.3 p. 131) en enero de 1923, Trotsky propone un proyecto de reorganización del CC y de sus diversos órganos.

tre Stalin, Zinoviev y Kamenev, la famosa Troika. Ésta se reúne en secreto de forma regular antes de las sesiones del BP a fin de poner en minoría a Trotsky cada vez más a menudo. Preobrajensky es el primer dirigente bolchevique en denunciar públicamente al Congreso la existencia de la Troika.

Durante la preparación del 12 Congreso de la primavera de 1923, Stalin quería ganarse a Trotsky. Sintiéndose amenazado por el bloque propuesto por Lenin a Trotsky, había propuesto al BP que Trotsky hiciera el informe central en lugar de Lenin ausente. Trotsky se niega. Considerando que Lenin no puede ser reemplazado, propone que no haya informe central. Trotsky se encarga del informe sobre la industria.

Trotsky piensa que es posible vía una política económica adecuada recrear las condiciones materiales que permitan, de una parte, al proletariado industrial recuperar toda su vitalidad y, de otra parte, asegurar la “soldadura” entre las ciudades y el campo. En el 12^a Congreso, Trotsky pone por tanto el acento en las transformaciones económicas, mientras que Lenin, si hubiera estado presente, habría puesto ciertamente con toda razón toda su atención en una serie de medidas políticas -entre ellas la dimisión de Stalin del puesto de secretario general- que permitieran al partido comenzar a enfrentarse a la deformación burocrática. A posteriori, Trotsky dará el siguiente juicio sobre lo que habría podido dar de sí el bloque con Lenin o, en ausencia de éste, una batalla realizada en su nombre:

“Nuestra acción común contra el Comité Central, si hubiera tenido lugar al comienzo del año 1923, nos habría asegurado ciertamente la victoria. Más aún. Si hubiera actuado en vísperas del 12º Congreso en el espíritu del “bloque” Lenin-Trotsky contra la burocracia estalinista, no dudo que habría logrado la victoria, incluso sin la asistencia directa de Lenin en la lucha. En qué medida habría sido duradera, es otra cuestión”.

Prosigue declarando en particular que si hubiera lle-

vado a cabo el combate deseado por Lenin: “Mi acción podía ser comprendida, o más exactamente, representada como una lucha personal para tomar el lugar de Lenin en el partido y en el Estado. No podía soñar con esto sin estremecerme. Estimaba que esto podría causar en nuestras filas una desmoralización que habría habido luego que pagar cara, incluso en caso de victoria” (Mi vida , p. 554-555).

En el Congreso de marzo de 1923, Trotsky declara en su discurso que se encuentra en la línea del BP, con ello se desmarca de las intervenciones de la oposición. Trotsky emplea fórmulas fuertes sobre la dictadura del proletariado y sobre el papel del partido bolchevique: “Hemos luchado unánimemente en 1917 por la dictadura del partido, lucharemos hoy contra toda tentativa que tenga por objetivo retirar el monopolio de la dirección a todos los niveles” (en *Trotsky La Lutte antibureaucratique en URSS*, t.1, p.77, 10/18).

Esta fórmula había sido adoptada por el propio Lenin en 1922. aunque para Trotsky y Lenin no tenga la misma significación que para Stalin (que retomará este análisis en su beneficio con el apoyo de Zinoviev en 1924-1925), esta fórmula da una mala educación al partido y es peligrosa en la medida en que, si es cierto que el partido constituye la vanguardia del proletariado aliado al campesinado, no deja de ser cierto que el poder puesto en pie a partir de Octubre de 1917 era ejercido por los consejos obreros y campesinos en cuyo seno el partido bolchevique se había convertido en mayoritario. Uno de los efectos terribles de la guerra civil que siguió a octubre de 1917, es la bajada de la actividad de los soviets (no querida por los bolcheviques) y la transferencia del poder al partido. La fórmula empleada por Trotsky (y Lenin un poco antes) no ponía suficientemente el acento en el hecho de que el ejercicio del poder por el partido era un avatar de la guerra civil y no de Octubre de 1917.

TROTSKY PASA A LA OFENSIVA CONTRA LA BUROCRATIZACIÓN DEL PARTIDO (otoño de 1923)

Tras el Congreso de marzo de 1923, la oposición en el partido bolchevique recupera fuerza, siempre en ausencia de Lenin, que está enfermo. En julio-agosto-septiembre de 1923, hay huelgas y la agitación aumenta en el interior del Partido Bolchevique. Está impulsada principalmente por miembros de las antiguas Oposición Obrera y Centralismo Democrático (los llamados decistas), por el Grupo Obrero y la Verdad Obrera. Esto lleva a Djerzinsky -jefe de la GPU (luego convertida en KGB)-, al que Lenin había propuesto en vano sancionar por su funesto papel en el asunto georgiano, a proponer al CC, en septiembre, poder intervenir en contra de los miembros del partido que se hicieran culpables de luchar en el partido contra la línea de la dirección. Trotsky decide emprender la batalla y dirige el 8 de octubre de 1923 una larga carta al CC en la que declara que la proposición de Djerzinsky refleja hasta qué punto la situación se ha deteriorado en el partido y precisa: “Muchos, muchos miembros del partido, si no la mayor parte, han sido alarmados por los métodos y los procedimientos utilizados en la preparación del 12º Congreso”. Continúa declarando que no se han aplicado las proposiciones económicas que había planteada o en ese congreso y que habían sido adoptadas. Explica sus consecuencias: un profundo descontento de los campesinos que ha afectado luego a los obreros, lo que alimenta el desarrollo de los grupos de oposición.

Trotsky pone luego en cuestión el funcionamiento del partido denunciando al Buró de Organización dirigido por Stalin: “Cuando se toman las decisiones sobre las designaciones, las dimisiones y los traslados, los miembros del partido son evaluados ante todo desde el punto de vista del apoyo que pueden

aportar o no al mantenimiento del régimen interno del partido que es realizado, secretamente y no oficialmente pero muy eficazmente, por el Buró de Organización y el secretariado del Comité Central” (...). “La burocratización del aparato del partido ha alcanzado proporciones inauditas por la aplicación de la selección de los secretarios” (...) “Se ha creado una muy amplia capa de funcionarios del partido, que pertenecen al aparato del Estado o del partido, que han renunciado totalmente a la idea de tener opiniones personales o al menos expresarlas, como si creyeran que la jerarquía del secretariado es la herramienta adecuada para definir las opiniones del partido y tomar las decisiones. Por debajo de esta capa que se abstiene de tener opiniones personales, está la gran capa de la masa del partido a la que cada decisión llega bajo la forma de llamamiento o de orden. En el interior de esta base del partido, hay un extraordinario grado de descontento, en ciertos casos legítimo, en otros, provocado por factores accidentales. Este descontento no es apaciguado a través de un intercambio abierto de opiniones en las reuniones del partido (en la elección de los comités de partes, de los secretarios, etc.) al contrario, continúa desarrollándose en secreto y a veces, conduce a abscesos internos”.

Trotsky propone lo que se llamará un poco más tarde un “Nuevo Curso” para el partido: “La democracia en el partido debe gozar del lugar que le corresponde a fin de prevenir al partido de la amenaza de osificación y de degeneración. El militante de base del partido debe expresar sus insatisfacciones en el marco de los principios del partido y en tanto que miembro responsable del partido”.

Llega entonces a anunciar que expresará en adelante sus divergencias en el exterior del Comité Central: “Los miembros del CC y de la Comisión Central de Control saben que, a la vez que combatiendo resueltamente y sin equívocos la política errónea, he evitado deliberadamente someter la lucha en el interior del Comité Central al juicio de una capa incluso pequeña de camaradas. (...) Me veo forzado a constatar que mis esfuerzos de

estos 18 últimos meses no han producido ningún resultado (...) Pienso que no es solo mi derecho sino mi deber dar a conocer la situación real a todo miembro del partido que yo considere suficientemente preparado, maduro, y que de pruebas de contención, en consecuencia capaz de ayudar al partido a encontrar una vía para salir de este callejón sin salida sin convulsiones fraccionales y sin levantamientos” (Trotsky 8.10.1923).

Trotsky toma así la iniciativa de lanzar una batalla ofensiva contra la burocracia en el interior del partido y decide llevarla a cabo con otros cuadros del partido. Simultáneamente, opera una autocrítica que no era táctica y a la que bastantes de sus biógrafos no han concedido la importancia que debía ciertamente tener en el espíritu de su autor: declara que la actitud que ha adoptado durante 18 meses en el seno del partido no ha producido ningún resultado (ver cita más arriba).

¿QUÉ FACTORES LLEVAN A TROTSKY A CAMBIAR DE ACTITUD?

En primer lugar, la amplitud del descontento obrero (numerosas huelgas) y la gravedad de las medidas represivas que se han traducido en el encarcelamiento de centenares de militantes, algunos de ellos expulsados del partido bolchevique unos meses antes.

En segundo lugar, la esperanza de ver triunfar la tan esperada revolución alemana. Está planificada para fines de octubre de 1923 una insurrección en Alemania. Si el bloque Stalin-Kamenev-Zinoviev se ha opuesto con vigor a la demanda de la dirección comunista alemana de enviar a Trotsky sobre el terreno, no deja de ser verdad que los dos enviados soviéticos Radek y Piatakov le son muy cercanos. Trotsky espera que una victoria alemana permita un relanzamiento sólido del entusiasmo revolucionario de la juventud y de la clase obrera soviéticas, condiciones necesarias para un profundo cambio de curso del régimen del partido bolchevique.

Una semana después de la carta de Trotsky, un texto confidencial firmado por 46 de los más importantes cuadros bolcheviques, entre los cuales están Preobrajenski, ex-secretario del partido, Piatakov, uno de los elementos más prometedores según el Testamento de Lenin, Antonov, Ovseenko, uno de los organizadores de la insurrección de 1917, ... es enviado al BP. Muchos de sus firmantes han estado, en el pasado, estrechamente asociados a Trotsky, otros han formado parte de la antigua oposición decista. Los 46, a los que se puede añadir 3 dirigentes soviéticos en misión en el extranjero, Rakovsky, viejo bolchevique, dirigente de la república de Ucrania, Radek, dirigente de la Internacional Comunista y Krestinsky, ex-secretario del partido, piden la convocatoria de una conferencia extraordinaria del Comité Central ampliado a los “obreros más importantes y más activos del partido”. Los 46 ponen en cuestión a la mayoría del BP por su política económica desastrosa y por el régimen burocrático impuesto al partido.

EL DEBATE SOBRE EL NUEVO CURSO (DICIEMBRE 1923-ENERO 1924)

La respuesta común de la Troika Stalin-Kamenev-Zinoviev toma dos formas: una condena violenta de la carta de Trotsky y de la de los “46” combinada a una apertura. Esta se expresa por el lanzamiento de un debate público vía el Pravda con el objetivo de permitir la aplicación de la democracia obrera en el partido.

Del lado del palo: en el interior de las instancias del partido, Trotsky es acusado de “querer ejercer una dictadura personal en el plano militar y económico” y sus pasadas divergencias con Lenin son mencionadas de forma falsificada.

Los 46 son condenados por el CC ampliado el 25 de octubre de 1923 como constituyentes de una fracción (prohibida

desde el 10º Congreso).

En una nueva carta al CC, Trotsky replica duramente a las críticas que le son dirigidas mostrando el acercamiento ha realizado entre Lenin y él desde finales de 1922 a comienzos de 1923.

Del lado de la zanahoria: como se ha mencionado anteriormente, apertura de un debate público como válvula de seguridad al descontento en el partido. Este debate provoca un aumento del interés de la base del partido por las discusiones. Las expectativas son grandes: lo demuestra el hecho de que en noviembre-diciembre de 1923 la difusión del Pravda, en la que aparece una amplia columna de discusión, se duplica. En público no se hace mención ni a la carta de Trotsky al CC ni a la de los 46. Esto da la falsa impresión de que el BP ha tomado la iniciativa del debate sobre la democracia obrera en el seno del partido sin haber sido presionado. De hecho la Troika abre el debate para canalizarlo.

A finales de noviembre el debate se radicaliza: Preobrajensky en el Pravda del 28 de noviembre de 1923 expresa las críticas de los 46. De otra parte, en las asambleas de base del partido en Moscú, la oposición gana una amplia audiencia.

La discusión de noviembre-diciembre de 1923 encuentra un amplio eco en la prensa del partido (será la última vez antes de la noche estalinista). Hasta mediados de diciembre de 1923, el lector soviético puede tomar conocimiento en el Pravda del contenido exacto de las discusiones que se desarrollan en las asambleas moscovitas del partido. Las intervenciones de los portavoces de la oposición y los artículos de Trotsky son reproducidos in extenso igual que las posiciones de la Troika y de sus partidarios. Las cosas cambian a partir del 11 de diciembre de 1923: en el acta de una asamblea desarrollada en Petrogrado, solo se reproducen las intervenciones de la Troika. Ésta ha obte-

nido el control del Pravda⁴, y los dos jóvenes responsables de la rúbrica de discusión dimiten como señal de protesta. A continuación otros artículos de Trotsky, que vienen a completar su serie Nuevo Curso, son publicados pero flanqueados de artículos que le son virulentamente opuestos y que representan el punto de vista de la Troika sin aparecer necesariamente con firma. A comienzos de enero de 1924, Trotsky, Radek y Piatakov protestan vigorosamente contra este cambio que traduce la radicalización de la Troika. Ésta ha comprendido por una parte la importante audiencia adquirida por la oposición incluso si ésta no tiene los medios para intervenir con fuerza más que en Moscú y, de otra parte, se da cuenta del peligro que representa para ella la actitud de Trotsky, peligro que podría aumentar si éste realizara públicamente su unión con los 46.

Es la razón por la que hasta el 11 de diciembre de 1923, la Troika ha hecho todo lo posible para evitar esta confluencia. Se puede con bastante facilidad, basándose en Pravda, trazar la evolución de la actitud de los protagonistas del debate. El 3 de diciembre de 1923, Stalin, tomando la palabra en un barrio obrero moscovita, declara que hay que llevar a cabo la lucha contra la burocracia en el seno del partido. Para cortar la yerba bajo los

4 A partir de esta fecha -diciembre de 1923- es cuando se puede considerar que Bujarin (responsable del Pravda y pronto miembro titular del BP reemplazando a Lenin), abandonó sus posiciones críticas y se situó en el campo de Stalin, donde permanecerá hasta finales de los años 1920. A finales de 1925, contactará con Trotsky para sumarle al bloque que acaba de realizar con Stalin tras la ruptura de la Troika y primer envío de Zinoviev y Kamenev a la oposición. En su carta a Trotsky, dirá que no se puede impedir temblar cuando piensa en los métodos burocráticos y arbitrarios que prevalecen en el partido. Trotsky le responderá con un rechazo absoluto, tras haberle recordado que él, Bujarin, es corresponsable del régimen interior consolidado en la ofensiva contra la oposición de 1923. Bujarin mantuvo sin embargo su alianza con Stalin (ver carta de Trotsky en Cahier L. Trotsky - juin 1988).

pies de Trotsky y de los 46 insiste especialmente en la necesidad de poner fin a las nominaciones por arriba y volver al principio electivo. Hablando así, rompe con la posición que tomó en el 12º Congreso de la primavera de 1923 en el que decía que al lado del aparato del Estado deformado burocráticamente, el partido seguía sano. Por otra parte, afirma que hay identidad de puntos de vista entre Trotsky y el resto del BP; dirige su tiro contra los 46.

El 5 de diciembre de 1923, el BP adopta un texto redactado por Trotsky (con Bujarin, según parece) y enmendado por Stalin y Kamenev, en el que la dirección anuncia la necesidad de un nuevo curso a fin de cambiar el régimen interno del partido. Stalin ha insistido en particular en que tal texto fuera adoptado y estuvo de acuerdo en asumir una serie de puntos que Trotsky desarrollaba desde octubre de 1923. Stalin considera que con la adopción de este documento publicado a los dos días en el Pravda, ha logrado disociar a Trotsky de los 46 y aparecer como cabalgando el movimiento por el Nuevo Curso.

Trotsky, por su parte, ve en ello una victoria de los partidarios del cambio. Sin embargo, para verificar la fiabilidad del acuerdo realizado con la Troika, dirige el 8 de diciembre a una asamblea del partido en Moscú una carta en la que expresa su visión del texto del BP. Esta carta publicada el 11 de diciembre hace el efecto de una bomba pues pone en evidencia el peligro de ver a los burócratas poner cara de aceptar el cambio para mejor impedirlo: “Y ahora los burócratas están dispuestos formalmente a “tomar acta” del “Nuevo curso”, es decir a prácticamente enterrarlo”.

Ataca así implícitamente a Stalin que declaraba el 3 de diciembre que el Nuevo Curso tiene que ver en gran medida con una cuestión de nueva pedagogía. Trotsky considera al contrario que “es necesario abordar la cuestión, no desde el punto de vista pedagógico, sino desde el punto de vista político. No hay que hacer depender la aplicación de la democracia obrera del grado de

“preparación” de los miembros del partido para esta democracia. Nuestro Partido es un partido. Podemos presentar exigencias rigurosas a quienes quieren entrar en él y permanecer en él; pero una vez que se es miembro, se participa por ello mismo en toda su acción”. Añade: “Es necesario regenerar y renovar el aparato del partido y hacerle sentir que no es más que el ejecutor de la voluntad de la colectividad”. Presenta la resolución del 5 de diciembre como una ruptura con el pasado reciente mientras que la Troika tiende a presentarla como la consecuencia lógica de las decisiones del CC de octubre de 1923. Lo que va a constituir el objeto de una polémica muy dura, es que Trotsky declara en su carta que hay un peligro de degeneración de la vieja guardia bolchevique que podría conocer una evolución comparable a la de la dirección de la II Internacional en vísperas de la Primera Guerra Mundial.

En los días que siguen a la adopción por el BP de la resolución del 5 de diciembre se celebran en Moscú varias asambleas generales de barrio. Trotsky no puede estar presente en ellas pues está muy enfermo desde fines de octubre (las reuniones del BP tienen que celebrarse en su apartamento del Kremlin). Los portavoces de los 46 que asisten a esas asambleas apoyan la resolución del 5 de diciembre así como los puntos clave de la carta de Trotsky. La oposición logra ganar una muy amplia mayoría en una serie de asambleas amplias celebradas en Moscú. En una de ellas, Kamenev hablando por el CC no obtiene más que seis votos frente a una aplastante mayoría favorable a Preobrajensky. Los dos tercios de las células bolcheviques en el Ejército Rojo en Moscú votan por la oposición. Una gran parte de los dirigentes de las Juventudes Comunistas así como las células de las Escuelas superiores constituidas esencialmente de jóvenes obreros con beca, apoyan igualmente a la oposición. En las células de fábrica moscovitas, la oposición fue por el contrario minoritaria. 67 células la apoyaron de un total de 346 (no se conoce el porcentaje

que obtuvo la oposición en las células en que fue minoritaria). Como subraya el historiador E.H.Carr: “El fracaso de la oposición en el proletariado revelaba la debilidad no solo de la oposición sino también la del propio proletariado” (En “Interregno” p. 327). De hecho, en 1923, el proletariado soviético no es ya más que la sombra de lo que había sido cuando la toma del poder en 1917.

En total, la oposición obtuvo el 36% de los votos en los órganos de base del partido en Moscú. Es una cifra impresionante si se tiene en cuenta que la Troika se declaraba ella misma favorable al Nuevo Curso a la vez que atacaba virulentamente a la oposición por su carácter fraccional y cuando se sabe que los partidarios de ésta se sabían amenazados de medidas de marginación cuando no de expulsión. Por otra parte, la Troika no se contentó durante mucho tiempo con amenazas: Antonov-Ovseenko, responsable político del Ejército Rojo y opositor será destituido y 15 dirigentes de las Juventudes Comunistas conocerán la misma suerte o serán enviados a provincias. Algunos meses más tarde, una ola de exclusiones golpeará a otros miembros y partidarios de la oposición.

Cuando la 13ª Conferencia del partido se celebró a mediados de enero, la Troika se encontró asegurada de una mayoría aplastante. Había conseguido controlar las organizaciones provinciales salvo en Riazan, Penza, Kaluga, Simbirsk y Cheliabinsk donde la oposición logró la mayoría gracias a la presencia de cuadros opositores que, apartados de Moscú, habían sido relegados allí algunos meses antes.

¿QUÉ BALANCE DE LA DISCUSIÓN SOBRE EL “NUEVO CURSO”?

En primer lugar, el sistema de control del partido por la burocracia se reveló muy eficaz, fue sacudido durante la discusi-

ón, pero aguantó.

En segundo lugar, la ola de reflujo en el seno del partido, durante un momento contrarrestada por la perspectiva de una victoria en Alemania -y en menor medida por la apertura del debate en noviembre de 1923- seguía siendo muy fuerte.

Tercero, las posiciones de Trotsky y de los 46 convergían en gran medida tanto en el plano del cambio que había que dar al régimen interno del partido como en el plano económico. El carácter limitado de este estudio no permite presentar de forma detallada las proposiciones económicas de la oposición. Sin embargo, hay que considerar que tanto Trotsky como Preobrajensky y Piatakov ponían el acento en la necesidad de desarrollar de forma planificada la industria estatalizada en el marco de la NEP. Esto correspondía a una preocupación de Trotsky expresada desde el año 1922 y con la que Lenin había finalmente expresado muy claramente su acuerdo (ver tomo 45 de sus obras a propósito del Gosplan). Trotsky, Preobrajensky y Piatakov subrayaban que en ausencia de tal desarrollo planificado, la NEP iba a producir efectos cada vez más perversos, lo que negaban la Troika y Bujarin. Está claro que si la línea de la oposición hubiera sido adoptada por el partido, ello habría permitido evitar la catástrofe económica de finales de los años 1920.

La batalla llevada a cabo por Trotsky y los 46 constituye la primera ofensiva pública concertada de un miembro del Buró Político y de una serie impresionante de cuadros del partido contra la fracción estalinista y sus aliados. El hecho de que hubiera unión entre Trotsky y los 46 ha sido puesto en cuestión por Isaac Deutscher de forma equivocada en su cautivadora biografía de Trotsky. Otro historiador que constituye una autoridad en el tema como E.H.Carr afirma con razón que la carta del 8 de octubre de 1923, de Trotsky no había podido no ser objeto de una concertación con los dirigentes de los 46. Pero no pone suficientemente el acento en el hecho de que los 46 se apoyaban sin reserva en las tomas de posición de Trotsky de octubre de 1923 a enero

de 1924. La lectura de sus propias intervenciones públicas no deja sin embargo ninguna duda al respecto (ver Preobrajensky, Saprónov, Piatakov, o.cit.) Pierre Broué en su libro Trotsky da una visión correcta de los hechos.

Sobre una cuestión, Preobrajensky y Trotsky adoptan sin embargo una táctica diferente (que no señala Broué). El primero propone la supresión de la prohibición de la fracciones y grupos decidida por el X Congreso. Declara que el ejercicio por los militantes del derecho a constituirse en grupo que defiende el mismo tipo de proposición, permitiría poner fin a la existencia de agrupamientos secretos que impiden progresar en el debate y que constituyen abscesos fijados. Declara que esos grupos, si fueran permitidos, no tendrían más que un carácter temporal -el tiempo durante el que se desarrolla la discusión preparatoria a tal o cual conferencia o congreso- y que su composición podría variar en función de los temas en debate...

Trotsky compartía en el fondo la posición de Preobrajensky, pero no deja de ser cierto que no hace la propuesta de poner fin a la prohibición de los grupos y tendencias. Por el contrario, Stalin estaba por que se reafirmara su prohibición, lo que le lleva a enredar a Trotsky en la redacción del texto del BP del 5 de diciembre. Stalin mismo lo relatará más tarde: “El camarada Kamenev y yo mismo poníamos por delante de forma determinante la cuestión de los grupos. El camarada Trotsky protestó bajo forma de ultimátum, declarando que, en tales circunstancias, no votaría en favor de la resolución. A partir de ahí, nos hemos limitado a hacer referencia a una parte de la resolución del X Congreso que, sin duda alguna, Trotsky no leyó en aquella ocasión y en la que se mencionaba que no solo las fracciones eran prohibidas, sino también los grupos” (Stalin, citado por Carr, op.cit. p. 304).

Engañado o no, Trotsky había decidido de todas formas no llevar a cabo explícitamente la batalla para poner fin a la decisión del X Congreso.

Ciertamente, pensaba que sería imposible ganar una mayoría sobre esta cuestión tan sensible. En particular porque esto habría sido presentado por la Troika como la puesta en cuestión de una medida querida por Lenin. Sin embargo, el hecho de que la oposición no pudiera organizarse oficialmente como grupo disminuía sus posibilidades de ganar más partidarios.

OTRA CUESTIÓN TÁCTICA HA SIDO OBJETO DE UN JUICIO CONTROVERTIDO.

Se trata de la oportunidad para Trotsky de firmar con la Troika el texto del BP del 5 de diciembre. Carr, por ejemplo, ve ahí la prueba de que Trotsky se contenta con una victoria sobre papel cuando Stalin y sus aliados no están dispuestos a mantener sus compromisos. Esta crítica no parece oportuna pues ¿cómo explicar que, si se contentaba con el texto, Trotsky haya decidido redactar casi inmediatamente una carta pública sobre su versión del acuerdo realizado? De hecho, creo que en esta ocasión, Trotsky sacando una lección clave del debate sobre la cuestión georgiana, no se contenta con un compromiso, aunque sea bueno al 90% y continúa la ofensiva públicamente para lograr un verdadero cambio de régimen. Haciendo esto, evita el aislamiento de los 46 buscado por la Troika. Por su parte, los portavoces de los 46 se apoyan enérgicamente en este texto, consideran que éste refuerza su posición (ver las intervenciones de Preobrajensky, Saprónov, Piatakov de diciembre 23-enero 24 reproducidas por New Park Publications).

Sin embargo, esta táctica de Trotsky tiene su reverso: el texto del 5 de diciembre, da la impresión que hay ahora un acuerdo en el seno del BP, que la Troika desea aplicar claramente el Curso Nuevo. Stalin decide aprovechar al máximo la situación. Disgustado por un momento por la toma de posición de Trotsky el 8 de diciembre, Stalin decide cambiar de táctica: en un artí-

culo de Pravda del 15 de diciembre, denuncia públicamente por primera vez a Trotsky reprochándole su duplicidad. Tras haberle acusado de intentar enfrentar a los jóvenes con los viejos, Stalin termina su artículo con el “¿a quien beneficia el crimen?”

“¿Porqué esta tentativa de desprestigiar a la vieja guardia y de halagar demagógicamente a la juventud a fin de abrir y luego ampliar una fisura entre estos dos destacamentos principales de nuestro Partido? ¿A quién puede servir esto, si no se quiere ver más que el interés del Partido, su unidad, su cohesión, sin intentar romper esta unidad en beneficio de la oposición? ¿Es así como se defiende al Comité Central y su resolución sobre la democracia en el interior del Partido, resolución adoptada además por unanimidad? Por lo demás es bien evidente que Trotsky no se ha propuesto este objetivo cuando ha dirigido su carta a las conferencias del Partido. Manifiestamente, su intención era otra: proporcionar un apoyo diplomático a la oposición en su lucha contra el Comité Central del Partido, a la vez que pretendía defender la resolución del Comité Central. Es lo que explica, propiamente hablando, la duplicidad de la que está marcada la carta de Trotsky. Trotsky hace bloque con los centralistas democráticos y una parte de los comunistas “de izquierda”: tal es el sentido político de su carta” (Pravda, 285, 15/12/1923. Firmado: J. Stalin).

Se puede plantear hasta el infinito la cuestión de saber si otra táctica de Trotsky habría sido posible a finales de 1923. Puede imaginarse otro escenario. Primeramente, Trotsky habría podido de manera pública y explícitamente tomar la cabeza de la oposición de los 46 y proponer la supresión de la prohibición de los grupos.

Habría podido negarse a firmar un texto con la Troika. La opción entre dos líneas y dos grupos de dirigentes habría resultado más clara. Pero, no es evidente que tal táctica habría sido

más eficaz, y por varias razones. La primera, es que la creación de tal reagrupamiento formal de la oposición habría sido condenado y sancionado como fraccional por el CC... La segunda, es que ni Trotsky ni los 46 consideraban oportuno proponer una dirección alternativa; declaraban incluso no querer un cambio de composición de la dirección. La tercera razón es que, de todas formas, la mayoría del BP, la Troika secreta, se habría presentado como la garantía de la unidad del partido, como la mejor representante de la vieja guardia y habría declarado que quería también la democracia interna... salvo los grupos, fracciones, en definitiva, todo lo que podía representar un peligro de escisión del partido. Para hacerse un juicio sobre la actitud de Trotsky también hay que tener en cuenta el que ningún dirigente de los 46 le criticó por su actitud. Al contrario.

LA MUERTE DE LENIN

La última intervención de Lenin en dirección al partido remonta al primer trimestre de 1923. Su ausencia afectará duramente al partido. Su muerte, el 21 de enero de 1924, sobreviene una semana después de la derrota de la oposición. La ceremonia de despedida de los restos mortales será altamente simbólica. Stalin se las arregla para impedir que Trotsky participe. Mientras que Trotsky, por consejo de los médicos del Kremlin y del BP, estaba en camino hacia el Sur, Stalin le comunica la noticia de la muerte de Lenin transmitiéndole una fecha falsa de los funerales para convencerle de la imposibilidad de dar marcha atrás en el camino para llegar a tiempo a Moscú. Ausente Trotsky, es la ocasión para los miembros de la Troika de presentarse como los únicos continuadores de Lenin. La forma de la ceremonia está totalmente en contradicción con la voluntad de Lenin. La Troika, en efecto, decide embalsamarle.

Es el comienzo de un culto del difunto que, con el pretexto de proseguir su combate, lo desnaturaliza completamente

e intenta justificar todas las decisiones tácticas de la Troika (el discurso de Stalin en el II congreso de los Soviets es totalmente edificante sobre esto, citado por Deutscher en su "Stalin" p. 333).

Muerto Lenin, corresponde a su compañera a quien ha remitido su texto sobre la composición de la dirección (redactado en dos tiempos: diciembre 1922/enero 1923) y conocido como su "Testamento", demandar su publicación para el próximo congreso. En ausencia de Trotsky, el BP decide no comunicar el texto, pero decide sin embargo hacerse respaldar por el CC que precede al congreso de mayo de 1924. El texto es por tanto comunicado al CC. Significa una bomba para sus miembros, que sin embargo están en gran medida situados tras la Troika. Según un testigo de la escena, Zinoviev declaró "Comaradas, cada palabra de Ilitch (Lenin) es ley para nosotros. Hemos jurado hacer todo lo que Lenin moribundo nos ha ordenado hacer (...) Pero nos sentimos felices al decir que, sobre un punto, los temores de Lenin se han revelado infundados. Puedo apostar por nuestro secretario general" (Bajanov, citado por Deutscher op.cit. p. 335). Se decidió a continuación, a pesar de una minoría significativa (entre ellos la viuda de Lenin, Krupskaja), no comunicar el texto al congreso. Habrá que esperar 60 años para que el público soviético pudiera conocer por vías oficiales el contenido de dicho Testamento. Trotsky se calló durante la discusión, no cree que la divulgación del texto podría cambiar la situación.

CONCLUSIONES

LA ACTITUD DE LENIN Y TROTSKY FRENTE A LA BUROCRATIZACIÓN

Antes de llegar a un análisis crítico de la actitud de Trotsky en 1923, creo necesario recapitular sobre la actitud de Lenin en su último combate. Éste decidió a finales de 1922-comienzos de 1923, como hemos visto, montar una verdadera máquina de

guerra para provocar la derrota de la fracción estalinista y de sus aliados, sancionada por la expulsión de Stalin del puesto de secretario general. Tiene previstas, por otra parte, una serie de reformas de las instancias de dirección del partido y del Estado. En fin, considera que Trotsky debe ocupar un lugar clave en la dirección del Estado obrero (le propone convertirse en el vicepresidente del Consejo de Comisarios del Pueblo, lo que llevaría normalmente a la presidencia en caso de desaparición de Lenin).

En consecuencia, declara a la dirección del partido que forma un bloque con Trotsky. Lenin hace esto tras haber revisado su actitud en relación al reparto de tareas en el seno del Buró Político (papel predominante de Stalin en ausencia de Lenin, gracias a su control sobre el buró de organización) y de la dirección del Estado.

No deja de ser cierto sin embargo que fue Lenin quien llevó a Stalin a los puestos que éste ocupa, lo que le ha permitido constituir su fracción poniéndola en una serie de puestos clave. Hay que recordar igualmente que Lenin obtuvo la prohibición de las fracciones y de las tendencias en el X Congreso sin precisar su duración. Lenin no debe naturalmente ser tenido a pesar de todo por responsable de la constitución y de la consolidación de la fracción estalinista. En su último combate, Lenin puso toda su energía en la lucha antiburocrática.

Stalin y el estalinismo constituyen la antítesis del pensamiento y de la acción de Lenin. Trotsky, en varios textos muy fuertes, vuelve de forma autocrítica sobre su pasado conciliador de antes de 1917 (ver en particular *Cahiers Léon Trotsky* de junio de 1988) pero no añade su actitud del primer semestre de 1923. Sin embargo creo que, en la primavera de 1923 también, dio equivocadamente, pruebas de conciliación hacia la fracción estalinista y de sus aliados coyunturales (Kaménev-Zinoviev hasta 1925). ¿Habría permitido una actitud diferente cambiar el curso de la historia? Es muy difícil responder afirmativamente

a esta pregunta pero, no obstante, tengo la convicción de que el combate de la oposición de 1923 habría sido indudablemente más fuerte si Trotsky hubiera llevado a cabo una batalla abierta desde el congreso de la primavera de 1923.

Lo que no vio durante el debate sobre la cuestión georgiana de la primavera de 1923 (lo comprendió por el contrario en diciembre de 1923), es que la Troika no retrocedía más que momentáneamente para mejor reforzar su posición a continuación. En la primavera de 1923, Lenin era partidario de un combate diferente, Trotsky lo sabía, pero no medía todo su alcance. Lenin se negaba a un acuerdo con Stalin sobre la cuestión georgiana y sobre otras cuestiones. Quería infligirle una derrota política completa sancionada por una decisión organizativa: su destitución. Lenin había sabido, en numerosos momentos decisivos de la historia del partido, zanjar organizativamente problemas políticos. Trotsky no comprendió en ese momento este aspecto vital del combate político.

¿Era posible la destitución de Stalin en ausencia de Lenin? Difícil responder. Pero la batalla merecía que se llevara a cabo. Si Stalin hubiera podido ser obligado a dimitir del puesto de secretario general, la lucha antiburocrática se habría facilitado. No habría sido ganada sin embargo pues Stalin (como puso en evidencia Trotsky más tarde) no era más que la emanación y el portavoz de la capa burocrática que comenzaba a estabilizarse, a cristalizarse en los poros de la sociedad soviética, del Estado y del partido bolchevique desde el comienzo de los años 1920.

La lucha para extirpar el cáncer burocrático implicaba cambios de conjunto comprendiendo una recuperación de la autoactividad de las masas, un relanzamiento concomitante de los soviets (que será propuesto por la Oposición Unificada en 1926-1927), la restauración del derecho de tendencia en el Partido y el pluripartidismo. La destitución de Stalin no habría constituido por tanto la salida de la lucha antiburocrática pero habría repre-

sentado un punto de inflexión favorable a ésta.

A partir de octubre de 1923, Trotsky rompe con la actitud que adoptó anteriormente y se lanza con los 46 en la primera ofensiva pública y concertada de cuadros clave del bolchevismo contra la burocracia en el interior del partido, lo que Lenin no había podido hacer anteriormente. Los artículos de Trotsky (ver *Nuevo Curso*) constituyen para el año 1923 la mejor explicación de la burocratización y de lo que había que oponerle. Es apoyándose sobre el *Nuevo Curso de Trotsky* como los 46 combaten y ganan una influencia significativa en el partido. Tras la derrota de la Oposición en enero de 1924, habrá que esperar dos preciosos años para que Trotsky recupere la iniciativa de la lucha. Trotsky estuvo paralizado políticamente entre enero de 1924 y finales de 1925 en un momento completamente crucial para el partido, el momento en que progresan de forma importante las deformaciones burocráticas. Estuvo paralizado políticamente en el sentido en que no toma la cabeza de una batalla a la vez política y organizativa con el objetivo de intentar poner a Stalin y sus aliados en minoría.

Políticamente paralizado, lo que no quiere decir que ha dejado de reflexionar y de debatir con otros cuadros claves del partido que comparten su oposición a la burocratización: al contrario, analiza paso a paso ésta y manifiesta su oposición abiertamente en el BP (donde está completamente aislado) y por cartas confidenciales a sus aliados. Por el contrario, considera que no es posible recurrir a una batalla abierta en el partido y la Internacional.

Es a partir de 1926 cuando Trotsky retoma el combate de forma decisiva contra la burocracia termidoriana. Antes de que ésta se lanzara a la colectivización forzosa y a una represión de masas que destruyó físicamente al partido bolchevique, crea la oposición unificada.

Para concluir este estudio, me queda volver sobre una

de las lagunas de la comprensión que tenían los dirigentes bolcheviques de los problemas de la transición en los primeros años de la revolución. He evocado esta laguna ya en la introducción.

En los artículos de Trotsky, en las intervenciones de los 46, igual que en los últimos textos de Lenin, la burocracia no es aún percibida como un actor social y político independiente, a la vez secuela del pasado zarista y producto de las condiciones particulares del desarrollo del Estado obrero soviético. Era por supuesto, muy difícil a los protagonistas predecir la función que iba a ocupar la burocracia. En 1923-1924, en los años que siguieron, los opositores de izquierdas (Trotsky, Rakovsky, Preobrajensky, Piatakov...) consideraban que la burocracia planteaba el riesgo, por la política errónea que imponía al partido, de reforzar las fuerzas sociales que querían la restauración del capitalismo, es decir los nepman, los kulaks, etc.

No comprendían que la burocracia tenía un objetivo específico de monopolización del poder y de cristalización de sus privilegios sin que esto implicara la restauración del capitalismo. Este error de perspectiva (fácil de evidenciar retrospectivamente) explica en parte la adhesión de Preobrajensky a Stalin en 1929 cuando éste, rompiendo con la NEP, dará la impresión de volver a una política proletaria socialista.

Corresponde a Rakovsky y luego a Trotsky haber comprendido progresivamente a partir de 1928 el lugar específico ocupado por la burocratización en el Estado soviético. Corresponde a Trotsky y a los militantes que compartieron ese combate hasta el final haber sabido llevar a cabo una lucha indefectible contra la burocracia estalinista y haber producido un análisis acabado de la degeneración del Estado obrero soviético (ver *La Revolución Traicionada*). En el momento del balance, es completamente fundamental subrayarlo.

EL COMBATE DE LEÓN TROTSKY, ROSA LUXEMBURG Y LA IV INTERNACIONAL POR LA DEMOCRACIA SOCIALISTA

El combate de L. Trotsky y de la Oposición de Izquierdas constituye un aporte fundamental a la lucha por la democracia en la transición al socialismo tanto desde el punto de vista práctico como desde el punto de vista del análisis de los procesos de deriva dictatorial tras la toma del poder. Sin una comprensión del proceso de degeneración, no se puede definir una política para hacerle frente. Desde este punto de vista, el libro “La revolución traicionada”, redactado por León Trotsky a mediados de los años 1930 constituye una herramienta indispensable.

L. Trotsky escribió en 1939: “El Partido bolchevique, es cierto, prohibió las fracciones en el X congreso (marzo de 1921), en un momento de peligro mortal. (...) El curso ulterior de la evolución ha mostrado en cualquier caso que esta prohibición ha sido uno de los puntos de partida de la degeneración del partido. La burocracia se ha apresurado a hacer de esta idea de “fracción” un espantajo para no permitir al partido pensar o respirar. Es así como se ha formado el régimen totalitario que ha matado al bolchevismo” (*in Le Trotskysme et le PSOP, 25/07/1939. Œuvres, tome 21, page 272*).

Trotsky y la IV Internacional lucharon por una verdadera revolución política en la URSS, una revolución que debía permitir a las masas derrocar el poder de la burocracia y reconstituir órganos de poder democráticos. Veamos a continuación extractos de uno de los textos esenciales adoptados por la IV Internacional en su congreso de fundación (1938):

“La Unión Soviética ha salido de la revolución de Octubre como un Estado obrero. La propiedad estatal de los medios de producción, condición necesaria del desarrollo socialista, ha abierto la posibilidad de un crecimiento rápido de las fuerzas pro-

ductivas. El aparato del Estado obrero, aislado, sufrió mientras tanto una completa degeneración, transformándose de instrumento de la clase obrera, en instrumento de violencia burocrática contra la clase obrera y en forma creciente, en instrumento de sabotaje de la economía” (*Programa de Transición*, <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1938/prog-trans.htm>)

El texto contenía una serie de tareas y de reivindicaciones para llevar a buen puerto la restauración de la democracia socialista:

“El nuevo auge de la revolución en la U.R.S.S. comenzará sin ninguna duda, bajo la bandera de la lucha contra la desigualdad social y la opresión política.

¡ Abajo los privilegios de la burocracia!

¡ Abajo el stajanovismo!

¡ Abajo la aristocracia soviética con sus grados y decoraciones!

¡Más igualdad en el salario de todas las formas de trabajo!

(...)

La lucha por la libertad de los sindicatos y los comités de fábrica, por la libertad de reunión y de prensa, se desarrollará en lucha por el renacimiento y regeneración de la democracia soviética (...).

Es necesario devolver a los soviets no solamente su libre forma, democrática, sino también su contenido de clase (...).

La democratización de los soviets es inconcebible sin la

legalización de los partidos soviéticos. Los obreros y los campesinos, por sí mismos y por su libre sufragio decidirán qué partidos serán considerados como partidos soviéticos”. (*Programa de Transición*, <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1938/prog-trans.htm>).

Para comprender este texto de 1938, hay que recordar la destrucción de las conquistas de la revolución de octubre que acababan de cometer Stalin y sus comparsas: colectivización forzada, agravación de las condiciones de trabajo en las fábricas con el movimiento estajanovista, aumento de las desigualdades, represión del derecho de expresión, represión y control de los artistas, creación del gulag, condena y ejecución de los dirigentes del Partido bolchevique de 1917, de los dirigentes de la insurrección de octubre. De 1936 a 1938 se sucedieron 4 oleadas de procesos, llamados “Procesos de Moscú”. Tres procesos concluyeron, bajo la orden de Stalin y de su clan, con la condena de los principales dirigentes del partido. Todos los nombres que figuran en este texto están concernidos: Zinoviev, Kamenev, Smirnov, Piatakov, Radek, Bujarin, Rakovski, Preobrajenski, Antonov-Ovseenko, Krestinski... La mayor parte fueron ejecutados. Y solo tuvieron derecho a un proceso quienes, en algunos casos bajo la tortura, confesaron sus “traiciones”. Centenas de miles de militantes o de personas consideradas como opositores fueron ejecutadas con una bala en la cabeza sin otra forma de proceso.

El proceso de mayo-junio de 1937 apuntó a los responsables militares soviéticos, entre ellos dirigentes del Ejército Rojo de la guerra civil (Mijail Tujachevski, mariscal y vicecomisario de Defensa, Iona Yakir, Comandante de la región militar de Kiev, por ejemplo). Como consecuencia de este proceso, el Ejército Rojo quedó decapitado justo antes de la Segunda Guerra Mundial.

Trotsky fue asesinado por un agente de Stalin en agosto de 1940 en México (ver el documental “Asaltar Los Cielos” 1996,

de José Luis López-Linares, Javier Rioyo <https://www.youtube.com/watch?v=FzpOLwMnsQ0>).

EL COMBATE POR LA DEMOCRACIA Y LA CULTURA EN EL ARTE

El Manifiesto por un Arte Revolucionario Independiente (redactado en julio del 1938 por André Breton y León Trotsky, firmado para su publicación por André Breton y el pintor mexicano Diego Rivera) constituye igualmente una referencia de una gran actualidad:

“El verdadero arte, es decir aquel que no se satisface con las variaciones sobre modelos establecidos, sino que se esfuerza por expresar las necesidades íntimas del hombre y de la humanidad actuales, no puede dejar de ser revolucionario, es decir, no puede sino aspirar a una reconstrucción completa y radical de la sociedad, aunque sólo sea para liberar la creación intelectual de las cadenas que la atan y permitir a la humanidad entera elevarse a las alturas que sólo genios solitarios habían alcanzado en el pasado. Al mismo tiempo, reconocemos que únicamente una revolución social puede abrir el camino a una nueva cultura

(...)

Reconocemos, naturalmente, al Estado revolucionario el derecho de defenderse de la reacción burguesa, incluso cuando se cubre con el manto de la ciencia o del arte. Pero entre esas medidas impuestas y transitorias de autodefensa revolucionaria y la pretensión de ejercer una dirección sobre la creación intelectual de la sociedad, media un abismo. Si para desarrollar las fuerzas productivas materiales, la revolución tiene que erigir un régimen socialista de plan centralizado, en lo que respecta a la creación intelectual debe desde el mismo comienzo establecer y

garantizar un régimen anarquista de libertad individual. ¡Ninguna autoridad, ninguna coacción, ni el menor rastro de mando! Las diversas asociaciones de hombres de ciencia y los grupos colectivos de artistas se dedicarán a resolver tareas que nunca habrán sido tan grandiosas, pueden surgir y desplegar un trabajo fecundo fundado únicamente en una libre amistad creadora, sin la menor coacción exterior.

De cuanto se ha dicho, se deduce claramente que, al defender la libertad de la creación, no pretendemos en manera alguna justificar la indiferencia política y que está lejos de nuestro ánimo querer resucitar un pretendido arte “puro” que ordinariamente está al servicio de los más impuros fines de la reacción”. (<http://www.aporrea.org/ideologia/a214701.html>)

Efectivamente, es necesario afirmar la libertad del artista para evitar toda pretensión del Estado revolucionario o de una vanguardia revolucionaria de regentar la creación cultural antes o después de la ruptura con el capitalismo.

LA DEMOCRACIA SOCIALISTA, PLURALISTA Y VIVA

El Manifiesto adoptado por el *13º Congreso Mundial de la IV Internacional* (febrero 1991) contiene una presentación sintética de la cuestión de la democracia en la fase que sigue a la revolución: “La democracia socialista, pluralista y viva, la libre confrontación de las diferentes alternativas entre diferentes prioridades, la independencia de las organizaciones políticas y sociales respecto al aparato del Estado, no son un lujo reservado a los países más ricos, que los países más pobres deberían remitir a tiempos mejores. Constituyen, para toda revolución socialista, una exigencia funcional, a fin de controlar las contradicciones de la economía, reducir las desproporciones, dominar las injusticias, sacar de la conciencia colectiva los medios para vencer las

dificultades. Derechos civiles y sociales del hombre y de la mujer, Estado de derecho, democracia política sin restricciones, democracia de los productores asociados, planificación democráticamente centralizada, recursos necesarios pero limitados a los mecanismos del mercado, y autogestión se completan necesariamente en la construcción de una sociedad socialista. Un solo eslabón que falte basta para la perversión del conjunto” (*Folleto de la IV Internacional*, París 1993).

Este texto de la IV Internacional de 1991 así como las posiciones de León Trotsky a partir de finales de los años 1920 son un eco de las posiciones adoptadas desde 1918 por la revolucionaria polaca Rosa Luxemburg, que había advertido a los bolcheviques contra ciertas medidas de restricción de la libertad de expresión: “es un hecho evidente e incontrovertible que sin una prensa libre y sin obstáculos, sin una libertad ilimitada de asociación y de reunión, resulta impensable el dominio de las amplias masas populares”.

“La libertad solo para los partidarios del gobierno, solo para los miembros de un partido -por numerosos que sean- no es la libertad. La libertad es siempre al menos la libertad de quien piensa diferente. No en virtud del fanatismo de la “justicia” sino porque todo lo que libertad implica de instructivo, de saludable y de purificador depende de este principio y deja de ser eficaz cuando la “libertad” se convierte en un privilegio”

“Si se ahoga la vida política en todo el país, la parálisis gana obligatoriamente la vida en los soviets. Sin elecciones generales, sin una libertad de prensa y de reunión ilimitada, sin una lucha de opinión libre, la vida se apaga en todas las instituciones públicas, vegeta, y la burocracia se convierte en el único elemento activo”. (Rosa Luxemburg: *La revolución rusa 1918*. https://www.marxists.org/espanol/luxem/11Larevolucionrusa_0.pdf)

Trotsky llevó a cabo una lucha sin tregua contra la degeneración de la Unión Soviética. Puso en ella todas sus fuerzas

y lo pagó con su vida en agosto de 1940. Trotsky impulsó un combate de un valor inestimable. Las propuestas y las reivindicaciones que planteó para regenerar la transición al socialismo constituyen una fuente de inspiración irremplazable para todas las personas que no bajan los brazos y están dispuestas a proseguir el combate por la revolución eco-socialista.

Traducido por Alberto Nadal

BIBLIOGRAFÍA UTILIZADA PARA EL PERÍODO ESTUDIADO

- BETTELHEIM Charles, Les luttes de classe en URSS, 2 tomes, Seuil-Maspero, 1974.
BROUE Pierre, Le parti bolchévique, Editions de Minuit, 1972.
BROUE Pierre, Trotsky, Fayard, 1988.
CARR Edward Hallet, The Bolshevik revolution, 3 tomes, Penguin Book, 1972.
CARR Edward Hallet, El interregno (1923-1924), Alianza Editorial, nº 75, Madrid.
COHEN Stephen, Boukharine, Maspero, Paris.
Critiques de l’Economie Politique, Le débat sur la loi de la valeur, Maspero, 1972.
DEUTSCHER Isaac, Trotsky, 6 tomes, Ed. 10/18, 1979.
DEUTSCHER Isaac, Staline, Livre de Poche, 1964.
DALLEMAGNE Jean-Luc, Préface à Trotsky : La lutte antibureaucratique, Ed. 10/18, nº 1005, 1975.
ELLENSTEIN Jean, Histoire de l’URSS, tomes 1 et 2, Ed. Sociales, 1975.
FRANK Pierre, Histoire de l’Internationale Communiste, 2 tomes Ed. La Brèche,

1979.
 KOLLONTAI Alexandra, L'Opposition ouvrière, Ed. Seuil, 1974.
 KOURINE Léonide, NAOUMOV Vladimir, Le testament politique de Lénine, La Pravda, 1988, publié in Spoutnik, déc 88, Moscou.
 LIEBMAN Marcel, Le léninisme sous Lénine, 2 tomes, Ed. Seuil, coll. Esprit, 1973.
 LENINE, Oeuvres complètes, tomes 24 à 36 et 45, Ed. du Progrès, Moscou.
 LEWIN Moshé, Le dernier combat de Lénine, Ed. de Minuit, 1978.
 LEWIN Moshé, la formation du système soviétique, Gallimard, 1987.
 MANDEL Ernest, Traité d'économie marxiste, tome 4, Ed. 10/18, n° 434-435, 1969.
 MANDEL Ernest, « La discussion sur la question syndicale dans le Parti Bolchevique (1920-21) », Revue IVe internationale, mars 1955.
 MANDEL Ernest, « BOUKHARINE et le problème de la bureaucratie pendant la période de transition du capitalisme au socialisme », intervention au colloque de Wuppertal, octobre 1988 (inédit).
 MANDEL Ernest, Sobre la historia del movimiento obrero, p. 53 à 230, Editorial Fontamara, Barcelona, 1978.
 MEDVEDEV Roy, Staline et le Stalinisme, Albin Michel, 1979.
 PREOBRAJENSKY, SAPRANOV, PIATAKOV, Discours décembre 1923 - janvier 1924, New Park Publications, Londres, 1975.
 RAKOVSKY Christian, Les dangers professionnels du pouvoir in De la bureaucratie, Livre Rouges, Maspero, 1971.

ROSMER Alfred, Moscou sous Lénine, 2 tomes, Petite collection Maspero, 1970.
 SERGE Victor, Mémoires d'un révolutionnaire, Ed. Seuil, 1978.
 SORLIN Pierre et Irène, Lénine-Trotsky-Staline. 1921-27, Armand Colin, 1972.
 STALINE Joseph, Oeuvres Tome V, 1921-1923, Nouveau Bureau d'Édition, Paris, 1980.
 TROTSKY Léon, La lutte antibureaucratique en URSS, tome 1, Ed. 10/18, 1975.
 TROTSKY Léon, The challenge of the left opposition (1923-25), Pathfinder Press, New York, 1975.
 TROTSKY Léon, Plate-forme sur les syndicats, in Kolontai, op.cit.
 TROTSKY Léon, Cours nouveau, in De la Bureaucratie, Livres Rouges, Maspero, 1971.
 TROTSKY Léon, Terrorisme et communisme, Ed. 10/18, 1973.
 TROTSKY Léon, Staline, 2 tomes, Ed. 10/18, 1979.
 TROTSKY Léon, Entre l'impérialisme et la révolution, Ed. La Taupe, Bruxelles, 1970.
 TROTSKY Léon, Ma vie, Livre de poche, n° 1726, 1966.
 TROTSKY Léon, La révolution trahie, Publication IVe Internationale, 1961.
 TROTSKY Léon, The first five years of the Communist International, Pathfinder Press, 1977.
 TROTSKY Léon, Leçons d'octobre, Classique Rouge n° 7, Maspero 1971.
 TROTSKY Léon, Nos divergences (30.11.24), Lettre à Boukharine (9.1.1926), in Cahiers Léon Trotsky

BETWEEN THE NATIONAL AND THE INTERNATIONAL:
LENIN, TROTSKY AND THE THEORY OF IMPERIALISM

Emanuele Saccarelli and Latha Varadarajan¹

INTRODUCTION:

Lenin's theory of imperialism has had an important place in the understanding of the logic of geopolitical relations in the modern epoch. However, it has also been regarded as overly schematic, economistic, and in need of drastic refurbishment, particularly in the light of the very significant developments that seemed to fundamentally alter the geopolitical landscape on the heels of World War II. These developments include the emergence of a *Pax Americana*, as well as a united capitalist Europe, that seemingly extinguished the ferocious intra-imperialist rivalries of the previous period; the prominent and arguably predatory role played by the Soviet Union, which called into question the conception of imperialism as a specifi-

¹ Political Science Department San Diego State University esaccare@sdsu.edu / lvaradar@sdsu.edu

cally capitalist phenomenon; and the collapse of the colonial order, which ostensibly put an end to the classic forms of subjugation and exploitation for a host of newly independent countries. The rise of the “First, Second, and Third Worlds” that came to structure the post-World War II order and the eventual demise of this structure in the post-Cold War era has often been seen as revealing the profound limitations, and in some cases outright obsolescence of Lenin’s theory of imperialism. This paper seeks to defend the general applicability of Lenin’s theory against such critiques, while at the same time arguing that its most important and necessary development is found in Leon Trotsky’s theoretical conceptions elaborated in the period bookended by the two world wars.²

To make this argument, our paper is divided into two parts. We begin the first by briefly engaging some of the main challenges to the Leninist theory of imperialism put forth by scholars who identify themselves as being part of, or in some ways being inspired by the Marxist tradition.³ We focus in particular on two lines of critique: the first, which highlights the absence of geopolitical rivalries and intra-imperialist conflict as

2 In making this argument, we build on some of the recent scholarship in the discipline of International Relations (IR), that has highlighted the significance of Trotsky’s insights for making sense of the contemporary international system, historically, theoretically, and perhaps to a lesser extent, politically.

3 As has been well-documented, the resurgence of interest in the topic of imperialism starting in the late-1990s was not limited to those who identified themselves as being part of a broadly defined political “Left.” For a seemingly unending decade or so, there existed a virtual cottage industry of apologists whose popularity was matched only by the extent of historical revisionism that allowed them to argue that imperialism had been given a bad rap and that it was time for the United States to boldly wrap itself in its imperial mantle, particularly as it set about its tasks of nation-building in the Middle East. We do not engage with this literature in this paper.

marking a fundamental shift in the international system since the days of Lenin; and the second, which attempts to overcome the problem of “economic determinism” by introducing a putatively novel geopolitical element to the classical Marxist analysis.⁴ We argue that despite their differences, the claims about the obsolescence of Lenin’s theory made in these arguments are greatly exaggerated. Although the Leninist framework does need to be revisited in relation to the historical developments discussed above, it is the work of Leon Trotsky, and not this more recent academic Marxism, that provides the resources necessary to accomplish this task. To make this argument, in the second part of the paper, we consider Trotsky’s “permanent revolution,” his most important and distinctive contribution to classical Marxism, as a development of Lenin’s theory of imperialism. We explain how the concept of permanent revolution allowed Trotsky to arrive at an original analysis of the dialectic between the national and the international beginning with the onset of World War I – one that insisted on the primacy of *world* economics and *world* politics in a way that proved to be fruitful in theorizing, and in some cases anticipating, the post-World War I historical developments that necessarily eluded Lenin. The most important of these was, of course, propulsive rise and eventual fraying of American hegemony, its relationship to other advanced capitalist countries, and its implications for the functioning of the imperialist system. In addition, there was the change in the character of the Soviet Union under Stalinism, and the trajectory of the anti-colonial bourgeois nationalist movements which gave a very specific cast to the imperialist epoch. Trotsky’s

4 The work of scholars like Hardt and Negri, Leo Panitch and Sam Gindin, among others fall into the first category. The best illustration of the second line of critique can be found in the writings of Alex Callinicos and David Harvey.

conception of the permanent revolution, we argue, provides an explanation of all these changes at both an empirical and theoretical level, and in that sense constitutes an essential advancement of the Marxist theory of imperialism.

PART I

LENIN AND THE CRITIQUE OF IMPERIALISM:

After a long hiatus, when it was seemingly banished into the wilderness of esoteric academic debate, imperialism – as a concept, as a buzzword, and perhaps, most importantly as a political reality – has re-entered mainstream debates about the nature of the international system. Within the academic left, the revival of interest in imperialism can be traced back to the early nineties, when the collapse of the Soviet Union seemed to indicate the emergence of a new, qualitatively different world order, one of apparently unparalleled and unrivaled American hegemony, and the advent of a new epoch of globalization. While there were many differences amongst the scholars on the precise nature of this new order, what united them was the fact that “with few exceptions” most subscribed to the notion that “the theory of imperialism formulated by Lenin...was a dead dog.”⁵

The Leninist theory focused on a specific moment in the development of capitalism when the “domination of capital in general” was giving way to the “domination of finance capital” marked by the “personal union” of banks and industry, and eventually the “personal union” between both and the state. This, Lenin argued, was the “highest stage of capitalism”, i.e., imperialism. What it meant for the international system was the

5 Alex Callinicos, “Does capitalism need the state system?,” *Cambridge Review of International Affairs*, Volume 20, Number 4, December 2007, pp.535.

emergence of a new logic driven by the needs of finance capital leading to the intensification of rivalries among the major and not-so major capitalist states, and the systematic division and re-division of the entire planet. These rivalries were managed for several decades – albeit perilously – until they found their most violent expression (up until that point) in the cataclysm of the First World War. From an analytical standpoint, the main upshot of this theory was that having morphed into an imperialist system, notwithstanding periods of seeming peace and many instances of cooperation, the capitalist world order would be defined by the ever-present threat, and periodic manifestations of such major conflicts amongst the various state actors. The political corollary, perhaps even more important from a Leninist standpoint, was that a revolutionary overthrow of capitalism was the only way to secure meaningful peace, while setting the stage for a fundamental transformation of global politics beyond the nation-state system.

The contemporary left academic critiques of the theory outlined above can be broadly divided into two types. The first tends to insist on a supposed transcendence of the intra-imperialist rivalries described by Lenin as an essential feature of the imperialist system. The reasons for this change range from claims about the emergence of new forms of de-territorialized sovereignty and a capitalist class no longer tied to the nation-state form to the seemingly persistent and overwhelming hegemony of the United States⁶. Ultimately, what we are left with is a version of the Kautsky’s “ultra-imperialist” line, which we argue is as unsustainable now as it was during Lenin’s lifetime. The second line of critique is more sophisticated in that while it clearly distances itself from a Leninist framework per se, it does

6 See for instance, Michael Hardt and Antonio Negri’s *Empire* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000).

not dismiss the classical Marxist argument out of hand. Scholars like Alex Callinicos and David Harvey, for instance, make a persuasive argument about the persistence of geopolitical rivalries amongst capitalist states. However, they argue that to understand the nature of these rivalries requires going beyond a theoretical framework that privileges the “logic of capital,” and taking seriously the distinctness of the “logic of territory,” thus avoiding the trap of “economic determinism.” We contend that this oft-repeated charge against Lenin’s theory of imperialism (and classical Marxism more broadly), is something of a theoretical red herring, and that the insistence on the distinction between state policies and economic imperatives, leaving aside its theoretical weakness, expresses more than a spark of hope for an enlightened and Neo-Keynesian reformism – that is, the sort of positions correctly and categorically ruled out by Lenin’s theory of imperialism.

BEYOND GEOPOLITICS?

In the waning years of the 20th century, following the US bombing of Kosovo, justified at the time as “illegal, but legitimate,” and the emergence of the doctrine of humanitarian interventions that were purportedly driven by shared norms in “international community,” the argument about the general obsolescence of intra-imperialist rivalries was very much in academic vogue. Michael Hardt and Antonio Negri’s *Empire*, in particular, seemed to capture the *zeitgeist*, the general acceptance of the need to think beyond the old, hoary categories of classical Marxism in order to grapple with the complexities of the new century. An academic best-seller, *Empire* began with a simple

claim: “imperialism is over.”⁷ Imperialism, Hardt and Negri argued, was “a system designed to serve the needs and further the interests of capital in its phase of global conquest,” and as such connected to modern forms of territorial sovereignty.⁸ This, however, has been undermined and replaced by a “decentered and de-territorializing apparatus of rule that incorporates the entire global realm within its open, expanding frontiers.”⁹ What used to be competition between various imperialist powers has been replaced by “the idea of a single power that overdetermines them all, structures them in a unitary way, and treats them under one common notion of right that is decidedly postcolonial and postimperialist.”¹⁰ To put it simply, this was a world order in which geopolitical rivalries, state action driven by the logic of capital or the wars of the kind predicted by Lenin were no longer a systemic feature.

However, within a very short time period, the theoretical edifice that was proposed as a replacement for the Leninist conception was revealed to be essentially a house of cards. The most obvious and resounding indictment of this vision of a new, emerging non-imperialist world order was the unprovoked American invasion of Iraq, an event which seemed to catch the authors of *Empire* on the backfoot¹¹. In a strangely incoherent

7 Ibid., xiv.

8 Ibid., 224-225.

9 Ibid., 333.

10 Ibid., 9.

11 Michael Hardt, “From Imperialism to Empire,” *The Nation*, July 13, 2006. incongruence between the theoretical argument put forth in *Empire* and the logic of actually unfolding events...

essay, Michael Hardt tried to explain away the new wars of the Bush administration as a form of hangover from the bad imperialist past, while still insisting that “a new form of global domination is emerging in its stead.”¹² The latter, Hardt argued, is a “wide network of collaborating powers, including the dominant nation-states, supranational institutions like the IMF and the World Bank, the major corporations, some of the major NGOs and others.” The internal dynamic of this system was akin to a “collaboration between a monarch and a group of aristocrats,” with various actors (more specifically, the US and the IMF) taking turns at playing the monarch, and none being able to either act alone or escape the hierarchy. The problem with this, as we have argued elsewhere, is that notwithstanding manifold theoretical contortions, the “new” global system that Hardt describes sounds very much like the “old” one that had supposedly had its day.¹³ The world of imperialist misadventures, of unstable alliances, of nation-states being forced to collaborate with each other as well as various transnational bodies to keep the “rich, rich and the poor, poor,” of decaying democratic norms and institutions, of extreme inequalities is a world that would have been very familiar to Lenin. The novelty of some of these institutional forms or for that matter the development of capitalist social relations in way that both stretches and questions the very character of territorial nation-states – aspects of the contemporary world

12 The unfolding disasters in Iraq and Afghanistan, Hardt claimed, revealed the profound inability of the US government to “conduct its imperialist adventures successfully.” While that might be true, what is peculiar is the theoretical conclusion that is drawn from that claim. The disastrous imperialist adventures of the United States, Hardt argues unpersuasively, shows that “imperialism and its methods are losing effectiveness.”

13 See Emanuele Saccarelli and Latha Varadarajan, *Imperialism Past and Present* (New York: Oxford University Press, 2015).

that Hardt and Negri present as fundamentally different from the past – ultimately remain a matter of form, rather than essence. In that sense, the concept of “Empire” – for all the academic feinting – hardly poses a serious conceptual challenge to the Leninist theory of imperialism.

For scholars like Leo Panitch and Sam Gindin, who also end up highlighting the absence of intra-imperialist rivalries in their critique, the issue is not so much that “imperialism is dead,” but rather that classical Marxists have essentially misunderstood the logic of imperialism. A theorization of imperialism based on “capitalism’s economic stages and crises” led Lenin and his followers to make the fundamental mistake of extrapolating an immutable logic of global politics from a specific “conjunctural moment of intra-imperial rivalry.”¹⁴ What has driven international politics in the imperialist epoch is not so much the development of capitalism on a global scale, but rather the “states’ relatively autonomous role in maintaining social order and securing conditions for capital accumulation.” The emphasis on the capitalist theory of the state then makes room for understanding geopolitical manifestations of imperialism not just in terms of rivalries, but also the emergence of “one imperial state” that can “structural[ly] penetrate” others.¹⁵

In terms of international politics, what this meant was that the capitalist world – in the aftermath of the destruction of the Second World War – was not only re-made to facilitate the demands of American capital, but its ruling classes were re-structured and re-organized to follow American leadership. This American-led global order initially structured around the Ke-

14 Leo Panitch and Sam Gindin, *Global Capitalism and American Empire* (London, 2004), p.16.

15 *Ibid.*, pp.18-19.

nesian economic system and military alliances did face some crises, particularly during the 1970s. However, with a series of policy measures including the careful application of the Volcker shock in the US, and the introduction of neoliberal structural reforms across board, the crises were averted, profitability restored, and the informal American empire continued to dominate the system, especially following the collapse of the Soviet Union. The global system that prevailed in the early 21st century, according to Panitch and Gindin, was one that remained imperialist, but without the kind of inter-imperial rivalry that a Leninist theory insisted upon. Notwithstanding some “instabilities, and even crises,” the world capitalist system overseen by the informal American empire, is one that continues to – for the want of a better term – thrive. To be fair, Panitch and Gindin do not necessarily present this picture as a desirable one, but insofar as they dismiss the actuality of intra-imperialist rivalries and the ever-present possibility of war, their conclusions – much like that of Hardt and Negri – take on a Kautsky-ian tone of peace in our capitalist times.

There have been numerous critiques of this line of argument from scholars including Robert Brenner, David Harvey and Alex Callinicos, who have pointed out the fallacies of a supply-side theory of crisis, particularly in terms of its misunderstanding of the nature of contemporary global capitalism, and the seemingly unfettered agency of the United States. While the general landscape of global politics starting from the second half of the 20th century is one that has been dominated by the United States and has indeed been devoid of the kind of conflict between capitalist powers that characterized the earlier decades, this has not implied either the absence of violence in general (a systemic feature of imperialism) or even absence of tensions amongst the transatlantic allies. And far from dissipating in the aftermath of the Cold War, these tensions have taken on greater intensity as

the United States makes a concerted effort to maintain its hegemonic position. This task has become more challenging in the context of the rise of China, which is arguably not only financing the American budget deficit, but also extending its influence beyond its immediate neighborhood, including in regions such as Latin America which were once considered the “backyard” of American capital. Whether or not these tensions result in the outbreak of intra-imperialist conflict or even conflict amongst “Great Powers,” what is apparent is that international politics will hardly be characterized by pacific relations amongst state actors. In that sense, Lenin’s argument about not just the logic of imperialism, but also the persistence of coercion, militarism, and war in the epoch of imperialism remains as valid today as it was a century ago. A more serious challenge to the Leninist framework is perhaps posed by arguments that agree with the latter, while attributing to it a logic that is distinct from the logic of capital. We turn to these now.

BEYOND ECONOMIC DETERMINISM?

At a time when the majority of scholars within the academic left gravitated towards declaring the emergence of a post-imperialist world order, a few remained steadfast in highlighting certain continuities from the past, even while trying to insist upon the novelty of the present. Categorized as “theorists of the new imperialism,” a group of scholars including David Harvey, Alex Callinicos and Walden Bello argued that the international system was still characterized by inter-state rivalries that were essentially connected to the crisis of global capitalism. The question, however, was the nature of this connection and it is in the answers put forth by these scholars that one can find fundamen-

tal differences from a Leninist analysis¹⁶.

In a succinct statement situating his argument, Callinicos declares that while “relatively sympathetic” to Lenin’s theory, his analysis “recognizes that the theory’s limitations demand criticism, revision, and refinement.”¹⁷ To begin with, there is the issue of terminology. In lieu of the language of “intra-imperialist” rivalries, which has a “canonical status,” Callinicos insists on using “the more general language of geopolitical competition.” The reason for this is while the former tends to suggest rivalries in the international system can only take the form of general war between Great power blocs that “prevailed between (roughly) the 1890s and 1989-91,” the latter captures the essence of all “all conflicts over security, territory, resources and influence among states.”¹⁸ At one level, this move makes sense given the very important – and correct – assertion about the prevalence of rivalries, and the ever-present potential for conflict in the contemporary world order. However, this serves merely as segue to a more important theoretical move. Having set up the field of geopolitics as a distinct one, Callinicos goes on to argue that any theorization of imperialism needs to be reframed in terms of a relationship between capitalism and the state system – “as consti-

16 Given space constraints, we will focus primarily on the argument put forth by Callinicos, not only because of its prominence, but also because it is one that most clearly situates itself in relation to the Leninist theory of imperialism. See Callinicos, “Does Capitalism need the State system.” Callinicos’s argument also is strikingly similar to that of David Harvey, the other prominent scholar associated with the “new imperialism” strand. The latter, however, gives Lenin a wide berth while drawing on Luxemburg, and for some reason, Arendt in making developing his argument.

17 Callinicos, p.537.

18 Ibid; pp.537-538.

tuted by the intersection of, respectively, capitalist and territorial logics of power and economic and geopolitical competition.”¹⁹ For Callinicos, imperialism thus becomes “*capitalist imperialism*.”

From a Marxist perspective, even just as a new term to describe an epoch, this relabeling is quite problematic given its redundant character. Beyond that, the notion of “capitalist imperialism” begs the question of what exactly imperialism means. Callinicos (and Harvey) have insisted that their approach serves the purpose of highlighting the dialectical and often contradictory relationship between the two logics, and “avoids any attempt to reduce the geopolitical strategies of states to economic interests.” In doing so, it actually helps explain the ways in which “throughout the history of modern imperialism, Great Powers have acted for complex mixtures of economic and geopolitical reasons,” without seeking to “collapse these analytically distinct dimensions into one another.”²⁰ Callinicos acknowledges that while this approach enables him to go beyond the economic reductionism charge often levelled at Marxist analyses of imperialism, it does leave him open to the accusation of bringing in a “Realist” moment, of reifying trans-historical notions of national interest. But, as he shows in a quick and elegant sketch, that is an easy charge to rebut. While geopolitical rivalries existed in the pre-capitalist era, they took on a very specific form with the development of capitalist social relations. Drawing specifically

19 This framing, as Callinicos himself notes, echoes Harvey who highlights the relationship between the “logic of capital” and the “logic of territory.” See Harvey, *The New Imperialism*....

20 Callinicos, *The new mandarins of American power: The Bush administration’s plans for the world* (Cambridge: Polity, 2003), pp.105-106, cited in Callinicos, “Does capitalism need the state system,” p.539.

on the work done by Brenner and Bukharin, Callinicos argues that by the second half of the 19th century, “both economic and geopolitical rivalries brought about a growing interdependence of state and capital, as a result of which the process of inter-state competition became subsumed under that between capitals.”²¹ And, as a definitive rebuttal of the “Realist” charge, Callinicos makes it clear that “this subsumption becomes a historical reality” at the end of the 19th century with the arrival of “the moment of imperialism.”

This sketch of how imperialism fundamentally altered the logic of inter-state rivalries, and for that matter, the claim that the “Marxist theory of imperialism analyses the forms in which geopolitical and economic competition have become interwoven in modern capitalism,” is one that would fit comfortably within Lenin’s framework. So, why does Callinicos move from this claim to insist on the analytically irreducible distinction between the two dimensions, on the necessity of a theory of “new imperialism” as against the classical version associated with Lenin? On a methodological level, he claims that the answer lies in the fact that “geopolitical competition has properties different than economic competition.” But, to understand this, one has to go deeper than the state system, and look at the “micro-processes” that shape state actions. And an essential aspect of these “micro-processes” lies in acknowledging that there exist two groups of actors – capitalists and state managers – who have distinctive interests. The pursuit of these interests draws the two groups into alliances with each other, and it is these conjunctural alliances that determine “the interrelation of economic and geopolitical competition.”²² We contend that from a Marxist perspective, this

21 Ibid, p.541.

22 As Callinicos explains, this is an argument that draws on an older tradition

is an argument that is essentially untenable on methodological, empirical and political grounds.

The bourgeoisie does not just constitute a group of actors – it constitutes a class, which like all classes in society, has a position and interests determined by its relation to the means of production. From that perspective, what exactly would be the position of “state managers”? Are they a “class-in-itself”, or a group that is “supra-class”? Neither of those options fit within a Marxist theoretical framework. What would determine the interests of these state managers? Are these interests essentially some kind of trans-historical desire to extend state power or state authority? Even setting aside these kinds of methodological questions, where can we find empirical evidence to back this claim? If the point is to highlight the fact that the capitalist class does not have a singular voice and in fact, different factions push different – and at times, contradictory – agendas, then that is hardly novel. Through these factional divisions, the emergence of a powerful fusion between the state apparatus and finance capital was diagnosed by Lenin as a constitutive feature of capitalism in 1916. In the 1930s and 40s, the powerful ‘statist’ and even ‘planning’ tendencies of world capitalism confirmed this diagnosis. Bracketing the period of the Cold War, to which we will return later, the contemporary period surely manifests this fusion in unprecedented forms. From Hank Paulson to Emmanuel Macron to Donald Trump it is now more and more difficult to determine the precise point where parasitic and reckless financial speculators end, and political leaders and executives begin. What then is at stake in insisting on a distinct, analytical space for “state managers?” The answer, we would suggest, lies in holding to a forlorn hope that state actors, perhaps in some semi-autonomous

pioneered by Fred Block in the 1970s. For a more detailed exposition, see Ashman and Callinicos, 2006.

fashion, can still serve to protect their citizens from the worst depredations of neoliberal capitalism. This hope is most clearly articulated by Callinicos's fellow theorist of "new imperialism," David Harvey, who makes an unrepentant pitch for a "new New Deal," without quite explaining how the conditions that produced the Keynesian world order would be replicated today, nor for that matter why a progressive reform of capitalism should be a desirable outcome, considering what happened the first time around. Callinicos, while critical of Harvey's neo-Keynesianism, settles for a more sophisticated sounding "Anti-capitalist manifesto," but arguably does not go beyond the horizon of a progressive reformist program to be carried out within the boundaries of a bourgeois nation-state.²³

Our point here is not to insist that Lenin's theory of imperialism as formulated in 1916 is a self-sufficiently correct and complete one, insulated from the actual historical development that followed. Lenin's pamphlet, (any pamphlet), written at a specific moment in time, however powerful its intuitions and predictions, could not possibly fulfill the constant task of analysis and verification, of orientation and reorientation, demanded by the Marxist method.²⁴ Yet, seen against the backdrop of such dubious refinements, Lenin's theory remains correct in its broad theoretical strokes and certainly in its political intransigence against any kind of reformist path out of the economic, political, and military disasters characteristic of imperialism then and

23 Chris Mardsen "Britain's Socialist Workers Party and the defence of national reformism." <https://www.wsws.org/en/articles/2004/07/cal1-j05.html>

24 For an application of this argument to *the Communist Manifesto*, see "The Permanent Revolution in and around the Manifesto." In Terrell Carver and James Farr eds. *The Cambridge Companion to the Communist Manifesto*, New York: Cambridge University Press, 2015.

now. Callinicos is correct in asserting that the form of conflicts that characterize the contemporary international system (and for that matter, the international system since the end of the Second World War) are quite distinct from the kind of intra-imperialist rivalries that shaped the early period of the imperialist epoch. However, this was not a matter of a "dissociated" dialectic between the logic of capital and the logic of territory, but of that between the national and the international, as expressed through the rise of American hegemony. This new reality constituted a real transformation in the structure of imperialism as a world system, not abolishing or subsiding its contradictions, but expressing them in an explosive manner through historically new channels. The Marxist theory of imperialism required and still requires a theoretical accounting of this transformation, which in our view can be developed through an engagement with Leon Trotsky's writing.

PART II

TROTSKY AND IMPERIALISM BEYOND LENIN

To call attention to the theoretical and political significance of Leon Trotsky is to step onto a treacherous ideological terrain. As the framework of the Cold War consolidated, Trotsky was reviled by both sides. The capitalist world and its many representatives naturally had no sympathy for such an uncompromisingly revolutionary figure. In that context, whereas it was possible to tolerate carefully calibrated attempts to consider Marx's intellectual legacy, to take seriously the ideas and actions of the co-leader of the only successful proletarian revolution in history was beyond the pale. For the Stalinists and their political by-products the world over, Trotsky represented the highest

danger, and an unprecedented campaign of historical falsification was carried out in order to bury him under a mountain of lies. His assassination at the hands of a Stalinist henchman did not solve the matter as Trotsky's legacy continued to point to the real legacy of the October revolution, and as such potentially expose the massive betrayal carried out by the bureaucracy. This ideological framework, which was hardly dislodged by the end of the Cold War, explains the otherwise unfathomable lack of interest in Trotsky's extraordinarily important contributions across a range of important questions.²⁵

This prolonged academic blockade has recently begun to loosen somewhat, at least in the field of International Relations, where a new literature calling attention to Trotsky's ideas is emerging. This literature has identified the concept of uneven and combined development as Trotsky's signal contribution that can resolve certain longstanding theoretical problems in the discipline and social science more generally. While this emerging literature is a welcome development, our contribution differs from it in two respects.

First, we argue that Trotsky's contribution must be centered more decisively on the question of imperialism. It is a striking fact that Trotsky is virtually absent from the standard list of contributors – Lenin, but also, Hilferding, Luxemburg, Bukharin, and even Kautsky – to the Classical Marxist theory of imperialism. These figures are invoked in various proportions and

25 For a discussion of the magnitude of Trotsky's intellectual and political achievements and the academic dismissals of Trotsky See Saccarelli, *Gramsci and Trotsky in the Shadow of Stalinism*, (New York: Routledge Press, 2008), Chp 4. For an account of new attempts at falsification carried out after the Cold War see David North, *Leon Trotsky and the Post-Soviet School of Historical Falsification* (Oak Park: Mehring Books, 2007) and *In Defense of Leon Trotsky* (Oak Park: Mehring Books, 2013).

permutations, often as mere foils, in the later debates attempting to develop new theories of imperialism out of the ashes of Classical Marxism. The fact that Trotsky is left out of such a list should be regarded in large part a function of the ideological framework described above. It is curious, for instance, that David Harvey would rather turn to Hannah Arendt for his ostensible re-elaboration of a Marxist theory of imperialism, or that Alex Callinicos, a leading member of a party that claims some ideological filiation with Trotsky, uses as foil the "Lenin-Bukharin theory" in his panoramic account of the debates, while mentioning Trotsky only in the context of the issue of uneven and combined development. In what follows we seek to identify the ways in which Trotsky's ideas constitute a crucial resource for the Marxist theory of imperialism.

The most important of these ideas, and this is the second way in which we depart from the emerging IR literature on Trotsky, is the theory of permanent revolution. To be sure, uneven and combined development is an important concept with a significant lineage in Marxist theory, beginning with Marx and Engels. Trotsky's elaboration of this concept is indeed a real contribution to classical Marxism that, among other things, pre-emptly stage-ist and mechanical interpretations of materialist conception of history, as well as enable a correct understanding of the geographical patterns by which capitalism expands and transforms the globe. The emerging literature emphasizing the importance of Trotsky's concept presents it as a trans-historical mechanism finally providing the necessary theoretical link to understand the dialectic linking "national" and "international" development. Although the investigation of uneven and combined development on this register can be a fruitful endeavor, from the standpoint of an understanding of the imperialist epoch specifically, the concept can only serve as a theoretical premise for the more fundamental theory of permanent revolution.

Moreover, starting from the same concept of uneven and combined development one can arrive at drastically different political prescriptions. In this sense, to identify uneven and combined development as Trotsky's signal contribution is to dodge a host of critical issues. It is the theory of permanent revolution that constitutes Trotsky's distinctive development of Classical Marxism, as well as the crucial resource to necessary to develop an understanding of imperialism beyond Lenin.

ORIGINS AND DEVELOPMENT OF THE PERMANENT REVOLUTION:

In the earliest stages of their political life, Marx and Engels occasionally used the term "permanent revolution" to refer to the most radical phase of the great French Revolution. The failure of the 1848-9 revolutions throughout Europe became the occasion for them to return to the expression, which they now charged with a far more pressing and programmatic meaning.²⁶ On the eve of the continent-wide upsurge, the *Communist Manifesto*, reflecting Marx and Engels' initial position on these questions, essentially invoked the coming of a classic bourgeois revolution for which the proletariat would have to serve as the left wing, fighting for a definite time "the enemies of its enemies." But the manner in which the 1848-9 revolutions unfolded showed the unviable character of this position. Marx and Engels' call for the "revolution in permanence," the culmination to their Address to the Central Committee of the Communist League of March 1850, registered a great change in the political behavior to be expected of the bourgeoisie, which had conducted itself in a consistently shameful manner in the revolutions throughout the

²⁶ See Saccarelli, "The Permanent Revolution in and around *the Manifesto*."

continent. Outflanked and frightened by the rising working class movement that, this time around, unlike in 1789, had initiated the revolutionary process, the bourgeoisie aligned itself with the various monarchical and reactionary pre-capitalist remnants, instead of finally vanquishing them. Far from constituting some sort of episodic jitters, this conduct on the part of the bourgeoisie in the 1848-9 revolutions represented its strategic and historical re-orientation. It would no longer be a progressive and revolutionary class. It would be unwilling to follow its own progressive ideas formulated in the Enlightenment, and incapable of carrying out its own political program in the form of a revolutionary struggle for bourgeois republics. Instead, it would systematically nurture, create and re-create reactionary "pre-capitalist" forces even when they didn't exist.

Marx and Engels responded to this strategic re-orientation on the part of the bourgeoisie with one of their own, in the form of the "permanent revolution." Rather than performing supplementary political services for the bourgeoisie in order to create, in the bourgeois republic, the long-term historical conditions necessary for the struggle for socialism, it was necessary for the working class to enter into the revolutionary process without illusions about the capitalist class and its political behavior. Instead, workers had to base their struggle on their own political independence and interests. Nor could the revolutionary process be conceived as two historically distinct stages, with the struggle for socialism deferred to some historically undetermined second stage.

Because of certain objective difficulties in the period that followed, however, the permanent revolution did not emerge out of the 1848-9 experience as the clear, broadly shared theoretical and programmatic perspective of Marxism. First, what followed Marx and Engels' 1850 Address and its call for the permanent revolution was not a new upsurge in the class struggle,

but the disbandment of the Communist League and a strategic retreat. Second, the lessons of 1848-9 were complicated by a very significant exception when, in what proved to be its last gasp as a progressive and revolutionary class, the American bourgeoisie broke the social and political power of the slaveocracy in the US Civil War. Finally, the growth of the international socialist movement in the second half of the nineteenth century took place under difficult and uneven conditions that made impossible an unambiguous settling of accounts with the prospects for a political alliance with the bourgeoisie. While genuinely revolutionary elements waged a principled, and in many cases effective struggle against different forms of collaboration with the national capitalist classes – reformism, adaptations to militarism and colonialism, etc. – the contradictory development of the movement left the question fundamentally unresolved.

In this context, some of the leading figures of the international movement, including Luxemburg, Riazanov, Mehring, and Kautsky had occasion to return to the lessons of 1848-9, drawing the appropriate theoretical and political lessons. But these remained, on the whole, episodic insights.²⁷ It was Leon Trotsky who was able to formulate in the most complete and cogent manner a full-fledged theory of permanent revolution. This effort began with the need to grapple with the prospect for a revolution in the Tsarist, backward Russian empire. Beginning from an understanding of the uneven character of Russia's development in relation to the advanced capitalist countries, Trotsky arrived at political conclusions that famously put him at odds with the rest of Russian social democracy. There were in fact no prospects for a "normal" bourgeois-democratic revolution in Russia, and correspondingly for a strategic, if time-bound alian-

²⁷ See Day and Gaido, *Witness to the Permanent Revolution: The Documentary Record*. (Chicago: Haymarket Books, 2011).

ce with the Russian bourgeoisie. Tsarism, far from being some medieval political remnant waiting to be knocked over through the script written in 1789 France, was in fact an essential instrument for the Russian bourgeoisie. The working class, having entered into a revolutionary process that necessarily began from bourgeois-democratic tasks, would be compelled by the logic of events to fight for socialism, and any illusions in the progressive character of the capitalist class would have devastating consequences.

The Russian revolution of 1905-6 represented in its essential features a repetition of 1848-9. Amongst the leading figures of Russian social democracy, Trotsky entered into the revolutionary maelstrom with the clearest understanding of those historical lessons, having developed Marx and Engels' call for the "permanent revolution" into a cogent theoretical perspective that set him apart from the major tendencies in Russian social democracy. On the basis of this theory, he was able to play a leading role in 1905 as the young chairman of the Petrograd Soviet.

PERMANENT REVOLUTION, IMPERIALISM AND THE LOGIC OF INTERNATIONALISM:

Although the immediate point of application of the permanent revolution was Russian politics, it must be stressed that Trotsky's theory was in fact a thoroughly international and internationalist construct. It is in this sense that the relationship between the theory of permanent revolution and the Marxist theory of imperialism can be put into clearer focus than it has hitherto. If Trotsky's reflections were a matter of registering the national peculiarities of backward Russia, this is true only in a very superficial sense. After all, these "peculiarities" turned out to be, in a broad sense, the universal conditions of all countries with

a belated capitalist development. More importantly, the theory of permanent revolution emerged from a clear understanding of how “national” realities were not the fundamental building blocks from which the “international” arose. Rather, with the coming of the imperialist epoch, the “international” was, ontologically as well as politically, the fundamental reality out of which the mosaic of “national” conditions came about. The “Russian” bourgeoisie and its political bankruptcy, for example, could only be understood from the standpoint of the totality of capitalist development internationally, particularly in its economic, ideological, and political links to its senior European colleagues. The same was true of Tsarism, which under imperialism was better understood not as an archaic remnant from the depths of “national” history, but as a political instrument that was refined, funded, and propped up by international capital to protect its considerable interests in Russia.

From this standpoint we can now attempt to identify more explicitly the connection between permanent revolution and imperialism. The rise of the imperialist system added an even more powerful and systemic reason to the basic lessons of 1848-9. As we have seen, in those revolutions, the bourgeoisie had taken the path of reaction primarily out of political calculations. But its reactionary behavior by the late part of the 19th century, into World War I and the subsequent rise of fascism, was determined by even more fundamental economic reasons. All the essential features of imperialism as defined by Lenin – monopoly capital, financialization, parasitism, the fusion of monopolies with the state apparatus – constituted a set of important and indeed epochal changes that reinforced the prognosis concerning the behavior of the bourgeoisie, the prospect for “normal” bourgeois democracy, particularly in backward countries, etc. The theory of imperialism, which Trotsky accepted and took for granted in its broad strokes, therefore added a powerful com-

ponent to the theory of permanent revolution. But the reverse is also true. It is exactly based on the theory of permanent revolution that Trotsky was able to put into focus important questions that have a great deal of significance from the standpoint of the imperialist system, particularly as it pertains to its long development over the course of the 20th century.

The first is the primacy of world politics and world economics over national realities and “peculiarities,” and the corresponding breakdown of the nation-state as a cogent economic and political unit. Trotsky’s insistence on this point became more and more explicit as the theory of permanent revolution was refined, particularly in opposition to the nationalist deviation of Stalinism. Already in 1905, however, Trotsky could reflect on the developments since the revolutions of 1848-9 in the following terms:

Imposing its own type of economy and its own relations on all countries, capitalism has transformed the entire world into a single economic and political organism ... It has been] a half a century of the ‘organic’ process of mutual adaptation between the forces of bourgeois reaction and those of feudal reaction ... Internalising all the pathological processes ... the bourgeoisie has ... avidly clung to every reactionary force without questioning its origins. Its friends range from pope to sultan and beyond. The only reason it has not extended its bonds of ‘friendship’ to the Chinese Emperor is that he is not a force: it was more profitable for the bourgeoisie to plunder his possessions than to support him through the work of a worldwide gendarme ... In this way, the world bourgeoisie has made the stability of the state system deeply dependent upon the stability of

pre-bourgeois bulwarks of reaction.²⁸

Far from being merely a polemical screed against the class enemy, this was a theoretical appraisal of how definite historical processes had and would continue to push the bourgeoisie down the path of reaction. These processes were accelerated with the coming of the Great War. Like Lenin, Trotsky regarded 1914 as the predictable and necessary crisis of the imperialist system. Very much in line with what Lenin would write two years later, Trotsky argued that, having divided up the world amongst themselves, a handful of imperialist powers were now engaged in a bloody and unavoidable re-division of it.²⁹ Trotsky, however, drew a more specific and far-reaching conclusion concerning the significance of the war for the imperialist system. The war was, at its core, the product of the contradiction between the continuing expansion of the productive forces on an international scale and the territorial constraints of the nation-state. It was, in his words, “a revolt of the forces of production against the political form of nation and state.” And it would result in the “final collapse of the national state as an independent economic unit.” This did not imply that the nation-state form would simply disappear from the global stage. Trotsky presciently argued that this entity that was “created in the revolutions and the wars of 1789-1815, 1848-1859, 1864-1866 and 1870,” would in fact “continue to exist as a cultural, ideologic and psychological fact.” But it would no longer exercise any real control over economic programs.

Trotsky elaborated on this point in the thick of a factional fight against Stalinism and on the eve of the Great Depres-

sion. Writing in 1928, he reiterated the fact that in the epoch of imperialism, that “of *world* economics and *world* politics under the hegemony of finance capital,” the Great War had sounded the “death knell...for national programs everywhere.” This had serious consequences for the ways in which the fight against imperialism had to be understood and waged. The program of the international communist movement could not merely be the “sum total of national programs or an amalgam of their common features,” nor could the international orientation of the working class proceed from a commitment to a national cause. To the contrary, the “international program must proceed directly from an analysis of the conditions and tendencies of the world economy and of the world political system taken as a whole in all its connections and contradictions, that is, with the mutually antagonistic interdependence of its separate parts,” and proletariat would need to develop whatever national orientation was needed only through a “world orientation.”³⁰

In a general sense, the primacy of the international over the national, as well as the decay of the nation-state as a historically viable container for social relations, was of course very much at the heart of Lenin’s political thinking and efforts. Those were the essential premises for the Bolshevik refusal to capitulate to the imperialist war, for their efforts at the Zimmerwald anti-war conference, and ultimately for the Russian Revolution and the founding of the Third International. The Russian Revolution found its political justification not in the impossible and reactionary prospect of building socialism in a single, isolated and backward country, but in the possibility that it could act

28 Trotsky, “Introduction to Ferdinand Lassalle’s Speech to the Jury,” in Day and Gaido, *Witness to the Permanent Revolution*, pp. 444-45.

29 See Leon Trotsky, *War and the International*.

30 Compare with Gramsci’s very different reflections in his *Prison Notebooks* on the relation between the national and the international, which owed more than a little to his allegiance to the position espoused by Stalinist faction in the 1920s.

as the spark for a world-wide upsurge. In fact, Bolshevism itself, including its leading figure, was not some “national peculiarity,” but the political product of an international struggle against reformism and revisionism, tied by a thousand ideological and political threads to the best that the international socialist movement had produced in the period leading to the war.

However, it was Trotsky who had developed the theory of permanent revolution. Bolshevism had been guided instead by Lenin’s formula of a “democratic dictatorship of workers and peasants,” until his April 1917 struggle against the “old Bolsheviks” brought the party effectively in line with Trotsky’s perspective. This meant, in a measurable sense, that Trotsky had been the figure who most consistently had appreciated the primacy of the international and the bankruptcy of the nation-state, as well as the political necessities flowing from those facts. Not coincidentally, in the face of an emerging nationalist degeneration carried out by the Stalinist bureaucracy after Lenin’s death under the banner of “socialism in one country,” it was Trotsky who emerged as the most significant figure in defense of Marxist internationalism and the real legacy of the October Revolution.

The political and ontological primacy of the international and the corresponding bankruptcy of the nation-state therefore certainly informed Trotsky’s opposition to Stalinism. But we want to underscore here is that this opposition was entirely bound up with a definite understanding of the imperialist system. In the 1928 text quoted above, for example, Trotsky insisted that the Soviet Union could succumb to imperialist pressures not simply, as the Stalinists asserted, as a result of a military intervention, but also through the less direct but not less effective mechanisms of economic competition, the lagging behind the productivity of labor, etc., and that its ultimate success remained indissolubly bound up with the victory of the revolution on the international arena. In other words, in spite of the heroic deeds carried

out by Soviet people in their country, the world economic and world political reality of imperialism could not be suspended or overcome on the basis of a nation-state³¹. Moreover, on the basis of these insights concerning the functioning of imperialism as an international system Trotsky was able to examine, in a remarkable and far-sighted manner, “national” realities the world over, developing a series of penetrating analysis and perspectives concerning England, China, France, Germany, Spain, India, among others. However, it is his analysis of the nature and role of the United States that stands out as Trotsky’s second major contribution to the theory of imperialism.

PERMANENT REVOLUTION, IMPERIALISM AND SIGNIFICANCE OF AMERICAN HEGEMONY

As early as 1914, Trotsky had foreseen that “the breakdown of...national economic centers” and their substitution by “a world economy,” would pose a serious problem for imperialist system. This problem, he argued, would be addressed not through organized cooperation amongst the “producers...of the world,” but rather “through the exploitation of the world’s economic system by the capitalist class of the victorious country.” As a result of the war, that country, he prophesied, would be “transformed from a Great Power into the World Power.” The development of the interwar period powerfully corroborated Trotsky’s

31 Trotsky’s *The Third International After Lenin* was a critique of Bukharin’s draft program for the sixth congress of the Third International. The remarkable history of this text is itself a confirmation of the primacy of the international. It was written by Trotsky while in internal exile at Alma Ata, much of it concerned specifically the prospects of the Chinese Revolution, and only by sheer accident ended up in the hands of James Cannon, who smuggled it out of the country, leading to the formation of American Trotskyism.

intuition, and in the 1928 text discussed above we find Trotsky attacking the Stalinists for underestimating the significance of the propulsive rise of the United States. This was not, however, simply a matter of registering the fact that this somewhat peripheral upstart had had come a long way since the days of the Spanish American War to take a prize position in the ranks of the imperialist “great powers.” At issue was the very structure of world imperialism understood, classically, as the struggle for the division and re-division of the globe between rival imperialist powers. In Trotsky’s own words:

...it is precisely the international strength of the United States and her irresistible expansion arising from it, that compels her to include the powder magazines of the whole world into the foundations of her structure, i.e., all the antagonisms between the East and the West, the class struggle in Old Europe, the uprisings of the colonial masses, and all wars and revolutions. On the one hand, this transforms North American capitalism into the basic counter-revolutionary force of the modern epoch, constantly more interested in the maintenance of “order” in every corner of the terrestrial globe; and on the other hand, this prepares the ground for a gigantic revolutionary explosion in this already dominant and still expanding world imperialist power.³²

These remarkable lines sketch out the essential political content of what was to follow in the twentieth century, down to today. They also constitute a critical sign-post and generally unheeded resource from the standpoint of the Marxist theory of

32 Leon Trotsky, *The Third International after Lenin* (New York, Pathfinder press, 1996) p. 30

imperialism and its necessary development after Lenin. It is of course not possible to take on here in any significant detail the enormously contradictory and complicated history of imperialism under the ministration of American hegemony. But a few general points can be made.

First, the United States did indeed emerge, certainly after World War II, not simply as a particularly mighty “Great Power,” but as the “World Power.” All of the old “great powers” of imperialism, including the victorious ones, came out of the war shattered and dwarfed by the historically unprecedented economic, military, and political might of the United States. The United States functioned as the workshop of the world,³³ it constructed a new economic and political order in Europe, it inserted itself into, bankrolled and restructured the old colonial empires. Whether through Bretton Woods agreement, the Marshall Plan, the creation of NATO, SEATO, CENTO, the United Nations, a series of coups and military interventions in Asia, Latin America, Africa, and the Middle East, the United States became the cockpit for the systematic organization and reorganization of the world. It wasn’t simply that American imperialism became the dominant force. In a very real sense, imperialism became American.

However, and this is our second point, this development did not put an end of the existing contradictions of the imperialist system. In the immediate aftermath of World War II, the historically great and not so great imperialist powers, victorious or not, were demoted to something like an honorary membership in the club. They were incapable of asserting an independent political or economic role. But if American hegemony put an end to the traditional great power rivalries of the previous imperialist

33 Home to less than 6% of the world’s population, the US produced about half of the world’s steel, cotton, rubber, and electrical energy, 60% of all manufactured goods, 70% of oil, and over 80% of all automobiles.

phase, it definitely did not extinguish imperialist contradictions as such. Trotsky was demagogically accused by the Stalinists of embracing some sort of Kautskyian “ultra-imperialism.” But as the quotation above clearly demonstrates, his political conclusions were quite the opposite of Kautsky’s. Imperialist contradictions, re-routed through the structures and agency of the United States, would take, certainly when gauged from the standpoint of the long historical arc, an extraordinarily sharp form. This point would become much more obvious once American hegemony began to fray – we will return to this critical issue soon. But even the very short “American century” following World War II, in spite of the subsiding of overt great power conflict, was, as Trotsky had predicted, a period of intense conflict driven by the contradictions of imperialism.

It was a period of mounting anti-colonial struggles, including the first wave of countries that succeeded in wresting by various means political independence away from the European powers. The political settlement in post-War Europe, often described as peaceful and stable, was in fact characterized potentially explosive tensions, as in the case France and Italy, where the restoration of bourgeois-democracy came up against the socialist aspiration of armed workers, or outright bloody conflicts, as in the case of Greece. The hegemonic position of the United States meant that it was in a position to have a say, and often manage directly these contradictions. But this was not a smooth and easy process. Even at home, on the heels of World War II, the American ruling class had to contend with the largest strike wave in the history of the country. It was the political agency of the Stalinists, in tandem with the petty bourgeois nationalist character of anti-colonial movements (the two mutually reinforced each other practically as well as ideologically), that proved to be decisive in the survival of the system. Imperialism, under new American management, continued to be racked by explosi-

ve contradictions.

Trotsky’s emphasis on American hegemony, then, unlike that of some of the contemporary academics who have sought to revise Lenin’s theory of imperialism, can in no sense be seen as a Kautsky-ian gesture. It could, however, still be seen as being at odds with his other salient contribution we had identified earlier: the primacy of the international and the corresponding demise of the nation-state. The post-war order, emerging under the ministrations of a very powerful nation-state, could be interpreted as a major revival of the institution Trotsky had condemned as historically surpassed. While Trotsky proclaimed that already the beginning of the first World War had sounded the “death knell...for national programs everywhere,” the period after second appeared to be a sort of renaissance for the nation-state. In all the advanced capitalist countries, in Western Europe and even in the United States, Keynesian policies seemed to demonstrate that the state as an institution was very much capable of organizing and regulating its national economy and even offering its working class certain concessions. These same policies, often acquiring an even more radical coloration, were also carried out in the former colonies. And the very appearance of several newly-independent nation-states contributed to the impression, *pace* Trotsky, of a veritable springtime for the institution.

In reality, the blooming of the “national” was made possible by, and constituted an emanation of, a new *international order*. American hegemony, in its global scope, in its sweeping away of the old contradictions based on great power intra-imperialist powers, was very much the expression of the historical bankruptcy of the nation-state and of the domination of the international over the national. But as we have seen already, this process, rather than solve imperialist contradictions, actually aggravates them. Only a successful proletarian revolution triumphing on the world arena, not the new imperialist “world power,”

could finally link up the unprecedented integration of economic relations across national boundaries with the actual, political end of the nation-state. In any case, the apparent renaissance of the nation-state and “national programs” in the post-war period was to give way to a very different period beginning in the 1970s.

The decline of American hegemony, certainly in the economic field, and indeed the breakdown of its attendant post-war order, which is presently taking extraordinarily rapid and explosive forms, constitutes the most pressing real development to be accounted for by the Marxist theory of imperialism. From the 1970s onward, American imperialism has suffered the end of the Bretton Woods system, the substantial erosion of its manufacturing, increasing indebtedness, the decay of its ideological appeal, of its political institutions and its leadership. At the same time, a number of significant competitors have risen to challenge the once unquestioned American economic supremacy, the old and apparently unshakable Atlantic alliance now is now dangerously tottering as European powers more boldly assert their own economic and geostrategic interests, and the powerful emergence of China on the world scene all point to the ongoing breakdown of American hegemony. There is no doubt that the situation today bears more than a passing resemblance to the escalating economic and geopolitical tensions that led to the two global imperialist massacres of the 20th century.³⁴ From the standpoint of the Marxist theory of imperialism, the question is whether the present period represents the return, after an extended “American” parenthesis, to the “classical” imperialist structure of great powers rivalries.

Writing on the eve of the Great Depression, with a keen understanding of the imminence of a massive economic down-

34 David North, *The Russian Revolution and the Unfinished Twentieth Century* (Oak Park: Mehring Books, 2014)

turn for world capitalism, Trotsky wrote that, “In the period of crisis the hegemony of the United States will operate more completely, more openly, and more ruthlessly than in the period of boom.”³⁵ This statement once again proved far-sighted in the period to follow, anticipating the developments we have already reviewed. But we think it should be extended not only to the crisis of the present, but also to the ongoing crisis of American hegemony itself.

While American imperialism is declining in most respects, as demonstrated in a recent report by the Stockholm International Peace Research Institute, this is certainly not the case in terms of military domination. The United States military spending is more than the next eight countries combined, more than two-and-a-half times that of China, more than ten times that of Russia. It has asserted more and more brazenly and illegally its right to pursue its interests by any means necessary around the globe, where it maintains an extensive network of military basis. It is exactly the contradiction between the continuing military dominance by the US and its economic and political decay that constitutes the main mechanism of conflict in the contemporary world. The parasitism, recklessness, military omnipresence and aggressiveness of the US, paired to its decaying economic position, makes it impossible for a scenario in which, through a series of gradual and relatively peaceful concessions, various European powers, China, or other countries could actually work their way up to the level of rival imperialist powers, restoring the “classical” structure of imperialism. In this sense, while the re-emergence of great powers and great power rivalries is a real and observable

35 Trotsky, *The Third International After Lenin* can Empire (London, 2004), p.16.

tendency in the contemporary world, it is so in the same sense as the tendency toward ultra-imperialism to which Kautsky fruitlessly hanged his politics: as an ultimate horizon that, according to Lenin, would never be reached.

The main imperialist contradiction therefore is not among imperialist powers or power blocs, but between the United States and the “world.” By the latter we mean the “honorary members” of the imperialist club striving to reclaim their place, new and old powers like Russia and China, small nationalist regimes along the lines of Iraq, Syria, Libya, Iran, and any other threat, real or imagined, to the interests of American imperialism. The United States could set off a conflict of unimaginable proportions against any number of permutations of such forces. But the “world” in this sense fortunately also includes the international working class, including the section of it that happens to reside within the territorial boundaries of the United States. It is this force that constitutes the real, mortal enemy of imperialism. Trump’s recent rantings against the impending danger of socialism in the United States and internationally, are fundamentally directed against it, not the feckless “left” elements in or around the Democratic Party, or the nationalist “left” regimes such as that of Venezuela, which to be sure are the immediate target of the president’s ire and machinations.

TESES GERAIS SOBRE A QUESTÃO DO ORIENTE

João Batista Aragão Neto¹

As “Teses Gerais sobre a Questão do Oriente” elaboradas e apresentadas no IV Congresso da Internacional Comunista tiveram uma influência muito grande no movimento operário internacional dos países atrasados, semicoloniais e coloniais.

Apenas para exemplificar, influenciaram sobretudo na primeira Revolução chinesa, de 1927, e na Revolução boliviana de 1952.

Infelizmente, essas experiências revolucionárias demonstraram os seus equívocos, sendo que ao invés de propiciar uma efetiva luta anti-imperialista, tática, acaba por levar a uma política estratégica de colaboração de classes com burguesia, a uma frente popular com a burguesia, capitulando perante esta, adotando-se uma posição menchevique, equívocos esses que provocaram as derrotas desses importantes movimentos revolu-

¹ Advogado trabalhista e militante trotskista, São Bernardo do Campo, SP, Brasil (nascido em Cuiabá, Mato Grosso, em 1957)

cionários e de muitos outros nos países coloniais e semicoloniais.

Assim, analisaremos e transcreveremos alguns trechos das “Teses do Oriente”, onde constam os equívocos apontados.

As “Teses do Oriente” semeiam ilusão de que a burguesia nacionalista pode dirigir a luta anti-imperialista:

“Os fatos citados são o indício de uma modificação surgida na base social do movimento revolucionário das colônias. Esta modificação provoca uma intensificação na luta anti-imperialista cuja direção, deste modo, já não pertence exclusivamente aos elementos feudais e à burguesia nacionalista que estão dispostos a estabelecer compromissos com o imperialismo.” (pág. 223, 1977, tradução nossa)

“Somente ali onde o regime feudo-patriarcal não se decompôs o suficiente como para separar completamente aos altos setores nativos das massas do povo, como por exemplo entre os nômades e seminômades, os representantes desses altos setores podem desempenhar o papel de guias ativos na luta contra a opressão capitalista (Mesopotâmia – hoje Iraque, nota nossa -, Mongólia, Marrocos).” (pág. 225, 1977, tradução nossa)

“Consciente de que em diversas condições históricas os elementos mais variados podem ser porta-vozes da autonomia política...” (pág. 226, 1977, tradução nossa)

“...Também é indispensável forçar aos partidos burgueses nacionalistas a adotar a maior parte possível desse programa agrário revolucionário.” (pág. 227, 1977, tradução nossa)

“No começo, a burguesia e os intelectuais nativos assumem o papel de pioneiros dos movimentos revolucionários coloniais.” (pág. 229, 1977, tradução nossa)

Além disso, as “Teses do Oriente” propõem aliança temporária com a burguesia, ao invés de ação comum. Aliança temporária não é tática, é estratégica e implica na subordinação do proletariado à burguesia nacionalista:

“O movimento operário dos países coloniais e semicoloniais deve, antes de tudo, conquistar uma posição de fator revolucionário autônomo na frente anti-imperialista comum. Só se reconhece esta importância autônoma e se conserva sua plena independência política, os acordos temporários com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis.” (págs. 231- 232, 1977, tradução nossa)

“O perigo de um entendimento entre o nacionalismo burguês e uma ou várias potências imperialistas hostis, a expensas das massa populares, é muito menor nos países coloniais que nos países semi-coloniais (China, Pérsia – hoje Irã: nota nossa) ou bem nos países que lutam pela autonomia política explorando, com efeito, as rivalidades imperialistas (Turquia).” (pág. 232, 1977, tradução nossa)

“Reconhecendo que certos compromissos parciais e provisórios podem ser admissíveis e indispensáveis quando se trata de tomar uma respiração na luta de emancipação revolucionária levada a cabo contra o imperialismo...” (pág. 232, 1977, tradução nossa)

Essa posição que ora adotamos, ou seja, vimos pela primeira vez ser formulada pela *Liga Bolchevique Internacionalista, a LBI brasileira* (e depois por outros grupos e organizações que se reivindicam do trotskismo), dizendo que a palavra de ordem de frente única anti-imperialista das “Teses do Oriente”,

dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, a III Internacional, foram elaboradas por Bucarin, consistindo em frente popular, ou seja, frente de colaboração e conciliação de classes com a burguesia nacional semicolonial. Sempre criticamos com veemência essa posição, defendendo a ortodoxia dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista.

Todavia, em razão de discussão com o camarada Sergio Bravo, do grupo *Revolución Permanente*, do Peru (o qual junto com o *Groupe Marxiste Internationaliste* da França, o *Gruppe Klassenkampf*, da Áustria, à época formavam o *Colectivo Revolución Permante – CoReP*), aprofundamos o estudo da questão, com base na “Revista internacional publicada por el CoReP e el PRS para construction de uma Internacional obrera revolucionaria”, “Debate Comunista”, de fevereiro de 2012, disponível na Internet, assim como da obra de Trotsky, “Stalin, o grande organizador de derrotas”, com subtítulo “A III Internacional depois de Lênin”, na parte em que o grande revolucionário travou uma polêmica com Bucarin, que havia elaborado o projeto de Resolução do VI Congresso da Internacional Comunista.

O CoReP, ao contrário da LBI, afirma que o autor das “Teses do Oriente” foi Georg Zinoviev e não de Nicolai Bucarin.

Cumpramos consignar ainda, que vimos que outras organizações brasileiras e estrangeiras também criticam as “Teses do Oriente”. O falecido dirigente trotskista francês Stephane Just também desenvolveu críticas no mesmo sentido.

A seguir transcreveremos, de forma resumida, as posições do CoReP e de Trotsky (tradução nossa):

CoReP:

“Quando Stalin e Bucarin inventam o “socialismo em um só país”, esquecem das recomendações de Lênin e transgridem o contruído nos quatro primeiros con-

gressos da IC, regressam ao menchevismo e se entregam à aliança com o Kuomintang, Trotsky multiplica as advertências contra a submissão à direção nacionalista, defende a saída do Kuomintang e a dissolução da Aliança anti-imperialista e tira as lições essenciais, decisivas, da tragédia da revolução chinesa:

“A revolução chinesa tem um caráter nacional burguês... Qualquer que seja a importância relativa dos elementos “feudais”, não podem ser varridos senão pela via revolucionária, portanto pela luta contra a burguesia e não em aliança com ela. (Leon Trotsky, “Revolução chinesa e das teses de Stalin”, 1927).”

Se estás de acordo com esta lição, que é que resta da “frente única anti-imperialista”?

Toda decisão da IC não era infalível. Os quatro primeiros congressos são insuficientes sobre a democracia no partido, sobre o fascismo, sobre a análise da economia capitalista, sobre as alianças de classe nos países dominados... Os quadros revolucionário tinham a escusa de ter que tratar urgentemente dos problemas para os quais Marx e Engels haviam deixado às vezes sem linha precisa. Vocês deveriam considerar a FUAI, com a vantagem de 80 anos de perspectiva, com um fórmula confusa, anacrônica e perigosa, testemunho de uma etapa passa de nossa história, e sobretudo não como um consigna para hoje.

Como para os textos programáticos de 1930 a 1940 adotados pela 4ª Internacional, a referência do Colectivo aos quatro primeiros congressos da 3ª Internacional vale para sua linha estratégica básica, não para cada frase, e sobretudo não à tática desmentida pela história da FUAI.

“Igualmente formalista é vossa declaração segundo a qual considere inaceitáveis aos estatutos da Liga comunista francesa, que se solidarizam com os quatro primeiros congressos da Internacional comunista. Com toda probabilidade, não há um só camarada francês que pense que todas as decisões dos quatro primeiros congressos são infalíveis e imodificáveis. É uma questão de linha estratégica básica. (Leon Trotsky, ao comitê de redação Prometeo, 1930).

Depois das experiências da IC nos países dominados, a Oposição de Esquerda estende e sistematiza a estratégia da revolução permanente que Trotsky havia concebido para a Rússia czarista e que foi inteiramente verificada em 1917. Ainda que o abandono das teses errôneas da IC não seja explícito, por razões fáceis de compreender em uma época em que os estalinistas caluniavam aos leninistas bolcheviques e opunham Lênin a Trotsky, a FUAI já não é citada pela Oposição de Esquerda da IC e fica claro, para quem lê atentamente Trotsky, que ele abandonou. O Grupo Bolchevique desafiou o POR Argentina a encontrar qualquer referência à frente única anti-imperialista nos documentos da 4ª Internacional em vida de Trotsky. Ainda esperamos a resposta.

Uma das contribuições decisivas de Trotsky é que a classe operária deve colocar-se à cabeça de toda revolução, inclusive nos países atrasados, onde é socialmente minoritária.

“Para os países com desenvolvimento burguês retardatário, e em particular para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa das suas tarefas democráticas e da liberação nacional não pode ser ou-

tra que a ditadura do proletariado, que toma a cabeça da nação oprimida, sobretudo de suas massas camponesas... Porém a aliança entre estas duas classes não se realizará mas que numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional. (Leon Trotsky, “A Revolução Permanente, 1931”).

A 4ª Internacional preconiza claramente como estratégia a aliança dos trabalhadores assalariados com os trabalhadores independentes e a juventude em formação, sob a hegemonia do proletariado:

Há que distinguir a frente única de ações comuns... A ação comum, em particular uma ação a curto prazo, é uma coisa. Porém a capitulação ante a burguesia, uma “frente única” permanente como a Frente Popular francesa é outra coisa. É completamente diferente... Devemos promover uma “frente única” com as organizações de estudantes e camponeses. (Leon Trotsky, Debates sobre China, 1935).

“Em 1922, a frente única anti-imperialista era um erro; em 1951, era um crime

Porém em 1951, a mesma direção da 4ª Internacional revisa o programa do 3º congresso da CI. Passa em 1952 à liquidação da internacional, com a expulsão da seção francesa, que se havia oposto, antes do 3º congresso, aos seus desvios, e com o apoio do Secretariado Internacional a frações pro estalinistas na seção britânica e na seção americana.

O Secretariado internacional de Pablo-Mandel-Maitan-Frank-Posadas considerou que a burocracia estalinista, ao menos uma fração decisiva desta, era apta a reformar-se e adotar o “trotskismo”, o tornava supérflua a construção de partidos operários revolucionários de tipo bolchevique.

No 3º Congresso da 4ª Internacional, em 1951, seus dirigentes Pablo e Mandel voltam à “frente única anti-imperialista”, quer dizer, à aliança com setores da burguesia nacional, contra a estratégia da revolução permanente que era a base programática explícita da internacional bolchevique-leninista. Como Pablo não pode proceder abertamente nesta etapa, embola frases ortodoxas com a afirmação – vacilante ou dissimulada – de uma orientação que o conduzirá a converter-se no conselheiro do Governo burguês argelino. A manobra é a seguinte:

1. Pablo chama a alianças momentâneas com os movimentos anti-imperialistas da pequena burguesia, o que com efeito é possível, e inclusive necessário, em alguns casos:

O proletariado e seu partido poderão ver-se obrigados a efetuar alianças momentâneas com tal ou qual movimento da pequena-burguesia para objetivos limitados e precisos de ação comum. (Resolução sobre América Latina, 1951).

2. Logo apresenta fraudulentamente aos movimentos nacionalistas burgueses (APRA, MNR) como pequeno-burgueses:

O que nos distingue do passado, o que da qualidade a nosso movimento atual e que constitui a prenda mais segura de nossas vitórias futuras, é nossa capacidade crescente de compreender, de apreciar ao movimento das massas tal e como existe...e de pretender encontrar nosso lugar neste movimento...É o caso por exemplo na América Latina onde o movimento das massas anti-imperialista e anticapitalista toma amiúde formas confusas, sob uma direção pequeno-burguesa, como no Peru com o APRA, como na Bolívia com o

MNR, e inclusive burguesa como em Brasil com Vargas, como na Argentina com Perón. (Michel Pablo, Informe ao 3º congresso, 1951).

3. O que permite introduzir a aliança com a burguesia, a Frente Popular contra o que se fundou a 4ª Internacional, sob a etiqueta de “frente único anti-imperialista” mais aceitável para um congresso da 4ª Internacional, só onze anos depois do assassinato de Trotsky.

Na Bolívia, nossa seção... se esforçará por influenciar a ala esquerda do MNR...preconizará uma tática de frente única anti-imperialista até ao conjunto do MNR...(Resolução sobre América Latina, 1951).

Um estudo da obra de Trotsky, “*Stalin, o grande organizador de derrotas*”, com subtítulo “A III Internacional depois de Lênin”, confirma e dá razão ao CoReP, conforme alguns trechos a seguir:

“De que “acordos provisórios” se fala neste caso? Em política, ao igual que na natureza, tudo é “provisório”. (...) A única “condição” de qualquer acordo com a burguesia, acordo separado, prático, limitado a medidas definidas e adaptado a cada caso, consiste em não misturar as organizações e as bandeiras, nem direta nem indiretamente, nem por um dia nem por uma hora, em distinguir o roxo do azul, e não crer jamais que a burguesia seja capaz de levar a cabo uma luta real contra o imperialismo e de não constituir um obstáculo para os operários e camponeses e que esteja disposta fazê-lo. (...)” Desde há muito tempo tenho dito que os acordos estritamente práticos, que não nos comprometem de nenhuma forma e não nos criam nenhuma obrigação política, podem, se isto é vantajoso, em um determina-

do momento, ser levados a cabo inclusive com o diabo. Porém, seria absurdo exigir ao mesmo tempo que nesta ocasião o diabo se converta totalmente ao cristianismo, e que utilize seus cornos em favor das obras pias em vez de fazê-lo contra os operários e os camponeses. Ao colocarmos tais condições atuaríamos, no fundo, como se fôssemos os advogados do diabo, e solicitaríamos dele que nos permitisse ser seus patronos.”

(...)

Conforme o pensamento de Bucarin, verdadeiro autor do projeto, se emite precisamente uma apreciação geral da burguesia colonial, cuja atitude para combater e para não “constituir um obstáculo” deve ser provada não por seu próprio juramento, senão por um esquema estritamente “sociológico”, quer dizer o esquema mil e um adaptado estritamente a esta obra oportunista.

Para que a demonstração seja clara, citaremos o juízo emitido por Bucarin sobre a burguesia nacional. Depois de uma referência ao “fundo anti-imperialista” das revoluções coloniais e a Lênin (que está totalmente fora de lugar), Bucarin declara:

“A burguesia liberal tem representado na China, durante toda uma série de anos, e não meses, um papel objetivamente revolucionário e depois se esgotou. Não se tratou de nenhuma forma de uma “gloriosa jornada” comparável à revolução russa de 1905.”

(...)

Apresentar as coisas como se o jugo colonial as- sinasse necessariamente um caráter revolucionário à

burguesia nacional, é reproduzir à inversa o erro fundamental do menchevismo, que cria que a natureza revolucionária da burguesia russa se devia deduzir-se necessariamente da opressão absolutista e feudal.”

Observamos, ainda, que no *Programa de Transição* da IV Internacional, elaborado por Leon Trotsky, no capítulo dedicado aos países atrasados não há menção à frente única anti-imperialista.

Por outro lado, para justificar a FUIAI costuma-se aludir à uma entrevista de Trotsky ao militante trotskista argentino Mateo Fossa, onde o revolucionário russo mencionou que na hipótese de um eventual ataque da Inglaterra democrática (à época o imperialismo preponderante como é hoje os Estados Unidos da América) contra o Brasil fascista de Vargas, os revolucionários deveriam estar do lado do país atrasado contra o país imperialista, mas Trotsky, nessa mesma entrevista, enfatizava a necessidade de se manter a independência política e organizativa.

Assim, o combate ao frente populismo da FUIAI é fundamental para se superar o pablismo, sejam as variantes sul-americanas, morenismo, lorismo, altamirismo, como as europeias, lambertismo, healysmo, etc.

BIBLIOGRAFIA:

INTERNACIONAL COMUNISTA. Los cuatro primeros Congresos de la Internacional Comunista, Teses generales sobre la cuestión de oriente, pags. 223-236, 1977. Cuadernos de Pasado y Presente, 2ª Edición, Ediciones Pasado y Presente, México, 1977.

COLETIVO REVOLUÇÃO PERMANENTE. Debate Comunista - Revista internacional publicada pelo CoReP e o PRS para a construção de uma Internacional operária revolucionária, disponível na Internet <http://www.revolucionpermanente.com/publications/CoRePPRSDC1.pdf>.

TROTSKY, Leon. Stalin, el gran organizador de derrotas, La III Internacional despues de Lenin, pág. 229, El Yunque Editora, Argentina, 1974.

_____. Programa de Transição, pags. 32-34. 3ª Edição, Publicações Liga Bolchevique Internacionalista, Brasil, 2003.

LEON TRÓTSKI E A INTERPRETAÇÃO DO STALINISMO¹

Morgana Moura Romão²

Este artigo é uma análise sobre a interpretação de Leon Trótski acerca do Stalinismo e da União Soviética (URSS). Seguiu-se aqui o mesmo procedimento feito por Perry Anderson (1983), de dividir em etapas o pensamento de Trótski e de estabelecer as devidas correspondências entre as formulações deste revolucionário e os acontecimentos nacionais e internacionais que o cercavam. Desta forma, foi possível apresentar de uma forma mais apropriada a interpretação de Trótski

1 Este artigo é uma versão um pouco modificada do lançado anteriormente pela Revista Aurora, da PUC-SP: ROMÃO, Morgana Moura; MONTEIRO, Marcio Lauria. O Stalinismo e a União Soviética segundo a interpretação de Leon Trotsky. *Aurora Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v. 13, n. 38, 2020. Agradecimentos ao Marcio Monteiro, Carlos Prado e, especialmente, ao meu pai, João Soares de Lima (*in memoriam*), pelas sugestões e pela atenciosa revisão.

2 Estudante da graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de Iniciação Científica do PROPI-UFF. Dedicou-se a estudar o pensamento de Leon Trótski e a história da União Soviética, especialmente no período de seu colapso.

sobre os mencionados fenômenos e também as transformações pelas quais ela passou entre os anos de 1923 e 1940. Os estudos realizados para a escrita deste trabalho permitiram concluir que a chamada “fase madura” da das formulações de Trótski, da década de 1930, é a mais completa para o entendimento destes fenômenos e a que também proporciona as bases fundamentais para compreender as suas variantes no período após a Segunda Guerra Mundial.

INTRODUÇÃO

O mundo foi abalado, em outubro de 1917, por uma revolução socialista ocorrida na Rússia, um então elo do capitalismo europeu ainda dominado por remanescências do feudalismo e do absolutismo e pelo o que havia de mais moderno da produção capitalista da época. O fruto mais direto deste processo, a União Soviética (URSS), cumpriu uma função decisiva na formação histórica do século 20, seja devido ao espaço que ocupou na relação de forças deste período, seja em virtude de sua influência nas esquerdas ao redor do mundo, ao inspirar outros processos revolucionários. Assim, não é por uma razão fortuita que o prestigiado historiador Eric Hobsbawm (1995), por exemplo, reconheça a Revolução Russa como o evento definidor do “curto” século 20, e o mesmo faz o especialista em história soviética, Moshe Lewin, ao referir-se a este período como o “século soviético” (2005).

A contradição entre resultados e expectativas em torno da Revolução Russa estimulou intensas divergências sobre o seu legado e sobre a caracterização do tipo de formação social por ela gerada, a qual, por sua vez, deu origem a uma variedade de posições políticas. Tais questões, para muito além de fortuitas polêmicas, envolviam consigo o conflito entre programas polí-

ticos e formas de análise do Estado e da luta de classes. Nesse sentido, a forma de caracterizar e compreender a sociedade soviética impulsionou diferenças e rupturas organizacionais entre diversas forças socialistas. Semelhantes foram também os casos de sociedades emergidas de revoluções anticapitalistas do período após à Segunda Guerra Mundial, afinadas com o regime soviético sob um ponto de vista de controle político e de reprodução social.

Para compreender a experiência soviética e também as revoluções sociais do último século, vitoriosas ou fracassadas, deve-se analisar o fenômeno que se fez presente na maioria desses casos, que foi o Stalinismo. Sem a realização desta etapa, pode-se cair no risco de incompreender os rumos hostis à democracia proletária que foram seguidos pelas referidas sociedades de transição ou o enorme contraste existente entre Stalinismo e Bolchevismo.

O resgate das contribuições de Leon Trótski é, nesse sentido, de uma fundamental importância para uma análise sofisticada do referido fenômeno. A perspectiva histórica, a centralidade da revolução mundial e o fato de suas análises terem conformado um primeiro empreendimento de investigação sistemática da natureza do Stalinismo e da formação socioeconômica soviética dentro do prisma do marxismo crítico são distinções seminais de seu trabalho. Por isso, ademais, é que os escritos de Trótski ainda possuem um grande valor para qualquer pesquisa que tenha como finalidade uma séria análise dos referidos temas.

A obra de Trótski, no entanto, é envolvida por particularidades que demandam cautela a fim de que sejam cortejadas da maneira adequada. Conforme salienta Bianchi (2000), trata-se, primeiramente, de uma obra extensa e não linear, de modo a apresentar rupturas, continuidades e variadas transformações. Além disso, trata-se também da obra de um militante internacionalista e dirigente político de grande envergadura, ativamente

envolvido nos mais pujantes acontecimentos de sua época. Os escritos de Trótski, portanto, necessitam ser relacionados com a prática política deste autor, e com a questão-chave que a fundamenta, que é a luta pela revolução intencional.

A finalidade deste artigo é analisar a interpretação deste revolucionário sobre o Stalinismo e a URSS, de forma a abordar as suas transformações no caminhar do período de 1923 a 1940. Para isso, de modo geral, será seguido o procedimento de Perry Anderson (1983) de dividir as análises de Trótski em três diferentes etapas, as quais serão chamadas de fase inicial, intermediária e madura. Diferentemente de Anderson, entretanto, este trabalho será crítico aos posicionamentos de Trótski sobre a URSS em determinados momentos, especialmente nos anos iniciais de suas análises, e também, ao final, discutirá a relação entre Stalinismo, bonapartismo e termidor.³

O QUE É UM “ESTADO OPERÁRIO”?

O conceito de “Estado Operário” é elementar no pensamento de Trótski e de uma primeira geração de lideranças bolcheviques no entendimento da formação socioeconômica nascida da Revolução de Outubro. Esse conceito designa uma “sociedade de transição” entre capitalismo e socialismo, conferida pela ditadura revolucionária do proletariado. (LÊNIN, 2017) Para compreendê-lo de melhor forma, é indicado mencionar de forma muito sintética que o Estado é um produto e uma manifestação do caráter inconciliável das contradições de uma sociedade de classes. O seu propósito é conter esses antagonismos nos limites de uma ordem que legaliza e consolida a dominação de

³ Para uma crítica ao artigo de Anderson, recomenda-se o seguinte trabalho: COX, Michael. *Perry Anderson and Leon Trotsky on the Revolutionary Betrayed. Critique: Journal of Socialist Theory*, 20:1, 151-163, 1993.

uma classe sobre outra, mediante, somente para citar elementos do âmbito da coerção direta, destacamentos especiais de corpos armados, cárceres e instituições coercitivas variadas. Enquanto um derivado da divisão de classes, essa sua “força” é essencial para impedir organizações populares autônomas e defender a propriedade privada.

Desse modo, segundo previam os marxistas, o despertar revolucionário e a chegada do proletariado ao poder, com seu exército de trabalhadores, conseguem extinguir o Estado burguês, ao passo que o Estado proletário ulterior começa a entrar em um estágio de “definhamento” que não o permite ser qualificado enquanto um Estado propriamente dito, mas, em conformidade com a expressão de Lênin, como um “semi-Estado”. (*Ibidem*) A socialização dos meios de produção é o último ato autônomo do Estado enquanto tal, pois, sem propriedade privada e sem uma “força especial” de repressão, este não seria mais um instrumento a serviço de uma classe economicamente dominante, já expropriada. Essa socialização também impulsiona o desenvolvimento de uma economia baseada nas formas coletivizadas de produção e de distribuição, além da reestruturação das bases familiares e educacionais, que possibilitam a reprodução em diferentes âmbitos dessa nova formação social.

O Estado é substituído por um tipo de “democracia mais ampla”, a qual conta, em simplificados termos, com a supressão e substituição da polícia e do exército permanente por milícias proletárias e com a formação de conselhos escolhidos mediante plena elegibilidade e revogabilidade de seus funcionários. De forma paulatina, esse aparelho torna-se desnecessário na medida em que suas funções são realizadas de forma direta pela população através de seus conselhos. Isso significa que o perecimento do Estado está relacionado ao fortalecimento político da classe trabalhadora. Essa forma “mais completa” de democracia não somente envolve uma profunda substituição de institui-

ções de novo gênero, mas também designa a transformação da democracia burguesa para uma democracia proletária; ou seja, trata-se de uma transformação da democracia em um período *transitório*. (*Ibidem*) Dito isto, a finalidade do Estado Operário é ser um instrumento de intervenção de temporária duração a serviço das massas, submetido à regulação dos produtores e de suas formas de organização política, ao exemplo dos soviets. (VERN, 1951) É essa a compreensão presente, por exemplo, no clássico “*O Estado e a Revolução*”, de Lênin, escrito às portas da Revolução de Outubro. (LÊNIN, 2017)

Essas transformações, entretanto, não suprimem, por si mesmas, a desigualdade e os privilégios que ainda existem nessa chamada “fase inferior” do comunismo. A propriedade privada, defendida e “atribuída” a indivíduos pelo direito burguês, é, de fato, abolida e socializada pela iniciativa revolucionária, mas é somente neste âmbito em que o direito é suprimido na sociedade transitória recém-saída do ventre do capitalismo. Tais resquícios também remetem a um período conflitante entre economia e Estado, em que o proletariado se estabelece sobre os escombros da economia burguesa, o que é inevitável em um período transitório e também ainda mais dramático em um Estado proletário isolado.

As sociedades transitórias podem variar entre si a depender de suas próprias realidades nacionais e da conjuntura internacional, mas sempre carregam consigo a permanência de elementos sociais precedentes, como o regimento salarial, produção de mercadorias, elementos burocráticos, estrutura jurídica e assim em diante, que podem perdurar durante séculos até mesmo em formações sociais historicamente desenvolvidas do ponto de vista produtivo. Essas sociedades, a despeito dos resquícios de continuidade, expropriaram a burguesia e suprimiram a propriedade privada a partir de revoluções mobilizadas por proletários armados e politicamente organizados, o que já

lhes confere formas de reprodução qualitativamente distintas daquelas próprias de uma sociedade capitalista.

No curso das afirmações precedentes, é elucidativo mencionar que o Estado Soviético favoreceu setores privados no período da Nova Política Econômica (NEP), mas de forma planejadamente excepcional. O propósito desta política foi fortalecer o poder estatal dos trabalhadores em um período de hostil isolamento internacional, generalizada escassez de recursos e esvaziamento dos soviets após a Guerra-Civil (1918-1921). A continuidade do favorecimento de setores privados para além das fronteiras temporais primariamente estabelecidas pela NEP foi um dos fatores que favoreceu uma intensa luta política no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no qual futuras tradições políticas conflitantes começaram a ser esboçadas, o Trotskismo e o Stalinismo. Assim, em breves palavras, o período da NEP é um exemplo de conflito temporário entre economia e Estado, em que há um controle proletário sobre a base de uma economia burguesa até ser possível reconstruir a economia segundo seus interesses enquanto classe vitoriosa, o que não é, obviamente, um caminho pacífico. (VERN, 1951)

Esse tipo de conflito é uma das marcas de um período transicional, que se expressa em maior relevo em um *Estado Operário isolado*, mais suscetível a sofrer contrarrevoluções e a desenvolver setores privilegiados em condições de dificuldades de captação de recursos. A socialização econômica é, por conseguinte, uma forma transitória para o socialismo que não elimina imediatamente o renascimento de uma burguesia em virtude de haver uma totalidade contraditória de antigas e novas relações de produção. Por isso é que o Estado Operário, em sua plena forma, só está habilitado a existir mediante a vitória da *revolução internacional*.

No que concerne à experiência soviética, as intempéries conjunturais mencionadas inferiram-lhe deformidades burocráti-

cas, que, conforme será mencionado mais adiante, entravam em contradição com as bases de reprodução social de seu regime.

TRÓTSKI E O “BUROCRATISMO”

É dedicada ao processo de burocratização da União Soviética uma vasta produção escrita, iniciada pelos seus próprios componentes, então inseridos na disputa pelos rumos desta experiência inédita na história. É inegável que as reflexões de Trótski ocuparam um lugar de destaque absoluto entre as produções de seus contemporâneos da Oposição de Esquerda, e a sua produção mais significativa no período inicial desse processo é o folheto “O Novo Curso” (2015), de 1923, que remonta ao começo da Oposição no interior do PCUS. A finalidade dessa obra é corrigir os rumos da democracia interna do partido por intermédio do alerta sobre os perigos do burocratismo.

O Stalinismo, antes de conceituar-se enquanto tal, foi chamado de “burocratismo”, o que designava uma estrutura levantada sobre as bases da desagregação da indústria russa e da dispersão do proletariado e de seus mais notáveis representantes em um momento de colapso econômico e de isolamento internacional. Este fenômeno seria proveniente da existência do partido isolado em relação às massas e da diferença entre seus membros e gerações nas tomadas de decisão no aparato a partir do papel que cumpriam na história do bolchevismo. (*Ibidem*) Foram profundas as consequências desse processo, como o perecimento da perspectiva internacionalista da revolução, um maior distanciamento entre a camada de dirigentes e a base proletária e uma lenta morte da democracia interna do PCUS, que contou com a ampliação de poderes do secretariado, perseguição e calúnia de críticos e opositores e a substituição da eleição pela nomeação.

Este termo também sugere, logo de princípio, uma falta de associação entre o processo de burocratização e a persona de

Stálin enquanto o seu principal articulador em virtude de seu papel de menor proeminência diante das figuras mais destacadas de Zinoviev e Kamenev na história do bolchevismo.

A despeito da pretendida aliança entre Lenin e Trótski, a forma como ambos apreenderam as origens do mencionado fenômeno burocrático não era inteiramente correspondente. Segundo Lenin, as deformidades burocráticas do novo Estado seriam uma reminiscência cultural do czarismo, passível de solução através de reformas que controlassem os privilégios e que aumentassem a quantidade de proletários em postos-chave no aparato estatal e no partido. Trótski, por sua vez, ater-se-ia principalmente às causas de matriz político-econômicas, e, por conseguinte, o concebia como um novo fenômeno, surgido em uma nova fase de desenvolvimento da revolução e do partido, cuja solução demandava a aplicação de uma planificação como uma medida elementar para o desenvolvimento econômico, a partir do qual seria possível reavivar a indústria e a afluência operária no partido. (*Ibidem*) Para além disso, segundo Trótski, seria também necessário o estabelecimento de relações mais sadias entre antigos e novos quadros partidários a fim de não afetar negativamente a participação das novas gerações (pós-Outubro) na vida política do partido. Caso contrário, sem a satisfação de suas aspirações de participação, essas novas bases operárias e estudantis poderiam vir ao encontro de grupos ou frações de todo gênero.

No folheto supracitado (*Ibidem*), Trótski procura entender a ampliação do aparato partidário e da economia soviética em seu desenvolvimento histórico. São assim aludidas as consequências da reduzida composição operária do partido, as suas desigualdades internas, a linha econômica empirista da tendência burocrática, além das outras problemáticas aqui mencionadas. No entanto, é também aludido o vertiginoso crescimento do partido, o qual tornara inevitável o aparecimento de divergências internas e de grupos opositores. Em um regime de partido único,

esses grupos, ao oporem-se ao partido, poderiam se transformar em frações provisórias ou permanentes e se constituir em suportes para pressões exteriores hostis ao governo soviético. A fim de evitar esse problema, deveria o partido monopolizar a direção da vida política e seria também necessária a democracia operária. (*Ibidem*)

Este revolucionário reivindicava uma democracia operária restrita à liberdade de críticas, realização de debates internos e retomada às eleições de base, sem fazer referência à restauração do funcionamento dos soviets enquanto órgãos de democracia direta dos trabalhadores. Em sua concepção, a postura burocrática de hostilizar críticas enquanto manifestações de espírito fracionário era profundamente insuficiente e condenável, pois o desaparecimento das divergências só poderia ser conferido pela reaproximação do partido com as massas trabalhadoras a fim de abrir caminho para a democracia e a unidade. (*Ibidem*)

Em contrapartida, a condenação de Trótski no que concerne à restauração do direito de formação de tendências e frações partidárias contribuiu para uma associação substituída da ditadura do proletariado pela ditadura do partido. Preconizar o partido, com uma parcial democracia em seu interior, enquanto agente condutor da planificação econômica, mas não os trabalhadores, por intermédio de seus soviets, foi uma defesa de Trótski até 1933, cinco anos após a sua expulsão do partido e de um histórico já bastante consistente sobre os erros da Internacional Comunista (IC). Conforme o próprio autor reconheceu em sua obra tardia, “*A Revolução Traída*” (*Idem*, 1977), essa medida excepcional foi de encontro ao gosto do governo burocrático em função de proporcionar uma vida organizacional internamente cômoda, de modo a transformar a tradição bolchevique do centralismo democrático em centralismo burocrático.

Trótski, neste momento inicial de sua luta contra a burocratização, não era afeito à atuação clandestina e recorreu à

agitação nos marcos da legalidade contra a “linha geral”, conforme aponta Miklós Kun. (1994) Apenas em 1925, o referido revolucionário e seus aliados reconheceram que o uso de meios exclusivamente legais teria pouca eficácia contra o aparelho da direção partidária, devido à proibição de formação de frações e tendências e ao crescente controle sobre o aparato do partido. Tal reconhecimento deu-se após o choque entre Zinoviev e Kamenev contra a linha política geral de Stálin e Bukharin, em meio ao contexto da “greve” dos kulaks, que retiveram o trigo e ameaçaram desabastecer as cidades. (*Ibidem*)

A Oposição de Leningrado, de Zinoviev e Kamenev, e os “decistas”⁴ eram mais propensos a recorrer às antigas tradições de clandestinidade dos bolcheviques do que Trótski. (*ibidem*) Assim, não fortuitamente, após a formação da Oposição Unificada (1926) entre esses agrupamentos, adotaram-se a agitação de propaganda nas fileiras dos trabalhadores extrapartidários e a organização de gráficas secretas e de uma rede de aliados no exterior; convocaram-se, ademais, assembleias populares ilegais nos bairros operários. (*Ibidem*)

No entanto, sem ater-se de forma aprofundada às limitações dos Bolchevique-Leninistas, conforme autodenominavam-se os membros desta oposição, a sua atuação foi restrita ao propósito de reerguer as normas democráticas partidárias, sem a pretensão de conduzir a sua consolidação para toda a sociedade soviética. Para eles, a regeneração da democracia soviética deveria começar pela regeneração do regime interno do partido.

Estes oposicionistas não estabeleceram relações per-

4 Os “decistas” (Grupo do Centralismo Democrático) eram uma fração bolchevique liderada Vladimir Smirnov, Timofei Sapronov e outros “velhos” bolcheviques, formada em 1919. O grupo juntou-se à Oposição de Esquerda e posteriormente à Oposição Unificada na luta contra a abolição gradual da democracia interna do PCUS.

duráveis e próximas com tendências que se apresentavam contrárias à “linha geral” do partido, com a exceção dos “decistas”. Além disso, ao considerar que era uma luta direcionada para o interior do partido, a oposição manteve as suas reservas em relação a “elementos descontentes” externos, que pudessem vir a partilhar críticas habituais da plataforma oposicionista à direção, o que contribuiu para o seu isolamento. (*Ibidem*) Desse modo, os Bolchevique-Leninistas não conseguiram angariar, em seu trabalho clandestino, um significativo apoio entre as massas e não conseguiram formar uma ampla rede de simpatizantes; até mesmo os contatos conquistados deram-se de modo custoso e claudicante, especialmente entre os trabalhadores sem partido e descontentes com as suas condições de vida, estas adversas, conforme mencionou-se anteriormente, às promessas da Revolução de Outubro. (*Ibidem*)

A FASE “INTERMEDIÁRIA” DAS ANÁLISES DE TRÓTSKI SOBRE O STALINISMO

A obra “Stálin, o Grande Organizador de Derrotas” (1974), de 1928, às vezes intitulada de “A III Internacional Depois de Lenin”, representa uma fase intermediária das formulações de Trótski sobre o Stalinismo e está situada no período posterior à derrota da Oposição Unificada e no calor do momento das discussões sobre o Comitê Anglo-Russo e a Revolução Chinesa (1927).

Essa obra é fundamental por conter a constatação de Trótski sobre uma mudança qualitativa na natureza das derrotas do proletariado internacional, que não mais eram provenientes de inexperiência ou inexistência de partidos comunistas, mas de incorretas diretrizes políticas da IC. (*Ibidem*) O conceito de centrismo é aqui utilizado pelo referido revolucionário com a finalidade de caracterizar a natureza política do grupo de Stálin

e de suas súbitas mudanças, que oscilavam entre apresentar uma política ultraesquerdista ou uma política conciliatória e reformista. (*Ibidem*)

O internacionalismo de Trótski adquire uma essencial relevância para as suas análises nesta obra. O autor relaciona a derrota da Oposição de Esquerda a uma desfavorável relação de forças no âmbito internacional para o despertar da revolução mundial, e, para tal, posicionou a sua observação sobre as diversas sublevações proletárias fracassadas na Alemanha, China, Inglaterra e no leste da Europa (ANDERSON, 1983). Além disso, segundo Trótski, somente a restauração da democracia na Internacional e em seus partidos nacionais viria corrigir a degeneração burocrática na União Soviética e possibilitar o triunfo da revolução internacional e o desenvolvimento da economia soviética com um aumento de peso social do proletariado. (*Ibidem*) Dessa forma, o triunfo da IC e do Estado Soviético seria decidido na arena internacional. Por ainda apostar na possibilidade da reforma de ambos, Trotsky não pretendia fundar uma nova Internacional e empenhou-se a organizar a Oposição Internacional com o apoio de uma rede de aliados em diversas localidades, herdadas, em grande medida, da finada Oposição Unificada.

Há dois conceitos de primeira importância nesta publicação: termidor e Stalinismo. A burocracia é aqui compreendida enquanto um instrumento de pressão dos setores privados “termidorianos”, isto é, pró-capitalistas, que reservam em si uma grande hostilidade em relação ao regime soviético. Esta contrariedade, a qual foi expressa, por exemplo, nas numerosas sabotagens realizadas pelos camponeses ricos no fornecimento de alimentos e na estocagem de grãos, poderia abrir caminho para a restauração capitalista. O uso do conceito de “Stalinismo” por Trótski, em conformidade ao entendimento da Oposição Unificada, designa práticas não democráticas do grupo ao redor de Stálin, que favoreciam os setores privados. (TWISS, 2014)

Compreendido desta maneira, o Stalinismo não seria a principal ameaça à sobrevivência do Estado Soviético, função ocupada pelos setores que poderiam germinar uma reação termidoriana. A derrota da Oposição de Esquerda, que antes fortaleceu os setores privados e a desintegração do centralismo democrático do PCUS, não deixaria, obviamente, de favorecer uma restauração capitalista.

O conceito de termidor foi revisitado após a coletivização forçada e a industrialização acelerada, quando o regime de Stálin seguiu de forma repentina em direção a uma política ultraesquerdista de “classe contra classe” (1929) – que estabelecia a radicalização das massas enquanto um princípio de aplicação mecânica e não como um estado de caracterização do desenvolvimento do proletariado e da sociedade capitalista – e rompeu com o programa econômico de Bukharin. O seu repentino, mas vacilante distanciamento dos setores privados, demonstrou uma autonomia relativa da burocracia em relação às classes sociais, de forma que ela não mais se definiria como um instrumento de pressão de estratos pró-capitalistas. A burocracia stalinista, por conseguinte, não seria uma resultante centrista do burocratismo, mas das contradições de uma sociedade de transição. (*Ibidem*)

Desse modo, a percepção do termidor veio a se tornar uma analogia histórica mais precisa e passou a compreender uma mudança de poder dos setores que lideraram a Revolução de Outubro para um setor mais conservador, que não pretendia destruir as conquistas revolucionárias de Outubro.

O termidor é um conceito que remonta a uma analogia histórica da experiência soviética com a Revolução Francesa, cujo propósito *primário* era fundamentar uma ideia de ameaça contrarrevolucionária aos fundamentos sociais estabelecidos pela Revolução de Outubro. (*Ibidem*) O chamado perigo do termidor, que constituía a principal ameaça às conquistas da Revolução de Outubro, desenvolveu-se após a vitória da ala majoritária

do PCUS sobre o controle do processo revolucionário, em 1924, e a partir de uma acentuada desproporção entre a agricultura e a indústria, o que suscitara o crescimento de tendências pró-capitalistas formadas na base da NEP. A crise econômica concedeu-lhes um poderoso instrumento de desorganização da economia socialista, de forma a possibilitar a *primeira etapa da contrarrevolução burguesa*, dirigida contra a base social do Estado Operário. (TROTSKY, 1935) A forma como a burocracia lidava com a questão da industrialização revelava a influência das novas camadas burguesas no aparelho de Estado. (*Ibidem*)

Nesse primeiro momento, portanto, o que Trótski chama de “reação termidoriana” é o risco de restauração capitalista proveniente do perecimento da política revolucionária pela burocracia, com o pesado fardo dos *nepmen* e do *kulak* sobre as suas costas. (*Idem*, 2017) Assim como os jacobinos foram substituídos pelos termidorianos e pelos bonapartistas, o esmagamento da Oposição seria um passo imprescindível para a consolidação do poder dos elementos mais conservadores da burocracia e do estrato superior da classe operária, e este processo, datado de 1924, é o que pode ser chamado de *começo* do termidor. Essa questão relaciona-se, por conseguinte, à história da Oposição de Esquerda enquanto condutora e representante das tendências históricas progressivas do proletariado durante o período “jacobino” da Revolução Russa (1917-1924). (DEMIER, 2015)

No entanto, Trótski, em 1935, corrigiu-se em relação à utilização inadequada dessa terminologia sobre a burocracia stalinista, pois, no caso francês, o termidor não envolvia a restauração de velhas formas de propriedade e do poder de antigos setores dominantes; isto é, esse fenômeno não consistia em um atentado contra as conquistas sociais da Revolução Francesa, mas em seu fortalecimento a fim de organizá-las e de estabilizá-las. (TROTSKY, 1935) Assim, a menção de uma “contrarrevolução” em referência ao processo revolucionário francês significaria o

restabelecimento da propriedade feudal.

Essa analogia histórica, ademais, entrou em contradição com a análise posterior da evolução da União Soviética e do regime de Stálin como uma forma peculiar de bonapartismo, o qual, em sua variante francesa, veio a se consolidar somente depois do termidor. Nesse sentido, em sua fase tardia de análise sobre a União Soviética, Trótski considerou que essa analogia poderia alimentar mais confusões do que esclarecimentos. (*Ibidem*)

É importante salientar, ademais, que o fim da NEP e a chegada da coletivização constituíram uma grande quebra não somente no sentido econômico, mas também no político, em virtude da profunda transformação do PCUS em um dócil instrumento do regime de Stálin e das mudanças nas formas de atuação da oposição dos Bolchevique-Leninistas. (GUSEV, 2008)

A segunda metade da década de 1920 foi atravessada pela redução de salários, aumento dos preços dos bens de consumo, escassez de produtos e aumento da exploração. Houve, da parte dos trabalhadores, a organização de protestos e de resistências (ativas e passivas), que ocorriam, muitas vezes, com prévia articulação preparatória com outras fábricas, e também mobilizadas por um sentimento de profunda hostilidade em relação aos gerentes de fábrica, sindicatos e ao PCUS. A tendência dos trabalhadores para a auto-organização era muito evidente, e os Bolchevique-Leninistas dirigiram-se ativamente para as fábricas e para a “questão do trabalhador”, e, assim, esses opositores passam a corroborar as demandas dos trabalhadores por aumento salarial e melhorias das condições de vida. As críticas às políticas do governo e aos privilégios da burocracia fortalecem a posição dos Bolcheviques-Leninistas entre os trabalhadores, os quais eram majoritariamente indiferentes às polêmicas internas ao partido. (*Ibidem*)

O sucesso desses opositores entre os operários germinava uma oportunidade de organizá-los em números muito sig-

nificativos. Não havia, entretanto, nenhum claro e consistente programa de ação contra o regime burocrático, além do fato de os opositores limitarem-se à demanda de ampliar a “democracia operária” nos espaços dominados por completo pela burocracia. Nesse sentido, seria esta uma luta pela legalidade dentro das estruturas oficiais já burocratizadas, sem uma explicação consistente sobre como tal feito seria alcançado. Essa demanda por reforma e democracia estava endereçada à própria burocracia, e já neste momento era uma grande ilusão em virtude de toda a estrutura do aparato estatal burocrático encontrar-se verticalmente organizada e submetida a um pequeno punhado de lideranças parasitárias. (*Ibidem*)

O referido grupo, até mesmo quando os proeminentes membros da oposição já haviam sido expulsos do partido e posteriormente exilados, temia a possibilidade de maior radicalização dos trabalhadores com o receio de destruir o novo Estado Operário. Trótski, por conseguinte, rejeitava a organização de um novo partido com os trabalhadores descontentes com as adversidades pós-Outubro, e, em especial, com o PCUS, apesar de haver meios para tal empreitada em novas bases geracionais. Os Bolchevique-Leninistas ainda se apresentavam como uma fração do partido, e tentavam conquistar os trabalhadores para lutar por uma influência nas células da organização, que era, por estes, profundamente hostilizada.

Assim, na melhor das circunstâncias, o referido grupo admitia a possibilidade de greve com demandas de matriz econômica, enquanto opunham-se às demandas de matriz política contra o PCUS. (*Ibidem*) A prioridade das reformas no aparato, portanto, fez esmorecer um grande potencial proveniente das mais novas gerações trabalhadoras para lutar contra o poder burocrático.

A IV INTERNACIONAL E O “AMADURECIMENTO” DE TRÓTSKI

A luta pela construção da Quarta Internacional foi o momento mais significativo do amadurecimento político de Trótski na construção do socialismo e da revolução internacional. O ponto de partida para essa sua conclusão foi a desmoralizante vitória do fascismo na Alemanha, que não contou com nenhuma luta efetiva liderada pelo Partido Comunista Alemão (KPD). A partir desta derrota para a humanidade, Trótski concluiu que a IC e o PCUS não eram passíveis de reformas e que ambos não eram mais capazes de cumprir uma função anticapitalista na luta contra o imperialismo e de serem a vanguarda da revolução mundial. Fazia-se necessária uma liderança internacional alternativa aos stalinistas e socialdemocratas, pois estas lideranças “oportunistas”, que continham em seu histórico a responsabilidade por uma série de derrotas do proletariado internacional, eram um obstáculo para a transformação de uma situação pré-revolucionária em uma situação revolucionária. Desse modo, portanto, a tarefa de primeira importância dos revolucionários seria a construção do partido da revolução mundial, que fosse capaz de liderar o proletariado em direção ao socialismo em correspondência a uma luta intensa contra todas as lideranças traidoras inseridas no movimento “operário”. (TROTSKY, 2008)

No curso dessas afirmações, torna-se evidente que, para Trótski, a degeneração burocrática já havia atingido um patamar qualitativo. Dessa forma, seria elementar uma revolução política para tirar a burocracia do controle político a fim de preservar as conquistas da revolução a longo prazo, de modo a construir um partido revolucionário e a restaurar a democracia direta dos soviets.

Essa burocracia seria uma gestora das formas de propriedade coletiva e dos monopólios comerciais, mas não teria

um papel independente nas relações de produção. Os seus métodos de gestão, agressivos e pouco eficientes por não serem regulados pela lógica do mercado ou pela gestão social da produção, criavam desequilíbrios e serviam como freio para o desenvolvimento econômico e cultural da sociedade soviética. (Idem, 1977) Além desses elementos, não havia um projeto independente de sociedade a longo prazo que fosse mobilizado por esse corpo burocrático, a despeito da aplicação discursiva de um socialismo sobre a União Soviética. Sem propriedade privada, os privilégios e as condições de subsistência da burocracia eram provenientes de seu parasitismo na gestão da economia, e a sua influência no movimento “operário” tinha como finalidade o controle sobre a classe trabalhadora para preservar-se no poder político. Essa posição de gestora criava na burocracia uma dependência de relações políticas para a ascensão na hierarquia de diferentes setores que a compunham a fim de parasitar privilégios concedidos pela produção social do proletariado. Em virtude disso, a burocracia não conformaria, segundo Trótski, uma classe social, mas uma “casta” parasitária. (*Ibidem*)

O parasitismo sobre as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução de Outubro e a defesa desta conquista contra o imperialismo, mesmo que através de métodos pouco eficientes de um aparato burocrático, não criavam uma incompatibilidade imediata entre o regime soviético e a preservação de sua natureza proletária. (*Ibidem*) Dessa forma, a defesa da União Soviética era, para Trótski, um princípio de primeira importância, uma vez que se tratava de um Estado Operário, ainda que burocraticamente deformado. Essa defesa, que deveria ser de caráter militar, mas não se configurar em uma defesa política do regime, seria incondicional contra qualquer ameaça imperialista e qualquer tentativa de restauração capitalista. (*Idem*, 2011)

No artigo “A Natureza de Classe do Estado Soviético” (1933), o supracitado revolucionário compreende a União Sovi-

ética enquanto uma ditadura do proletariado adoecida, governada por uma burocracia que havia usurpado o poder político desta classe a fim de preservar, mediante seus próprios métodos coercitivos, as relações de propriedade proletárias. (*Ibidem*) O proletariado permaneceria enquanto classe dominante em função da existência dessas relações, sobre as quais se assentavam as bases de sobrevivência e de reprodução social da burocracia stalinista. Por isso é que o Stalinismo é apresentado, no referido texto, como um fenômeno social progressivo nos marcos nacionais, mas contrarrevolucionário no âmbito internacional em função de suas inúmeras traições, o que os casos na China (1927), Espanha (1936-1939) e Alemanha (1933) na época deixavam em evidência. (ANDERSON, 1983)

Essa característica “contrarrevolucionária” do referido fenômeno não será reformulada, mas complementada por Trotsky na segunda metade da década de 1930, de forma a precisar que, em situações excepcionais de guerra, quebra financeira e assim em diante, as lideranças stalinistas e socialdemocratas poderiam liderar revoluções e prosseguir com a expropriação da burguesia, de forma a fundar, assim, Estados Operários. No entanto, o rito clássico de ambas seria não excitar em apagar as chamas revolucionárias em proveito de estender as mãos para salvar a burguesia.

Essa constatação de Trótski, fundamentada a partir de suas observações sobre a ocupação militar soviética na Polônia e na Finlândia, estão presentes em seu “Programa de Transição” (2008) e também em sua compilação de artigos “Em Defesa do Marxismo” (2011), e mostrou-se correta na conjuntura de maior levante popular da história, que foi o fim da Segunda Guerra Mundial. A despeito de liderar a criação de Estados Operários Deformados no pós-Guerra (China e Iugoslávia), a principal característica que marcou a atuação da burocracia e dos partidos stalinistas desse período foi a traição de inúmeras situações re-

volucionárias na Europa e na Ásia e a prestação de suporte a lideranças burguesas nos países latino-americanos. (MONTEIRO, 2016) Essas traições expressaram-se em capitulações à burguesia e em desvios das lutas proletárias para a reconstrução do capitalismo no pós-Guerra. As exceções a esta prática resultaram em revoluções lideradas por stalinistas que conseguiram expropriar a burguesia, mas em localidades de capitalismo devastado, em que não havia outro poder a emergir além do Exército Vermelho.

Essas vitórias, no entanto – é importante salientar –, não findaram políticas de “coexistência pacífica” com o imperialismo e de “socialismo em um só país”, que colocavam em evidência o temor do internacionalismo proletário pela burocracia stalinista. Além disso, os Estados Operários nascidos no pós-Guerra ficaram imediatamente submetidos ao controle de uma casta de burocratas, o que permite enquadrar-lhes, desde o princípio, enquanto Estados Operários Deformados. Essa necessidade do controle sobre a classe trabalhadora expressou-se também em suas formas predominantes de organização em estruturas rurais de guerrilha durante esses processos revolucionários. Os soviets e os partidos de vanguarda, em contraste aos movimentos guerrilheiros, são muito mais difíceis de serem submetidos à submissão do controle burocrático. Por isso é que Trótski estava correto em não transformar em regra possíveis excepcionalidades, ao apontar que a possibilidade de os stalinistas liderarem revoluções anticapitalistas não deveria figurar no primeiro plano das análises políticas dos revolucionários. (TROTSKY, 2008)

O STALINISMO ENQUANTO UM REGIME BONAPARTISTA

No artigo de 1933, Trótski constatou a existência de “elementos bonapartistas” no regime e a possibilidade de analisá-lo desta forma. No entanto, foi no artigo “Estado, Termidor e

Bonapartismo” (*Idem*, 1935) que este revolucionário caracterizou, de uma forma mais consistente e precisa, o Stalinismo como uma peculiar forma de “bonapartismo” soviético.

O bonapartismo é um “regime de crise”, o qual manobra entre as classes sociais, mas que sempre preserva a mesma base social, a propriedade burguesa. Seria possível observar um fenômeno de configuração semelhante na União Soviética sob Stálin, isto é, um regime burocrático, que, cada vez mais autônomo, “plebiscitário” e personalista, manobra entre as classes, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, mas que está estabelecido nas formas de propriedade de natureza proletária. (DEMIER, 2015)

Os giros políticos eram uma marca do regime stalinista para equilibrar-se sobre o antagonismo entre o proletariado e os camponeses, e entre o Estado Operário e o imperialismo. Desta necessidade de equilibrar-se sobre o antagonismo de diferentes forças é de onde seria proveniente a base de seu centrismo burocrático, assim como o de seu poder, de sua debilidade e de sua influência sobre o proletariado internacional. Segundo Trótski conforme a burocracia tornava-se cada vez mais autônoma, mais seu poder concentrava-se em uma só pessoa, e, por conseguinte, mais o centrismo se transformava em bonapartismo. (TROT-SKY, 1935)

A peculiaridade do bonapartismo soviético era consolidar a revolução proletária através da liquidação de seus dirigentes, de seu programa internacionalista, de seus soviets e também do próprio bolchevismo; e em uma sociedade de transição, o colapso do bonapartismo poderia significar a abertura para o caminho do socialismo ou para a restauração capitalista. (*Ibidem*) Por isso é que a ênfase sobre a necessidade de restauração da democracia direta dos soviets e a fundação da Quarta Internacional é uma parte elementar do pensamento e do programa político de Trótski em sua fase plenamente amadurecida.

A ressignificação do termidor em Trótski é outro elemento digno de nota. Tal processo consolidou-se em 1924, mediante a derrota da Oposição de Esquerda e a transferência do poder das mãos da vanguarda do proletariado para os elementos mais conservadores da burocracia e de seus setores superiores da aristocracia operária. Assim, a principal base material do termidor soviético e do fenômeno do Stalinismo seria o desenvolvimento econômico alcançado a partir de 1923, o qual abriu as portas para o surgimento de uma camada privilegiada de administradores, que, em uma conjuntura de duras contradições, conferiram a esta casta uma crescente autonomia relativa diante da dispersão do proletariado e do isolamento internacional.

O Stalinismo seria, portanto, uma resultante do termidor soviético, e conformaria um regime de tipo bonapartista em virtude ao seu caráter de árbitro dos conflitos sociais e protetor das bases sociais estabelecidas pela revolução contra a burguesia, mas também contra as próprias massas proletárias. (*Ibidem*; *Idem*, 1977) Esse regime atacou a ala esquerda dos revolucionários soviéticos e criou uma aristocracia operária sobre a qual estabelecia um de seus pilares de sustentação. Essas análises não somente estão sintetizadas no artigo de 1935, mas também presentes na obra “A Revolução Traída”, de 1936, que é o material mais detalhado de Trótski sobre a União Soviética e o Stalinismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um estudo parcial de uma pesquisa em andamento sobre a experiência soviética, baseada nas formulações de Leon Trótski, para uma melhor compreensão do fenômeno social em comum entre as sociedades pós-revolucionárias do século 20. Concebe-se a fase amadurecida das formulações do referido autor como a mais consistente interpretação do Stalinismo, e espera-se, com este artigo, fornecer uma contribuição

de base para futuros estudos relacionados a um dos principais pilares estruturantes da história do mencionado século, que foi a União Soviética.

REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, Londres, v. 1, n. 139, p. 49-58, Mai-Jun, 1983.
- BIANCHI, Alvaro. O primado da política: revolução permanente e transição. *Revista Outubro*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 101-115, 2000.
- BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Editora Sundermann, 2014.
- DEMIER, Felipe. Trotsky e o bonapartismo soviético. [S.I.], 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/trotsky-e-o-bonapartismo-sovietico/> Acesso em: 23/03/2020.
- DEUTSCHER, Isaac. *O Profeta Desarmado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUSEV, Aleksei. The 'Bolshevik Leninist' Opposition and the Working Class, 1928-1929. In: FOLTZER, D. et al. *A Dream Deferred: New Studies in Russian and Soviet Labour History*. Bern: Peter Lang, 2008.
- HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUN, Miklós. Trotsky e o movimento clandestino anti-estalinista nas décadas de 1920 e 1930. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- LÊNIN, Vladimir Illitch. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LEWIN, Moshe. *The Soviet Century*. London: Verso, 2005.
- _____. *Lenin's last struggle*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista inter-*

- nacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re) leituras teóricas e programáticas (1944-1963). *Dissertação (Mestrado em História Social)*, Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
- PODCHIKOLDIN, Aleksandr. "O Novo curso: prólogo da tragédia". In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Op. Cit.*
- PAULINO, Robério. *Socialismo no Século XX: O que deu errado?*. Goiânia: Kelps, 2008.
- PRADO, Carlos. *O Novo Curso: Trotski e a crítica à degeneração burocrática do partido*. Eleutheria, Mato Grosso do Sul, v. 2, n. 3, p. 88-103, dez. 2017-mai. 2018.
- TROTSKY, Leon. *A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional (Programa de Transição)*. In: *Documentos de fundação da IV Internacional*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.
- _____. *Stálin: uma análise do homem e de sua influência*. (v.2) São Paulo: EM Livraria; Porto Alegre: Editora Movimento, 2017.
- _____. *A Revolução Traída*. Lisboa: Editora Antídoto, 1977.
- _____. *Em Defesa do Marxismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.
- _____. *O Novo Curso*. São Paulo: POR-MASSAS, 2015.
- _____. *Stalin, el gran organizador de derrotas – la III Internacional despues de Lenin*. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1974.
- _____. *La Naturaleza de Clase del Estado Soviético*. [S.I.], 1933. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro3/html/T05V127.htm>. Acesso em: 23/03/2020.
- _____. *El estado obrero, termidor y bonapartismo*. [S.I.], 1935. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V127.htm>. Acesso em: 25/03/2020.
- TWISS, Thomas M. *Trotsky and the problem of Soviet bureau-*

cracy. Boston: Brill, 2014.

VERN, Dennis. Method, Doctrine and “The Buffer States”. Discussion Bulletin, 1951. Disponible em: <https://www.marxists.org/history/etol/document/swp-us/idb/swp-1946-59/db/n08-1951-db.pdf>. Acesso em: 25/03/2020.

TROTSKY Y GRAMSCI¹

Roberto Massari

Sobre la batalla de Gramsci contra Bórdiga² ya se ha escrito mucho. Sobre la influencia ejercida por Trotsky en su formación, mucho menos. Los motivos de esto último, fácilmente comprensibles, serán brevemente mencionados en las páginas siguientes. Sin embargo, frente a la tendencia, actualmente pre-

1 Publicado en : *En defensa del Marxismo* N° 13 - Julio 1996

2 Bórdiga, Amadeo: fundador del PC italiano, que ya había encabezado la oposición comunista dentro del PS italiano (sección Turín). Después de la formación del PC fue su principal dirigente. Partidario del ‘abstencionismo electoral’ y opuesto a la actividad parlamentaria, Bórdiga fue uno de los dirigentes de la tendencia internacional de los ‘Comunistas de izquierda’, contra los que Lenin escribió ‘*El izquierdismo, enfermedad infantil del comunismo*’. Desplazado de la dirección del PCI en el Congreso de Lyon (1926). Encarcelado por el fascismo en 1926, fue expulsado del PCI en 1930 acusado de ‘trotskista’, aunque Trotsky rechazó toda posibilidad de un trabajo común con los bordiguistas como consecuencia de sus posiciones sectarias y ultarizquierdistas (NdeT).

dominante entre los intelectuales de izquierda en Italia, de privar a Gramsci, cada vez más, de sus trazos marxistas y revolucionarios, no es poca cosa conseguir explicar qué llevó a Trotsky y a Gramsci a coincidir en la esencia de sus posiciones políticas en algunos de los momentos políticos cruciales del período post-Lenin. La obligación de intentar ofrecer una explicación a ese hecho, indiscutible aunque fragmentario y contradictorio, no deriva, sin embargo, de meras exigencias filológicas o especulativas.

Deriva de otro hecho histórico, con el cual se puede estar de acuerdo o no, pero que no se puede ignorar: la formación, dentro del movimiento obrero italiano de los años '30, de una corriente organizada, que no sólo basaba su programa político en la esencia de las contribuciones de Trotsky y Gramsci sobre Italia sino que 'además' reivindicó explícitamente a esos dos revolucionarios durante toda su existencia. Esa corriente, que se formó dentro del grupo dirigente comunista, compuesta por compañeros que habían vivido desde el inicio la trayectoria del PCI (Partido Comunista de Italia), expulsada del partido, luego reorganizada autónomamente fuera del partido, era la NOI (Nueva Oposición Italiana), que tenía su Boletín como órgano político.

Hay quien impugna la coherencia de esta reivindicación ideológica de la NOI, basándose en ésta o aquella posición de Gramsci, en tal o cual cita de sus Cuadernos de la Cárcel³. Pero en general olvidan un deber elemental para quien se reivindica marxista: explicar en términos históricos cómo fue posible la existencia de una corriente organizada fuera del PCI que inspiraba su acción política en esa reivindicación común (de Trotsky

3 *Cuadernos de la Cárcel*: escritos de Gramsci en la cárcel, después de su detención en 1926 (NdeT).

y Gramsci), y sobre todo por qué fue necesario que lo hiciera durante todo el período de los años '30. Solamente a la luz de esta explicación histórica es que la discusión teórica, con base en los textos, se podrá volver verdaderamente útil y actual, y no un mero ejercicio académico.

En los últimos años, aumentó el número de publicaciones que ofrecen un cuadro exhaustivo respecto del debate sobre el 'viraje' (la llamada svolta) y que plantean en su verdadera luz la batalla y la expulsión de 'los tres'⁴, reparando una grave injusticia histórica que fuera cometida con ellos ante el movimiento obrero italiano. Ahora, sin embargo, es preciso esclarecer lo que vino después de esa expulsión. 'Los tres' no desaparecieron después de ser expulsados ni consideraron agotada su función histórica; por el contrario, dieron continuidad a su lucha con renovada energía, aunque con pobres resultados. El Boletín es la prueba concreta de ese esfuerzo. Además, el Boletín nos ofrece, a posteriori, la posibilidad de evaluar la justeza de fondo de sus análisis y propuestas. Y provee un nuevo estímulo para el debate.

¿Será posible que la reivindicación del legado de Trotsky y, en parte, de Gramsci, haya sido completamente ajena a la justeza de sus análisis y posiciones? Obviamente, no.

Entonces, vamos a intentar entender mejor la formación de sus pensamientos, por qué caminos y experiencias llega-

4 'Los tres': se refiere a Pietro Tresso, Alfonso Leonetti y Paolo Ravazzoli, dirigentes del PC italiano expulsados en 1930 por oponerse a la política ultrazquierdista del 'tercer período' y a la equiparación entre la socialdemocracia y el fascismo. Después de su expulsión, se integraron a la Oposición de Izquierda. Pietro Tresso participó del Congreso de fundación de la IV^o Internacional. Durante la guerra, fue condenado a trabajos forzados por un tribunal militar de Marsella; liberado, junto con todos los detenidos en la prisión de Puy (Francia), por los partisanos stalinistas, Tresso y otros trotskistas encarcelados fueron encontrados muertos poco después, según todas las evidencias, por los propios partisanos que los habían liberado (NdeT).

ron a esas conclusiones, y lo que permanece vivo hoy, que podamos utilizarlo en el presente. Tal vez a nivel de método, si no de contenido. Pero, para eso, tenemos que volver un poco en el tiempo. Por lo menos hasta los inflamados debates del Tercer y Cuarto congresos de la Internacional, que vieron surgir las primeras fracturas graves entre la dirección comunista italiana y los dirigentes de la revolución rusa.

LA CUESTIÓN ITALIANA EN LA ÉPOCA DE LA MARCHA SOBRE ROMA

El 22 de noviembre de 1922, Lenin dictó a Trotsky (telefónicamente) el siguiente mensaje: “En cuanto a Bórdiga, aconsejo vivamente aprobar la propuesta (de Trotsky) de enviar a los delegados italianos una carta de nuestro Comité Central y de recomendar con gran insistencia la táctica que usted indica. En caso contrario, sus acciones serán extremadamente perjudiciales, en el futuro, para los comunistas italianos”.

En qué consistía la táctica ‘indicada’ por Trotsky y cómo sería ‘perjudicial’, no sólo para el futuro sino también en lo inmediato, su no aplicación por la mayoría de la dirección del PCI, ya es historia conocida para quien esté familiarizado con los términos de la divergencia que explotó entre las direcciones del PCI y de la Internacional Comunista en 1922, y que prosiguió después hasta el desplazamiento de la dirección bordiguista original. El propio Trotsky recuerda, en 1931, la incapacidad de la dirección italiana para enfrentar el ascenso del fascismo, con la excepción, únicamente, de Gramsci. En un fragmento famoso, publicado por primera vez en italiano en el n° 7 del Boletín de la NOI, Trotsky resumió así los errores provocados por la inexperiencia de la

dirección del PCI en la época de la ‘Marcha sobre Roma’⁵.

“El Partido Comunista Italiano surgió casi contemporáneamente con el fascismo. Pero las mismas condiciones de reflujo revolucionario que llevaron al fascismo al poder son obstáculos al desenvolvimiento del Partido Comunista. El Partido no se dio cuenta de las proporciones del peligro fascista; se embolsó en las ilusiones revolucionarias; fue inflexiblemente hostil a la política de frente único; en una palabra, sufrió todas las enfermedades infantiles. No es de extrañar; sólo tenía dos años de vida. Para él, el fascismo representaba tan sólo la ‘reacción capitalista’. El Partido Comunista Italiano no supo discernir la verdadera fisonomía del fascismo, derivada de la movilización de la pequeñoburguesía contra el proletariado.

Según las informaciones que recibí de compañeros italianos, el Partido Comunista Italiano, con excepción de Gramsci, no admitía la menor posibilidad de la toma del poder por el fascismo. Además, no se debe olvidar que el fascismo italiano era, en la época, un fenómeno nuevo, que estaba apenas en proceso de formación. Deducir sus trazos específicos no habría sido fácil ni siquiera para un partido más experimentado”.

En el mismo texto, sin embargo, Trotsky recordaba que no había justificación posible para quien, como Togliatti⁶ y la

5 Marcha sobre Roma: en octubre de 1922, aprovechando el colapso del régimen parlamentario, Mussolini organizó la Marcha sobre Roma, que fue ocupada por 500.000 ‘camisas negras’ (fascistas). Con la capital en su poder, Mussolini es nombrado primer ministro por el rey de Italia (NdeT).

6 Togliatti, Palmiro: principal dirigente stalinista del PC italiano desde la década del 30 hasta su muerte, a mediados de la década del 60. Originalmente bujarinista (derechista), Togliatti rápidamente abrazó la fracción staliniana. Residente durante años en Moscú, Togliatti regresó a Italia al finalizar la Segunda Guerra Mundial para hundir la revolución desencadenada por el hundimiento del régimen fascista (NdeT).

nueva dirección stalinista del PCI, se disponía a repetir el mismo error en Alemania, cuando Hitler iniciaba su ascenso al poder:

“Los comunistas italianos, más que nadie, deberían elevar su propia voz de advertencia. Pero Stalin y Manuilski⁷ los obligan a abjurar de las enseñanzas más importantes de su propia derrota. Es bien conocido el perseverante servilismo con el cual Ercoli se apresuró a adherir a las posiciones del social-fascismo, esto es, a las posiciones de la espera pasiva de la victoria fascista en Alemania” (*ibídem*)⁸.

En 1931, el nazismo aún no había triunfado en Alemania, y la batalla de Trotsky y de la Oposición de Izquierda Internacional —incluso de la sección italiana— se concentraba en la última tentativa por corregir la orientación de la Internacional Comunista stalinizada, antes que sucediera lo peor. El período cubierto por el Boletín de la Oposición Comunista Italiana reproduce enteramente esta última y desesperada tentativa, y representa el más directo testimonio político e histórico de la posibilidad que había, para la Internacional, de combatir al nazismo en ascenso, valiéndose, tanto como fuera posible, de la experiencia extraída de los errores italianos; pero no se prestó oídos — como se sabe— ni a Trotsky, ni a Gramsci, ni a los “compañeros italianos” mencionados por Trotsky, y que sabemos eran ni más ni menos que los principales redactores de aquel Boletín.

La táctica ‘indicada’ por Trotsky y por la mayoría de la dirección de la Internacional Comunista a la delegación italiana en noviembre de 1922, fue la de frente único con otras organiza-

7 Manuilski: dirigente de la Internacional Comunista stalinizada (NdeT).

8 Ercoli: seudónimo de Togliatti (NdeT).

ciones del movimiento obrero, comenzando por los reformistas, que cargaban con la principal responsabilidad por el ascenso de Mussolini y que se ilusionaban con la posibilidad de una convivencia entre el fascismo y las organizaciones obreras legales, de una conciliación entre el gran capital y el programa mínimo de reivindicaciones de la clase trabajadora. A la delegación bordiguista, que afirmaba erróneamente la equivalencia dictatorial de la democracia burguesa y del fascismo, la Internacional le respondía, en 1922, absteniéndose de las cuestiones de análisis, pero interviniendo pesadamente en las cuestiones organizativas, preocupación ésta que demostraba que una instintiva señal de alarma ya encontraba eco en las paredes del Cuarto Congreso. La recomendación de Lenin y Trotsky ya reproducida, muestra también que los dos principales dirigentes bolcheviques comenzaban a temer consecuencias mucho más graves si no se cambiase la orientación de la dirección italiana, aunque el motivo principal y contingente de sus preocupaciones fuese el de la fusión entre el joven partido y el PSI maximalista.

Como se sabe, la propuesta de Trotsky tuvo continuación. Dos días después del mensaje telefónico de Lenin, la delegación italiana se encontró ante una carta del Comité Central del Partido Comunista Ruso, firmada por Lenin, Trotsky, Zinoviev, Radek y Bujarin, prácticamente imponiendo la fusión con el PSI. Bórdiga acepta esta imposición por disciplina, pero mantiene su posición.

En esos mismos días, en Italia, Mussolini completaba su golpe, dándole ropaje legal en el parlamento. Se iniciaba en el país el terror fascista, con la masacre de Turín (noviembre de 1922), los asaltos a las redacciones y a los locales del movimiento obrero, la prisión de los principales dirigentes del PCI y del PSI a fin de impedir la reorganización del partido votada en Moscú. En la nueva y dramática situación creada, las responsabilidades de una dirección revolucionaria no podían limitarse al ámbito

“organizativo”, a la solución de las “viejas” cuestiones que habían quedado abiertas en la escisión de Livorno⁹ y en el Congreso de Roma, ni la discusión abstracta sobre la interpretación literal de la fórmula de gobierno obrero. Todas las divergencias surgidas en esos campos tenían que ser redireccionadas hacia problemas de análisis bastante más sustanciales: el análisis del período y las posibilidades de retomar la ofensiva obrera a partir de la crisis revolucionaria que se preanunciaba en Alemania; el papel de la URSS como baluarte del movimiento obrero pero cuyo destino estaba indisolublemente ligado al de la perspectiva revolucionaria internacional; el papel de la Internacional Comunista y, en particular, la relación entre la orientación estratégica general de la Internacional y la articulación táctica que cada partido tenía el derecho o el deber de elaborar; la relación entre la retirada parcial realizada en la URSS con la Nep, la disolución de los partidos y la prohibición de las fracciones en el PCR, y la perspectiva revolucionaria internacional, de la cual era parte integrante el propio proceso, ya iniciado, de transición al socialismo; el análisis del nuevo fenómeno surgido en Italia bajo el nombre de fascismo y su potencialidad para cumplir las tareas indispensables a un ulterior desenvolvimiento capitalista del país; las tareas generales de la revolución en Italia, a la luz de la nueva situación y de la necesidad de una hegemonía proletaria para garantizar una salida socialista a esta lucha; la táctica del frente único y cómo adaptar a Italia la fórmula bolchevique de “combatir a Kornilov sin apoyar a Kerenski”; el programa de reivindicaciones democráticas y transitorias que permitirían a la clase obrera italiana constituir el más amplio frente de alianzas contra el fascismo, sin entregar el poder a ningún ala, ‘más democrática’, de la burguesía; y, a la luz de todo esto, la cuestión del partido revolucionario como

9 Escisión en el Congreso del PSI de Livorno, en enero de 1921, y fundación del Partido Comunista de Italia

expresión y organizador general de la clase, como destacamento de vanguardia interno al movimiento de masas y profundamente ligado a éstas. Sobre esos problemas, la opinión más lúcida era la de Trotsky, que no compartía la visión unilateralmente optimista de la izquierda y que, particularmente para Italia, consideraba la victoria de Mussolini como un poderoso factor de alteración de la situación europea. En un artículo que escribió polemizando con un exponente de la izquierda austríaca, sobre el estado del movimiento de clase en Europa en diciembre de 1922, esbozó dos perspectivas posibles para la situación italiana, de las cuales la historia demostraría exacta —en líneas generales— la segunda. Este texto es de fundamental importancia, no sólo por las sugerencias tácticas que acompañan el análisis, sino también para percibir el evidente eslabón de continuidad que liga esas posiciones de Trotsky sobre Italia con el contenido de la batalla que Gramsci aceptará conducir, sobre aquellas posiciones, exactamente un año después. Una comparación entre ese artículo y las cartas de Gramsci de Viena confirma esa continuidad:

“Para poner en evidencia desde el comienzo lo que tiene de mecánica la concepción de Friedlander tomemos el ejemplo de Italia, donde la contrarrevolución está en su apogeo. ¿Cuál es el diagnóstico político que se puede hacer para Italia? Suponiendo que Mussolini se mantenga en el poder por un período de tiempo suficiente para permitir que los trabajadores de la ciudad y del campo se reagrupen contra él, recuperen la confianza perdida en su fuerza de clase y se unan en torno al Partido Comunista; no es imposible que el régimen de Mussolini sea directamente barrido por la dictadura del proletariado. Pero existe otro desenlace probable contrario a éste. Si el régimen de Mussolini choca con las contradicciones internas de su propia base social y

contra las dificultades de la situación interna e internacional, antes de que el proletariado italiano llegue a la situación en que se encontraba en setiembre de 1920 — pero esta vez, bajo una dirección revolucionaria fuerte y decidida—, es evidente que asistiremos, de nuevo, en Italia, a la instauración de un régimen intermedio, un régimen de fraseología e impotencia, un ministerio Nitti o Turatti¹⁰, o hasta Nitti-Turatti, en una palabra, un régimen análogo al de Kerensky y que, por su inevitable y patético fracaso, abrirá el camino al proletariado revolucionario. Esa segunda hipótesis, no menos verosímil que la primera, ¿acaso implica revisar el programa y la táctica de los comunistas italianos? Absolutamente.”¹¹.

10 Turatti, F.: dirigente del Partido Socialista italiano, líder de su ala reformista. Declarado adversario de la Revolución de Octubre, encabezó el ala derechista del PSI durante la escisión del partido en 1922 (NdeT)

11 Trotsky proseguía: “La fragmentación del proletariado no permite que nuestros compañeros de Italia tomen como tarea inmediata el derrocamiento del fascismo por la fuerza armada. Los comunistas italianos deben preparar cuidadosamente los elementos de la próxima lucha armada y desenvolver, en primer lugar, la lucha con amplios métodos políticos. Su tarea inmediata – tarea de inmensa importancia– es introducir en el sector popular y particularmente en el sector obrero, la disgregación de los elementos de sustentación del fascismo y reunir a masas proletarias cada vez más numerosas bajo consignas particulares y generales, defensivas y ofensivas. Mediante una política de iniciativa y flexibilidad, los comunistas italianos pueden acelerar considerablemente la caída del fascismo, y por eso mismo pueden obligar a la burguesía italiana a buscar su salvación, frente a la revolución, en sus santos de izquierda: Nitti y tal vez también, como primer recurso, Turatti. ¿Qué significará para nosotros este cambio? Nada más allá de la continuación de la disgregación del Estado burgués, el crecimiento de las fuerzas ofensivas del proletariado, el desenvolvimiento de nuestra organización de lucha, la creación de condiciones necesarias para la toma del poder”. L. Trotsky, “Le tappe della rivoluzione proletaria in Europa”, en *Il Lavoratore*, 20 de diciembre de

De todas maneras, eran éstos los problemas que se planteaban ante la débil dirección del PCI, perseguida por los fascistas; éstos eran los problemas planteados al movimiento obrero internacional, que en los años siguientes pagaría cara la derrota italiana. Eran éstos, finalmente, los problemas planteados a la Internacional Comunista, que después del Cuarto Congreso, se encaminaba por la ruta de la declinación. En efecto, ya no sería posible, en el ámbito de la Internacional, una discusión serena, democrática y científica de la cuestión italiana, y las vicisitudes del PCI irían a mezclarse con las de la lucha fraccional desencadenada por el stalinismo en ascenso. Con la desaparición de Lenin del escenario político, en marzo de 1923, la clase obrera perdía su más preciosa guía en la lucha contra la degeneración promovida por Stalin en el primer Estado Obrero y en la Internacional.

Trotsky, que dudó en emprender una ofensiva a fondo contra Stalin cuando le fue propuesta por Lenin, mantendría esa misma actitud durante casi todo el año 1923, pero en octubre de aquel año decidiría finalmente emprender la lucha. A partir de ese momento, los términos de la batalla italiana se mezclarían estrechamente a las vicisitudes de la Internacional y de la Oposición de Izquierda.

‘NUEVO CURSO’

Se puede situar el inicio de la batalla de la Oposición de Izquierda en Rusia en la carta que Trotsky envió al Comité Central el 8 de octubre de 1923, criticando la línea de la mayoría del Buró Político; en la carta-declaración “de los 46”, centrada sobre

1922, página 3.

todo en la necesidad de restablecer la democracia dentro del Partido; en la serie de escritos de Trotsky, parcialmente publicados en Pravda, de fines de 1923 a inicios de 1924 y recolectados bajo el título de Nuevo Curso, pero que cubren un arco más amplio de problemas relativos a la construcción del socialismo en la URSS, a problemas de la fase de transición, a caracterizaciones del significado de la Nep, a conceptos de organización. Gramsci asiste en Moscú a los primeros embates de la lucha de la oposición, pero sólo podrá leer los artículos de Trotsky en Viena, entre enero y febrero de 1924.

Los contenidos de la batalla abierta con el Nuevo Curso han sido reiteradamente comentados y ya en la época causaron profunda impresión, en primer lugar al propio Gramsci, que en sus cartas de 1924 retoma integralmente algunos conceptos y hasta incluso formulaciones completas.

Esto es particularmente evidente en las cuestiones relativas a la organización del partido, a las células de fábrica y a los peligros de la burocratización del aparato (ver más adelante las formulaciones de Gramsci).

Sin embargo, Gramsci no capta plenamente la esencia de la batalla abierta con el Nuevo Curso. Considera que la denuncia de la burocratización, hecha por Trotsky, se refiere fundamentalmente al funcionamiento del aparato y de su composición social, pero no comprende la relación de tales aspectos externos con las opciones políticas del partido, o sea, con los nuevos intereses sociales que el partido ruso comenzaba a expresar, después de haber derrotado a la burguesía, pero en una fase de reflujo de la clase obrera. Ese reflujo, representado provisoriamente por la Nep, estaba siendo irremisiblemente transformado en el predominio de una nueva capa social: la burocracia. “La burocratización —denunciaba Trotsky— es un fenómeno esencialmente nuevo, que nace de las nuevas tareas, de las nuevas funciones, de las nuevas dificultades y de los nuevos errores del partido”.

Trotsky aconsejaba “no fundir al partido con el aparato burocrático del Estado, a fin de impedir que el partido también quede expuesto al riesgo de la degeneración burocrática”. Una nueva burguesía se estaba desarrollando a la sombra de la Nep, y “esa nueva burguesía no se limita a ser un intermediario comercial; en cierta medida, asume también el papel de organización de la producción”. De allí, para Trotsky, la exigencia de volver a la democracia de los soviets, para aplastar a la nueva capa social en formación. “La burocratización es un fenómeno social, pues consiste en un sistema de administración de los hombres y las cosas”. La planificación centralizada, pero sometida al control y a la verificación de las instancias productivas de base, al control de los trabajadores, permitirá vencer ese peligro y volver al camino de Octubre. En esa perspectiva debía orientarse el renacimiento obrero del partido y la vuelta al sistema de células de fábrica.

La batalla por la democracia obrera no era, por lo tanto, un fin en sí sino que debía estar vinculada a aquellas opciones precisas en el camino de la construcción del socialismo.

Como se sabe, el sentido de la batalla de Trotsky sería instrumentalizado. La ‘proletarización’ del partido, implementada por la dirección stalinizada, sólo serviría para diluir todavía más el debate en el interior del aparato y para preparar una mejor correlación de fuerzas para la contraofensiva de la burocracia.

Gramsci no comprende plenamente el alcance de la batalla de Trotsky en defensa de la naturaleza obrera del Estado soviético, pero en un primer momento se alinea instintivamente con ella, persuadido sobre todo de los aspectos que pudieran tener reflejos inmediatos en la batalla entablada en Italia. Su formación, venida del Ordine Nuovo¹² (11), lo llevaba necesariamente a apoyar los contenidos de la batalla de Trotsky, aun-

12 *Ordine Nuovo*: periódico publicado por Gramsci en Turín (NdeT).

que fuese, al mismo tiempo, un obstáculo para desarrollar estos contenidos hasta sus últimas consecuencias. Pero en esa época, a fines de 1923, era suficiente para decidir, en Italia, la vuelta a las masas, la corrección de la línea del partido y la adopción de un programa en la mejor tradición del leninismo.

El inicio de la batalla de los dos revolucionarios —Trotsky y Gramsci— fue sincronizado sólo aparentemente. Para ambos, comenzó a fines de 1923, después de un período de reflexión más o menos prolongado, pero en contextos políticos y frente a adversarios tan diferentes, al punto de hacer que la coincidencia en sus contenidos no tuviese consecuencias prácticas inmediatas; al contrario, dieron origen a una profunda incompreensión.

Trotsky luchaba en Rusia contra una dirección política centrista que, en 1923, se estaba desbarrancando rápidamente hacia la derecha, que ejercía el poder en un Estado obrero en vías de degeneración y que expresaba los intereses de una nueva capa social en ascenso, la burocracia. Al contrario, Gramsci luchaba en Italia contra una mayoría cuyo extremismo e intransigencia sectarios él mismo compartiera a fondo, que no expresaba los intereses de conjunto de la clase obrera italiana y cuya tarea todavía era conquistar influencia de masas en el proletariado, pero en una fase de profunda desmoralización de la clase obrera y de retirada bajo los golpes del fascismo. Una fase, por lo tanto, en que los peligros aparentemente sólo venían del extremismo de Bórdiga y que, al contrario, era mucho más propicia a los desvíos de derecha, de tipo reformista y colaboracionista.

Gramsci comprende con mucho atraso la justeza de las posiciones de Trotsky sobre Italia y sólo acepta llevarlas a la práctica en un período en que la batalla de Trotsky ya no podía limitarse a cuestiones de orientación para éste o aquel país, sino que asumía alcance internacional: de defensa de la democracia obrera en la URSS y de regeneración de la Internacional Comunista en el mundo. Gramsci continuará luchando tenaz-

mente, hasta 1926 e incluso después, por el programa italiano más correcto, aquel elaborado algunos años antes por el propio Trotsky, valiéndose de la contribución de Lenin y de lo mejor de la experiencia bolchevique; pero asumirá posiciones graves y despreciables en relación a la lucha más general de la Oposición de Izquierda. Como nuevo dirigente del PCI y como su figura de mayor prestigio, tiene su parte de responsabilidad en la stalinización del partido, por la equiparación de las posiciones de Bórdiga y de Trotsky y por la confusión, que durante todo un período existió, entre los comunistas italianos sobre el verdadero sentido de la Oposición de Izquierda.

Dicho esto, no se debe cometer el error opuesto a aquél de quienes quieren presentar a Gramsci como exponente de una línea revolucionaria de principio al fin, como la encarnación de Trotsky en Italia (como hicieran Maitán y Corvisieri). Pero tampoco se debe liquidar a Gramsci como un perpetuo 'centrista', y sí, en la compleja articulación de sus posiciones, captar: 1) las contradicciones con que Gramsci se apartó de las posiciones de Trotsky, cómo ese alejamiento se dio esencialmente en la forma, en los alineamientos, y no en las cuestiones de contenido de la revolución en Italia hasta 1926; 2) la convergencia objetiva entre los dos revolucionarios en las cuestiones de principio (en particular, la cuestión del partido, de la revolución permanente, del rechazo al 'socialismo en un solo país') y también en cuestiones específicas de política internacional (tales como Alemania, la táctica en Francia en 1923, el giro del 'social-fascismo', la línea aventurera del 'tercer período'); 3) más importante que todo, porque no se restringe al ámbito teórico y sí tiene relevancia práctica efectiva en la historia del movimiento obrero italiano, cómo del gramscismo pudo emerger un componente revolucionario que fue capaz de rehacer la fusión entre el patrimonio de Gramsci y la batalla de Trotsky, calificándose plenamente para la construcción de la Cuarta Internacional.

DE VIENA A ROMA

Así como la decisión de Trotsky fue madurando por mucho tiempo antes de asumir el carácter de enfrentamiento abierto con la fracción de Stalin- Zinoviev-Kamenev, algo parecido ocurrió con Gramsci. Sólo en enero de 1924 decidió romper oficialmente con la dirección mayoritaria italiana, negándose a firmar el manifiesto preparado por Bórdiga y suscripto por Togliatti, Terracini y Scoccimarro, con el cual se pondría en discusión la táctica propuesta por la Internacional Comunista para Italia, particularmente sobre las cuestiones de la fusión con el PSI y del frente único. Ya mencionamos el hecho de que la coincidencia en el tiempo de esas dos luchas —idénticas en su sustancia e inspiración— tenía que ajustar las cuentas con las diferentes posturas políticas de los dos revolucionarios.

Trotsky, frente al gradual desvío hacia la derecha de la troika¹³, frente al evidente fenómeno de la burocratización del partido, que minaba los fundamentos de la democracia proletaria, y después de la trágica experiencia del oportunismo ‘zino-vievtista’ en Alemania, se colocaba a la izquierda de la dirección del PCR, y de ese modo encarnaba las exigencias auténticas del proletariado ruso. Gramsci, obligado a enfrentar el extremismo izquierdista de Bórdiga, frente al abstencionismo sectario en relación a las masas y frente a la renuncia a trabajar por la unificación, en la lucha, de las corrientes proletarias italianas, se colocaba en una posición de “centro” — pero no centrista— en relación a la dirección mayoritaria ultraizquierdista, pero también en relación a la minoría oportunista de derecha (Tasca), la cual, en Italia, a pesar de ser poco relevante, representaba obje-

13. Troika: se refiere al triunvirato faccional integrado por Zinoviev, Kamenev y Stalin, que dirigía el PCUS (NdeT).

tivamente la encarnación de la línea de derecha de la dirección rusa e internacional.

Después de un año y medio en Moscú, en los últimos meses en estrecho contacto con el trabajo del Comité Ejecutivo de la Internacional, Gramsci viaja a fin de noviembre de 1923 y se instala en Viena, a comienzos de diciembre, en el mismo momento en que estalla la lucha entre las dos fracciones del PCR. Teniendo todavía bien presente el papel de Trotsky en la revolución rusa y en la dirección de la Internacional Comunista, le escribe a su mujer, el 13 de enero de 1924, pidiendo mayores informaciones sobre la lucha en curso y limitándose a definir como “irresponsable y peligroso” el ataque público lanzado por Stalin contra Trotsky¹⁴. Un mes después (19 de febrero), habiendo recibido las informaciones solicitadas y habiendo leído los artículos de Trotsky publicados desde diciembre en Pravda, Gramsci se alinea decididamente a favor de éste, en términos que no pueden dejar margen a dudas, sobre todo porque están corroborados por un balance histórico de las posiciones de Trotsky. Esa carta¹⁵ fue famosa en Italia por motivos que trataremos más adelante. Introduciendo sus planteamientos de un giro político en Italia, Gramsci hace un análisis de la situación de la Internacional, para refutar el error de Urbani (Terracini), según el cual el grupo de Stalin estaría desplazándose hacia la izquierda y no hacia la derecha como ocurría en realidad. “En lo que respecta

14. 2000 pagine di Gramsci, editado por G. Ferrata, Milán, vol. II, página 29.

15. La carta, dirigida a Togliatti, Terracini y C., fue incluida en la antología de P. Togliatti, *La formazione ...*, cit., páginas 186/201. Un óptimo análisis del contenido político expresado en las opiniones de Gramsci, favorables a Trotsky, puede encontrarse en el trabajo de S. Ortaggi, *Gramsci e Trotsky*. La lettera del 9 febbraio 1924, en *Rivista di storia contemporanea*, octubre de 1974, páginas 478/503. En realidad, el análisis de Ortaggi va más allá de la simple lectura y enfrenta los problemas aquí tratados.

a Rusia, siempre supe que, en la topografía de las fracciones y tendencias, Radek, Trotsky y Bujarin ocupaban una posición de izquierda; Zinoviev, Kamenev y Stalin, una posición de derecha, en tanto Lenin quedaba en el centro y jugaba el papel político de árbitro en toda situación”. Las divergencias no eran novedad, recuerda Gramsci:

“Se sabe que ya en 1903 Trotsky pensaba que en Rusia se podría dar una revolución obrera y socialista, en tanto los bolcheviques pretendían apenas establecer una dictadura política del proletariado en alianza con los campesinos, que sirviese de envoltura al desarrollo del capitalismo, el cual no debería ser minado en su estructura económica”.

Gramsci recuerda aún la adhesión de Lenin a las tesis de la revolución permanente en 1917, y la feliz reunión de los dos revolucionarios dentro del partido bolchevique, a pesar de las resistencias del centro interno, formado por los actuales dirigentes del partido:

“Se sabe que, en noviembre de 1917, mientras Lenin y la mayoría del partido habían pasado a la concepción de Trotsky y pretendían meterse no sólo con el gobierno político sino también con el industrial, Zinoviev y Kamenev permanecieron en la opinión tradicional del partido: querían un gobierno de coalición revolucionaria con los mencheviques y social-revolucionarios, y por eso salieron del Comité Central del partido, publicando declaraciones y artículos en periódicos no bolcheviques, y por poco no llegaron a la ruptura”.

En qué medida Gramsci hacía cuestión de defender

la continuidad del pensamiento leninista y de Trotsky sobre la teoría de la ‘revolución permanente’, lo sabemos por la batalla de Gramsci que estamos intentando reconstruir y también por varias menciones suyas. Baste aquí la resumida en la carta a Scoccimarro en ese mismo período (5 de enero de 1924), donde Gramsci observa “cómo en la realidad el fascismo planteó a Italia un dilema bien crudo y cortante: el de la revolución en permanencia y de la imposibilidad, no sólo de mudar la forma del Estado sino hasta simplemente de cambiar de gobierno, a no ser por la fuerza armada”.

“En la polémica recientemente planteada en Rusia —continúa Gramsci en su carta del 9 de febrero— se revela que Trotsky y la oposición en general, en vista de la prolongada ausencia de Lenin de la dirección del partido, están seriamente preocupados con una vuelta a la vieja mentalidad, que sería mortal para la revolución. Al reivindicar una mayor intervención del elemento obrero en la vida del partido y la disminución de los poderes de la burocracia, en el fondo quieren garantizar el carácter socialista y obrero de la revolución e impedir que se llegue lentamente a aquella dictadura democrática, envoltura de un capitalismo en desenvolvimiento, que era el programa de Zinoviev y otros aún en noviembre de 1917. Me parece que ésta es la situación en el partido ruso, que es mucho más complicada y más sustancial de lo que Urbani entrevé; la única novedad es el pasaje de Bujarin al grupo de Zinoviev, Kamenev y Stalin” (diferenciado del autor, NdeT).

También en la cuestión alemana, que después de los

acontecimientos de octubre de aquel año¹⁶ era el centro del debate en la Internacional Comunista, Gramsci asume una posición de defensa de la Oposición de Izquierda rusa, sobre la cual, en la época, Zinoviev intentó hacer recaer las responsabilidades por la derrota. Responsabilidades que, por el contrario, cabían en gran parte a las vacilaciones del propio Zinoviev. Gramsci, —que compartía el análisis de la situación alemana como objetivamente revolucionaria— absuelve a Zinoviev de cualquier responsabilidad, se opone a su tentativa de atribuirle a Trotsky la culpa por el putsch de Hamburgo: “Si hubo errores, fueron cometidos por los alemanes. Los compañeros rusos, esto es, Radek y Trotsky, se equivocaron al creer en los milagros de Brandler y compañía, pero de hecho, también en ese caso, su posición no fue de derecha sino más bien de izquierda, tanto que terminaron siendo acusados de golpismo”.

Esa carta de Gramsci, tan llena de opiniones favorables a la Oposición de Izquierda, termina con una clara advertencia a los compañeros de la dirección, excesivamente sumergidos en el horizonte estrecho de las divisiones en Italia: “Consideraré oportuno extenderme un poco en este asunto, porque es necesario tener una orientación bastante clara en este campo”.

En enero-febrero de 1924, la decisión de Gramsci de lanzar una ofensiva contra la dirección extremista italiana ya era irrevocable. En las cartas de Viena, habla de un “gran viraje histórico del movimiento comunista italiano”. En la carta del 9 de febrero declara: “Pienso que llegó el momento de dar al partido una orientación diferente de la que recibió hasta ahora. Está comenzando una nueva fase en la historia, no sólo de nuestro

16 Acontecimientos de 1923 en Alemania: se refiere al fracaso de la revolución alemana de 1923, cuando las direcciones del PC alemán (Brandler) y de la Internacional Comunista (Zinoviev) dejaron pasar una situación revolucionaria sin decidirse a lanzar la consigna de la toma del poder (NdeT).

partido, sino también de nuestro país”.

El primer paso de Gramsci consiste en negarse a firmar el manifiesto del grupo Bórdiga, Togliatti, Terracini, Scoccimarro. En eso, al comienzo, queda aislado con el más fiel colaborador de su línea política en los años posteriores de su prisión¹⁷. El resto de la dirección italiana, sólo unos meses después, entendería el sentido de la batalla que se iniciaba. El primer punto en el que Gramsci intenta acreditarse es el de la concepción del partido.

“Tengo otra concepción del partido, de su función, de las relaciones que se deben establecer entre el partido y las masas sin partido; entre el partido y la población en general” (5 de enero). “En el partido italiano se creó un verdadero distanciamiento entre las masas y los dirigentes”. “No se concibe el partido como resultado de un proceso dialéctico, donde convergen el movimiento espontáneo de las masas revolucionarias y la voluntad organizativa y dirigente del centro ...”. “Falta en el partido una actividad orgánica de agitación y propaganda”. “Se formaron, en rebeldía del centro, puestos de infección oportunista. Y éstos tenían su reflejo en el grupo parlamentario y, después, de forma más orgánica, en la minoría”.

En la carta del 9 de febrero, Gramsci reproduce, en escala italiana, las mismas amargas y profundas críticas que Trotsky y ‘los 46’ habían formulado en Rusia a la burocratización del PCR. El partido no se puede separar de las masas, no puede renunciar a la “formación de células de fábrica”, repite Gramsci, sin renunciar a su verdadera naturaleza de organizador de la van-

17 Cf. la carta de Ferri (Leonetti) a Gramsci del 20 de enero y la respuesta de Gramsci del 28 de enero, en *La formazione ...*, páginas 164/6, 182/4.

guardia obrera. No puede imponer su voluntad de arriba hacia abajo, sino que debe someterse continuamente al control de las instancias de base, del movimiento, del proletariado. En la huella de la ‘proletarización’ reivindicada en Rusia por la Oposición de Izquierda, Gramsci plantea un problema análogo para Italia y señala los sectores más descuidados por la actividad del partido en Italia: el proletariado de Milán, los trabajadores marítimos, los ferroviarios, además del problema decisivo del Mezzogiorno (la región sur, más atrasada) (carta cit., p. 200-1).

En el fondo, es el Gramsci del Ordine Nuovo, de los consejos obreros, el adepto de la mejor tradición bolchevique y del Octubre de los Soviets, quien propone llevar la estéril discusión sobre la fusión o no con el PSI, de vuelta al terreno de la agitación obrera concreta, de donde fue desviada por el sectarismo de la mayoría. No hay el menor trazo de espontaneísmo en la posición de Gramsci¹⁸, como no lo había en Trotsky cuando recordaba que es justamente el proceso dialéctico entre el movimiento espontáneo de las masas y la centralidad organizativa del partido lo que produce auténticos cuadros proletarios, ‘especialistas’ de la agitación, en las palabras del propio Gramsci.

Esa posición de Gramsci sobre el partido, contrapuesta en Italia al sectarismo de Bórdiga y en Rusia al burocratismo de Stalin, se vuelve en los años siguientes, un caballito de batalla de la Oposición de Izquierda en Italia. En el Boletín de la NOI se encuentra, como tema constante, recurrir a las masas, a las necesidades reales de las masas, al movimiento de masas efectivamente existente en Italia, como piedra de toque de cualquier política revolucionaria. Este es un motivo suficiente para rechazar el “viraje” decidido en Moscú sin ninguna verificación en la realidad

18 Es lo contrario de lo que intenta demostrar Jean-Marc Piotte, *La pensée politique de Gramsci*, Paris, 1970, capágina IV, que también procura establecer incongruentes paralelismos entre Gramsci y Mao Tse-tung.

italiana, para rechazar el intento de hacer una única amalgama de los trabajadores socialdemócratas con el movimiento fascista. Y, en nombre de esa concepción, los opositoristas proseguirán en la lucha por la democracia interna, por el centralismo democrático, ya iniciada por Trotsky en oposición a Stalin. Este será uno de los elementos de continuidad decisivos entre la lucha de Gramsci en 1924/26 y la de la NOI en la década del ‘30.

Otro elemento de continuidad decisivo será el tema de la ‘revolución permanente’, recordada por Gramsci en ese período, no tanto en la polémica con Bórdiga, que formalmente aceptaba esa estructura metodológica, sino más en la polémica con la minoría de Tasca, oportunista de derecha y auténtica precursora, en Italia, del ‘viraje’ de Togliatti hacia los frentes populares. Sobre el frente único proletario se habla en el programa de Gramsci y en el de la Oposición de Izquierda, en abierta contraposición a las perspectivas de los bloques con fuerzas burguesas, cualquiera sea su orientación política. Esto, sin embargo, sin caer en el extremismo (de Bórdiga en los años 20, de Stalin y Togliatti después del ‘viraje’), que tendía a presentar a la burguesía como un único bloque reaccionario, sin contradicciones internas que pudieran ser explotadas por el proletariado.

Tal como lo hará la NOI en el análisis del movimiento ‘Giustizia e Libertà’, negándose a considerarlo igual al fascismo, pero incluyéndolo en el campo de la contrarrevolución democrática, y también, sin renunciar a indicar los aspectos específicos de sus componentes, Gramsci propone, en 1924, un análisis análogo de la realidad italiana. En la carta del 1º de marzo a Scoccimarro y Togliatti, Gramsci observa que se dejó de lado el análisis de las fuerzas burguesas y pequeñoburguesas, de los partidos Popular y Republicano, de la “democracia social del Mezzogiorno”, de las corrientes ligadas a Natta y Améndola, etc. Propone hacer “una distinción entre el fascismo y las fuerzas burguesas tradicionales que no se dejan ‘ocupar’: —o Corriere

Stampa—, los bancos —el estado mayor—, la Confederación General de la Industria”. Son conocidas las elaboraciones posteriores de Gramsci sobre esa propuesta de análisis, en el texto sobre La Cuestión Meridional y en los Cuadernos; y podemos leer en el Boletín las actualizaciones de esas caracterizaciones, a la luz de los análisis del contexto capitalista internacional propuestos por Trotsky, incluso después de su expulsión de la URSS. No tiene nada en común con la amalgama confusionista y obtusa de la teoría del ‘socialfascismo’, de la ‘caída inminente del capitalismo’, del ‘tercer período’, difundida por Stalin, y recogida en Italia por Togliatti, Longo, Secchia, Ravera, Grieco, Scoccimarro, etc.

Un tercer elemento de la propuesta de Gramsci, a la cual solamente la NOI dará continuidad en Italia, es la lúcida previsión de la dinámica de la lucha de clases del período intermedio y del poder de atracción todavía intenso del reformismo. Ya respondiendo, con varios años de anticipación, a la célebre alternativa inmediata del viraje impuesto por Stalin, “fascismo o dictadura del proletariado”, Gramsci declara, en febrero de 1924:

“Es un poco una cuestión de opinión si un ascenso proletario sólo puede y se debe dar en beneficio de nuestro partido. Pienso, al contrario, que si hubiera un ascenso del movimiento, nuestro partido aún sería minoritario, que la mayoría de la clase obrera iría con los reformistas y que los burgueses democráticos liberales todavía tendrán mucho que decir”.

Conceptos análogos, seis años después, le costarían la expulsión del Partido a Tresso, Leonetti, Ravazzoli, Recchia, Bavaiano y, con algunos matices, Silone; el aislamiento en la prisión a Gramsci y Terracini, y la acusación de agente del imperialismo a Trotsky.

En el Boletín y en el programa de la NOI publicado en

él, se habla mucho de la imposibilidad, en Italia, de pasar inmediatamente del fascismo a la dictadura del proletariado, sin un período intermedio de experiencia y de superación de la democracia burguesa por las masas, dirigidas por la clase obrera, desde el momento en que ésta supiera incluir en su programa para el socialismo la defensa de las libertades democráticas. También esa perspectiva, que en el Boletín asume el nombre de “fase transitoria”, “período de transición” (que no se confunde con la “transición al socialismo” después de la toma del poder), encuentra un firme defensor en Gramsci, que se pronunció de la misma manera, hablando de “fases suplementarias”, “fases intermedias”, “proceso de transición”, en perfecta coherencia con el análisis del fascismo que elaborará en otros textos y con su atención constante al problema del Mezzogiorno.

“Que la situación es activamente revolucionaria, no tengo dudas, y por lo tanto que, dentro de cierto espacio de tiempo, nuestro partido tendrá consigo la mayoría; pero incluso en ese período no necesariamente largo cronológicamente, será ciertamente denso de fases, que debemos prever con cierta exactitud para poder gobernar y no caer en errores que prolongarían la experiencia del proletariado”.

Es la primera vez que en Italia se habla claramente de la necesidad de luchar por reivindicaciones democráticas y transitorias, por parte del proletariado empeñado en la lucha por el socialismo en un país dictatorial; las ilusiones democráticas de las masas, que recibieran nuevo impulso con la instauración del régimen autoritario fascista, no pueden ser ignoradas, así como tampoco se puede ignorar el poder de atracción que tendrá, por toda una fase, el programa exclusivamente democrático de los reformistas socialdemócratas y de los “burgueses democráticos

liberales”. La lucha por las libertades democráticas debe ser incluida en el programa de la revolución socialista italiana, insistirán Gramsci, el NOI y Trotsky. Este último desenvolvería a fondo esa posición clásica del bolchevismo, sea criticando la consigna de la “asamblea republicana basada en los comités obreros y campesinos” para Italia, sea en el Programa de Transición de 1938. La vinculación de las reivindicaciones democráticas con el programa transitorio de la clase obrera es, hasta hoy, un misterio para las direcciones comunistas de origen stalinizado.

Ese nuevo enfoque programático de Gramsci, expresado claramente en la primavera de 1924, desenvuelto ampliamente en las Tesis de Lyon, y después abandonado para siempre por la dirección de Togliatti, lleva en 1924 a plantear la táctica del frente único entre organizaciones obreras (¡y sólo entre éstas!) como opción obligatoria inmediata, en torno de la cual se puede articular todo el programa. Abandonada en la época del ‘socialfascismo’, por razones ‘extremistas’, después transformada en la teoría de los frentes populares, de los bloques con las corrientes ‘progresistas’, de la burguesía, la táctica del frente único obrero, sobre la cual Gramsci desencadena la lucha interna en 1924, desaparecerá para siempre del programa del PCI; con eso, se destruye uno de los puntos de apoyo de la concepción de Gramsci sobre la lucha antifascista y revolucionaria, y la última contribución positiva elaborada por la Internacional Comunista para el movimiento obrero internacional antes de su degeneración stalinista. En Italia, sólo la NOI asumirá esa bandera, en las columnas de su Boletín.

Entonces, en 1924, en el momento de su paso a la oposición, Gramsci esboza los puntos básicos del nuevo programa revolucionario, apoyándose en la autoridad de la Internacional Comunista todavía no enteramente stalinizada, en la experiencia bolchevique y en las sugerencias de Trotsky, que como vi-

mos, fueron decisivas en la maduración de Gramsci en Moscú¹⁹ y de las cuales él mismo nos dará un eco en octubre de 1926, en el auge de la ofensiva de Stalin, al citar el difamado nombre de Trotsky como uno de los que “contribuyeron poderosamente a educarnos para la revolución, (que) algunas veces nos corregían muy enérgica y severamente, (que) estuvieron entre nuestros maestros”.

Los puntos decisivos desenvueltos por Gramsci en la lucha de oposición a la dirección mayoritaria del PCI son los mismos que constituyen, en los años 30, la plataforma de la NOI: la democratización del partido y la búsqueda de una relación real con las masas; la teoría de la ‘revolución permanente’ aplicada a la realidad específica italiana, donde la existencia de la cuestión meridional y el atraso campesino imponen determinadas tareas al proletariado, en el camino de la revolución proletaria, que no pueden ser mecánicamente asimilada a las de otros países, una vez que la ley del desenvolvimiento desigual tuvo consecuencias sociales y políticas peculiares; el análisis de las contradicciones interburguesas y su utilización a favor de los obreros; la comprensión de la necesidad de hacer que el proletariado asuma también el programa de las reivindicaciones democráticas y comprensión de la inevitabilidad de fases transitorias o “suplementarias”; la aplicación de la táctica del frente único entre organizaciones obreras; la comprensión del poder de atracción del reformismo y la necesidad de tomarlo en cuenta.

Ese programa, que Gramsci hace triunfar en el PCI contra la derecha y la extrema izquierda, explica uno de los fenómenos más característicos del movimiento obrero internacional: la demora en la degeneración del Partido Comunista italiano, en

19 Esa opinión es compartida, entre otros, por I. Deutscher, que recuerda que “durante su permanencia en Moscú, Gramsci gozó de la confianza de Trotsky”. Cf. *El profeta disarmado*, Milán, 1959, página 607.

comparación con otros partidos europeos, y también las dificultades con que se produjo esa degeneración. Mientras, en la segunda mitad de la década del 20, las direcciones comunistas pasaban integralmente a las posiciones de la Internacional Comunista stalinizada, o sea, mientras ocurría la stalinización de los partidos comunistas, bajo la presión de Moscú y de los elementos oportunistas locales, el PC italiano — aunque sin comprometerse, sin embargo en el plano internacional— continuará luchando en Italia, mientras le fue posible (1926, leyes de excepción) por un programa inspirado en los principios fundamentales del marxismo revolucionario.

El pasaje a la clandestinidad completa, la prisión de Gramsci²⁰ (19), la grave derrota del movimiento obrero italiano, representada por la victoria definitiva del fascismo, y el contexto internacional de reflujo, harán que la degeneración stalinista ocurra, sí, pero en el centro dirigente en el exterior, con retraso en relación al resto de Europa, fuera del control de los trabajadores más concientes, y no sin provocar fracturas graves, como la formación de una fracción revolucionaria en la cúpula del partido, representada justamente por la NOI, expresión de la continuidad del pensamiento de Gramsci y adhiriendo a la Oposición de Izquierda Internacional.

Nada semejante ocurrió en 1930 en los otros partidos europeos, donde las corrientes revolucionarias ya habían sido liquidadas, no sólo a nivel de dirección sino también como fracciones internas, antes de 1926/7. Haber retardado ese proceso en Italia, haber armado suficientemente a algunos dirigentes del partido para oponerse a la degeneración comandada por Stalin, constituye, para nosotros, el mayor mérito histórico de Gramsci, independientemente de las evoluciones específicas y personales

20 En noviembre de 1926.

que su pensamiento pueda haber sufrido en la prisión y de los errores que cometió durante todo el período de existencia del PCI antes de 1924, y hasta después de esa fecha. En su acción victoriosa de 1924 a 1926 contra la derecha y la ultraizquierda, saludamos la principal contribución política dada por un comunista italiano a la elaboración del programa revolucionario, a la experiencia histórica del proletariado mundial.

Que Gramsci haya perdido y el stalinismo haya vencido, llevando en Italia, con el fin del fascismo, a la reconstrucción de un Estado capitalista, antítesis evidente de los ideales por los cuales Gramsci llamaba a luchar al PCI en 1924, no nos parece el criterio decisivo para pronunciarnos sobre las posiciones de Gramsci, ni para proponer, de hecho, su liquidación. Dado que la lucha de clases continúa, el problema todavía está abierto y la perspectiva revolucionaria por la cual Gramsci combatió todavía permanece actual.

LA “CUESTIÓN TROTSKY”

Como vimos, no puede haber dudas sobre la adhesión convencida de Gramsci a las posiciones generales de Trotsky, en el momento del inicio de su combate contra la mayoría italiana, en 1924. No es sorprendente, cuando se piensa que el combate de Trotsky no era otra cosa que la defensa del patrimonio legado por Lenin, sea en el terreno de la construcción del socialismo en la URSS, de la lucha contra los procesos que liquidaban la democracia proletaria, sea en el terreno, estrechamente vinculado al primero, de la táctica internacional para la extensión de la revolución.

Gramsci sale entonces de Moscú, a fines del año 1923, plenamente convencido de la validez de la teoría de la ‘revolución permanente’ (que él mismo citó —como vimos— en los términos convencionales de la época), de la necesidad de evitar los

desvíos burocráticos estableciendo una vinculación “dialéctica” entre las masas y el aparato del partido, de la naturaleza específica del fascismo como forma de dominación burguesa, de la necesidad del frente único sólo con los partidos obreros, y en un terreno más contingente, pero fundamental en la época, sobre el carácter objetivamente revolucionario de la situación que se abriera en Alemania en 1923. Esas posiciones son manifestadas con máxima claridad en febrero de 1924.

En el bienio crucial de 1924/26, sin embargo, no expresará con la misma claridad su adhesión a las posiciones de Trotsky, al que mostrará, no ya como el mayor dirigente de la revolución rusa después de Lenin, y sí como simple exponente de una fracción —peor aún, minoritaria— dentro del PCR. Gramsci continúa defendiendo, sustancialmente, las posiciones de Trotsky, pero no se alinea con él en el combate decisivo en curso en el movimiento obrero internacional. Esta fue la profunda limitación de la acción de Gramsci, cuyas consecuencias pueden ser sentidas hasta hoy en el movimiento obrero italiano. ¿Cuáles son las razones de ese comportamiento ambiguo del gran revolucionario, además de la polémica con Bórdiga y del hecho material representado por su detención y por el aislamiento del período de prisión?

Diferente de Bórdiga, que representaba en la experiencia del comunismo italiano, el máximo de vinculación a la gran tradición del marxismo internacional, y que por lo tanto, en la elaboración política, partía de una concepción teórica, en primer lugar —cuando no exclusivamente—, internacional, el pensamiento de Gramsci era el producto más modesto, pero no por eso menos eficaz en ciertas fases y sobre ciertos problemas, de una reflexión anterior sobre los problemas de Italia. El desenvolvimiento desigual del capitalismo en el país, el peso del atraso económico y cultural, el peso peculiar del anarquismo y después del anarco-sindicalismo en la tradición del movimiento obrero

italiano, el carácter explosivo que asumieron los episodios más significativos de la lucha de clases, además de su incidencia real en el contexto europeo, parecían a Gramsci los elementos más dignos de ser tomados en consideración, independientemente de la posibilidad de ofrecerles un ropaje sistemático completo, en la tradición clásica de los grandes pensadores marxistas. Bórdiga, por el contrario, plasmaba su pensamiento en aquellos modelos, aunque sin poder reproducir la misma amplitud y profundidad. De otro lado estaba el Gramsci de las poblaciones desposeídas del Mezzogiorno, el Gramsci de los consejos de fábrica, el Gramsci de Livorno y el Gramsci de la apasionada discusión con Trotsky sobre la cuestión italiana (y no sobre las grandes cuestiones de la Internacional Comunista, como los enfrentamientos de Bórdiga con el gran revolucionario ruso)²¹

21 La multiplicidad de la experiencia de Gramsci y lo contradictorio de las posiciones que asumió a lo largo de su vida escapan completamente a uno de sus primeros estudiosos en Italia, resultando en una obra crítica sobre el “togliattismo”, pero hagiográfica del “gramscismo”. Ver L. Maitán, *Attualità di Gramsci e politica comunista*, Milán, 1955. En particular, en la página 6 es enunciada la tesis desenvuelta en el resto del libro, según la cual “responder que no existen dos Gramsci, y sí un solo Gramsci ... es correcto, pero no es suficiente”. Hay una opinión crítica análoga a la de ese ensayo de Maitán en T. Perlini, *Gramsci e il gramscismo*, Milán, 1974, particularmente en la página 73. Si pensamos que el propio Maitán presentó al público italiano la figura teórica de Trotsky en los términos que citamos a continuación, se comprende por qué fue difícil, durante mucho tiempo, re-encontrar los elementos de acuerdo entre los dos revolucionarios y el verdadero sentido del combate de Gramsci. En efecto, Maitán afirmaba en 1959: “La ya mencionada proximidad entre Trotsky y los comunistas yugoslavos, ahora debe haber surgido más clara y precisa; a pesar de todo, existen analogías sustanciales en el terreno teórico. Que Kardell, Tito y otros hayan bebido directamente en ciertas páginas de Trotsky, es más que probable”. Cfr.

Trotsky oggi, Turín, 1959. Recordando que Maitán apareció durante años como el principal exponente del pensamiento de Trotsky en Italia, es fácil entender que el lector italiano no haya conseguido ver, hasta hace pocos años

Dos temperamentos diferentes, producto de dos experiencias culturales diferentes, que sólo alcanzaron un momento de síntesis superior en la fase de ruptura con el reformismo italiano y de adhesión a la experiencia bolchevique, para después volver a separarse —primero gradualmente, luego violentamente— hasta que la represión fascista volviera irreversible la división, matando a Gramsci y neutralizando a Bórdiga. Esas diferencias — que no deben ser vistas mecánicamente como expresión de dos programas alternativos en el ámbito del comunismo italiano, sino sólo como dos maneras diferentes de traducir en términos italianos el gran mensaje de Octubre— hicieron que, en los años 20, las divergencias tácticas sobre la cuestión italiana se mezclaran desordenadamente (y muchas veces, intencionadamente) con los grandes debates de la Internacional, provocando a veces divergencias verdaderas y, otras veces, artificiales.

Gramsci sustentó abiertamente las posiciones de Trotsky, cuando Bórdiga se callaba, mientras no vio ninguna contradicción entre las orientaciones de la Internacional y las necesidades de la revolución en Italia. Cuando Bórdiga se aproximó a la Oposición de Izquierda rusa, por convicción en el plano internacional y por conveniencia en relación a la táctica y al análisis italiano, Gramsci se distanció del ‘personaje’ Trotsky, haciéndole críticas formales y absolutamente superficiales, pero sin renegar de la esencia de las posiciones expresadas en 1924. Aún hoy, los exégetas del PCI —en el fondo, empeñados en un proceso de revisión del pensamiento de Gramsci que permita establecer una continuidad con la herencia de Togliatti— encuentran notables dificultades con el período 1924/26, esto es, en el período en que

atrás, ninguna posibilidad de comparación entre ¡un Gramsci lineal, unívoco y todo revolucionario y un Trotsky padre del titoísmo!

Gramsci estuvo más próximo de las posiciones del marxismo revolucionario. A falta de algún planteamiento claro de Gramsci renegando, durante ese bienio, de los principios programáticos expresados en 1924 (y coincidentes, en líneas generales, con los de Trotsky), están obligados a desviar la atención, del debate entonces acalorado en la URSS, hacia el dogma del ‘socialismo en un solo país’, hacia el comité anglo-ruso, hacia las cuestiones de la ‘actitud’ de las ‘fracciones’ hacia el tema de la ‘unidad del partido’, hacia las ‘responsabilidades’, y así sucesivamente.

Así, la ‘cuestión Trotsky’, que fue vista por Bórdiga en su verdadera luz internacional y considerada tan importante, al punto de oscurecer las graves divergencias sobre táctica y sobre Italia, le pareció a Gramsci, en 1925, una maniobra divisionista peligrosa para el debate en el PCI, en una ulterior fuente de divisiones en el partido, en el momento en que se requería el máximo de unidad para retomar la ofensiva comunista en Italia. El propio Gramsci, además, pone en claro la exigencia política de nacionalizar el debate italiano, después de haber pagado todos los precios de los ‘virajes’, de las intrigas e interferencias de la Internacional, reasumiendo en términos precisos y simétricos la principal diferencia entre sus posiciones y las de Bórdiga: “Amadeo se coloca desde el punto de vista de una minoría internacional; nosotros debemos colocarnos desde el punto de vista de una mayoría nacional”²².

En marzo de 1924, escribiendo a Terracini y pidiéndole información sobre el choque entre Trotsky y la dirección del PCR, Gramsci pondrá en claro, todavía más, sus temores sobre los efectos que ese choque en la cúpula rusa podría tener para Italia:

22 Carta del 9 de febrero de 1924, cit., página 197.

“Me gustaría tener informaciones al respecto, y tu opinión. De cualquier manera, estoy cada vez más firme en esta convicción: que precisamos trabajar, nosotros, en nuestro país, para construir un partido fuerte, política y organizativamente bien instrumentado y resistente, con un bagaje de ideas generales bien claras y bien firmes en las conciencias individuales, de modo que sea imposible su disgregación a cada golpe de esas cuestiones que van a surgir cada vez más numerosas y peligrosas, con el desenvolvimiento del movimiento revolucionario. Sobre esos problemas sería tal vez oportuno que conversemos largamente, entre nosotros, para estar en condiciones de resolverlos de a uno por vez, cuando se presenten, con espíritu de conjunto y seguros de tener el apoyo de todo el grupo” (diferenciado del autor).

Esos temores de Gramsci son comprensibles, pero injustificables, para quien crea en la imposibilidad de construir un partido revolucionario nacional, aislado —incluso temporalmente— de un programa mundial de la revolución y de los acontecimientos cruciales que permiten elaborar y enriquecer ese programa. En el fondo, es justamente el fin de la dictadura del proletariado en la URSS y la stalinización de la Internacional Comunista y no el exceso de debate sobre las cuestiones internacionales lo que derrumba la orientación dada por Gramsci al PCI y permiten su transformación en un partido primeramente sectario, después reformista.

Los peores temores de Gramsci se cumplieron, pero no por culpa del internacionalismo de Bórdiga, sino como consecuencia del nacionalismo de Stalin.

Las sospechas de Gramsci sobre la posibilidad de instrumentalización de esa cuestión dentro del partido italiano, sin embargo, tenían fundamento. Eso quedó claro en febrero de 1925,

cuando fue aprobada una moción sobre la ‘bolchevización’ de los partidos comunistas, donde, en términos todavía cautelosos, se alertaba contra cualquier tentativa, por parte de los elementos de la izquierda ligada a Bórdiga, de reabrir la discusión sobre el caso Trotsky. Al contrario, Bórdiga escribe, en esa misma ocasión, un famoso perfil del gran revolucionario ruso, atribuyéndose a sí mismo, en Italia, el valor y el prestigio del gran combate que la Oposición de Izquierda Internacional iniciara ya a fines de 1923. Era evidente el uso instrumental hecho, por ambas partes, de la división dentro del PCR.

El informe de Gramsci al Comité Central, que debía tratar de la ruptura ocurrida en Rusia, es bastante significativo de su actitud. Dos tercios de las referencias a la cuestión de cómo debería ser redactada la moción son apreciaciones sobre las analogías entre el ‘caso Trotsky’ y el ‘caso Bórdiga’, sobre las enseñanzas para Italia, sobre los peligros de las actitudes como la de Trotsky para la unidad del partido, y el tercio restante, es de denuncia de las posiciones erróneamente atribuidas a Trotsky sobre el ‘super- imperialismo’, que ya mencionamos, y del ‘socialismo en un solo país’.

Transcribimos ahora este último trecho, que nos parece muy significativo, por ser la única ‘diferenciación’ política sustancial por parte de Gramsci que un año antes recogiera calurosamente toda su contribución teórica. Es inútil decir que, más allá de todos los “cambios de posición” que el propio Spriano²³ reconoce, este texto viene a confirmar la profunda adhesión de Gramsci a la teoría de la ‘revolución permanente’ y al rechazo al nuevo dogma del ‘socialismo en un sólo país’:

“Rechazamos esas previsiones (las del ‘super-

23 Spriano: historiador oficial (stalinista) del PC italiano.

-capitalismo, erróneamente atribuidas a Trotsky, nota del autor) que, postergando la revolución por tiempo indeterminado, cambiarían toda la táctica de la Internacional Comunista, que debería volver a la acción de propaganda y agitación entre las masas. Y cambiarían también la táctica del Estado ruso, pues si la revolución europea estuviera postergada por toda una fase histórica, esto es, si la clase obrera rusa no pudiera, por un largo tiempo, contar con el apoyo del proletariado de otros países, es evidente que la revolución rusa se deberá modificar”.

En mayo de 1924, Stalin asumirá esa misma posición, en la primera edición de los Principios del Leninismo, el fragmento que ya se hizo famoso por haber sido expurgado de todas las ediciones siguientes, y que tal vez, en la época, pueda haber contribuido al equívoco cometido por Gramsci. Antes de revelar su propia vocación nacionalista, Stalin escribía:

“¿Es posible obtener la victoria definitiva del socialismo en un solo país, sin los esfuerzos en el mismo sentido de los proletarios de algunos países adelantados? No; no es posible. Para derrocar a la burguesía es suficiente el esfuerzo de un sólo país. Eso es lo que nos demuestra la historia de nuestra revolución. Para la victoria definitiva del socialismo, sobre todo en un país campesino como Rusia, no es suficiente; para eso son necesarios los esfuerzos de los proletariados de algunos países avanzados” (Principios del Leninismo, primera y última edición integral, mayo de 1924).

Cuando, a fines de 1925, Zinoviev y Kamenev también rompen con Stalin y con la derecha y se unen a las filas de la

izquierda, bajo la dirección de Trotsky, la cautela instintiva de Gramsci sobre el método de las “excomuniones” se vuelve todavía más fuerte, y de hecho la ‘cuestión Trotsky’ desaparece del debate del PCI, dando lugar a una intensificación del combate contra Bórdiga.

Así se verifica la paradoja italiana. Mientras Gramsci, preparado y estimulado por la influencia de Trotsky en el período moscovita, consigue imponer a la dirección comunista el programa y la línea que concordara con el gran revolucionario ruso, equivocándose apenas en la cuestión de la Asamblea Republicana basada en los comités obreros y campesinos (un error debido a la confusión entre objetivos democráticos y organismos de tipo soviético, pero aun así, un error de extremismo según el propio Trotsky), Bórdiga se vuelve, por cierto tiempo, el principal exponente de la Oposición de Izquierda en Italia.

Gramsci no contribuyó muy activamente —a diferencia de Scoccimarro— en la batalla contra el ‘trotskismo’, pero es suya la responsabilidad, en primer lugar, por la adopción de ese término en Italia, como también es suya la responsabilidad por la amalgama que se hizo entre las posiciones de Bórdiga y las de Trotsky. Suya es la responsabilidad por la moción votada en homenaje a la ‘bolchevización’ promovida por Stalin y, también, por el estado de desarme teórico en que el partido, de conjunto, quedará después de su prisión, frente a las nuevas y demenciales instrucciones de la Internacional Comunista stalinizada. Hablar también de estas limitaciones y errores del revolucionario sardo —por otra parte hombre ajeno, por formación y características psicológicas, a la brutalidad vulgar del stalinismo— en nada reduce la complejidad de ese personaje, que otros, antes que nosotros, trajeran a la luz. Así podemos ponerlo en su verdadero lugar en la historia, sin arriesgarnos a caer —en la tentativa de librar a Gramsci de la enorme acumulación de falsificaciones bajo la cual fue sepultado por la tradición stalinista— en el error opuesto de

la hagiografía antistalinista. Gramsci no fue stalinista en sus posiciones de fondo, fue por otra parte antistalinista incluso en el período más difícil de su vida, en la prisión, pero tiene su parte de responsabilidad por la degeneración del PCI, por no haber querido vincular las caracterizaciones de fondo de su programa para Italia con la batalla que Trotsky y la Oposición de Izquierda estaban desarrollando a escala internacional. Al querer atenerse a una dimensión nacional, cometió un grave error de perspectiva, y las consecuencias de este error todavía recaen sobre el movimiento obrero italiano.

Así, es fácil hoy para los ‘revisores’ de Gramsci citar algunos extractos de sus Cuadernos, que van en un sentido bien diferente de aquel más sustancial que reconstruimos aquí. En otra vertiente, los opositores del reformismo por la izquierda juzgan poder usar la famosa correspondencia de 1926 para demostrar la coherencia del hombre político, que en verdad, no existió. Bastaría notar la total ausencia de referencias a las cuestiones programáticas precisas en aquel cambio de cartas para percibir la superficialidad de las críticas que Gramsci hacía a la dirección de Stalin (en la primera carta) y al propio Togliatti, en la segunda. ¡Sin embargo, se trataba de problemas decisivos para la historia futura del movimiento obrero, y la arbitrariedad cometida por Togliatti en Moscú, al no presentar oficialmente la carta escrita por Gramsci en nombre del Buró Político, no era poca cosa!

Es cierto que en la carta de Gramsci, en nombre del Buró Político italiano, dirigida al Comité Central del PCUS, de octubre de 1926, había también opiniones muy críticas al rumbo tomado por la fracción de Stalin y Bujarin: “ruptura del grupo central leninista”, “disgregación y lenta agonía de la dictadura del proletariado”; posibilidad de “catástrofe de la Revolución” y, en términos velados más significativos a la luz de lo que expusimos hasta ahora, un enésimo llamado a la necesidad de no encerrarse en una perspectiva rusa, una referencia velada al dogma del

socialismo en un solo país:

“Pero ustedes hoy están destruyendo la obra que hicieran, están degradando y corriendo el riesgo de anular la función dirigente que el PC de la URSS había conquistado por impulso de Lenin; nos parece que la pasión violenta de las cuestiones rusas os está haciendo perder de vista los aspectos internacionales de las propias cuestiones rusas, a olvidar que sus deberes de militantes rusos sólo pueden y deben ser ejercidos en el cuadro de los intereses del proletariado internacional”.

Teniendo en mente la violentísima polémica que se desató sobre el “socialismo en un solo país”, el significado de la advertencia de Gramsci no puede dejar lugar a dudas. Sin embargo, la carta declaraba adhesión, de conjunto, a las posiciones de la fracción de Stalin, en contradicción con la afirmación de que el Buró Político expresaba “una opinión partidaria apenas en lo tocante a las cuestiones estrictamente disciplinarias de las fracciones”.

Tal vez haya sido esa duda de la carta de Gramsci, ese homenaje formal a las posiciones de la fracción stalinista, pero sin responder efectivamente el programa con el cual esa fracción estaba infligiendo los últimos golpes decisivos a la democracia obrera de tipo soviético, lo que le dio a Togliatti el coraje para cometer la grave falta que todos conocen: la de no presentar oficialmente la carta, impidiendo así que pudiera tener cualquier efecto, por mínimo que fuese, en la atmósfera de linchamiento que se creara contra las oposiciones. En efecto, los pocos meses que pasara en Moscú le habían dado a Togliatti la convicción de que el alineamiento con la fracción de Stalin sólo podía ser acrítico y total.

Tiene razón T. Perlini cuando critica a Corvisieri y otros

defensores de la Oposición de Izquierda por haber instrumentalizado la carta de Gramsci, queriendo hallar divergencias políticas de fondo, donde no las había. Como prueba ulterior, basta comparar la claridad con que Gramsci defendía las posiciones de Trotsky en febrero de 1924 y el tono apresurado con que las rechaza en octubre de 1926. Pero el origen de ese error remonta más atrás en el tiempo. Debe buscarse sobre todo en el miedo con que Togliatti recibió aquella carta en Moscú, entreviendo en ella los gérmenes terribles de una oposición al stalinismo.

En efecto, fue él mismo quien respondió a Gramsci, el 18 de octubre, acusándolo diversas veces de pesimismo en relación al Estado obrero ruso, llegando incluso a afirmar que “su pesimismo da la impresión de que usted no considera enteramente acertada la línea del partido” comunista de la Unión Soviética. En la práctica, Togliatti fue el primero en ver, en la carta de Gramsci, el peligro de una futura aproximación a las posiciones de la oposición, y después ayudó a crear el mito de aquella carta (intentando mantenerla escondida hasta 1964) y de la posterior respuesta de Gramsci, que sólo apareció milagrosamente en 1970. En octubre, Togliatti pedía a Gramsci un pronunciamiento más claro sobre los planteos políticos de la fracción Stalin-Bujarin, que fuese más allá del acuerdo en las cuestiones disciplinarias, justamente porque no ignoraba lo que pretendemos demostrar hasta aquí: que Gramsci continuaba aceptando, en las cuestiones de principio y en las cuestiones fundamentales de orientación política para Italia, las posiciones leninistas, que en 1926 ya se habían convertido en ‘trotskistas’ debido a la lucha de fracciones en la cúpula del PCUS. Togliatti, por lo tanto, era el primero en no creer las declaraciones formales de lealtad a la dirección de Stalin, porque veía en ellas una contradicción explícita con las posiciones programáticas de Gramsci. Nosotros pensamos que Togliatti tenía razón en alimentar esos miedos respecto de Gramsci, pero también creemos que su respuesta a las tentativas

de mantener secreta aquella correspondencia contribuyeron a crear el mito de la oposición de Gramsci a fines de 1926.

Es verdad que la respuesta de Gramsci a Togliatti, del 26 de octubre de 1926, está llena de referencias pesadas al modo de pensar y de actuar de este último. “Su carta me parece abstracta y esquemática por demás en sus razonamientos” ... “Por esta razón, ese razonamiento suyo me dio una pésima impresión”... “Por eso ninguna frase hecha nos va a disuadir de la convicción de que estamos en la línea cierta, en la línea leninista, en la manera de considerar la cuestión rusa ... y los problemas de organización internacional” ... “Su observación es, por lo tanto, inocua y sin valor” ... “Lamento sinceramente que nuestra carta no haya sido entendida por usted a primera vista, y que usted a partir de mi carta personal, no haya procurado entender mejor” ... “Todo su razonamiento está viciado de ‘burocratismo’ ... Son juicios drásticos, por otra parte coherentes con el juicio igualmente negativo —como recordamos anteriormente— que Gramsci tenía de Togliatti en la época en que éste se alineara con Bórdiga. Pero yendo más allá de la forma y viendo el contenido de la carta, se ve que no dejaba dudas sobre la fidelidad de Gramsci a la dirección mayoritaria del PCUS y hasta reforzaba la dosis contra los opositoristas, de los cuales llegaba a decir que “encarnaban todos los viejos preconceptos del corporativismo de clase y del sindicalismo”. No, decididamente no se puede trazar una línea de continuidad entre el combate de Gramsci en Viena y en Italia, entre 1924/26, y las posiciones que asume en el debate internacional, particularmente a fines de 1926. Sería una operación artificial, que además de prestar un mal servicio a Gramsci, sería una rendición en los contenidos de su combate revolucionario que viven hasta hoy, y que entonces revivieran en las posiciones de la NOI y de la Oposición de Izquierda italiana.

La dura carta de Gramsci a Togliatti es del 26 de octubre de 1926. Cinco días después, ocurre el atentado de Zamboni

contra Mussolini y se dictan las leyes liberticidas. El 8 de noviembre, Gramsci es apresado y no recuperará la libertad hasta su muerte. La represión fascista hizo que quedasen sin respuesta todos los interrogantes con respecto a la probable evolución de Gramsci en relación a los opositores internacionales del stalinismo. Pero a partir de esa ruptura violenta en la vida política de Gramsci es que hoy el reformismo espera poder sacar ventaja en su obra de revisionismo de la contribución marxista del gran revolucionario sardo y en su continuidad ideológica. En este proceso precisará, sin embargo, dismantelar definitivamente cualquier posibilidad de evaluar las Tesis de Lyon y la decisiva contribución de Gramsci, contenida en las mismas, contraponiéndolas a la elaboración de los Cuadernos de la Cárcel. El salto de calidad entre estos dos momentos de reflexión de Gramsci indudablemente existe, pero es sólo un criterio político lo que puede llevar a dar más valor a un momento que a otro. Y los intelectuales reformistas ya hicieron su elección, hace tiempo.

LAS TESIS DE LYON Y EL VIRAJE

En enero de 1926 se realizó, en Lyon, el Tercer Congreso del PCI. Las Tesis de Lyon son el documento más precioso de ese Congreso. Nosotros consideramos, y la NOI reafirmará eso, claramente, en los años siguientes, que en aquellas Tesis inspiradas por Gramsci y adoptadas por el partido, hay mucho más que simples contribuciones de Trotsky: en ellas se refleja, en verdad, por última vez en la vida de un partido comunista, lo mejor de la tradición bolchevique, el patrimonio de Octubre y de la Internacional Comunista revolucionaria de los cuatro primeros Congresos, la experiencia del proletariado mundial aplicada a la situación específica de Italia. Para Gramsci, se trata apenas de una extensión de todos los temas señalados y embrionariamente tratados al comienzo de 1924. Pero su importancia va más allá

del momento específico, señalando los métodos de lucha para todo un período, el camino para abatir al fascismo y pasar al socialismo en Italia. Las Tesis de Lyon revivirían en las posiciones de Tresso, Leonetti y Ravazzoli en la dirección del PCI, provocando su expulsión; y después en la resolución de la NOI (julio de 1932) sobre “Las perspectivas de la revolución italiana”, publicada en el número 10 del Boletín. Pero algunos señalamientos de método de esas Tesis se mantienen plenamente válidos hasta hoy para quien observe una perspectiva revolucionaria.

En el período en que, en Rusia, el stalinismo desmantelaba el último baluarte de la dictadura del proletariado, representado por la Oposición de Izquierda, contraria a la línea de Bujarin, a los prolongadores de la NEP, a la burocratización del partido; en el momento en que se esbozaba en China, una repetición de la colaboración de clases ya realizada por el stalinismo en la cuestión del Comité Anglo-Ruso (cuando los obreros de un país estratégico vieron, por primera vez, pasar los intereses diplomáticos de la URSS por encima de su propia lucha), las Tesis de Lyon reconfirmaban plenamente el carácter proletario de la lucha socialista.

“Las fuerzas motrices de la revolución italiana son, en orden de importancia, las siguientes: 1) la clase obrera y el proletariado agrícola; 2) los campesinos del Mezzogiorno y de las islas y los campesinos de otras partes de Italia”. El análisis del desenvolvimiento del capitalismo italiano y de sus contradicciones no postergaba la perspectiva socialista para una fase ulterior, diferente de la fase caracterizada por la lucha contra el fascismo; por el contrario, señalaba el comienzo de la dictadura del proletariado como coronamiento lógico de la lucha obrera por un programa de objetivos democráticos y transitorios. Las Tesis de Lyon reafirmaban así un principio que jamás fuera puesto en discusión mientras Lenin estuvo vivo, el principio de la revolución permanente —contrapuesto al de la revolución por etapas—,

según el cual no existe solución de continuidad entre la lucha por las reivindicaciones democráticas e inmediatas y la lucha general por el socialismo. Sin ceder al fácil esquematismo del “marxismo vulgar”, como diría Trotsky refiriéndose a los adeptos a Bórdiga, las Tesis de Lyon, afirmaban con todas las letras, que no es posible ninguna fase intermedia estable y duradera entre la lucha por la democracia y la lucha por el socialismo, entre la dictadura de la burguesía y la dictadura del proletariado.

Esa concepción, que atraviesa el conjunto de las Tesis, está sintéticamente resumida en la Tesis 43:

“Esas soluciones intermedias no pueden ser todas previstas, porque en todos los casos deben estar adaptadas a la realidad. Deben sin embargo permitir que se construya un puente para las consignas del partido, y debe quedar cada vez más evidente para las masas que su eventual realización se resolvería en una aceleración del proceso revolucionario y en un inicio de luchas más profundas”.

La misma formulación, en términos casi idénticos, resurgía algunos años después en el texto de Trotsky, que más que ningún otro, indica las consecuencias metodológicas de la teoría de la revolución permanente:

“Es necesario, en el proceso de las luchas cotidianas, ayudar a las masas a encontrar el puente entre sus reivindicaciones actuales y el programa socialista de la revolución. Este puente debe incluir un sistema de reivindicaciones transitorias, que parta de las condiciones actuales y de la conciencia actual de amplias capas de la clase obrera y conduzca, invariablemente, a una única y misma conclusión: la conquista del poder por el prole-

tariado”²⁴.

Los mismos conceptos y los mismos señalamientos metodológicos pueden encontrarse en los documentos de la NOI y en particular, en aquella resolución de julio de 1932, que puede ser considerada, con justicia, como la actualización programática de las Tesis de Lyon en Italia y la última expresión del marxismo revolucionario italiano antes de la guerra. La línea de continuidad entre las posiciones de Gramsci en 1926 y las de la NOI puede encontrarse, entonces, en la insistencia sobre la necesidad de que el proletariado asuma como suyo el programa de defensa de las libertades democráticas, insertándolo en el programa socialista, a fin de “transformar los movimientos ‘revolucionarios democráticos’ en movimientos obreros revolucionarios y socialistas” (Tesis 39 bis). En la agitación, la consigna central de “gobierno obrero y campesino” debe ser entendida, apenas como una fórmula transitoria hacia la dictadura del proletariado.

“En ese sentido es una fórmula de agitación, pero no corresponde a una fase real de desenvolvimiento histórico, a no ser de la misma forma que las soluciones intermedias mencionadas en el punto anterior. En efecto, su realización sólo puede ser concebida por el partido como el inicio de una lucha revolucionaria directa, esto es, de la guerra civil dirigida por el proletariado, en alianza con los campesinos, para conquistar el poder”.

“El partido podría ser llevado a graves desvíos en relación a su tarea de guía de la revolución en caso de que interpretase al gobierno obrero y campesino como

24 León Trotsky, *Programa de Transición* (traducción de Elisabeth Marie en la edición de Información Editora, San Pablo, 1989, página 14).

correspondiente a una fase real de lucha por el poder, es decir, si considerase que esta consigna indica la posibilidad de que el problema del Estado sea resuelto, en el interés de la clase obrera, de otra manera que no fuera la dictadura del proletariado” (Tesis 44).

Concuerda, obviamente, con la insistencia en la necesidad de la táctica de frente único para arrancarles a los reformistas y a las fuerzas democráticas pequeñoburguesas, la hegemonía de las masas populares en la lucha contra el fascismo. Lucha contra las ilusiones pacifistas (Tesis 21), actividad en los organismos de masas, en primer lugar en los sindicatos pero, en perspectiva, también en los comités obreros y campesinos (Tesis 41 y 39). Llamado explícito a la táctica de los bolcheviques en las jornadas de agosto, cuando opusieron Kerensky y a Kornilov, sin apoyar políticamente a Kerensky (esa formulación, citada en la Tesis 43, se volverá a encontrar repetidamente en las páginas del Boletín y, evidentemente, en toda la prensa de la Oposición de Izquierda Internacional). Finalmente, el análisis de los partidos ‘democráticos’, presente en la Tesis 42, será desenvuelto en el Boletín, particularmente en lo que se refiere al movimiento ‘Giustizia e Libertà’, sin caer en el extremismo infantil del ‘tercer período’, pero sin el oportunismo de la época de la Resistencia y de los Comités de Liberación Nacional. Otras analogías significativas pueden extraerse de una lectura comparada de las Tesis de Lyon y de los principales documentos contenidos en el Boletín.

Ya no se puede alimentar ninguna duda sobre la ruptura programática que el ‘viraje’ de la dirección stalinista italiana representó, en relación a la esencia de las Tesis de Lyon. Lo mismo vale en cuanto a la corrección de las propuestas planteadas por Tresso, Leonetti, Ravazzoli, Teresa, Rocchia y otros compañeros, en el momento de su expulsión. Sobre esa cuestión, ya fueron publicados todos los principales documentos, ya fueron

escritos análisis rigurosos, y la propia dirección del PCI, desde el comienzo de los años 60, tuvo que comenzar a admitir sus responsabilidades. Pero, como el prestigio de aparato vale más que la verdad histórica, no se desea ir a fondo en la investigación de esas responsabilidades, y sobre todo, no se desea reconocer haber abierto el camino para Hitler en Alemania, con la política del ‘tercer período’, además de haber provocado la destrucción de importantes organizaciones comunistas —como la italiana— que después tuvieron que ser reconstruidas desde cero. Claro, Longo²⁵ continúa repitiéndose a sí mismo que tenía razón en aquella época, y tiene plena libertad para continuar repitiendo eso para los pocos que todavía ignoran la simple relación de los hechos, pero desde la época en que Leonetti reabrió el debate en Rinascita Sarda hasta hoy, las contribuciones históricas que confirman la justeza de las posiciones de la NOI se multiplicaron, obligando hasta a los stalinistas más empedernidos a ser diplomáticamente reticentes. Por orden cronológico, el último que dio su contribución para establecer la verdad histórica fue U. Terracini. Más vale tarde que nunca.

En el Boletín no hay ninguna referencia al debate sobre el ‘viraje’ y a los hechos de la expulsión, a no ser de pasada, hablando del caso Silone. Este es, sin dudas, uno de sus mayores méritos, demostración de que sus redactores querían intervenir en temas de actualidad política, no con base en recriminaciones del pasado, y sí mirando hacia la perspectiva de la caída del fascismo y de la revolución. El Boletín, en la práctica, esclarece al lector italiano, que ahora ya tiene oportunidad de conocer la dinámica de los acontecimientos que llevaron a la expulsión de “los tres”, qué fue lo que “los tres” continuaron haciendo y escribiendo después de expulsados. Qué relaciones quisieron

25 Longo, Pietro: stalinista, sucesor de Togliatti en la dirección del stalinismo italiano

mantener con el PCI, sobre qué acontecimientos internacionales concentraron la atención, cómo veían la situación en Italia, qué relaciones mantenían con Trotsky y la Oposición de Izquierda y, finalmente pero no por eso menos relevante, en qué ambiente político y cultural se movían esos revolucionarios italianos de la década del 30, empeñados en combatir en dos frentes, contra la burguesía y contra el stalinismo. A veces, hasta detalles aparentemente irrelevantes del Boletín iluminan el mundo, hasta hoy poco conocido, de los militantes anti-fascistas y antistalinistas a los que el fascismo, junto con las direcciones del movimiento obrero y democrático, obligaron a elegir París como centro de residencia y acción.

La ‘paradoja italiana’ —que en 1924/26 ya viera a Gramsci en acuerdo sustancial con las posiciones de Trotsky, pero contrapuesto a él en el alineamiento internacional— prosigue, en cierto sentido, también en el período de prisión. Los Cuadernos, incluso en la versión no censurada y científicamente correcta, están llenos de referencias a “Lev Davidovitch” (Trotsky) y a la teoría de la ‘revolución permanente’, decididamente hostiles al gran revolucionario ruso y a sus ideas. Pero en los Cuadernos se encuentra, como tema constante, una de las más absurdas caricaturas que se hicieran a la posición de Trotsky, la de identificarlo con el jacobinismo del ‘48, e incluso, con tendencias bonapartistas. Además de eso, en la contraposición entre “guerra de movimiento o de maniobra” o “guerra de posiciones”, Gramsci hace una simplificación arbitraria del debate que estalló, en esa época, en el movimiento obrero internacional, perdiendo completamente de vista lo que él mismo defendiera sobre la necesidad de no encerrarse en las fronteras rusas, bajo pena de acabar con el proceso revolucionario iniciado en Octubre. Atribuyendo a Trotsky las posiciones de la súper-industrialización y de adepto a la teoría del choque frontal e inmediato, justamente en los años 1930/32, que asistían al extremo de esas posiciones

en la acción de la dirección comandada por Stalin, Gramsci no hacía más que confirmar su confusión en relación a los términos reales de la cuestión.

En el comienzo de estos Cuadernos, se encuentra la siguiente aprobación a la teoría de la revolución permanente, que todavía hace eco a las posiciones sostenidas por Gramsci desde la época del Ordine Nuovo: “Se puede decir que la mediación dialéctica entre los dos principios indicados en el inicio de estas notas es el concepto de la revolución permanente”. Los dos principios eran que ninguna sociedad se propone las tareas para cuya solución aún no existen las condiciones necesarias y suficientes, y que ninguna sociedad cae si antes no ha desenvuelto todas las formas de vida que están implícitas en sus relaciones. No es el caso de entrar en el mérito de esas posiciones que, aisladas de un discurso más general sobre las características del capitalismo y de la lucha de clases que se da en su interior, pueden abrir el camino para mecánicas interpretaciones evolucionistas. Lo que se debe notar aquí es el contraste entre esta última confesión de estima y cómo sucesivamente denosta a esa misma teoría como “jacobinismo del ‘48”, incapaz de percibir la diferencia entre una situación de ascenso del movimiento obrero y una de reflujo.

Ya que el propio Gramsci no hace una crítica de las posiciones que defendiera hasta el momento de su prisión, y particularmente de su concreción programática en las Tesis de Lyon, no le queda al investigador otro camino que reconocer una profunda fractura sobre esta cuestión, entre el Gramsci de la prisión y el Gramsci de la dirección del PCI.

Incluso en prisión, sin embargo, el proceso es contradictorio. A pesar de la gravedad de las posiciones que asumió en relación a Trotsky y a su propio pasado, Gramsci acaba compartiendo, de 1930 a 1932, una orientación para Italia que coincidía con la de la Oposición de Izquierda y era absolutamente opuesta a la dirección stalinista italiana e internacional. Gramsci no fue

stalinista ni en prisión. Sobre eso no puede haber dudas, después de la publicación del informe de Athos Lisa, después de la publicación del testimonio de su hermano Gennaro, revelado por G. Fiori, y de otros testimonios menores de personas que consiguieron aproximarse a él en el período de la prisión, y que demostraron ampliamente la oposición de Gramsci al ‘viraje’, a la teoría del ‘social-fascismo’, a la expulsión de ‘los tres’, y sobre todo a la línea sectaria de la dirección italiana, que tendía a simplificar el proceso de derrocamiento del fascismo, excluyendo toda posibilidad de un intermedio democrático, de un ‘período de transición’ entre la dictadura fascista y la del proletariado.

Gramsci planteaba la consigna de Constituyente (que, como sabemos, planteó como hipótesis desde marzo de 1924), sin conocer exactamente las posiciones de ‘los tres’, sin que ‘los tres’ conocieran sus posiciones en el momento y sin que Trotsky estuviese al tanto de sus reflexiones en el presidio de Turín. Esa significativa coincidencia de posiciones entre revolucionarios residentes en situaciones tan diversas, pero todos ellos ligados —directa o indirectamente— a las formulaciones de principio de las Tesis de Lyon, viene a confirmar, una vez más, los elementos de una inspiración teórica común, incluso en el ámbito limitado de una opción táctica para Italia.

La posición de ‘los tres’ sobre la naturaleza del fascismo fue sintetizada en la carta a Trotsky del 5 de mayo de 1930, en los siguientes términos:

“A nuestro modo de ver, el fascismo, desde su origen, debe ser interpretado como el conjunto de métodos que, en la situación particular de Italia, la burguesía italiana fue obligada a adoptar para defenderse de la onda revolucionaria de las masas, para resolver ciertos problemas inherentes a su reorganización interna y para volver más segura su posición de clase dominante. En

suma, puede decirse que el fascismo (italiano) es sólo el método particular de dominación al cual la burguesía italiana, en su actual fase imperialista, fue obligada a recurrir para asegurar su dominación”.

Este análisis del origen del fascismo, ampliamente desenvuelto en la citada carta y después retomada en las páginas del Boletín, se tornaría una elaboración clásica en las filas de la Oposición de Izquierda Internacional, permitiendo la identificación precoz de esas mismas características en un contexto diferente, el de la Alemania del hitlerismo en ascenso. Criticando las posiciones de la mayoría italiana sobre el fascismo, que lo consideraba un movimiento pequeño burgués que sólo llegará a coincidir con el capitalismo después de llegar al poder, “los tres” rechazaban igualmente la consigna oportunista de “gobierno popular”, de inspiración bujariniana; y — después del ‘viraje’ ultrai-zquierdista— pasan a defender firmemente toda la temática del “período de transición”, que Gramsci retomaba, al mismo tiempo, en prisión, reivindicando directamente el programa de Lyon.

Esas posiciones llevan a la NOI a señalar, claramente, como consigna central en la Italia fascista, “Asamblea Constituyente, elegida por sufragio universal igual, directo y secreto, por todos los ciudadanos a partir de los 18 años, de ambos sexos”. Esa consigna, formulada al mismo tiempo también por Gramsci, fue calificada por él como la “basura en el ojo” para la línea sectaria de la dirección de Togliatti. Al mismo tiempo también Trotsky la formulaba, por cuenta propia, en su respuesta a la NOI del 14 de mayo de 1930:

“No negamos, absolutamente, la fase de transición, con sus exigencias transitorias, incluyendo las exigencias de la democracia. Pero es justamente con la ayuda de esas consignas de transición, por las cuales se

llega siempre al camino de la dictadura del proletariado, que la vanguardia comunista deberá conquistar a la clase obrera entera y que ésta deberá unificar, en torno de sí, a todas las masas explotadas del país. Y no excluyo aquí ni la eventualidad de una Asamblea Constituyente, que en ciertas circunstancias puede ser impuesta por acontecimientos o, más precisamente, por el proceso de redespertar revolucionario de las masas oprimidas (...).

“Si la crisis revolucionaria explotara, por ejemplo, en los próximos meses (bajo el aguijón de la crisis económica, por un lado, y bajo la influencia revolucionaria venida de España), las grandes masas trabajadoras, tanto obreras como campesinas, ciertamente acompañarían sus reivindicaciones económicas con consignas democráticas (tales como libertad de prensa, de organización, sindical, de representación democrática en el parlamento y en los municipios). ¿Eso significa que el partido comunista debe rechazar esas exigencias? Por el contrario, deberá imprimirles un aspecto más osado y lo más categórico posible. Porque no se puede imponer la dictadura del proletariado a las masas populares. No es posible realizarla a no ser conduciendo la batalla —la batalla a fondo— por todas las reivindicaciones, exigencias y necesidades de las masas, y encabezando a esas masas”.

Esa carta de Trotsky —recuerda Leonetti, muchos años después— fue decisiva para la adopción de una precisa orientación común por la NOI, y las consecuencias de eso son fáciles de verificar en las páginas del Boletín, así como en las principales orientaciones políticas de la NOI hasta su transformación en Liga Comunista Internacionalista, en 1934. Esta comunión de opinión entre Gramsci, “los tres” y Trotsky, sin embargo, no pue-

de dar lugar en la época todas las consecuencias explosivas que contenía: Trotsky estaba exiliado en Prinkipo, Gramsci encerrado e aislado hasta de sus compañeros de partido, y “los tres” se encontraban en París, sin documentos y sin medios financieros para sobrevivir, cortados de la red del partido, sometidos por el stalinismo a todo tipo de vejámenes físicos, morales, y hasta a delaciones a la policía.

TRÓTSKI E O TROTSKISMO

UNA HISTORIA BIEN MAL CONTADA. CRÍTICA A LA
REVISIÓN DE LA HISTORIOGRAFÍA DEL TROTSKISMO
EN CUBA (1932-1973)

Frank García Hernández

En el número 20 de la calle Monte vive Juan León Ferrera. Es el último trotskista cubano vivo, o al menos, el último militante del POR (t). Cumplirá el 24 de noviembre de 2021 los 80 años de vida y la familia trotskista está en deber de celebrárselo. Pero Juan León no es un anciano que vive en su departamento leyendo periódicos y contando viejas historias de la Revolución perdida -y quizá traicionada-. Juan León ha logrado alterar toda la historiografía del trotskismo cubano.

La historiografía del trotskismo cubano ha tenido una vida muy accidentada. En Cuba, en 1992, Rafael Soler, quien fungió como historiador oficial de esta corriente política en Cuba, había limitado la existencia de esta a solo tres años de vida: ser fundada como oposición interna en el PC en 1932 y disuelta como partido en 1935. De manera que, desintegraba en su te-

sis doctoral al Partido Bolchevique Leninista¹ seis años antes de que desapareciera. Y es que el PBL solo se desarticuló en 1941. Este error tuvo otra gran víctima: el Partido Obrero Revolucionario constituido en La Habana en 1940, pocos días después de la muerte de Trotski. El POR, al ser obviado en la historia oficial y en esos momentos la única permitida, ha estado prácticamente ausente de la ensayística histórica e historiográfica producida y publicada en Cuba². Por otra parte, fascinados por la atractiva combinación de Fidel Castro vs. Trotskismo, los estudios recientes sobre el trotskismo cubano, tanto a nivel nacional como internacional, se han centrado más en la década de los sesenta y setenta, obviando una época gris (1935-1956) donde dicho movimiento político nunca pudo superar los cien militantes. En buena medida, este trabajo también está destinado a visibilizar la existencia del POR.

El error del historiador cubano no fue más que una ocultación de los hechos, pues varios colegas de Rafael Soler han confesado a este autor que él pretendía continuar la investigación, pero que fue truncada por su muerte. Sin embargo, Soler en ningún momento advierte al lector que, “aunque se conoce que el PBL no desapareció en 1935, por determinados factores la investigación solo llega hasta ese año”. De manera que, este error

1 La primera organización trotskista cubana se constituyó en agosto de 1932 cuando un grupo de comunistas, mayormente miembros del Partido Comunista de Cuba, constituyeron en La Habana la Oposición Comunista de Cuba, encabezándola Sandalio Junco, Juan Ramón Breá y Marcos García Villarreal. El 14 de septiembre de 1933 se transformaría en el Partido Bolchevique Leninista.

2 En el año 2016, aun carente de información sobre el POR, lo menciono brevemente en mi artículo *La mala hora del trotskismo cubano*. Hasta el momento no he descubierto otra mención al POR en la producción de ensayos históricos realizada en Cuba.

se replicó con frecuencia entre los historiadores cubanos; incluso en personalidades como Fernando Martínez Heredia. Y es que, aunque la primera historia completa del trotskismo cubano data del año 2000, al ser publicada en Londres, se demoró en llegar a Cuba, al menos quince años, existiendo mientras tanto en Cuba, solo la versión de Rafael Soler. Y su error.

La ocultación de los hechos pudo estar dada, quizá, por la censura. En el menor de los problemas, si Soler hubiera continuado la investigación, tendría que explicar la muerte de Sandalio Junco, asesinado por un comando del partido comunista pro Moscú en 1942, y, en el peor de los casos, llegar hasta la fundación, persecución y disolución de un partido trotskista en medio de la triunfante Revolución cubana. La historia completa del trotskismo en Cuba ya ha sido publicada en la isla, se ha realizado una tesis de maestría y dado conferencias, pero cuando Soler escribió su versión de la historia, corría la década de los años noventa. Desde 1971 se había instaurado en Cuba una política cultural orientada por Moscú, lo que significaba una fuerte censura. Tras la disolución de la URSS -y aunque ya se había debilitado en los años ochenta-, la censura mermó, pero no desapareció: solo vivió un reacomodo. La crisis que sufrió Cuba por el colapso del socialismo europeo, no solo fue económica, sino también política, generando un estado de excepción que no siempre conducía a libertades, menos aún en las universidades del interior del país, que es donde trabajaba Soler.

Pero cuando ya todos estos errores estaban explicados, solucionados y en cierta medida olvidados, Juan León Ferrara, el último sobreviviente del POR(t), ha puesto en crisis a la historiografía del trotskismo cubano, declarando³, y en parte, de-

3 Entrevista inédita concedida a la periodista cubana Lisbeth Moya González, realizada el 6 de noviembre de 2018 en la casa de Juan León Ferrara. Con posterioridad, estas declaraciones serían dadas en La Habana en otras entrevistas

mostrando que la investigación de Gary Tennant—que podemos asumir como la más completa historia de dicha corriente política en la isla—, no existieron tres partidos trotskistas sino solo dos y que, este último no se disolvió en 1965, sino en 1973.

Los especialistas en el tema hemos dejado pasar este gran dilema como algo natural, quizá en buena medida porque todos nuestros artículos estarían errados. Por tanto, se han asumido las palabras de Ferrara como algo que siempre supimos pero no dijimos —como si fuéramos Soler— y, aunque sin descalificar directamente a Tennant, desechamos inmediatamente su versión de los hechos, sin intentar preguntarnos qué llevó a que Tennant escribiese que hubo tres partidos, y no dos, y sentenciar, además, la muerte del trotskismo organizado en 1965 el POR-T y no en 1973. Este trabajo intentará dar alguna claridad al asunto.

En mi primera estancia en Londres, el intelectual Alex Callinicos logró concertarme en Glasgow una cita con Gary Tennant, algo que no sucedió. Pero mientras estuve en Londres y después en Manchester, ambos mantuvimos comunicación. De tal manera que cuando regresé a La Habana, aquellas conversaciones atravesadas por internet, me llevaron a una hipótesis: tal vez tanto Tennant como Ferrara tenían la razón; y a la vez no.

Como el mejor trabajo de archivo hasta ahora realizado sobre el trotskismo cubano es el de Gary Tennant, quien, incluso, ha tenido acceso a documentación no existente en la isla, decidí que lo mejor era visitar su trabajo y analizar por qué él decía que hubo tres partidos.

Según la profusa investigación de Tennant, el Partido Bolchevique Leninista desapareció en 1941, algo que sí está documentado. Esta crisis había ido tomando cuerpo desde 1935, cuando sus más importantes figuras salieron del partido, cada

a diferentes interesados durante el 1er. Evento Académico Internacional León Trotski

uno por causas diferentes. Marcos García Villareal fue expulsado en 1934 por haber realizado su matrimonio en la iglesia católica. Por su parte, Sandalio Junco decidió entrar a La Joven Cuba, organización armada nacionalista de orientación socialista que surgió durante el proceso revolucionario cubano de los años treinta. Junco nunca regresaría al trotskismo organizado, y cuando nació en 1935 el Partido Revolucionario Cubano (Auténtico), que agrupó a la mayoría de las fuerzas de izquierdas del momento, el antiguo líder trotskista encabezó la Comisión Obrera Nacional, es decir, su brazo sindical. Por si fuera poco, a mediados de 1934, Juan Ramón Breá decidió partir hacia Europa.

La coyuntura era crítica. La mayor parte de la militancia había seguido los pasos de Junco y era una tendencia en ascenso. Sumado a todo esto, Gastón Medina, uno de los dirigentes que más trabajó para que continuara existiendo el partido y desde 1935 asumiera el cargo de Secretario General del Partido Bolchevique Leninista, enfermó gravemente de tuberculosis, estando desde 1937 en cama, para fallecer el 17 de agosto de 1938. Durante toda su enfermedad, un tal Charles Simeón tomó la dirección del partido. Sin embargo, este solo se dedicó a profundizar la política de disolver el PBL dentro del Partido Revolucionario Auténtico, al punto de que en 1939 fuese, no solo destituido, sino que también expulsado.

Curiosamente, en cuanto Simeón fue expulsado del partido, Junco lo recibiría de brazos abiertos en la dirección de la Comisión Obrera Nacional, de la cual era su máximo dirigente. Esto da motivo a pensar que, el mismo fundador del primer partido trotskista cubano, intentara hacerlo desaparecer dentro del llamado *autenticismo*, empleando a Simeón como un caballo de Troya. Trotski no estaba ajeno a esto. El hecho de vivir en México desde 1937, lo acercaba aún más a la realidades de los partidos trotskistas latinoamericanos; de manera que en su *Informe sobre América Latina a la conferencia de mayo de*

1940⁴, dedicaba un capítulo a Cuba. En este, además de reconocer la larga lucha del PBL, se dirigía indirectamente a las deserciones de Junco y Simeón, diciendo que “Muchos dirigentes del primer periodo desertaron de nuestro movimiento y se sumaron a las filas de la pequeñoburguesía⁵”. Y continuaba “en los últimos años, como resultado de las condiciones generales del país y de la deserción de algunos de sus dirigentes, los lazos con el movimiento de masas se debilitaron, lo que provocó algunas dificultades internas⁶”.

Tras quedar el PBL acéfalo al morir Medina y ser expulsado Simeón, su dirección política en La Habana decidió constituir un Comité Ejecutivo Nacional, el cual, después de varias reuniones, decidió crear el 19 de septiembre de 1940 el Partido Obrero Revolucionario, logrando además extenderse al pequeño pueblo de Aguacate. Sin embargo, terminó sucediendo algo de lo que Trotski, por alguna razón estaba informado y que intentó evitar en su Informe... llamando a que “los camaradas de Santiago de Cuba no hicieran nada que pudiera hacer peligrar la unidad del partido⁷”. Y es que estos se negaron a aceptar el cambio de nombre pues alegaban que las nuevas siglas no ayudarían en nada al partido ni solucionarían los problemas. De tal forma, la militancia de Santiago de Cuba continuó asumiéndose como Partido Bolchevique Leninista y funcionando como una organización aparte, hasta 1941, cuando se disolviera, ingresando la

4 Trotski, León. *Escritos latinoamericanos*. Instituto del Derecho de Asilo Museo Casa León Trotski. Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotski. Ciudad México y Buenos Aires. pp. 312-327

5 Ídem 324

6 Ídem

7 Ídem

mayoría de sus miembros al POR.

Este partido se caracterizó por realizar el entrismo, sin mayor fortuna, escogiendo organizaciones de izquierda reformista casi tan diminutas como ellos mismos, una de ellas no era más que la organización juvenil del Partido Laborista, es decir, la Juventud Laborista, otra, la Alianza Radical Martiana, la única distinción histórica que tuvo fue el hecho en sí de su vínculo con el POR.

Sin embargo, no fueran estas las que marcaran con fuerza el entrismo del POR sino el Movimiento Revolucionario Socialista y la Acción Guiterista Revolucionaria. Hasta 1948 se involucró en el M.R.S., llegando a tener en algún momento su dirección política, y tras salir de este decidieron continuar en la Acción Revolucionaria Guiterista. Vale decir que estos dos partidos vinculados con el POR terminaron siendo grupos gansteriles, al pasar de la acción armada revolucionaria a intereses personales. Este final al ser previsto por el POR evitó que el trotskismo cubano terminara involucrándose con el crimen organizado. Contrario a cosechar frutos, no pocos miembros del POR se incorporaron al MRS o a la AGR, razón por la cual en 1945 el POR tuviera solo 75 miembros y en 1946 no más de 20 militantes. Uno de estos militantes llamado Emilio Tro, no solo desertó del partido sino que creó su propia organización llamada Unión Insurreccional Revolucionaria, en la cual, según Livio Maitán, militó Fidel Castro⁸. Es decir, como paradoja de la historia, en algún momento de su vida Fidel Castro fue dirigido por un trotskista.

Para más, perdieron todo vínculo con la IV Internacional, cuyos motivos explicaré de inmediato. Casi desde sus inicios el POR enfrentó al SWP norteamericano el cual era su principal contacto con la IV. Los trotskistas cubanos habían apoyado

8 Maitán, Livio. *Memoirs of critics communist*. IIRE. Amsterdam, 2018 p.26

a Schachtman yendo en contra de la política defensista. Una vez expulsado Schachtman del SWP, la relación entre el POR y el trotskismo norteamericano se agrió. Para complicar la relación del POR con el SWP norteamericano y por tanto con la IV Internacional, los cubanos, si bien no optaron por seguir a Schachtman -pues no coincidían con su política de acercamiento al Partido Demócrata-, optaron por enviar en 1949 a la revista *Socialismo o Barbarie*, una carta⁹ donde proclamaban que la teoría de Tony Cliff sobre el capitalismo de Estado era la tesis más acertada de lo que sucedía en esos momentos en la Unión Soviética.

Esta carta representaba un doble desafío a la IV Internacional. No solo abrazaba las tesis de Cliff de Capitalismo de Estado por lo cual había sido expulsado de la Internacional en 1948, sino que la enviaban a *Socialismo o Barbarie*, la revista del grupo político homónimo la cual había nacido a raíz de otra importante expulsión, esta vez la de Cornelius Castoriadis y Lyotard en 1949¹⁰. Desgraciadamente, si el POR con su carta intentó establecer vínculos con Cliff, esto, al parecer, cayó en el vacío. En buena medida porque Cliff no lograría conformar su propio grupo sino hasta 1950 -año para el cual el POR ya prácticamente no existía- bajo el nombre de *Socialist Review* y el *Socialist Worker's Party* solo en 1977¹¹.

Podemos resumir que cinco motivos esenciales hicieron que el trotskismo organizado fuera desapareciendo en la década de los años cincuenta en Cuba hasta su total disolución en cuanto a estructura partidista. Primero, la *sostenida postura*

9 *Socialismo o Barbarie*, París, 1949 p.93

10 Bensaïd, Daniel. *Trotskismos*. El Viejo Topo. p.59

11 Callinicos, Alex. *Trotskyism*. Open University Press. Londres, 1990 p.74

liquidacionista de sus principales figuras dirigentes y fundadoras, donde proponían que el PBL debía desaparecer dentro de otras grandes organizaciones de la izquierda reformista como La Joven Cuba o el Partido Revolucionario Cubano (Auténtico). Segundo -y en buena medida motivado por el primero aspecto-, *el sostenido decrecimiento de la militancia del partido*. Tercero, *la errada política de entrismo en pequeñas organizaciones de la izquierda reformista* que, además, terminarían parte de ellas siendo grupos gansteriles. Cuarto punto: *la ruptura tácita con la IV Internacional*, a partir del apoyo del POR inicialmente a Schachtman y después a la teoría del capitalismo de Estado de Tony Cliff. Quinto, *la imposibilidad del POR de contactar con otras tendencias* que nacían en aquel momento.

Es cierto que se encuentra presencia de trotskistas en la guerrilla cubana pero desarticulada, sin un comité central organizando las acciones. El mismo Juan León Ferrara, en una ficha autobiográfica, cuenta su experiencia guerrillera como miembros del Movimiento 26 de Julio y nunca como militante del POR dentro del Movimiento 26 de Julio, algo que solo refuerza la idea de que el partido había desaparecido, desarticulación que se agravó aún más por las contingencias excepcionales de una dictadura y una guerra civil.

Juan León Ferrara argumenta que el POR(t) era el mismo que el POR, debido a que tenían igual dirección política y casi la misma membresía -salvo los que se adhirieron después- y que por tanto, no fueron tres partidos políticos sino solo dos: el PBL y el POR(t). Sin embargo, lo cierto es que, al menos, en la década de los años cincuenta el POR desapareció, aún más en la lucha insurreccional. Esta es la razón por la cual el POR(t) se fundara el 6 de febrero de 1960. Era, es cierto, el mismo partido, pero reorganizado, después de haber pasado por, al menos, dos años de inexistencia.

Quizá uno de los hechos más probatorios de que esta-

mos hablando de una organización nueva, es que el POR no firmaba sus documentos como POR(t). El adjetivo *trotskista* solo lo comenzarán a incorporar determinadas organizaciones después del cisma de la IV Internacional en 1952, principalmente por aquellos grupos o partidos que se oponían a las tesis pablistas.

El segundo punto álgido que levantó Juan León Ferrara fue la duración de la existencia del POR(t). Negando lo que decía Gary Tennant, para Ferrara el partido no se había disuelto en 1965 sino en 1973. Cuando pregunté a Ferrara: por qué Tennant había dicho esto en su investigación, este me respondió que no había razones para ello, puesto que se le había entregado toda la información. “¿Incluso el documento que yo tengo en mis manos, es decir, el *Llamado del Partido Obrero Revolucionario Trotskista Sección Cubana de la IV Internacional de 1971?*”-insistí- “Sí, también ese documento”-respondió-. El Llamado...-señalaba como su principal destinatario “al pueblo trabajador cubano”, estaba fechado el 15 de septiembre de 1970 y trazaba los lineamientos políticos a seguir por el POR(t) a nivel nacional e internacional. ¿Había acaso algo más probatorio de que Tennant estaba ocultando información?

Todo hubiera sido muy sencillo si Tennant hubiera ocultado información como mismo lo hizo Soler. Al igual que Fernando Martínez Heredia, quien diría en su libro *La Revolución del treinta* que el PBL había existido hasta 1935, se habrían entendido entonces los artículos de Daniel Gaído, Constanza Valera, Michael Löwy: estos solo reproducirían el error de Tennant; pero, Rafael Acosta, hijo de Roberto Acosta, quien fuera Secretario Ideológico del POR(t), ¿también reproducía el error de Tennant en su artículo? Rafael Acosta no tenía como fuente primaria a Tennant, sino a su padre, un participante directo de los hechos.

Entonces, ¿por qué Tennant y Rafael Acosta –y por

tanto, Roberto Acosta-, daban como fecha de disolución el año 1965? A su vez, Fernando Martínez Heredia volvía a ser partícipe de estos enredos. En respuesta a un cuestionario aplicado por un estudiante de Periodismo de la Universidad de la Habana, cuya tesis cuenta la historia de vida de Ferrara, Martínez Heredia, como testigo presencial de la época, respondía que: “(...) nunca escuché que los trotskistas estuvieran tratando de hacer proselitismo y levantar una organización propia ¹²”.

En el número de la revista *Revolutionary History* cuyo dossier se dedicara a la historia del trotskismo en Cuba y que redactara Gary Tennant, se puede leer un acápite titulado Epílogo: *Trotskismo en Cuba después de 1965*¹³. Este termina diciendo que los remanentes del trotskismo cubano fueron arrestados en 1973, acusados de intentar reconstruir el Buró Político del POR(t) con Idalberto Ferrara como Secretario General, Juan León Ferrara como Secretario Organizador y Andrés Vázquez como Secretario para Relaciones Internacionales. Entonces, Tennant siempre lo había dicho: el POR(t) había desaparecido en 1965 e intentado renacer en 1971 para ser disuelto por completo en 1973. Pero nadie leyó ese fragmento.

Tennant no se limita a esto. En conversación sostenida conmigo aducía que no se podía entender un grupo como partido político, a pesar de que tuviera Comité Central y Buró Político. Tennant, en su epílogo, y a diferencia de Soler, había expuesto los hechos, pero era la interpretación de los hechos, y no el ocultamiento de la verdad lo que había ocurrido. Tanto Tennant

12 Martínez Heredia, Fernando. *Respuestas al cuestionario de Abel [sic]*. Respuestas 7 y 8. Página tercera (sin numerar). Documento propiedad del autor.

13 Tennant, Gary. Epílogo: *Trotskism in Cuba after 1965*. *Revolutionary History*, volumen 7, No. 3 p.210

como Ferrera tenían, en ambos casos, razón. En ambos, Ferrera le dio una interpretación movida más por un razonamiento político, en ambos Tennant le dio una interpretación a los hechos orientada desde lo académico.

Pero, por qué Rafael Acosta no sabía de ello. Evidentemente su padre, Roberto, no participó de ese último intento de reconstrucción o, si lo supo, creyó que no era necesario que su hijo lo supiera. Fernando Martínez Heredia, por su parte, se hizo visible política y socialmente en 1966, tras la fundación de su revista *Pensamiento Crítico*. Cuando la familia Ferrera lo contactó, en ese momento, no eran más que “el círculo trotskista de la calle Monte”.

O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL E AS REVOLUÇÕES DO PÓS-GUERRA: A FRAGMENTAÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL¹

Marcio Lauria Monteiro²

A Quarta Internacional foi fundada em 1938 por Leon Trotski, após o abandono da condição de fração externa que a Oposição de Esquerda Internacional manteve diante da *Comintern* até 1934 e a sua opção de se tornar um novo partido internacional. Mas, desde a sua fundação, ela se encontrava bastante fragilizada, uma vez que praticamente toda a direção da antiga Oposição fora assassinada pelos stalinistas ao longo da década de 1930, tendo Leon Trotski o mesmo destino em 1940. Assim, somando uma liderança frágil às duras condições impostas pela Segunda Guerra Mundial, a nova inter-

¹ Este artigo é uma versão revisada daquele publicado na Revista *Outubro* (São Paulo) n. 27, de novembro de 2016. Ele é fruto de uma pesquisa parcialmente desenvolvida com recursos da Capes.

² Historiador, doutorando em História Social pelo PPGH UFF com bolsa CNPq e professor na Fundação Municipal de Educação de Niterói. Contato: marciolmonteiro@gmail.com.

nacional, na prática, deixou de existir durante o começo dos anos 1940, vindo a ser reorganizada ao longo de 1944-1948, a partir da soma dos esforços de uma nova geração de jovens militantes europeus com os da liderança do *Socialist Workers Party* (SWP) dos EUA.

A forma como a liderança do SWP procedeu nessa reorganização da Quarta Internacional foi marcada por medidas que visavam impor ao resto da organização as suas previsões de que ocorreria uma profunda crise econômica mundial e de que se abriria um período revolucionário. Para tal, ela conduziu à nova direção internacional aqueles que concordavam com tal posição e, em resposta às intensas polêmicas que surgiram em torno delas, tomou uma série de medidas, entre as quais expulsões e a modificação dos estatutos da organização internacional para instituir o chamado “centralismo de organismo” (a exigência de que os membros dos organismos dirigentes se comportassem de forma unitária perante o restante da organização) e uma série de manobras para forjar uma maioria artificial no Segundo Congresso Mundial (1948) (JENKINGS, 1977; RICHARDSON e BORSTEIN, 1986, p. 215).

Além desses conflitos do período 1944-1948, a situação se agravou ainda mais quando a expansão soviética no Leste Europeu, a ruptura Tito-Stalin e a Guerra da Coreia deram início a novas e profundas discordâncias entre os trotskistas ao longo dos anos 1950-1960. Os principais debates giraram em torno da possibilidade ou não de um “giro revolucionário” por parte do stalinismo diante do acirramento da Guerra Fria; e da eclosão de revoluções sem a presença de um partido revolucionário à sua frente, com um programa nacional-democrático, com predomínio de forças sociais localizadas no setor econômico agrário e sem a presença de organismos de democracia de base (soviets), particularmente nos países periféricos.

O destino do trotskismo ao longo deste período de in-

tenso conflitos de classes que se seguiu ao fim da Segunda Guerra foi dramático, uma vez que o movimento permaneceu incapaz de romper seu isolamento e se popularizar como referência política. Ao contrário, os trotskistas passaram por um crescente processo de fragmentação, em grande parte influenciado pelas agudas polêmicas internas. A fragmentação teve natureza organizativa e política, dando origem a uma série de “truncos históricos”, a partir dos quais as vertentes passaram a se diferenciar, sendo muito difícil definir nos dias de hoje o que é o trotskismo.

O objetivo deste artigo é lançar alguma luz sobre a longa crise do movimento trotskista internacional entre 1944 e 1963, apresentando um mapeamento de algumas das transformações do seu arcabouço teórico-programático em face dos complexos desafios políticos do pós-guerra, particularmente a partir da expansão soviética no Leste Europeu, das Revoluções Iugoslava, Chinesa, Cubana e do processo de independência argelino, transformações essas que envolveram uma crescente diferenciação de análises e posicionamentos, com base em (re)leituras divergentes acerca do tema.

AS NARRATIVAS PREDOMINANTES E A QUESTÃO DO “REVISIONISMO PABLISTA”

Atualmente são raros os trabalhos que abordam a história do movimento trotskista desde seu âmbito internacional. Os poucos que o fazem escrevem, em grande parte, tentativas de “histórias oficiais” de determinada corrente, buscando legitimar sua existência frente às demais. Frequentemente tais narrativas são repletas de omissões ou mesmo distorções, além de quase não apresentarem fontes que as embasem suficientemente. Não obstante, são elas que são utilizadas com maior frequência enquanto referência por pesquisadores que se dedicam a escrever a história dos vários grupos nacionais que compunham e/ou compõem o movimento trotskista – o que tem sido o formato mais

usual das pesquisas acadêmicas sobre o assunto.

Independentemente das diferenças entre essas narrativas, para explicar o começo da crise e a fragmentação do trotskismo costuma predominar o período 1951-1953 e as divergências surgidas diante das revoluções que ocorreram na sequência da Segunda Guerra Mundial, com destaque para a querela em torno do chamado “pablismo” (ou “revisionismo pablista”). É do racha ocorrido em 1953 que usualmente são estruturadas as explicações e linhas narrativas principais que disputam a memória e história do trotskismo.

Michel Pablo, pseudônimo de Michalis Raptis, foi uma liderança alçada à direção internacional por intermédio do SWP, tornando-se o Secretário Geral da Quarta Internacional em 1946. O período 1951-1953 no interior da organização foi marcado por intensos conflitos em torno das posições que este dirigente apresentou no contexto da Guerra Fria, bem como dos métodos utilizados por ele para consolidá-las no interior da Quarta Internacional, marcados por manobras burocráticas baseadas em “novos estatutos”. Estes previam, em particular, a imposição do “centralismo de organismo” às minorias dos órgãos dirigentes, a interferência da direção internacional na composição das lideranças nacionais, a suspensão de opositores, o fomento de tendências desleais, etc.

Conforme se detalhará adiante, supondo que uma iminente Terceira Guerra Mundial forçaria as direções comunistas orientadas pela URSS a efetuar um “giro revolucionário”, tendo como base uma divisão entre “mundo capitalista” e “mundo socialista”, Pablo defendeu a caracterização do trotskismo como ala esquerda do stalinismo. Essa orientação concluía pela dissolução dos trotskistas no interior dos Partidos Comunistas, acompanhada do “mascaramento” de seu programa político (movimento que ficaria conhecido por “*entrismo sui generis*”). Dessa forma, Pablo e seus aliados mais próximos adotaram posições que

se afastavam de alguns dos pressupostos mais básicos da razão de ser da Quarta Internacional, em particular a política de diferenciação com relação a organizações caracterizadas como reformistas ou stalinistas, como forma de levar à frente revoluções socialistas vitoriosas, e a ideia de que a regeneração democrática da URSS seria resultado de uma “revolução política” essencialmente anti-stalinista e pró-socialista.

As divergências com essas ideias e com os métodos utilizados por Pablo para impô-las culminaram, em 1950, na expulsão de lideranças trotskistas inglesas (Ted Grant, Jock Has-ton e Bill Hunter) e, em 1952, na ruptura da maioria da seção francesa (*Parti Communiste Internationaliste*, PCI) com relação à Quarta Internacional. No período após a realização do 3º Congresso Mundial da Quarta Internacional (1951), no qual as posições “pablistas” foram formalmente aprovadas, o choque entre maioria (“pablistas”) e minoria (“anti-pablistas”) cresceu ao ponto de ter culminado, em fins de 1953, em novas rupturas. Este processo deu origem, nos EUA, a uma fração pública nomeada por “Comitê Internacional” (CI) e que não reconhecia a autoridade de Pablo e do Secretariado Internacional (SI, então o órgão dirigente máximo da Quarta Internacional).

Lançado pelo SWP dos EUA, o CI contou com os expurgados franceses (PCI *La Verité*) e a maioria do grupo inglês (denominada *The Club*, nome informal do grupo que atuava no interior do *Labour Party* de forma não pública); da maioria da seção canadense; das seções chinesa e suíça canadenses; e, posteriormente, de grupos da Argentina, Chile e Peru agrupados no *Comité Latino Americano del Trotskismo Ortodoxo* (mais tarde rebatizado “Secretariado”, SLATO). Também se aproximou do CI, mas sem aderir formalmente, o racha da seção boliviana liderado por Guillermo Lora. (ALEXANDER, 1991, p. 325)

Não tendo logrado sucesso imediato em sua intenção de adiar o 4º Congresso Mundial (previsto para 1954) e remover

Pablo do cargo de Secretário Geral, para que as discussões pudessem se dar democraticamente, o CI se manteve formalmente na condição de fração pública até 1963, quando parte de seus grupos membros retornou à Quarta Internacional, originando o que passou a ser conhecido como “Secretariado Unificado da Quarta Internacional” (SU). Frente ao surgimento do SU, os demais grupos da fração que já completava dez anos responderam proclamando o CI como embrião de um novo “partido internacional”, que viria a substituir a Quarta Internacional, por eles considerada “degenerada”.

Desse processo de dissidência entre os membros do CI, surgiram duas narrativas históricas. As linhas narrativas associadas ao setor recém retornado ao SI de Pablo (rebatizado de SU) afirmam que a realidade do pós-guerra teria apresentado formas “não puras” de revoluções, que diferiam daquelas defendidas originalmente na Quarta Internacional e na elaboração original sobre a transição ao socialismo contida na teoria da revolução permanente de Trotski. Enquanto o setor majoritário da direção internacional teria feito as adaptações programáticas necessárias a esses fenômenos, o setor minoritário teria agido de forma dogmática e sectária, ao se recusar a lidar com aquilo que fugia às suas fórmulas pré-concebidas. O retorno de parte dos setores do CI, em 1963 (formando o SU) era visto como um processo de “correção da política”, em particular depois das experiências das revoluções argelina (1954-1962) e cubana (1959-1960), fenômenos muito importantes para esta reaproximação (FRANK [1969] 1979; BENSÁID, [2002] 2008).

Já as linhas narrativas associadas aos grupos do CI que não optaram por participar da formação do SU, via a “correção política” realizada pelo setor majoritário da direção internacional como um “revisionismo” nocivo que diluía a importância do partido marxista enquanto elemento consciente necessário ao triunfo da revolução socialista e que levou a capitulações oportunistas.

Revisionismo esse frequentemente chamado de “pablismo” e que teria sido imposto à Quarta Internacional na forma de manobras burocráticas e de interferência autoritária na vida interna das suas seções nacionais – forçando a ruptura dos seus críticos, como forma de poderem continuar a travar sua luta política oposicionista. Assim, a saída de parte dos grupos do CI para formarem o SU em 1963 é vista por alguns como uma “capitulação” tardia deles ao “revisionismo pablista”. (NORTH, 1988; MARIE, [1977] 1990; PETIT, [1963] 1980; SAGRA, 2005)

Por mais que todas essas linhas narrativas contenham elementos de verdade sobre as disputas que levaram à crescente fragmentação do movimento trotskista, elas são muito marcadas por omissões e distorções, explicações superficiais e apresentam pouca documentação. O que todas têm em comum de correto é o reconhecimento da centralidade das revoluções do pós-guerra para a crise do movimento trotskista, uma vez que suas peculiaridades fugiam à “regra” prevista nas elaborações originais. Todavia, como o SU se apresentava como a continuação direta da Quarta Internacional, a crise do movimento trotskista era vista por seus membros como meras rupturas isoladas de alas “sectárias”. Já da parte de seus críticos, que buscavam afirmar que o setor majoritário desse movimento “se perdera”, bem como se diferenciava das demais cisões, há muitos artigos e brochuras com um foco quase exclusivo na questão do “revisionismo pablista”.

Apesar de terem sido centrais nas disputas que provocaram o racha de 1953, as ideias mais particulares de Pablo tiveram impacto temporal limitado. Já em meados de 1954, com o arrefecimento do clima de intensa polarização internacional entre a URSS e os EUA e, conseqüentemente, também dos discursos radicais assumidos por alguns PCs ao redor do mundo nos anos anteriores, ele se viu em dificuldades para sustentar suas previsões de uma iminente Terceira Guerra Mundial e de um “giro

revolucionário” por parte das direções stalinistas³. Além disso, é importante destacar que as análises e posicionamentos delineados por muitos “anti-pablistas” tinham elementos fundamentais em comum com as daqueles que eles mesmos denunciavam como “revisionistas”.

Tendo tais fatos em vista, é problemático que se reduza a crise do trotskismo ao “revisionismo pablista” e aos embates do período 1951-1953 – como se Pablo e seus aliados mais próximos, sob o impacto dos complexos desafios políticos do pós-guerra, tivessem sido os únicos a realizar uma profunda releitura do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista ou, por outro lado, como se seus adversários fossem meramente “sectários”, que não haviam entendido tal conjuntura. O quadro verdadeiro é muito mais complexo.

O estudo cuidadoso da história do movimento trotskista no pós-guerra demonstra que uma profunda confusão teórica e analítica se espalhou entre seus membros, apanhados de surpresa ante a vitalidade das direções comunistas alinhadas com a URSS diante das massas europeias ao fim da guerra, pela expansão soviética no Leste Europeu e pela eclosão de processos revolucionários que lograram expropriar política e economicamente as classes dominantes em alguns países e estabelecer novas formações sociais não capitalistas, sem que tivessem a sua frente partidos considerados revolucionários. Assim, para se compreender de forma mais apurada a crise desse movimento, é essencial que se vá além do conflito em torno das ideias mais particulares de Pablo.

É necessário detectar os elementos que compõem o “nú-

3. Pablo inclusive se voltou contra seus apoiadores mais próximos (George Clarke, Murray Downswon, John Lawrence, Michelle Mestre) quando esses propuseram no 4º Congresso Mundial a completa dissolução da Quarta Internacional e a entrada definitiva dos trotskistas nos PCs (FELDMAN, 1977, p. 4).

cleo” das ideias, as tendo originado e a elas sobrevivido ao longo das décadas seguintes, quando as previsões mais imediatas de Pablo se demonstraram equivocadas. Só assim se pode dar conta das (re)leituras operadas por ele e por outros em relação a determinados aspectos centrais do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista, enquanto tentativa de responder a esses novos e complexos fenômenos da luta de classes. Da mesma forma, é essencial que se vá além da compreensão dos opositores de Pablo como simplesmente negadores de suas ideias mais particulares e se analise de maneira mais detida a forma como eles próprios compreendiam tal arcabouço – e como que alguns deles também operaram consideráveis (re)leituras. Sem que se proceda desta maneira, é impossível que se compreenda como surgiram tantos “trotskismos” tão diferentes uns dos outros ao longo da segunda metade do século XX.

A partir da análise de fontes diversas, compreendidas no período 1944-1963, a conclusão a que se chegou é que na realidade ambos os lados operaram *releituras* de aspectos centrais de determinado arcabouço, na tentativa de compreenderem e se posicionarem diante das revoluções que então ocorriam, dotadas de importantes peculiaridades frente àquilo que se esperava a partir da Teoria da Revolução Permanente. E, em muitos aspectos, compartilharam determinadas leituras, ainda que chegando a conclusões práticas diferentes. Assim, para se compreender de forma mais apurada como o trotskismo chegou a essa atual fragmentação e diferenciação consideráveis, se faz necessário mapear suas análises e debates sobre as revoluções do pós-guerra.

Tais análises e debates lidavam principalmente com a caracterização da força política que esteve à frente de parte das revoluções vitoriosas do período, isto é, *o stalinismo*: se era contrarrevolucionário “de cabo a rabo”; se possuía uma natureza “dual” e “contraditória” e se havia se tornado “objetivamente revolucionário” sob as condições da Guerra Fria. Lidavam tam-

bém com o sentido da *Teoria da Revolução Permanente* – se um postulado sobre a impossibilidade de revoluções socialistas nas quais os trotskistas não fossem o sujeito político e o proletariado o sujeito social; se uma teoria que teria sido plenamente “confirmada” pelos eventos do pós-guerra; se uma teoria que necessitaria ser “atualizada” ou “corrigida” à luz desses eventos. E lidavam ainda com a *transição ao socialismo* – se é possível (e/ou necessário) um regime “intermediário”, de transição entre capitalismo e ditadura do proletariado.

Por mais que no imediato pós-guerra importantes polémicas tenham sido travadas pelos trotskistas, são os debates em torno desses três pontos, ocorridos ao longo dos anos 1948-1963, que moldaram de forma mais fundamental alguns de seus principais “troncos históricos” atualmente existentes. Ao longo dos anos 1960-70 também foram realizadas importantes discussões (por exemplo, acerca da viabilidade da “via armada”), mas, em boa parte, o núcleo desses “troncos” já estava determinado por suas análises delineadas ao longo dos anos anteriores. E em grande parte, o mesmo se pode afirmar sobre a forma como eles analisaram e se posicionaram ante as contrarrevoluções (restaurações capitalistas) ocorridas no “bloco soviético” ao final do século.

Não obstante, cabe ressaltar que também é impossível atingir uma compreensão apurada acerca da crise do movimento trotskista internacional sem uma dimensão *social* de sua história. Assim, é necessário reconhecer que o presente trabalho não dá conta de explicar por inteiro a crise do movimento trotskista, sendo antes uma contribuição para tal tarefa, que segue em aberto. Ao mapeamento e à sistematização aqui apresentados das diferentes (re)leituras do arcabouço teórico-programático original da Quarta Internacional, efetuadas sob o impacto das revoluções do pós-guerra, se faz necessário adicionar também uma análise detalhada das diferentes pressões que atuavam sobre (ao menos)

suas principais seções nacionais do pós-guerra – a norte-americana, a francesa e a inglesa – no sentido de melhor explicar o que originou essas diferentes (re)leituras. Mas essa tarefa precisa se constituir enquanto agenda para a articulação entre diferentes pesquisadores(as), não uma empreitada individual.

O ARCABOUÇO TEÓRICO-PROGRAMÁTICO TROTSKIANO E AS PECULIARIDADES DAS REVOLUÇÕES DO PÓS-GUERRA

Na elaboração de sua Teoria da Revolução Permanente, um dos principais pilares teóricos da Quarta Internacional, Trotski concluía ser impossível a realização de uma revolução democrático-burguesa na época imperialista, devendo as tarefas nacional-democráticas serem realizadas através de uma ligação orgânica com as socialistas, tendo como *sujeito social* da revolução o proletariado e como *sujeito político* o partido marxista. Essa conclusão derivava da compreensão da economia capitalista como constituindo uma totalidade e do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista daí advindo. Pois as formações sociais de industrialização “tardia” ou “hipertardia” foram penetradas e moldadas pelos capitais imperialistas previamente existentes, de forma que suas burguesias nativas nasceram em situação de dependência para com esses, bem como para com as velhas elites agrárias locais, com as quais se mesclaram.

Portanto, essas burguesias não só não estariam interessadas na implementação do programa nacional-democrático das revoluções burguesas “clássicas” (a saber, reforma agrária, independência nacional e democracia), como seriam estruturalmente incapazes de realizá-lo. Caberia, então, ao proletariado realizar tais tarefas – uma vez que o campesinato seria uma classe por demais heterogênea para ser capaz de uma ação política independente. Mas, ao fazê-lo, ele se chocaria diretamente

com os interesses dessa burguesia e dos capitais imperialistas, necessitando expropriá-los para efetivamente implementar tal programa. Dessa forma, as demandas nacional-democráticas acabariam mesclando-se com as socialistas em um processo de transformação permanente – que inclusive precisaria continuar interna e internacionalmente após a revolução, como parte da transição rumo ao socialismo. Mas o proletariado, para ser vitorioso em sua empreitada, necessitaria da firme liderança de um partido marxista, organicamente vinculado a tal classe⁴.

Por mais que Trotski tenha cogitado a possibilidade de que “sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia” (TROTSKY, 2008, p. 52), ele continuou a defender a centralidade da necessidade do protagonismo proletário e do partido marxista na revolução – inclusive ante esses possíveis casos excepcionais, que não deveriam ser tomados como modelo.

Trotski abordou ainda outra possibilidade excepcional de transformação social, em que o papel do sujeito político previsto em sua teoria também seria relativizado na prática (mas não sua necessidade). No contexto da divisão da Polônia entre a Alemanha e a URSS, ele levantou a possibilidade de uma expansão “burocrático-militar” da formação social soviética em suas regiões limítrofes, que culminasse com a expropriação da burguesia nesses países a partir de processos tutelados, para que “o regime dos territórios ocupados [estivesse] de acordo com o regime da URSS” (Id., 2011b, p. 40). Advertiu, porém, que o cri-

4 As duas principais obras em que Trotski desenvolveu tal *teoria foram Balanço e Perspectivas* (1906) e *A Revolução Permanente* (1929) (Trotsky, 2011a).

tério político central da Quarta Internacional para se posicionar ante tal possibilidade não deveria ser a transformação das relações de propriedade, mas “a mudança na consciência e organização do proletariado mundial” (2011b, p. 41).

O grosso dos processos revolucionários que tiveram lugar no pós-guerra ocorreu em países da periferia do sistema capitalista, nos quais o proletariado urbano era pouco numeroso – refletindo uma industrialização ainda incipiente – e nos quais uma massa assalariada rural, muitas vezes mesclada às camadas pobres do campesinato, constituía ainda a maior parte da população. Todos começaram como processos cuja pauta era nacional-democrática, e não socialista. E, apesar de suas particularidades, todos possuíram uma série de peculiaridades em comum que contrastavam com o previsto pela Teoria da Revolução Permanente, ainda que a tenham confirmado nos seus aspectos mais gerais.

Eles tiveram, enquanto seu sujeito social principal, a força de trabalho rural, tendo apenas em alguns casos minoritários a derrubada do poder burguês sido acompanhada de insurreições por parte do proletariado urbano e, mesmo nesses casos, tendo esse desempenhado papel secundário no processo geral. Essa força era composta de forma heterogênea pelo proletariado rural, por pequenos proprietários produtores e por uma vasta massa de produtores arrendatários e de ex-camponeses recém-expropriados e socialmente desenraizados pelo avanço das relações capitalistas no campo⁵.

E tiveram enquanto sujeitos políticos organizações que não defendiam em suas estratégias algo além do programa nacional-democrático pelo qual o referido sujeito social se mobi-

5 Para um debate sobre tal força de trabalho rural e seu papel nas revoluções do século XX ver as contribuições de Alavi (1965); Petras (1978a, 1978b) e Wolf (1969).

lizou. Tais sujeitos políticos foram ou Partidos Comunistas, cuja lógica etapista os fazia atribuir caráter “democrático-burguês” às revoluções que deveriam ocorrer na periferia capitalista, não colocando o socialismo na ordem do dia, ou grupos que sequer proclamavam adesão formal a ideias socialistas e à centralidade do proletariado enquanto sujeito social revolucionário, tendo caráter nacionalista e forte peso da *intelligentsia* urbana de corte pequeno-burguês em suas fileiras e liderança (como no caso da Revolução Cubana).

Ademais, em tais processos não houve instituição de órgãos democráticos de controle político (*soviets*), sendo que, nos casos em que esses surgiram em algum momento, ou foram violentamente suprimidos pela liderança do processo (como no Vietnã), ou não possuíam poder real (como em Cuba ou Iugoslávia, onde foram criados de cima para baixo).

Por fim, aqueles processos que não foram esmagados ainda no nascedouro, formaram, no momento imediatamente posterior à destruição do Estado burguês, governos de coalização com representantes da burguesia nativa e mantiveram juridicamente a propriedade privada. Mas, não obstante (e aqui está a referida confirmação dos aspectos gerais da teoria de Trotski), aqueles que de fato realizaram (algumas) das tarefas nacional-democráticas a que se propunham – uma minoria dos casos – só o puderam fazer a partir da ruptura dessa coalização de colaboração de classes e da expropriação dos capitais nativos e imperialistas, liquidando o capitalismo e originando formações sociais que, em seus aspectos estruturais mais gerais, bem como em seus regimes políticos, eram muito similares à URSS. E foi apenas nesse segundo momento que as respectivas lideranças adotaram discursos socialistas, e não mais nacional-democráticos ou nacionalistas.

Tais casos excepcionais tiveram lugar na Iugoslávia (1944-1948), Albânia (1944-1945, ignorada pelos trotskistas da

época), China (1949-1953), Coreia do Norte (1946-49), Vietnã (1950-1951 e 1975), Cuba (1959-1960) e Laos (1975). A esses, deve-se acrescentar a expansão da URSS no Leste Europeu no final da Segunda Guerra (1944-1948), que transformou as relações sociais da região de forma burocrático-militar, através da ocupação do Exército Vermelho / Soviético⁶.

As seções a seguir apresentam um mapeamento de como diferentes alas do movimento trotskista internacional reagiram a parte desses eventos (aqueles compreendidos entre 1944-1963) e quais foram as (re)leituras por elas operadas para analisarem, explicarem e se posicionarem ante os mesmos.⁷

A ALA MAJORITÁRIA: TRANSIÇÃO GRADUAL AO SOCIALISMO E AUTORREFORMA DO STALINISMO

Da parte da ala majoritária do movimento trotskista a partir da fusão de SI e SU, liderados ao longo do período aqui analisado por Pablo, Mandel, Pierre Frank e Livio Maitan, nem sempre conformando um bloco unido⁸ – as principais análises, explicações e posicionamentos para tais eventos giraram em tor-

6 Essa síntese foi realizada a partir da leitura crítica de obras como Brown (2009); Coggiola (1986); John (2009); Lister (1985); Yazbek (2010).

7 Para uma análise mais detalhada, caso a caso, de como essas (re)leituras foram desenvolvidas ao longo do tempo, ver Monteiro (2016), Capítulos 3 a 6.

8 Pablo, a principal figura dentro do Comitê Executivo Internacional criado no pós-guerra e verdadeiro senhor de seu braço executivo, o Secretariado Internacional, paulatinamente perdeu influência ao longo da segunda metade dos anos 1950, especialmente quando aderiu a teses terceiro-mundistas, ante a eclosão da Guerra de Independência da Argélia (FRANK, 1979; ALEXANDER; 1991).

no da introdução no arcabouço teórico-programático original das noções da possibilidade de uma transição gradual entre capitalismo e ditadura do proletariado e de que tal transição poderia ser operada por sujeitos políticos não marxistas (trotskistas).

Inicialmente (ao longo de 1944-1948), movida pela caracterização do stalinismo como *intrinsecamente contrarrevolucionário*, a direção da Quarta Internacional negou que o Leste Europeu houvesse deixado de ser capitalista, tendo as teses do 2º Congresso Mundial (1948) afirmado que tal região tinha uma “estrutura fundamentalmente capitalista”, sendo seus Estados *burgueses* e dotados de regimes bonapartistas “em forma extrema” (URSS, 1948, p. 121-23). Porém, desde a Conferência Internacional de 1946 se encarava que tal região passava por uma transformação *gradual* das relações sociais, as quais (dizia-se) estavam sendo realizadas “burocraticamente a partir do topo, sem chamar pela conquista do poder pelo proletariado”, através de uma integração “fria” daqueles países à União Soviética. A esse processo se nomeou *assimilação estrutural*. (NEW, 1946, p. 172)

Essa tese de uma alteração gradual que ainda não havia se completado só foi alterada em meados de 1950, a partir do entusiasmo que tomou setores da Quarta Internacional ante a “ruptura Tito-Stalin” (junho de 1948), expresso no apoio acrítico a Tito e seu regime. Pois a maioria do Comitê Executivo Internacional (CEI – órgão deliberativo do qual o SI era o braço operativo), em especial Pablo, avaliou que tal ruptura significava que o PC iugoslavo havia deixado de ser um partido stalinista e se tornado “centrista de esquerda”, evoluindo rumo a se tornar revolucionário.

E após intensa disputa no interior da liderança, principalmente entre Pablo (que se tornou favorável à mudança da caracterização) e Ernest Mandel (outro militante conduzido à direção internacional pelo SWP, que mantinha sua avaliação acerca

da incompletude do suposto processo de “assimilação estrutural”), aprovou-se no seu 8º Pleno, de abril de 1950, a caracterização da Iugoslávia como um *Estado operário* e uma *ditadura do proletariado*. Seguindo-se a essa mudança, aprovou-se no 9º Pleno, de novembro de 1950, resolução reconhecendo a destruição do capitalismo no Leste Europeu como um todo e classificando as demais formações sociais da região como *Estados operários burocraticamente deformados*. (NORDEN, 1993)

Mas a explicação final para a transformação do Leste Europeu incorporou a tese gradualista da “assimilação estrutural”, encarando que esta havia ocorrido ao longo do período 1944-48. De forma semelhante, encarou-se que houve um período intermediário entre capitalismo e ditadura do proletariado na Iugoslávia, entre 1944 e a ruptura com Moscou e com os representantes burgueses do governo provisório em 1948 (CLASS, 1951; RESOLUTION, 1950).

Levando em conta também a experiência da Revolução Chinesa, a liderança internacional passou a encarar que um PC que rompe com Moscou e / ou vai além de seu programa nacional-reformista deixa de ser *contrarrevolucionário*, tornando-se *centrista* e rumando a se tornar revolucionário, devendo ser *apoiado criticamente* (YUGOSLAV, 1951; THIRD, 1952). Posteriormente, essa lógica de apoio foi estendida ainda a grupos nacional-reformistas pequeno-burgueses com influências de massas, como nos casos argelino e cubano. E, apesar do MNR boliviano (Movimiento Nacionalista Revolucionario), que assumiu o poder com a revolução derrotada de 1952, ser uma formação claramente burguesa, ainda que com uma ala com forte influência sindical, ele foi assim caracterizado pela liderança internacional para justificar o apoio da seção local a seu governo.

Para sustentar analiticamente essas posições, Pablo, Mandel e a ala majoritária da liderança internacional realizaram uma releitura da expressão “Governo Operário e Camponês”

para explicar os governos de coalização com elementos burgueses formados num primeiro momento desses processos revolucionários. Assim, ela foi utilizada para designar um “duplo poder” *no interior do Estado* e para apontar como tarefa para os trotskistas o apoio crítico a tais governos, com a perspectiva de “empurrá-los” à destruição do capitalismo e à formação de Estados operários (YUGOSLAV, 1951; THIRD, 1952). Ou seja, eles transformaram o que antes era um *slogan* agitativo (tradicionalmente utilizado no léxico bolchevique e trotskista enquanto sinônimo para ditadura do proletariado – TROTSKY, 2008, P. 52; PABLO, 1947) em um conceito de *regime de transição* entre capitalismo e ditadura do proletariado, que poderia ou avançar na expropriação da burguesia ou recuar para a consolidação do poderio desta.

Além disso, o utilizaram como base para conferir apoio político a regimes diversos. No referido caso da Revolução Boliviana, o *Partido Obrero Revolucionario* colocou sua influência de massas dentro da Central Obrera Boliviana a serviço da “ala esquerda” do governo do MNR, levando a resultados trágicos (VILLA, [1992]; JOHN, 2009). Na guerra de independência da Argélia (1954-1962), se apoiou a FLN (*Front de Libération Nationale*) e seu governo (O’DANIEL, 1958; RÉOLUTION, 1962).

Além disso, em relação aos regimes criados pelos processos iugoslavo e chinês, tal ala negou que houvesse neles uma ausência qualitativa de democracia, concluindo que possuíam apenas “deformações burocráticas”, que poderiam ser *reformadas* a partir de pressões de esquerda sobre suas lideranças – donde a não defesa de uma *revolução política*. Dessa forma, descartaram a necessidade de construção de um partido trotskista independente, apontando, no máximo, a perspectiva de formação de uma “ala esquerda” no interior do partido à frente do regime. (YUGOSLAV, 1951; THIRD, 1952) A mesma lógica,

assentada sobre a possibilidade de uma “autorreforma” do stalinismo, foi depois aplicada ao caso cubano (1959 – RÉVOLUTION, 1960).

Por fim, apesar de ter reconhecido a preponderância da força de trabalho rural nesses três processos (definida de forma simplista como “campesinato”), tal ala majoritária os considerou pura e simplesmente como *revoluções proletárias*, as quais teriam confirmado plenamente a Teoria da Revolução Permanente, indicando não haver diferença qualitativa entre os resultados almejados pelos trotskistas e aqueles concretamente realizados. Assim, ditos processos foram tomados como modelos, uma via mais fácil ao socialismo – a despeito de sua excepcionalidade numérica diante de várias outras situações explosivas que ocorreram no mesmo período e da ausência de democracia proletária e de orientação internacionalista dos regimes criados.

Cabe destacar ainda que, durante certo tempo (1951-1954), predominou entre a maioria da liderança internacional a análise mais particular desenvolvida por Pablo, segundo a qual uma iminente Terceira Guerra Mundial forçaria o stalinismo a operar um “giro revolucionário” mundo afora como forma de assegurar a sobrevivência da burocracia soviética. Esta, ademais, supostamente seria dissolvida paulatinamente após a revolução mundial, como fruto direto do desenvolvimento das forças produtivas. Daí Pablo derivou a perspectiva de que o papel do trotskismo seria o de ser uma “ala esquerda” desse stalinismo tornado “objetivamente revolucionário”, inclusive adentrando os PCs através do ocultamento de partes de seu programa e da sua própria identidade trotskista (o “entrismo *sui generis*”, aplicado com resultados desastrosos em lugares como China). (PABLO, 1951a, 1951b e 1952)

Apesar dessas ideias mais particulares de Pablo, comumente designadas por seus críticos de “revisionismo pablista”, terem tido vida curta (devido à *détente* de meados dos anos 1950,

como já mencionado), elas compartilham do núcleo básico por detrás das (re)leituras operadas por essa ala majoritária do movimento. Núcleo esse caracterizado pela noção de que sujeitos políticos “imperfeitos” (stalinistas ou centristas) podem ser levados a dirigirem uma revolução socialista, se pressionados por determinadas condições objetivas, devendo os trotskistas apenas “guiá-los” e “empurrá-los” para a esquerda, ao invés de tentarem se constituírem enquanto liderança de massas alternativa. E também de que as burocracias dos Estados operários do pós-guerra poderiam se autorreformular rumo a uma genuína democracia proletária.

Assim, se não se pode falar em “pablismo” para designar de forma precisa tal ala (uma vez que as ideias particulares de Pablo tiveram vida curta), certamente se pode afirmar que ela realizou uma releitura de alguns dos pontos mais essenciais do que era o trotskismo antes da Segunda Guerra, originando uma nova estratégia. Estratégia essa formulada com base na perspectiva da possibilidade de sujeitos políticos “imperfeitos” que ascendem ao poder via mobilizações de massas, formando “Governos Operários e Camponeses”, serem “empurrados” a criar Estados operários. Ante o que os trotskistas ficariam reduzidos a um papel secundário, não mais almejando o objetivo central da Quarta Internacional quando de sua fundação – o de ser a solução para a “crise de direção” do proletariado. Essa estratégia perdurou até o giro reformista do SU, nos anos 1980.

OS “ANTI-PABLISTAS” E A AUSÊNCIA DE ANÁLISES ALTERNATIVAS

Os autointitulados “trotskistas ortodoxos” ou “anti-pablistas” – os setores que inicialmente compuseram o Comitê Internacional, como o SWP dos EUA, a *Socialist Labour League* inglesa (SLL, nome que assumiu o *The Club* ao deixar o *La-*

bour Party), o PCI – *La Verité* francês e o Secretariado Latinoamericano del Trotskismo Ortodoxo (SLATO) de Nahuel Moreno (pseudônimo de Hugo Bressano) – apesar de sua ruptura com os que os consideravam “revisionistas”, mantiveram as mesmas análises desenvolvidas por eles para explicar a transformação do Leste Europeu e as Revoluções Iugoslava e Chinesa. Isto é, PCs que deixaram de ser stalinistas por irem além de seu programa nacional-reformista; existência de regimes transitórios entre capitalismo e ditadura do proletariado; possibilidade de revoluções bem-sucedidas liderados por sujeitos políticos “imperfeitos” e sujeitos sociais não proletários. Inclusive, compartilharam momentaneamente o entusiasmo com Tito e o PC iugoslavo – assunto acerca do qual os três realizaram zigzagues (NORDEN, 1993).

Portanto, não contestaram de forma decisiva a perspectiva de uma nova estratégia de transformação social gradual e liderada por não marxistas, adotando posturas contraditórias quanto ao tema. Pois, se por um lado, não apresentaram análises alternativas àquelas da ala majoritária, por outro denunciaram, a partir de momentos diferentes, o que viam enquanto um “liquidacionismo” dos “pablistas” em relação ao stalinismo, combatendo a proposta do “entrismo *sui generis*” e se recusando ao “apoio crítico” aos governos chinês e iugoslavo, defendendo, ao invés, a necessidade de uma revolução política para instaurar uma democracia proletária por consideraram ambos como *Estados operários burocraticamente deformados*. Foi essa a base da formação do CI, em 1953, somada à oposição aos métodos burocráticos de Pablo e de seus aliados (também expressa a partir de momentos diferentes por cada um). (FAVRE⁹, [1952]; THIRD, [1955]; CANNON, 1953)

9 Para uma análise detalhada do processo de luta desses setores contra Pablo e seus aliados ao longo de 1950-53, ver MONTEIRO (2016), Capítulo 4.

Mas alguns – como o SWP e SLATO – por não terem produzido análises alternativas para os casos do Leste Europeu, Iugoslávia e China, chegaram a conclusões semelhantes às do SI frente a processos como o argelino – de apoio crítico primeiro ao MNA (“Movimento Nacionalista Argelino”) e depois à FLN (MAGRI, 1958) – e o cubano – de apoio crítico ao *Movimiento 26 de Julio* (M26J). Assim, consideraram que tais forças seriam capazes de trazer o socialismo a ditos países a partir da construção de “Governos Operário e Camponeses” que, posteriormente, se transformariam em Estados operários (DRAFT, 1961; MORENO, 1962). Daí a reaproximação que formou o SU em 1963 (DYNAMICS, 1963).

O SWP, sob a liderança de Joseph Hansen, foi mais além, tornou-se cada vez mais “castrista”, no sentido de que a sua defesa da Revolução Cubana e seu apoio político ao regime castrista transformaram-se em seu centro gravitacional, a ponto de o partido ter paulatinamente abandonado a defesa de uma internacional trotskista e do próprio trotskismo. Ao longo da primeira metade dos anos 1980, então sob a liderança de Jack Barnes, passou a defender a formação de uma nova internacional encabeçada pelas forças castristas, através do abandono da Teoria da Revolução Permanente e sua substituição pela perspectiva estratégica de construir “Governos Operários e Camponeses” em todo o mundo, como o primeiro passo necessário para a construção de uma ditadura do proletariado. (BARNES, [1983], 2002)

Já desde o SLATO, Nahuel Moreno realizou uma síntese que se apresentava enquanto revisão / atualização da Teoria da Revolução Permanente e preconizava uma estratégia de revolução em duas fases – uma primeira “inconsciente” (“fevereiro”) e uma segunda “conscientemente socialista” (“outubro”). Na primeira fase, marcada pelo programa nacional-democrático e pela formação de governos de coalizção com a burguesia nativa, os trotskistas deveriam apoiar as lideranças “inconscientemente re-

volucionárias” do processo e inclusive fundir com elas na forma da “Frente Única Revolucionária”, a fim de que fossem além de seu programa e rompessem com a burguesia, permitindo a transição para a segunda (socialista) (MORENO, [1958] e 1962).¹⁰

Por sua vez, outros grupos do CI – como a SLL inglesa (liderada por Gerry Healy, Michael Banda e Cliff Slaughter) e o PCI - La Verité francês (liderado por Stéphane Just e Pierre Lambert) – apesar de também não terem desenvolvido análises alternativas àquelas herdadas do período 1944-53, e de terem apoiado o MNA como sendo a “ala socialista” da Revolução Argelina (BANDA, 1958), diante do caso cubano se contrapuseram ao que viram como “capitulação” do SWP / SLATO / SI ao M26J. Ante a aproximação de setores do CI com o SI, eles passaram a defender que a Teoria da Revolução Permanente significava que uma revolução só pode ocorrer sob a liderança de um partido revolucionário (trotskista).

Todavia, o não desenvolvimento de explicações alternativas para as análises gradualistas dos processos revolucionários anteriores fez com que eles tivessem dificuldades em explicar o caso cubano, tendo negado que ocorreram mudanças sociais qualitativas e afirmado que o país permanecia sendo uma formação social capitalista. A SLL caracterizou o governo do M26J como uma “ditadura bonapartista capitalista” e o PCI como um “governo burguês fantasma” – sendo que esse modificou sua caracterização após quase duas décadas, em 1979, para “Esta-

10 Mais tarde, em meados dos anos 1980, Moreno adicionou à sua revisão / atualização a noção de “revolução democrática triunfante”, segundo a qual a mudança de regime político dentro do Estado burguês constitui uma “revolução de fevereiro” e, conseqüentemente, pode ser a antessala da revolução socialista. Sendo que tal processo seria passível de ter como sujeito social até mesmo a burguesia liberal e como sujeito político até membros do alto escalão do aparato militar burguês (como no caso do General Bignone, na transição argentina de 1983) (MORENO, 1984 e 1985).

do operário deformado”, cuja origem foi explicada pela noção gradualista contida no novo conceito de “Governo Operário e Camponês” (POSITION, 1961; OPPORTUNISM, [1963] 1974; LISTER, 1985, P. 117).

AS ANÁLISES ALTERNATIVAS DE ALGUNS “ANTI-PABLISTAS” ESQUECIDOS

Existiam ainda outras posições entre os nem um pouco homogêneos autointitulados “trotskistas ortodoxos” / “anti-pablistas”. Alguns setores minoritários – frequentemente ignorados pela História – apresentaram não só posicionamentos diferentes, como também análises alternativas para as revoluções do pós-guerra. Foi o caso do *Revolutionary Communist Party* (RCP) inglês, o único setor da Quarta Internacional que, ainda nos anos 1940, se enfrentou primeiro com a caracterização do Leste Europeu como sendo capitalista e depois com as novas teses e releituras desenvolvidas para explicar a transformação desse e da Iugoslávia segundo uma lógica gradualista (bem como o apoio a Tito). Após anos de duros enfrentamentos com a liderança internacional, que demandava dele um “entrismo profundo” no *Labour Party* e que chegou a rachar o grupo para tal (daí a origem do *The Club*), ele foi dissolvido em 1949, tornando-se parte do *The Club* no interior do *Labour Party*, e teve sua liderança original expurgada.

Foi também o caso de duas tendências que surgiram em momentos diferentes no interior do SWP dos EUA, a “Tendência Vern-Ryan” (do setorial de Los Angeles) e a “Tendência Revolucionária” (dos setoriais de Nova York e da Bay Area de São Francisco), que contestaram as credenciais “ortodoxas” e “anti-pablistas” da liderança do partido (James Cannon, Joseph Hansen, Murry Weiss, Farrel Dobbs). A primeira, entre 1950-1954, criticou a tese gradualista utilizada para explicar os processos do

Leste Europeu, Iugoslávia e China e o apoio político dado aos dirigentes desses dois últimos, além de ter se oposto à linha adotada ante a Revolução Boliviana. A segunda, entre 1961-1963, criticou o apoio político ao regime cubano do M26J, a reaproximação acrítica com o SI e a política de não disputar o movimento pelos direitos civis e apoiar, ao invés, as suas lideranças.

Não tendo coexistido, o que se pode afirmar é que esses grupos possuíam posicionamentos centrais em comum, alguns dos quais, inclusive, “herdados” daqueles que os precederam – posicionamentos esses que apresentavam leituras diferentes tanto dos trotskistas majoritários do SI / SU, quanto dos que supostamente combatiam o “revisionismo” desses desde uma posição “ortodoxa” (SLL e PCI)¹¹.

O RCP e a “Tendência Vern-Ryan” criticaram a ideia de que o stalinismo seria *intrinsecamente contrarrevolucionário*, afirmando que esta era uma abordagem unilateral e que era dela que advinha a capitulação ao mesmo por parte dos “pablistas” (por encararem que um PC que dirige uma revolução deixa de ser contrarrevolucionário) e a negação das mudanças advindas das revoluções por eles dirigidas por parte dos supostos “ortodoxos” (por esses encararem que era impossível uma revolução sem marxistas à sua frente). De forma semelhante, a “Tendência Revolucionária” criticou a afirmação dos supostos “ortodoxos” que permaneceram no CI após 1963 de que não haviam ocorrido mudanças sociais qualitativas na Revolução Cubana.

Em contraposição, resgatavam as análises de Trotski sobre o caráter dual da burocracia soviética para explicar o que havia ocorrido no Leste Europeu. Já para explicar as Revoluções Iugoslava e Chinesa, a “Tendência Vern-Ryan” estendeu essa ca-

11 São muitos os documentos a serem elencados aqui, mas os centrais são Amendments (1948); Letter ([1948] 1993); Vern (1953); Wohlforth, ([1961] 1993); Defense, (1962).

racterização do stalinismo ao plano internacional, considerando-o *centrista*, ao passo que a “Tendência Revolucionária” simplesmente apontou a *possibilidade excepcional* de um partido não-revolucionário com base de massas e direção pequeno-burguesa dirigir uma revolução, conforme já constava no *Programa de Transição* (1938).

Ademais, o RCP e a “Tendência Vern-Ryan” negaram, via Teoria da Revolução Permanente, a possibilidade de existência de *regimes sociais intermediários* entre capitalismo e ditadura do proletariado, apontando que o que ocorreu nas revoluções do pós-guerra foram expropriações políticas inconscientes (pois não socialistas, mas desejosas de uma conciliação impossível com a burguesia e o imperialismo), as quais logo precisaram adentrar no terreno das expropriações econômicas para evitar a contrarrevolução (ou foram derrotadas por sua vacilação em fazê-lo). E, ainda que a “Tendência Revolucionária” tenha recorrido ao conceito de “Estado/regime transitório”, similar à releitura de “Governo Operário e Camponês” da ala majoritária, os três grupos negaram a possibilidade de transformações sociais anti-capitalistas *graduais*.

Dessa maneira, eles analisaram a transformação do Leste Europeu como fruto de uma *expansão burocrático-militar* da URSS, que expropriara politicamente a burguesia já em 1944, ainda que apenas em 1948 a tenha eliminado formalmente do governo. Segundo suas análises, teria ocorrido uma transformação qualitativa logo ao fim da guerra, não um processo gradual de mudança social. E consideraram os processos iugoslavo, chinês e cubano como *casos excepcionais*, nos quais a lógica objetiva forçara lideranças não revolucionárias a irem além de seus programas, pois suas lideranças necessitaram expropriar política e economicamente as burguesias nativas e capitais imperialistas não apenas como única forma de realizarem as demandas nacional-democráticas almejadas pelas massas, mas essencialmente

como forma de assegurar sua existência física em um contexto de guerra civil.

Entretanto, encararam que as lideranças dos processos que efetivamente expropriaram a burguesia não deveriam ser apoiadas, pois eles teriam originado *Estados operários burocraticamente deformados*, com uma liderança avessa à expansão internacionalista da revolução e, efetivamente, contrarrevolucionária no plano internacional. Com base nisso, defendiam a perspectiva de formação de partidos marxistas (trotskistas) capazes de liderarem uma revolução política para a instauração de regimes de genuína democracia proletária. E não viam tais processos como um modelo ou regra que demandasse uma nova estratégia revolucionária, tendo apontado a existência de muitos outros casos onde o caminho seguido foi o contrário, isto é, da conciliação com a burguesia e o imperialismo à custa das demandas nacional-democráticas e, conseqüentemente, também do socialismo.

Ademais, a “Tendência Vern-Ryan” apontou o caso da Revolução Boliviana de 1952 como prova de que os “anti-pablistas” compartilhavam dos mesmos desvios metodológicos fundamentais dos “pablistas”. Daí os acordos práticos que aqueles demonstraram com esses em torno do apoio crítico ao governo de coalizção formado pelo MNR (e ainda mais abertamente, à “ala esquerda” desse partido), o que deixou a luta pelo poder proletário fora da ordem do dia (RYAN, 1954).

Todavia, apesar dessas importantes diferenças com os autodenominados “trotskistas ortodoxos”, cabe ressaltar que esses setores não questionaram a noção de que o sujeito social de muitos processos revolucionários do pós-guerra foram “camponeses pobres”, tendo igualmente falhado em detectar as importantes mudanças pelas quais passou a força de trabalho rural como conseqüência da profunda expansão de capitais imperialistas para a periferia capitalista no pós-guerra. E falharam também em detectar a participação proletária, ainda que reduzida, mas

presente nos momentos cruciais das expropriações econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente a história do movimento trotskista internacional não termina com a reunificação parcial de 1963 – essa apenas encerra um de seus capítulos e abre outro novo. Mas, apesar dos debates e análises tecidos pelos diferentes grupos acerca de eventos posteriores (em especial os debates sobre a *via guerrilheira*) compõem parte essencial dessa história, o arcabouço teórico-analítico e programático utilizado por eles foi essencialmente aquele aqui apresentado. Salvo exceções pontuais, os debates que vão de 1963 ao fim dos anos 1970 não são propriamente teóricos, mas concernentes centralmente a como aplicar devidamente, no decorrer de intensos conflitos de classes, aquelas ideias anteriormente formuladas.

Os desenvolvimentos posteriores desse movimento, que culminaram em sua crescente divisão organizativa, também estão menos ligados a debates novos e mais a velhos debates aplicados a novos casos, bastante similares àqueles “originais” que constituíram as matrizes interpretativas elaboradas por cada grupo. Assim, sem descartar a importância do período que vai da reunificação de 1963 aos novos eventos explosivos dos anos 1980 – as contrarrevoluções capitalistas dentro do “bloco soviético”, as quais constituem ainda um novo capítulo decisivo da história do trotskismo – pode-se afirmar que o *essencial* para compreender esse primeiro longo capítulo do pós-guerra (1944 a fins da década de 1970) se encontra nos debates e disputas travadas ao longo dos anos 1940-1960.

Conforme visto, as revoluções do pós-guerra ocasionaram entre os trotskistas da época uma série de diferentes releituras acerca do arcabouço teórico programático original do

movimento, as quais nem sempre foram explícitas¹². Todavia, os dois polos principais que se formaram, os quais acabaram por se consolidar em 1953 na forma de uma Quarta Internacional desfalcada e de um frouxo “Comitê Internacional” com funções de fração pública, estavam longe de serem blocos homogêneos e defensores de análises e posicionamentos diametralmente opostos, como dão a entender as diferentes narrativas ainda hoje predominantes.

Sob as diferentes e poderosas pressões de produzir respostas para eventos políticos inesperados, ao mesmo tempo em que se encontravam altamente isolados ante as forças que puderam superá-los internacionalmente em termos de visibilidade e influência, a maior parte dos trotskistas acabou por se distanciar do sofisticado arcabouço teórico-analítico herdado do pré-guerra, em especial das contribuições pessoais de Leon Trotski. Sob tais pressões, somadas às pressões particulares a que cada grupo trotskista estava submetido em seu país, eles substituíram a necessidade da “análise concreta da situação concreta” pela pronta aplicação de diferentes fórmulas quase que mecânicas, engessando assim tal arcabouço.

Sem levar em conta essas diferentes análises e posicionamentos, fruto de pressões diversas, mas, sobretudo, da necessidade de compreender fenômenos inesperados e em certa medida genuinamente novos, é impossível entender como o trotskismo acabou por se fragmentar em “trancos históricos” muito distintos uns dos outros. Em grande parte, é dessas análises e posicionamentos que advêm as origens de boa parte deles. Mas o resgate

12. Há ainda outras releituras importantes além daquelas aqui abordadas, como a tese do *bonapartismo proletário* de Ted Grant (*International Marxist Tendency*) e a tese da *revolução permanente Desviada* de Tony Cliff (*International Socialist Tendency*). Para uma síntese delas, ver Monteiro (2016).

dos debates travados no seio do movimento trotskista internacional e o mapeamento do aspecto teórico-programático da sua trágica crise representam apenas um primeiro passo para compreendê-la. Deve-se, pois, ter em mente que é impossível atingir uma compreensão plenamente apurada acerca dessa crise sem uma dimensão social da história desse movimento, sendo o presente trabalho apenas uma contribuição para a tarefa de resgatar o internacionalismo proletário que a Quarta Internacional tentou concretizar. Resgate esse que, tanto do ponto de vista historiográfico, quanto político, segue por ser concretizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVI, Hamza. Peasants and revolution. In MILIBANDAND, Ralph & SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register*. London: The Merlin Press, 1965, p. 241-77.

ALEXANDER, Robert J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.

BENSAÏD, Daniel. *Os trotskismos [2002]*. Lisboa: Combate, 2008.

BORSTEIN, Sam & RICHARDSON, Al. *The War and the International: A History of the British Trotskyist Movement, 1937-1949*. London: Socialist Platform, 1986.

BROWN, Archie. *The Rise and Fall of Communism*. New York: Harper Collins, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1986. Versão digital, disponível em <http://tinyurl.com/ou3ywpz>. Acessado em dezembro de 2015.

FELDMAN, Fred. Section I: The Parity Commission and Peng Shu Tsé's "Pabloism Reviewed". In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International*. Part 7, Volume 1. Education for Socialists Series. New

York: Pathfinder Press, 1977.

FRANK, Pierre. *Fourth International – The Long March of the Trotskyists [1969]*. London: Ink Links, 1979.

JENKINS, Peter. *Where Trotskyism got lost: The restoration of European democracy after the Second World War*. Spokesman' pamphlet, n. 59. Nottingham: Spokesman Books, 1977. Disponível em <http://tinyurl.com/qb8vluv>. Acessado em abril de 2015.

JOHN, S. Sandor. *Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009.

LISTER, John. *Cuba. Radical Face of Stalinism*. London: Left View Books, 1985.

MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo [1977]*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

NORDEN, Jan. *Yugoslavia, East Europe and the Fourth International. The Evolution of Pabloite Liquidationism*. In Prometheus Research Series n. 4. New York: Prometheus Research Library, 1993, p. 5-33.

NORTH, David. *The Heritage We Defend: A Contribution to the History of the Fourth International*. Londres: Paperback, 1988.

PETIT, Mercedes. *Apuntes para la historia del trotskismo (de 1938 a 1964) [1963]*. [S.n]: [Buenos Aires], 1980.

PETRAS, James. *Socialist Revolutions and their Class Components*. *New Left Review*, n. 111, set./out. de 1978a, p. 37-64.

_____. *Toward a theory of twentieth century socialist re-*

volution. *Journal of Contemporary Asia*, n. 3, 1978b, p. 167-95.

SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente [1929]*. In *A teoria da revolução permanente [compilação]*. São Paulo: Sundermann, 2011a, p. 131-318.

_____. “A URSS na Guerra” [1939]. In *Em defesa do marxismo [compilação]*. São Paulo: Sundermann, 2011c, p. 22-43.

_____. *Balanço e perspectivas [1906]*. In *A teoria da revolução permanente [compilação]*. São Paulo: Sundermann, 2011b, p. 25-130.

_____. *O programa de transição para a revolução socialista [1938]*. São Paulo: Sundermann, 2008.

VILLA, José. *A Revolution Betrayed. The POR and the Fourth International in the Bolivian Revolution [1992]*. Disponível em <http://tinyurl.com/zkhg4wq>. Acessado em novembro de 2014.

WOLF, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York, Evanston, London: Harper & Row Publishers, 1969.

YAZBEK, Mustafa. *A Revolução Argelina*. São Paulo: Unesp, 2010.

Fontes primárias

AGAINST Pabloite Revisionism. *Fourth International [Nova York/SWP]* v. 14, n. 5, de set.-out. de 1953.

AMENDMENTS aux thèses sur La Russie et l'Europe Orientale soumis par le R.C.P. de Grande-Bretagne. *Bulletin Interieur du Secretariat Internationale [Paris/SI]*, n. special, de nov. de 1948.

BANDA, Michael. *Marxism and the Algerian Revolution*. *Labour Review [Londres/“The Club”]* vol. 3, n. 2, de mar.-abr. de 1958.

BARNES, Jack. *Their Trotsky and ours [1983]*. New York: Pathfinder, 2002.

CANNON, James P. *A Letter to Trotskyists Throughout the*

World. The Militant [Nova York/SWP] de nov. de 1953.

CLASS Nature of Eastern Europe. *Fourth International [Nova York/SWP]*, v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951.

DEFENSE of a Revolutionary Perspective, In. *A Statement of Basic Position. Discussion Bulletin [Nova York/SWP]* vol. 23, n. 4, de jul. de 1962.

DRAFT Theses on the Cuban Revolution [dez. de 1960]. *Discussion Bulletin [Nova York/SWP]*, v. 22, n. 1, fev. de 1961.

DYNAMICS of World Revolution Today, The. *Fourth International [SI]*, n. 17, out./dez. de 1963, p. 114-30.

FAVRE [Marcel Bleibtreau]. *Where is Comrade Pablo going? [jun. de 1952]*. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International. Part 3, Volume 1. Education for Socialists Series*. New York: Pathfinder Press, 1974.

LETTER on Yugoslavia. Sent to the IEC by the RCP (Britain) [1948]. *Prometheus Research Series* n. 4, Nova York, 1993.

MAGRI, Philip [Shane Mage]. *Revolutionary Socialism and the Split in the Algerian Nationalist Movement. Repl to O’Daniel. Discussion Bulletin [Nova York/SWP]* v. 19, n. 2, de abr. de 1958.

MORENO, Nahuel [Hugo Bressano]. *Argentina, uma revolução democrática triunfante [1983]*. In *Escuela de cuadros Argentina 1984*. Buenos Aires: Crux, 1992.

_____. *La revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Palabra Obrera, 1962.

_____. *Teoría de la revolución [1984]*. In *Escuela de cuadros Argentina 1984*. Buenos Aires: Crux, 1992.

_____. *Tesis Sobre el Frente Unico Revolucionario [1958]*. In *Escritos sobre la revolución política*. Versão digital, disponível em <http://tinyurl.com/zpck4tp>. Acessado em fevereiro de 2013.

NEW imperialist peace and the building of the parties of the

Fourth International, The. Fourth International [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, jun. de 1946.

O'DANIEL, Patrick [Sherry Mangan]. The Truth about the Algerian Revolution: an Open Letter to The Militant Fourth International [SI] n. 2, Spring 1958.

OPPORTUNISM and Empiricism [1963]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). Trotskyism versus Revisionism. A Documentary History. Volume 4. The International Committee against liquidationism. London: New Park Publications, 1974.

PABLO, M. [Michalis Raptis]. On the duration and the nature of the period of transition from capitalism to socialism. International Information Bulletin [Nova York/SWP], jul. de 1951a.

_____. On the Slogan of "Workers and Farmer's Government". Fourth International [Nova York/SWP], v. 8, n. 2, fev. de 1947.

_____. The building of the revolutionary party. International Information Bulletin [Nova York/SWP], jun. de 1952.

_____. Where are we going? International Information Bulletin [Nova York/SWP], mai. de 1951b.

POSITION of the French section of the International Committee on the Cuban question [1961]. International Information Bulletin [Nova York/SWP], abr. de 1963.

RÉSOLUTION du Secrétariat International sur la situation en Algérie. Quatrième Internationale [SI] 20e anné, n. 19, de dez. de 1962.

RESOLUTION on the Crisis of Stalinism and the Developments of the Yugoslave Revolution. International Information Bulletin, set. de 1950.

RÉVOLUTION cubaine, La. Quatrième Internationale [Paris/SI], Ano 18, n. 10, jul. de 1960.

RYAN, S. [Sam]. The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism. Debate Bulletin [Nova York/SWP] A-22, de out. de 1954.

THIRD Chinese Revolution, The. A Resolution of the Fourth International. Fourth International [Nova York/SWP], v. 13, n. 4, jul./ago. de 1952.

THIRD, Chinese Revolution and its Aftermath, The [1955]. In [SWP]. The Chinese Revolution and its Development. Education for Socialists series. New York: [s.n.], 1969.

USSR and Stalinism, The. Fourth International [Nova York/SWP], vol. IX, n. 4, jun. de 1948.

VERN, Dennis. The Biography of Liquidation. Debate Bulletin [Nova York/SWP] vol. 15, n. 5, mar. de 1953.

WOHLFORTH, Tim. Cuba and the Deformed Workers States [1961]. In [Spartacist League]. Marxist Bulletin n. 8. Cuba and the Marxist Theory. Selected Documents on the Cuban Question, Nova York, 1966.

YUGOSLAV Revolution, The. Fourth International [Nova York/SWP], v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951.

LA VIGENCIA DE LA IV INTERNACIONAL EN EL SIGLO XXI

Simón Rodríguez

Felicito la audacia y el tenaz esfuerzo de los organizadores de este evento. Existe un creciente interés por la vida y obra de Trotsky, especialmente en países donde hasta hace relativamente poco había sido difícil acceder a sus escritos.

Un indicio de ello es la edición reciente de traducciones al chino de algunos de los principales trabajos de Trotsky (Trotsky, 2000, 2010). La realización de este evento académico forma parte de ese renovado interés.

Como tesista de maestría de la Universidad Simón Bolívar en Caracas, mi trabajo versa sobre la cuestión del realismo socialista musical bajo el estalinismo, un ámbito en el que se muestra la arbitrariedad, la vulgarización y distorsión extrema del marxismo por parte del estalinismo. Hoy voy a hablar brevemente de otro tema, pensando especialmente en el público joven cubano para el cual quisiera ofrecer una posible lectura de lo que significa ser trotskista actualmente, a través de una interpretación de la vigencia del proyecto de la IV Internacional. Resulta además razonable, en un examen del legado teórico y político

del dirigente revolucionario, abordar la validez actual de lo que él mismo consideró la obra más importante de su vida: la construcción de la IV Internacional.

Ubicada por sus fundadores en la sucesión iniciada por la Asociación Internacional de los Trabajadores, disuelta luego de la derrota de la Comuna de París; la Internacional Socialista o segunda internacional, dividida y considerada por los marxistas revolucionarios como política y moralmente en bancarrota luego de su aval a la Gran Guerra, que fue directamente un abandono del internacionalismo; y la Internacional Comunista, de la que la oposición de izquierda encabezada por Trotsky decide separarse, dándola por agotada, luego de la desastrosa política del estalinismo que auxilió el ascenso del nazismo al poder. Menos de un año después de la fundación de la IV Internacional, se firmaría el infame pacto Molotov-Ribbentrop.

Nuevamente la cuestión del internacionalismo, de la necesaria solidaridad de las luchas revolucionarias de los trabajadores del mundo era decisiva. La burocracia soviética había adoptado la tesis de la excepcionalidad de la URSS y de la posibilidad de “construir el socialismo en un solo país”, convirtiendo a la Internacional Comunista en un mero apéndice de esa política fundamentada sobre un mesianismo nacional. Una anécdota que ilustra esa degradación la solía narrar el dirigente trotskista Nahuel Moreno, quien recién enterado en Buenos Aires del acuerdo entre Stalin y Hitler en 1939 denunció este hecho en una asamblea de debate en la que participaban militantes judíos del partido comunista, los cuales se retiraron. Luego regresaron para argumentar que había grandes exageraciones y calumnias en la denuncia del antisemitismo y la represión llevada a cabo por el gobierno alemán. A ese punto había degradado el estalinismo a la Internacional Comunista, convirtiendo a los partidos miembros en embajadas que replicaban el discurso oficial dictado por la burocracia de la URSS y adaptaban su política en cada uno

de los países no a las necesidades de los trabajadores y sectores oprimidos, al desarrollo de sus luchas en pos de la revolución socialista, sino a las necesidades de la casta burocrática soviética. No podía ser de otra forma, pues la política externa es una extensión de la política interna.

La IV Internacional retomaba la tradición internacionalista. Existe evidencia de que este debate fue el que más preocupaba a Stalin al momento de ordenar el asesinato de Trotsky (Sudoplatov & Sudoplatov, 1994). Y ante la contrarrevolución burocrática encabezada por Stalin en la URSS, la IV Internacional planteaba la necesidad de una revolución política que restableciera la democracia obrera y eliminara a una casta burocrática a tal punto socialmente diferenciada que ya era popular el término *sovbur* o *burgués soviético* para referirse a ella en Rusia (Trotsky, 2001).

Otras ponencias ya han abordado algunas de las causas históricas de la marginalidad de la IV Internacional, nacida en condiciones extremas de persecución por el estalinismo y el fascismo, con el asesinato del propio Trotsky y otros importantes dirigentes al cabo de pocos años. Preguntarse por la vigencia de las tareas históricas de la IV Internacional, además de implicar un examen de las causas de las derrotas y dificultades del movimiento trotskista para construir direcciones políticas revolucionarias con influencia de masas, sobre todo pasa por contrastar las tareas que la IV Internacional estableció para sí misma con el mundo de hoy, ocho décadas después.

La caída de la URSS y la restauración del capitalismo a fines del siglo XX en todos los países en los que la burguesía había sido expropiada, indudablemente tuvo un impacto político muy profundo al no lograrse en ninguno de estos países un régimen de democracia obrera que preservara las conquistas sociales y la expropiación de la burguesía. Para concluir que hubo restauración capitalista nos basamos en los criterios por los que durante

la NEP Lenin y Trotsky consideraban que la URSS seguía siendo un Estado obrero: el monopolio estatal del comercio exterior, la planificación económica estatal y la estatización de los sectores fundamentales de la economía (Madrid, 2006).

Esta restauración del capitalismo implica que en países como China, donde el Partido Comunista gobierna aliado a las transnacionales o Rusia, bajo el gobierno derechista de Putin, lo que está planteado es la necesidad de una nueva revolución socialista. En estos países, ante las confusiones y regresiones políticas que han resultado de la generalizada y errónea asociación del socialismo con la experiencia estalinista, el trotskismo puede jugar un rol importante en la realización de un balance marxista de esos procesos históricos para que la clase trabajadora y los sectores oprimidos se doten de valiosas herramientas teóricas y necesarias lecciones políticas.

La independencia de clase como principio rector de una política revolucionaria y el internacionalismo, a nuestro entender, justifican la vigencia del proyecto de una organización revolucionaria que reúna a partidos y militantes revolucionarios de todos los países. Mientras no surja un fenómeno de la lucha de clases que lleve a un amplio reagrupamiento principista de los revolucionarios y replantee la cuestión de la denominación, se justifica que el proyecto se siga denominando Cuarta Internacional.

El capitalismo de hoy indudablemente se distingue del que existía en 1938 en varios aspectos notorios, pero de ninguna manera ofrece la perspectiva de una evolución pacífica y gradual al socialismo, como la que imaginaron los revisionistas socialdemócratas. Tampoco se ha confirmado la hipótesis de que en los países semicoloniales o coloniales existan burguesías progresistas o antiimperialistas, llamadas según el *etapismo* estalinista a conducir procesos de *liberación nacional*. Por el contrario, se ha reafirmado que la burguesía no puede jugar un papel revolu-

cionario o progresista en ninguna parte. En nuestros países periféricos la burguesía sigue siendo, para usar la expresión del Che Guevara, “el furgón de cola del imperialismo” (Guevara, 2013).

La crisis de los gobiernos autodenominados progresistas en América Latina, o el rol adoptado por Syriza desde el gobierno griego como continuador del ajuste impuesto por la Unión Europea, también confirman las limitaciones del nacionalismo burgués y los proyectos de colaboración de clases. El caso más dramático es el de Venezuela, donde más del 10% de la población ha tenido que abandonar el país en los últimos cinco años, huyendo del ajuste y la miseria, y donde actualmente el imperialismo aplica sanciones económicas que agravan aún más el sufrimiento del pueblo. Es urgente repudiar las sanciones económicas, las amenazas de agresión militar y el intento de golpe sin por ello dejar de mantener una posición de independencia de clase, de solidaridad con los trabajadores venezolanos y de reivindicación del derecho que sea el pueblo el que decida quién gobierna. También repudiar la reactivación de cláusulas de la Ley Helms-Burton contra Cuba.

Pese al crecimiento económico posterior a la segunda guerra mundial, hay un proceso de crecimiento sostenido de la desigualdad en las últimas cuatro décadas (Conceição, 2019), así como un proceso de depauperación relativa, y en no pocos casos absoluta, de los trabajadores que se agudiza. La crisis económica internacional de 2007, cuyo espectro sigue rondando el mundo, evidencia la persistencia cíclica de burbujas financieras y otras expresiones derivadas de la tendencia la caída de la tasa de ganancia. Esta tendencia intenta ser revertida mediante terribles ataques a las conquistas de los trabajadores, aumentando la explotación y recortando derechos mediante contrarreformas laborales y de la seguridad social (Castillo, 2008).

El proceso de concentración de capital y la interdependencia entre los países imperialistas y China, como procesos estructurales, han aminorado la posibilidad de confrontaciones

militares entre ellos. No por ello el capitalismo ha dejado de ser un colosal destructor de fuerzas productivas, como lo evidencia la gran crisis ambiental generada por la depredación que es inherente a este sistema. Solo una economía socialista, democráticamente planificada, puede llegar a ser sostenible ecológicamente.

Además de ello, vemos fenómenos políticos como el genocidio en Siria por parte de un régimen sostenido militarmente por Rusia e Irán, y los bombardeos indiscriminados contra la población civil por parte de EEUU con el pretexto de luchar contra ISIS. El crecimiento de la derecha racista en Europa y en EEUU, donde gobierna un empresario abiertamente racista y misógino. En ese país hay un proceso de polarización en el que también crecen expresiones hacia la izquierda, como la simpatía entre sectores de la juventud por el socialismo.

Las grandes rebeliones del Norte de África y el Oriente Medio, iniciadas en 2011, tuvieron un enorme impacto. El proceso tuvo grandes retrocesos con el golpe militar en Egipto, el asesinato de alrededor de medio millón de civiles sirios y el desplazamiento forzado de millones más, la invasión saudí de Bahrein y Yemen, o el aplastamiento de las luchas de los saharauis y bereberes por parte de la monarquía marroquí. No obstante, hemos visto con las enormes rebeliones recientes en Argelia y Sudán, que siguen abriéndose procesos revolucionarios en esa región. La enorme combatividad de los pueblos y los trabajadores sin la conducción estratégica de una organización revolucionaria resulta insuficiente para producir los cambios de fondo a los que apuntan estos grandes procesos de movilización, por lo tanto creemos que sigue siendo una tarea imprescindible construir partidos revolucionarios.

Las mujeres en países como Argentina han puesto en pie poderosos movimientos en lucha por sus derechos. Sectores oprimidos como los inmigrantes y refugiados también cobran un mayor protagonismo. Pueblos indígenas y campesinos alre-

dedor del mundo resisten a la depredación capitalista del ambiente. Los pueblos colonizados siguen luchando por el derecho a la autodeterminación nacional, como en el caso de Palestina bajo el yugo sionista.

En medio de grandes oportunidades para la intervención en la lucha de clases, peligros y desafíos, creemos que sigue siendo posible y necesario construir un partido revolucionario mundial para luchar contra un sistema que también es mundial. Por todo ello creemos que sigue vigente el proyecto de la IV Internacional.

REFERENCIAS

- Castillo, J. (2008, Noviembre 7). Crisis de la economía mundial. Consultado el 3 de marzo, 2019, de Aporrea.org: www.aporrea.org/internacionales/a66773.html
- Conceição, P. (2019). Human Development Report 2019. UNPD. New York: UNPD.
- Guevara, E. (2013, Enero). Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental. Consultado el 3 de marzo, 2019, de Marxists.org: https://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm
- Madrid, L. (Ed.). (2006). La última lucha de Lenin. Nueva York: Pathfinder Press.
- Sudoplatov, P., & Sudoplatov, A. (1994). Operaciones Especiales. Barcelona: Plaza & Janés.
- Trotsky, L. (2000). My Life. (B. S. Ming, Ed.) Shanghai: Shanghai People's Publishing House.
- Trotsky, L. (2001). La revolución traicionada. Madrid: Fundación Federico Engels.
- Trotsky, L. (2010). Trotsky Anthology. (L. T. Lie, & Y. B. Zheng, Eds.) People's Publishing House.

TROTSKISMO DESPUÉS DE TROTSKI: TONY CLIFF Y LA TEORÍA DEL CAPITALISMO DE ESTADO

Hector Puente Sierra

Correspondió a Leon Trotski, uno de los principales organizadores de la revolución de octubre de 1917, defender el legado de esta ante el ascenso del Stalinismo. Primero como líder de la oposición en la Unión Soviética (URSS), después desde el exilio y, finalmente, como fundador de la Cuarta Internacional, Trotski trató de preservar el concepto de la autoemancipación de la clase trabajadora, como parte de lo que Hal Draper (1966) identificó como la tradición del “socialismo desde abajo”. Su compromiso internacionalista y con la perspectiva de la clase trabajadora significó que, en condiciones de ostracismo y persecución, él y sus seguidores consiguieron mantener la verdadera tradición marxista. Pero estas circunstancias de aislamiento también condujeron a Trotski a inconsistencias y errores analíticos, que llevarían a la fragmentación del movimiento trotskista tras su asesinato en 1940 a manos de un agente de Stalin. Las más importantes conciernen a su análisis de Rusia y se volverían obvias tras la Segunda Guerra Mundial y la expansión de la URSS hacia Europa del Este. La incapacidad de lidiar con estas incongruencias alejaron a algunos de sus seguidores

de la esencia del trotskismo y tuvieron importantes consecuencias para la práctica marxista. La crítica más seria que emergió dentro del movimiento trotskista fue la teoría del capitalismo de estado formulada por Tony Cliff al final de los años 40. Este análisis permitió a Cliff y sus colaboradores preservar la esencia del trotskismo, pero esto requirió rechazar y superar elementos de su cuerpo teórico en un nuevo contexto global. En palabras de Cliff: “nuestra crítica de trotskismo ortodoxo fue concebida como un retorno al marxismo clásico.”

Trotsky, cuya teoría de la revolución permanente y del “desarrollo desigual y combinado” del sistema capitalista había anticipado la posibilidad de una revolución socialista en una sociedad relativamente atrasada como la rusa, también dedujo de este análisis que la supervivencia de la Revolución de Octubre dependía de su extensión a otros países. Estas expectativas no eran en absoluto utópicas, ya que el final de la Primera Guerra Mundial había desencadenado revoluciones no sólo en Rusia, sino a lo largo de Europa: Alemania, Hungría, Finlandia... Y tremendas explosiones sociales en otros países como Italia.

La derrota de estos procesos revolucionarios y el aislamiento de la revolución rusa sucedió paralelamente a una brutal guerra civil en la que 14 potencias extranjeras (incluyendo EEUU, GB y Francia) invadieron el territorio ruso y armaron y financiaron a los generales ‘blancos’ de la contrarrevolución. Esto debilitó aún más los cimientos del socialismo en Rusia, destruyendo la base industrial del país y diezmado a la clase trabajadora que había llevado a cabo la revolución en el proceso.

En este contexto, divisiones acerca de cómo seguir adelante se agrandaron entre el liderazgo bolchevique. Los bolcheviques habían dejado de ser la representación política de los elementos más avanzados de la clase trabajadora para convertirse en un grupo al cargo del estado que actuaba en nombre de una clase trabajadora que prácticamente había dejado de existir. El poder de Stalin, como representante de la burocracia estatal,

creció conforme las distintas facciones que representaban los intereses del proletariado y la nueva burguesía rural fueron derrotadas. La oposición liderada por Trotsky fue finalmente aplastada en 1928.

Desde el exilio, Trotsky desarrolló un análisis pionero de la URSS, a la cual definió como un “estado obrero degenerado”. Identificó la consolidación del poder de Stalin como un punto de discontinuidad y a la burocracia como una capa social con intereses distintos a los de la mayoría trabajadora y campesina y que desempeñaba un papel conservador y contrarrevolucionario en Rusia y en el exterior. La Comintern o Tercera Internacional, establecida tras la Revolución de Octubre para favorecer el crecimiento de la revolución internacional, bajo Stalin dejó de cumplir esta función para subordinar los intereses de la revolución a los del estado ruso.

Sin embargo, en el análisis de Trotsky esto no alteraba la naturaleza de Rusia como esencialmente un estado obrero. Para Trotsky, lo que explicaba el poder de la burocracia eran las contradicciones existentes en la Unión Soviética: la necesidad de conciliar las diferencias entre ciudad y campo, trabajadores y campesinos, entre Rusia y un mundo capitalista a su alrededor... La burocracia emergía como un grupo alzándose sobre el resto de la sociedad para cumplir esa función. Su función consistía en “regular las desigualdades en la esfera de producción” y actuar como un “gendarme” en la esfera de distribución.

Esto quería decir que la burocracia tenía un carácter parasitario, pero transitorio: las mismas fuerzas económicas que la habían elevado al poder la harían desaparecer. Trotsky mantuvo que la burocracia no tenía control sobre la producción ni las características de lo que constituye una clase social. Se limitaban a reflejar la correlación de fuerzas entre distintas clases, sin una posición independiente coherente en la sociedad rusa. En palabras de Trotsky: “Un tumor puede crecer hasta ser enorme y estrangular al organismo vivo, pero el tumor no puede convertirse

en un organismo vivo”.

En el contexto de los años 30, con el capitalismo sufriendo la mayor crisis de su historia, mientras la Unión Soviética de Stalin levantaba una industria que pronto podría competir con los principales países capitalistas, la idea de que la Unión Soviética aún representaba un modelo de la superioridad del comunismo como sistema de producción era difícil de cuestionar. No obstante, conforme el carácter explotador y brutal del régimen de Stalin se tornó más evidente, voces dentro del movimiento trotskista cuestionaron el análisis de Trotski.

Para 1935, la realidad de la URSS llevó a Trotski a modificar su análisis para argumentar que la burocracia estaba demasiado incrustada en el estado como para poder simplemente reformarla; por tanto, la clase trabajadora rusa debería llevar a cabo una revolución política para arrebatarles el control de la economía. Sin embargo, aún entonces, Trotski insistió en el carácter ‘obrero’ del estado y restó importancia a la discusión en torno a la naturaleza de la capa burocrática, argumentando que era un debate secundario, porque la burocracia, que existía para alcanzar el equilibrio entre fuerzas contradictorias, estaba a punto de sucumbir: “una esfera balanceándose en la punta de una pirámide debe rodar hacia un lado u otro”.

Este análisis llevó a Trotski a hacer una serie de predicciones. Por un lado, argumentó que el régimen estalinista no sobreviviría a la Segunda Guerra Mundial, desembocando en una regresión al capitalismo o en la recuperación del poder por la clase trabajadora, que abriría la puerta al socialismo. Otra de sus predicciones fue que el capitalismo se encontraba en una crisis terminal. La capacidad del sistema para crecer y aumentar los medios de producción estaba agotada, y el sistema no podía ofrecer reformas que mejorasen la vida de las masas trabajadoras.

Fue este análisis el que condujo a Trotski a establecer la Cuarta Internacional en 1938, con la firme creencia de que en

este contexto podría convertirse pronto en una organización de masas que suplantaría a los partidos comunistas estalinistas.

Por supuesto, estas predicciones se tornarían erróneas tras la Segunda Guerra Mundial. No sólo la burocracia estalinista no colapsó, sino que emergió fortalecida, más poderosa que nunca, y extendió su dominación al este de Europa. El sistema capitalista tampoco colapsó, sino que se embarcó en el boom económico más largo de su historia. Como consecuencia, la influencia de los partidos socialdemócratas y comunistas sobre la clase trabajadora no se desvaneció, sino que desempeñaron un papel fundamental a la hora de desmovilizar los alzamientos que sí tuvieron lugar al final de la guerra.

El movimiento trotskista se encontró desorientado y confuso. Una respuesta fue la aparición del “trotskismo ortodoxo”, la defensa dogmática de las predicciones de Trotski. Un ejemplo característico fue la reacción del líder estadounidense trotskista James Cannon tras la Segunda Guerra Mundial: “Trotsky predijo que la guerra conduciría a revolución internacional. Algunos dicen que el hecho de que esto no haya ocurrido quiere decir que Trotsky estaba equivocado. Pero esto no es correcto. Lo cierto es que la guerra no ha terminado.” Dicho de otro modo, si la teoría no se ajusta a la realidad, ajusta la realidad a la teoría.

La expansión del bloque soviético hacia el este expuso las contradicciones en el análisis de Trotski. El Ejército Rojo tomó control de estos países e impuso una reestructuración por la fuerza y desde arriba, monopolizando el poder político y poniéndolo en manos de los partidos comunistas, y nacionalizando toda la industria, creando sociedades con fundamentalmente las mismas relaciones sociales que la URSS. Pero esto planteó un problema de inmensa importancia: si la URSS era un estado obrero, aunque degenerado, ¿significaba esto que los nuevos estados también lo eran? Responder afirmativamente, como la mayoría de trotskistas hicieron más tarde o más temprano, equi-

valía a rechazar la concepción de Marx, formulada tras la Comuna de París, y reforzada por Lenin en El Estado y la Revolución, de la revolución socialista como un proceso en el que la clase trabajadora, mediante su actividad consciente, dismantlaría el estado capitalista y lo reemplazaría con sus propios órganos de control y democracia (Callinicos, 1990). No había habido ninguna revolución y el papel que la clase trabajadora había desempeñado en estos procesos era marginal. De hecho, los partidos Comunistas y el Ejército Rojo se habían asegurado de contener y dismantlar toda forma de organización que surgió desde abajo.

Si era posible crear estados obreros desde arriba, ¿qué sobrevivía de la noción de la autoemancipación? Y si el estalinismo, que había sido tildado contrarrevolucionario hasta entonces, podía establecer estados socialistas, ¿qué sentido tenía mantener el diminuto movimiento trotskista como una fuerza independiente?

Este es el contexto en el que Tony Cliff, judío palestino y dirigente trotskista en Gran Bretaña, desarrolló su teoría del “capitalismo de estado burocrático”. Junto con Michael Kidron (2018), a quienes más tarde se uniría Chris Harman (1988), Cliff propuso que para el final de la década de 1920 la burocracia soviética se había consolidado como una nueva clase dominante. Este análisis proporcionó las bases para la variante del Trotskismo conocida como la tradición del Socialismo Internacional.

Cliff identificó la principal contradicción en el análisis de Trotski. En su obra coexisten dos concepciones diferentes de qué constituye un estado obrero. La primera usa como principal criterio el nivel de control que la clase trabajadora ejerce: la URSS era un estado obrero en la medida en que “el proletariado [...] mantiene la posibilidad de imponerse a la burocracia” y “la burguesía no puede conquistar el poder por otro medio que no sea una insurrección armada” (Trotski, 1931).

La segunda definición, sin embargo, dice lo siguiente:

“la nacionalización de los medios de producción, junto con el monopolio del comercio exterior, constituyen la base de la estructura social soviética. Mediante estas relaciones, establecidas por la revolución proletaria, la naturaleza de la URSS como estado proletario queda definida para nosotros” (Trotski, 1937). Esta segunda definición, la cual influenció fuertemente a la Cuarta Internacional, era compatible con la posibilidad de un estado obrero sin la necesidad de una revolución, siempre y cuando los medios de producción se encontrasen bajo control estatal.

De hecho, cuando Trotski formuló su teoría, la URSS podía parecer un fenómeno único, pero en las décadas siguientes el sistema capitalista global mostró una tendencia hacia la fusión del estado y el capital en mayor o menor grado en todas partes, desde Europa occidental a Japón.

Tony Cliff rompió con la idea de que la propiedad estatal de los medios de producción de por sí equivale a control obrero. Recordó las palabras de Marx en su crítica a Proudhon: “Intentar dar una definición de propiedad como una categoría aparte, una idea abstracta eterna, es una ilusión de la metafísica o la jurisprudencia.” (Marx 1937) En otras palabras, no confundas la forma legal de propiedad en la que se legitima el poder económico con las relaciones de producción.

Según Cliff, en la URSS, desde un punto de vista jurídico, los medios de producción pertenecían al estado y a la gente. Pero en la práctica, la mayoría de la población no controlaba el estado, no disponía de ningún mecanismo para ejercer control sobre la producción. La burocracia formada en torno a Stalin lo hacía.

La burocracia no era meramente el ‘gendarme’ que supervisaba la distribución de lo que se producía. Cliff argumentó que se había erigido en una nueva clase dominante. Las mismas relaciones de producción capitalistas que existían en el Oeste existían en Rusia, con la burocracia ocupando el lugar de la bur-

guesía. La diferencia era que no ejercían control sobre los medios de producción a través de la propiedad privada de estos, sino mediante el control del estado que los poseía colectivamente.

La consolidación de la burocracia como una clase dominante había tenido lugar al final de los años veinte. Stalin, con su promesa de construir ‘socialismo en un solo país’, traicionando toda la tradición marxista que siempre había insistido en que el socialismo sólo podría triunfar como un sistema global, se posicionó como la figura que mejor defendía los intereses de esta capa social. Tras la eliminación de las diversas oposiciones internas, llevó a cabo la colectivización de la agricultura y la subordinación de todos los recursos y el consumo de la población a la creación de industria pesada para competir con los poderes del Oeste. En muchos sentidos, este fue un proceso similar a la “acumulación originaria” descrita por Marx en el Volumen I de El Capital que tuvo lugar en países como Gran Bretaña.

El primer plan quinquenal finalizó una contrarrevolución que destruyó todos los vestigios de democracia y control obrero y las victorias de la revolución. La ideología oficial del régimen continuó atribuyéndose un carácter socialista, pero elementos tradiciones como la familia o el gran nacionalismo ruso se volvieron más prominentes. El derecho al divorcio fue limitado y el derecho al aborto desapareció. Los derechos de las minorías nacionales y religiosas fueron restringidos.

¿Qué dinámica llevó a la burocracia a actuar de esta manera? Considerada aisladamente, la Unión Soviética parecía negar muchas de las características tradicionales del capitalismo. Pero Cliff aprendió de Trotski y su teoría de la revolución permanente que el capitalismo del siglo XX era un sistema global y ese era el contexto del que cualquier análisis debía partir. Desde esta perspectiva, la URSS no era una isla socialista aislada de un mundo capitalista.

Quizá dentro de la URSS no había competición, el ele-

mento fundamental del sistema que impone la ley del valor de Marx y la lógica de la acumulación que define al capitalismo, porque toda la producción era administrada por el estado central. Pero sí existía competición entre la URSS y el resto del mundo. Esta competición, primeramente, tomó la forma de competición militar. La burocracia era consciente de que la URSS debía alcanzar o incluso superar la capacidad industrial y armamentística de sus enemigos o sería destrozada. Esto suponía subordinar toda la economía a la rápida creación de una base industrial. Desde ese momento en adelante, la misma lógica de acumulación por acumulación, y de explotación de la clase trabajadora para extraer la mayor plusvalía de su trabajo para invertirla en más acumulación, existía en la URSS, impuesta a través de competición interimperialista con las potencias occidentales.

En ausencia de una burguesía, la presión de la competición internacional había convertido a la burocracia en el agente del capitalismo global, disfrutando de enormes privilegios y desarrollando intereses propios y completamente ajenos a los de las clases explotadas – intereses identificados con el fortalecimiento y crecimiento del estado ruso.

Por tanto, lo que el Ejército Rojo introdujo en las sociedades de Europa del Este tras la Segunda Guerra Mundial no era más socialismo, sino una reproducción de este tipo de sociedades.

La manera en que los trotskistas analizaban y definían la URSS tenía implicaciones muy importantes para su práctica. Los trotskistas ortodoxos que se aferraron a la noción del “estado obrero degenerado” sufrieron constante fragmentación e incapacidad para intervenir en el mundo real. El análisis del capitalismo de estado permitió a la tradición política de Cliff evitar estos riesgos.

Una consecuencia de aceptar que estados obreros existían en lugares donde la clase trabajadora no había llevado a cabo

una revolución fue aceptar a fuerzas que no eran la clase trabajadora como posibles agentes de la revolución: partidos reformistas, burocracias sindicales, guerrillas, campesinos, estudiantes...

Asimismo, la visión de que la Unión Soviética y sus satélites representaban una sociedad socialista no puede explicar la persistencia de la lucha de clases en estas sociedades y las sucesivas convulsiones que hicieron temblar los cimientos de estos regímenes: la Revolución Húngara en 1956, la revuelta en Checoslovaquia en 1968, el movimiento sindicalista Solidarnosc en Polonia al principio de los 80 y finalmente la oleada de protestas, movimientos separatistas y huelgas que sacudieron la URSS al final de los 80.

Aquellos marxistas que defendieron la naturaleza socialista de la URSS argumentaron que, pese a las críticas que se pudiera hacer de esta, en última instancia representaba una sociedad superior a la capitalista y debía defenderse; en consecuencia, dieron la espalda a estos movimientos a los que identificaron como contrarrevolucionarios.

Otra consecuencia fue que estos trotskistas se encontraron desarmados ideológicamente y desmoralizados tras su colapso en 1989-91. La teoría del capitalismo de estado no sólo explica de manera superior el origen del régimen soviético en la forma en la que existió durante 60 años (desde el final de los veinte hasta su desintegración en 89-91), sino también su evolución y colapso.

Tras el fin del boom económico de posguerra, los límites de las economías dirigidas por el estado comenzaron a hacerse evidentes. En los años 30, la burocracia estalinista pudo responder a la crisis global acumulando capital en el interior del país y cortando lazos mercantiles con el mundo exterior. Pero, de hecho, si bien no al mismo nivel, esto es lo que harían muchos otros estados. Este período de economías independientes y con alta intervención estatal se agotó en los 60 y 70 (Harman 1990).

El propio boom había conducido al crecimiento del comercio internacional y una mayor conexión entre las economías. Mientras que para las denominadas “economías mixtas” fue más fácil transitar hacia el modelo neoliberal que se correspondía a las nuevas necesidades del sistema, los capitalismo de estado se encontraron sin mecanismos con los que responder al nuevo contexto global de baja rentabilidad y crisis económica. La tasa de crecimiento de la URSS había descendido durante varias décadas, pero a comienzos de los 80 se había estancado, y para finales de la década la economía se estaba contrayendo. Cuando Ronald Reagan embarcó a los EEUU en una nueva carrera armamentística que la URSS intentó seguir, esto aumentó aún más la presión sobre la economía. Al contrario que en el pasado, los recursos no existían para sostener ese nivel de inversión armamentística.

Algunos de los seguidores de Trotski habían predicho que la naturaleza obrera del estado ruso llevaría a la población a movilizarse contra cualquier intento de reestablecer el capitalismo, por mucho que detestasen a la burocracia. Al contrario, en la mayoría de casos las transiciones de economías dirigidas por el estado a economías neoliberales de mercado se caracterizaron por ser eventos relativamente pacíficos, con las masas en la misma posición de observadores pasivos que cuando décadas atrás el Ejército Rojo había traído el “socialismo”. Al mismo tiempo, en muchos casos, aquellos que se encontraban en lo alto de las estructuras burocráticas pasaron a ser los directivos de las nuevas grandes compañías privatizadas.

Por supuesto, las economías de mercado que reemplazaron al capitalismo de estado no podían ofrecer una solución ni a las masas trabajadoras, que eran explotadas bajo el estalinismo y siguieron siéndolo, ni a los profundos problemas de la economía que emanaban de la situación del capitalismo global.

Pero, de nuevo, el análisis de estas sociedades como capitalismo de estado permitió a los marxistas que se adhirieron a

él demostrar que el fracaso de la URSS y sus satélites no equivalía al fracaso histórico del socialismo y las ideas de Marx. El colapso de la URSS revelaba la podredumbre de una visión del marxismo en la que el socialismo podía ser conquistado desde arriba por fuerzas ajenas a la clase trabajadora. En este sentido, el colapso de la URSS abría nuevas oportunidades para los marxistas revolucionarios.

Discusiones en torno a la naturaleza de Rusia pueden parecer irrelevantes hoy en día; pero el trasfondo de estos debates es la propia concepción del marxismo, y por lo tanto serán importantes mientras el capitalismo exista y genere resistencia.

La teoría del capitalismo de estado que Cliff y sus colaboradores desarrollaron permitió rescatar la esencia de la tradición revolucionaria a la que Trotski entregó su vida: por encima de todo, la certidumbre de que el triunfo del socialismo requiere una revolución internacional; y el compromiso con la idea expresada por Marx de que “la emancipación de la clase trabajadora debe ser el acto de la propia clase trabajadora”. Preservar la esencia de Trotski y de la tradición marxista requirió rechazar elementos de su teoría, de la misma manera que Trotski había cuestionado ideas de sus predecesores como que la revolución socialista era imposible en un país atrasado como Rusia. Y es que el marxismo es un cuerpo analítico vivo en constante adaptación y una guía para la acción de la clase trabajadora en su conquista de un mundo mejor, no una serie de dogmas con los que gobernantes pueden legitimar sus posiciones de poder y privilegio.

REFERÊNCIA:

- Callinicos, A. 1990, Trotskyism, Open University Press
- Cliff, T., 1948, The Class Nature of Russia. Discussion document of the Revolutionary Communist Party, Britain.
- Draper, H., 1966, “The Two Souls of Socialism”, New Politics 5(1), 57-84.
- Harman, C., 1988, Class Struggles in Eastern Europe 1945-83, London: Bookmarks
- Harman, C., 1990, The Storm Breaks: The Crisis in the Eastern Bloc at <https://www.marxists.org/archive/harman/1990/xx/stormbreaks.html>
- Kidron, M., 2018, Capitalism and Theory, Chicago: Haymarket Books.
- Trotsky, L., 1931, Problems of the Development of the USSR: A Draft of the Theses of the International Left Opposition on the Russian Question, New York: Militant Press.
- Trotsky, L., 1937, The Revolution Betrayed, London: Faber and Faber.

¿“IMPECABLE REVOLUCIONARIO” O “DEMONIO DE LA REVOLUCIÓN”? LA IMAGEN DE TROTSKY EN LA HISTORIOGRAFÍA DE LA PERESTROIKA (1987-1991)

Gabriel García Higuera
Universidad de Lima (Perú)

El revisionismo histórico en los años postreros de la Unión Soviética, originada en la política de glásnost o claridad informativa que promoviera el gobierno reformista de Gorbachov, comprendió entre sus aspectos más complejos y controversiales el examen del lugar de León Trotsky en la historia de la Revolución rusa. Ocuparse de tal asunto en el marco de este acto académico es relevante por dos razones principales: en primer término, por tratarse de la revisión más profunda y radical que hasta entonces se había emprendido de la historia oficial en la URSS; en segundo lugar, por constituir el punto de partida de las nuevas ópticas acerca del papel histórico de Trotsky, narrativas que tendrían proyección hasta la actualidad.

TROTSKY EN LA HISTORIA DEL PARTIDO COMUNISTA

Hacia fines de la década de 1920, la historia en la URSS devino en una herramienta de propaganda del régimen soviético y, por ende, se hallaba plenamente subordinada a los lineamientos que el Partido le imponía (el Departamento de Agitación y Propaganda, dependiente del Comité Central, establecía los temas y enfoques del conocimiento histórico). Con Stalin, la historia puesta al servicio de la política estatal entrañó la supresión de nombres y episodios, la tergiversación de ideas vertidas en debates partidistas, la demonización de figuras que públicamente habían cuestionado la conducción burocrática y autoritaria de la sociedad, y contribuyó eficazmente a la legitimación del sucesor de Lenin, ensalzado por la propaganda como conductor del rumbo socialista y auténtico continuador de sus ideas.

El compendio *Historia del Partido Comunista/bolchevique/de la URSS*, publicado en 1938, oficializó el dictamen de Stalin acerca de hechos centrales de la Revolución y de la forja del Estado soviético. Esta versión de la historia se inoculó en las mentes de varias generaciones de soviéticos, y hubo de difundirse en los países comunistas satélites de la URSS durante la Guerra Fría. No debe olvidarse tampoco que fue el texto canónico en el que se instruyó la militancia de los partidos comunistas del mundo.

En dicho libro se enjuiciaba la actividad política de Trotsky como conspiradora desde el Segundo Congreso del Partido Obrero Socialdemócrata Ruso, en 1903. Se destacaba su alianza con los mencheviques, las desavenencias que le enfrentaron a Lenin y el carácter antibolchevique de sus concepciones; en particular, su teoría de la “revolución permanente” era asunto de censura ideológica. Por otra parte, se ocultaban las coincidencias que le aproximaron al líder bolchevique en 1917, a la par de

escamotear su rol de organizador de la Revolución de Octubre y en la construcción del Ejército Rojo cuando hubo estallado la Guerra Civil. Empero su nombre reaparecía en el texto exclusivamente para endilgarle algún desacierto político (como en la postura que asumió en las conversaciones diplomáticas con el Imperio alemán, en 1918) o para recordar sus “errores” durante los debates en el Partido, enfatizando sus divergencias con Lenin en el Gobierno. Las críticas dirigidas por Trotsky a la dirección del Partido en el otoño de 1923 eran tratadas como reanudación de la antigua lucha entablada contra el leninismo. También se condenaba a la Oposición Conjunta que, entre 1926 y 1927, planteó revirar la política soviética. Sus puntos de vista eran distorsionados, y se resaltaba la actuación de Stalin en la derrota política de la Oposición, afirmando que ello aseguró la “marcha victoriosa hacia el socialismo”.

El anatema de Trotsky por el estalinismo integró las sucesivas historias del Partido y de la URSS publicadas hasta los años ochenta, y fue un componente sustantivo del pensamiento político soviético.

PERESTROIKA Y REVISIÓN DE LA HISTORIA

Desde que Mijaíl Gorbachov asumió el liderazgo del Partido, en marzo de 1985, se perfiló una nueva orientación en la política de Moscú. El nuevo secretario general fue crítico de la situación económica y se refirió a los principales problemas que enfrentaba la URSS. Sin embargo, no sería hasta el XXVII Congreso del PCUS, celebrado en febrero de 1986, cuando se expuso el nuevo Programa del Partido y las orientaciones y metas establecidas por su gobierno, invocando la vitalidad de la doctrina marxista-leninista. Éstas se enfilaron, sobre todo, a la aceleración del desarrollo socioeconómico, el avance de la democracia socialista y la superación de la burocracia. Al conjunto de reformas

económicas y políticas que proponía se le conocería como *perestroika* (reestructuración).

No obstante, la clase dirigente evaluaba que la democratización que promovía no sería factible sin una ampliación de la política informativa y la apertura de mayores espacios destinados a la crítica y el debate públicos. De esa urgencia brotó la *glásnost* o transparencia en la información. Ello incluía a los medios de prensa, que comenzaron a enfocar problemas que afectaban a la sociedad, como el insuficiente abasto de alimentos o la ineficiencia estatal. En el plano cultural, se permitieron diversas manifestaciones artísticas y se dieron a la luz autores censurados, incluyendo a antiguos disidentes. Así, una nueva atmósfera espiritual asomaba en el país. Este clima de mayores libertades enfrentó no pocos obstáculos, y fue conquistando, con el impulso de la ciudadanía, mayores espacios en la sociedad.

De acuerdo con los fines de esta “claridad desde arriba”, el Gobierno impulsó una revisión de la historia oficial en el año 1987¹. Con ello se buscaba reemplazar el relato estalinista por un discurso histórico congruente con los fines de la *perestroika*. Ponderando el uso político de la historia, Gorbachov apelaba a la restitución de la “verdad histórica”, dando prioridad al examen de los hechos sucedidos en el país durante los años veinte y treinta

1 Con el giro producido, hubo historiadores que se pronunciaron críticamente sobre los efectos que acarreó el estalinismo en la historia y en la ideología revolucionaria. A este respecto, escribieron Valentina Vílkova y Albert Nenarókov: “La transformación de la vida verdadera en una realización de esbozos a priori, efectuados por el partido, predeterminó la falsificación de acontecimientos históricos, deformación de la teoría revolucionaria marxista, condujo a la iconización de Lenin y a la canonización del leninismo en el espíritu de las concepciones estalinistas, la dogmatización del pensamiento y la falsedad abierta”. V.P. Vílkova y A.P. Nenarókov, “Posleslovie” [“Epílogo”], en L. Trotskii, *Stalinskaia shkola falsifikatsii* [La escuela estalinista de falsificación], Moscú, Naúka, 1990, p. 295.

del siglo XX, época de cambios profundos y sucesos dramáticos. A la luz de la experiencia histórica, la clase dirigente aspiraba a extraer enseñanzas que orientaran las reformas en curso.

Este proceso de revisión histórica recibió sólido apoyo de la prensa en los siguientes años. Los medios periodísticos tuvieron una señalada orientación antiestalinista, acorde con los pronunciamientos de Gorbachov. En la campaña de divulgación de temas históricos –en los que ocupó espacio considerable la represión y el terror ordenados por Stalin–, participaron los semanarios y revistas *Novi Mir*, *Oktiabr*, *Znamia*, *Argument i Fakti*, *Moskva Nóvosti*, *Ogoniok*, entre otros.

Al mismo tiempo, en 1987, el Comité Central formó una comisión especial facultada de redactar un *Ensayo de historia del PCUS* sobre la base de documentos inéditos, tarea que comportaba la exposición de hechos y su respectiva interpretación.

GORBACHOV CONTRA TROTSKY

En noviembre de 1987, la celebración oficial por el septuagésimo aniversario de la Revolución de Octubre tuvo como acto central la presentación del informe de Gorbachov titulado “Octubre y la *perestroika*, la revolución continúa”. Su discurso se leyó en la sesión conjunta de los órganos supremos de la URSS. En la primera parte de su extenso informe, Gorbachov compendió setenta años de historia soviética. Este documento exponía la visión tradicional del Partido e incluía algunos enfoques críticos, en particular, la reprobación de las arbitrariedades de Stalin, aunque –en la línea sostenida por Jruschov treinta años antes– enjuició como “aporte indiscutible” del dictador su “lucha por el socialismo”.

En lo que respecta a Trotsky, iteró la condena oficial de su actividad partidista, destacando su adversidad al leninismo y

sus “desmedidas pretensiones” para ejercer el liderazgo político, y juzgó necesaria su derrota ideológica, que reveló –en palabras del ponente– la “esencia antisocialista” de sus ideas y planteamientos.²

El discurso de Gorbachov no satisfizo las expectativas de un sector considerable de la intelectualidad, entre ellos el disidente Andréi Sájarov, quien declaró que hubo importantes omisiones; por ejemplo, que no se expusiera en todo su amplitud el terror estalinista. Debe acotarse que el citado informe ha sido interpretado como resultado del acuerdo político entre el abanderado de la *perestroika* y Yegor Ligachov, miembro conspicuo del Politburó y principal representante del núcleo conservador del Partido. Como resultado de tal convenio, hoy sabemos que una “caracterización ambigua” de Trotsky fue eliminada del texto a último minuto³.

APRECIACIONES HISTÓRICAS

Las primeras referencias sobre Trotsky, escritas desde otras ópticas, comenzaron a aparecer en la prensa en el segundo semestre de 1988. El 9 de septiembre de ese año se publicó en Pravda un artículo titulado “El demonio de la Revolución”, escrito por Dmitri Volkogónov, director del Instituto de Historia Militar del Ministerio de Defensa de la URSS. Este texto reunía los pasajes referidos a Trotsky de su biografía de Stalin, poco antes

2 Véase Mijaíl Gorbachov, *Octubre y la perestroika, la revolución continúa*; Moscú, Editorial de la Agencia de Prensa Nóvosti, 1987, pp. 19-2

3 Sobre aquel informe, Gorbachov admite en sus memorias: “Teníamos que guardar silencio respecto a ciertas cosas”. “Había mucho que aún nos faltaba comprender. Teníamos que superar algunas barreras psicológicas. Hacía falta indagar más en los ‘espacios en blanco’”. Citado en William Taubman, *Gorbachov. Vida y época*, Barcelona, Debate, 2018, p. 331.

de su publicación. Empleando técnicas narrativas, Volkogónov imaginaba los recuerdos de Stalin sobre su enemigo tras haber sido notificado de su asesinato. A partir de este episodio, expone fragmentos de la vida del revolucionario y observaciones críticas de su personalidad. La tesis de Volkogónov plantea que entre los años 1917-1924 –que corresponden al período de su mayor actividad en el Partido–, Trotsky “no era enemigo de la revolución y del socialismo”⁴, aunque sí era enemigo de Stalin, y que, tras su derrota y expulsión de la URSS, se decantó hacia posiciones antisoviéticas. También relataba las circunstancias en que se perpetró su asesinato, señalando que “Stalin quería la muerte de Trotsky”. En ese artículo, se designaba al asesino por sus dos identidades falsas, no mencionando su verdadero nombre.

El asesinato de Trotsky fue asunto del artículo de Nikolái Vasetski, historiador y antitrotskyista, titulado “Liquidación” y publicado en *Literatúrnaia Gazeta* a inicios de 1989. Aquí detalló la organización del plan criminal que materializó Ramón Mercader, basándose en informaciones ampliamente conocidas en Occidente. En otro aspecto, al referirse a los métodos que Trotsky propuso para construir el socialismo, sostenía que éstos coincidieron con la política coercitiva implantada por Stalin.

Pero aparte de este tipo de evaluaciones, se publicaron textos con enfoques objetivos y juicios ponderados. Al caso citaré las opiniones del historiador Vladímir Billik, quien rebatió los estereotipos dominantes en las publicaciones de entonces, que presentaban a Trotsky como “demagogo egocéntrico”, “oportunista egoísta”, “adversario de Lenin”, etcétera. Y destacó su desempeño en los “puestos claves” que ocupó en el Partido y en el Gobierno. También se refirió a su “inmenso legado ideológico”

4 Dmitri Volkogónov, “León Trotski, el demonio de la Revolución”, en Suplemento Teórico de Panorama Internacional (Lima), n.º 10, octubre de 1988, p. 10.

y la actualidad de sus ideas, calificando al personaje como el “luchador más consistente contra el sistema pseudomarxista” construido en la URSS bajo la dictadura de Stalin⁵.

Artículos, folletos y prólogos se ocupaban de él, evidenciando perspectivas antagónicas. Hacia 1990 se habían constituido dos líneas de interpretación sobre el papel de Trotsky en la Revolución y su significación en la historia de la URSS:

a) La primera vertiente reconocía sus contribuciones a la causa del Partido en sucesos como la Revolución de Octubre y la Guerra Civil. Subrayaba sus divergencias políticas con Lenin antes y después de la Revolución. Proponía, además, que Trotsky fue el inspirador de Stalin, afirmando que era partidario del “socialismo de cuartel”, basándose en su propuesta de “militarización del trabajo” de fines de 1919. Por lo que respecta a la Plataforma de la oposición antiburocrática en el Partido, calificó sus diagnósticos y perspectivas de erróneos, infiriendo que no podía constituir una alternativa viable para el porvenir del socialismo. Estos trabajos se caracterizaban por el tratamiento sesgado y –en no pocos casos– trastocado de los hechos. Sus juicios se apoyaban en criterios estalinistas. Esta corriente expuso la interpretación oficial y estuvo representada en los escritos de Nikolái Vasetski y Dmitri Volkogónov. Esta óptica contó con amplia difusión en la prensa, y labró la imagen estándar de Trotsky durante la *perestroika*.

b) La segunda orientación divergía del punto de vista oficial e impugnaba los esquemas estalinianos de interpretación. Sustentada en diversas fuentes (do-

5 V.I. Billik, “Trotsky: sur la route de la vérité”, en Cahiers Léon Trotsky (Grenoble), n.º 41, marzo de 1990, p. 80.

cumentales, periodísticas, además de los escritos de Trotsky y sus contemporáneos) y aplicando una metodología científica, esta categoría de estudios explicó e interpretó hechos e ideas en su contexto histórico. Se abordó por primera vez en la URSS segmentos de su labor política, como sus acuerdos con Lenin en aspectos medulares de la estrategia revolucionaria y de la política nacional, sus críticas a la dirección burocrática del Partido en 1923, la demanda de la Oposición Conjunta por el establecimiento de la democracia obrera y sus propuestas de industrialización y colectivización agraria, etcétera. Entre los principales exponentes de esta tendencia figuran: Vladímir Billik, Vitali Stártsev, Aleksandr Podschekoldin, Aleksandr Pantsov, Vadím Rogovin, y Víktor Danílov. De las biografías de Trotsky destaca la escrita por Pantsov, publicada en *Voprosi Istorii*⁶.

PUBLICACIONES

El progreso de la *glásnost* propició la publicación de escritos de Trotsky, teniendo que sortear no pocos obstáculos⁷.

6 A.V. Pantsov, “Lev Davidovich Trotskii”, en *Voprosii Istorii* (Moscú), n.º 5, 1990, pp. 65-87.

7 En octubre de 1987, cuando se anunciaba en la URSS la publicación de autores como Borís Pasternak, aún no se había contemplado editar a Trotsky. Así lo declaró Mijaíl Nenashev, presidente del Comité Estatal de Poligrafía y Edición de Libros de la URSS, al afirmar: “Antes de publicar las obras de Trotsky hay que estudiarlas y revisarlas minuciosamente. Y no creo que vayamos a publicarlas, pues el punto de vista de sus posiciones no puede cambiarse nada”. *El País* (Madrid), 13 de octubre de 1987, <https://elpais.com/diario/1987/10/13/internacional/561078014_850215.html> [Consulta: 27 de febrero de 2017].

Sesenta años después del cese de la impresión de sus obras por el Estado, historiadores revisionistas, como Yuri Afanásiev, demandaban que éstas circularan libremente en la URSS.

En una primera etapa, en el año 1989, se editaron artículos y capítulos de sus libros en periódicos y revistas académicas, tal el caso de *El nuevo curso, La escuela estalinista de falsificación, La revolución traicionada* y otros textos.

En 1990, la Editorial de Literatura Política publicó una selección de sus escritos en un volumen titulado *Hacia la historia de la revolución rusa*. A ésta siguió la publicación de *Mi vida, Stalin, La escuela estalinista de falsificación, Siluetas políticas y*, al año siguiente, de *Literatura y revolución*. Los títulos citados tuvieron tirajes masivos, que en promedio alcanzaron los 150 mil ejemplares.

¿POR QUÉ NO SE REHABILITÓ A TROTSKY EN LA PERESTROIKA?

Desde el regreso de Trotsky al debate público en la Unión Soviética, se preveía que una rehabilitación oficial era remota⁸. En efecto, la elite política reputaba a Trotsky como un personaje inconveniente por sus ideas revolucionarias y su lucha por la instauración de una genuina democracia socialista con el restablecimiento del poder de los sóviets, la democratización de los sindicatos y la legalización de partidos soviéticos, además de

8 La primera asamblea pública que demandó su rehabilitación sesionó en Moscú, en la Casa de la Cultura del Instituto de Aviación, el 15 de noviembre de 1988. Dicha reunión fue organizada por la Sociedad Memorial, institución creada para “estudiar y denunciar la naturaleza del estalinismo, conservar e inmortalizar la memoria de sus víctimas”. Las 400 entradas se vendieron en dos días sin que el evento fuera publicitado. Véase Pierre Broué, “Voyage à Moscou, *Cahiers Léon Trotsky* (Grenoble), n.º 36, diciembre 1988, pp. 3-10.

su demanda por la eliminación de los privilegios, planteamientos de indiscutible oportunidad en aquel contexto.

Si bien la dirigencia soviética concordaba en el combate contra la burocracia, los aspectos fundamentales del programa trotskista no estaban contemplados en el plan de reformas. Pero, acaso, la cuestión más espinosa de encarar fue la relacionada con el análisis de Trotsky sobre la naturaleza social del Estado soviético, donde fundamentó que en el camino hacia el socialismo la clase obrera tendría que derrocar a la burocracia y que tal problema se resolvería por la lucha de los trabajadores a escala nacional y mundial.

Por esta razón, el Partido Comunista hubo de promover un discurso que, manipulando la realidad histórica, resaltó las desavenencias entre Trotsky y Lenin (la *perestroika* había proclamado el retorno a las ideas del padre del bolchevismo), a la vez de señalar que, en la práctica, Stalin realizó los postulados defendidos por Trotsky en los años veinte con la creación de “un sistema comando-administrativo que operaba sobre la base de la violencia, la represión y la coerción extraeconómica”⁹, modelo que la *perestroika* había denunciado y condenado.

Además, creemos que la incompatibilidad esencial entre la ideología de Trotsky y los fundamentos políticos del nuevo Programa del Partido influyó en la decisión del Tribunal Supremo de la URSS de no rehabilitar a Trotsky en el ámbito jurídico. Ello a pesar de haber sido el principal acusado *in absentia* en los Procesos de Moscú¹⁰. Sin embargo, esto no fue óbice para

9 N.A. VASETSKII, *Trotsky opyt politicheskoi biografii*. (Trotsky: ensaio de uma biografia política) Moscú Respublika, 1992p. 331

10. El 30 de diciembre de 1988 en Ciudad de México, el nieto de Trotsky, Esteban Volkov, y sus cuatro hijas dirigieron un documento a Gorbachov solicitándole que “León Trotsky, su familia y sus camaradas de lucha sean libera-

que *Izvestia*, órgano de prensa de los sóviets, en su edición del 17 de agosto de 1990 –a pocos días de cumplirse cincuenta años de su muerte– calificara a Trotsky como “un gran e impecable revolucionario”¹¹.

En conclusión, el sector reformista del PCUS no rehabilitó a Trotsky por considerar que la revolución socialista de la que era símbolo, debía ser impugnada. En este propósito convergió con otras fuerzas del escenario político: la nomenklatura, el ala liberal del Partido y los grupos nacionalistas.

CONSIDERACIONES FINALES

La revisión de las actividades de Trotsky en la historia del Partido conllevó una tarea ardua para los científicos sociales. La principal dificultad provino de las resistencias de la burocracia conservadora por transparentar la información¹². De ahí que no siempre se contara con facilidades para acceder a los fondos documentales del Partido y de otras instituciones estatales. Por esta circunstancia, la publicación de trabajos sobre Trotsky aguardó más tiempo.

Otro factor de no menor cuantía fue la amplísima fal-

dos oficialmente de todas las calumnias y falsos cargos criminales que fueron dirigidos contra ellos bajo órdenes directas de José Stalin”.

11 La Jornada (México), 18 de agosto de 1990, p. 36.

12 En una carta fechada en Grenoble el 9 de abril de 1990, el gran biógrafo de Trotsky, Pierre Broué, me informaba que el historiador soviético Víktor Danílov, por haber citado sin autorización extractos de un discurso inédito de Trotsky ante el Comité Central y la Comisión Central de Control en octubre de 1923, las autoridades de su país no le concedieron el permiso para participar en el simposio internacional sobre Trotsky, celebrado en Wuppertal, Alemania, en marzo de 1990.

sificación que, por más de medio siglo, se cernió sobre su figura. Por esto, en las evaluaciones iniciales se puede advertir la influencia de la tradición académica, sobre todo en los artículos de historiadores oficialistas. De esta manera, el camino hacia la verdad encontró no pocos inconvenientes y limitaciones.

Con el avance de la apertura informativa, y tras las primeras publicaciones, se inauguró un debate acerca del significado histórico de Trotsky, que reveló pluralidad de valoraciones. La política contemporánea no estuvo ausente en estas reflexiones e influyó en la formación de imágenes dispares de Trotsky. De éstas prevaleció la difundida por el Partido, que afirmaba que entre Trotsky y Stalin había más analogías que diferencias políticas, representación que hasta hoy goza de amplia aceptación en Rusia.

Con todo, se debe apreciar de la política aperturista en los últimos años de la URSS que permitiera la reaparición social de Trotsky, la controversia sobre su lugar en la historia y que liberara sus obras de la censura.

ON TROTSKY'S HISTORIOGRAPHY

Kaveh Boveiri
Université de Montréal, Canada

Abstract: Hegel famously introduces three methods of historiography: 'original history', 'reflective history', and 'philosophic history'. The current paper aims at appraising Leon Trotsky's *The History of Russian Revolution* under this classification. To do this, it will be first enquired how elements of each method may be traced in this book. While owing to the time of its writing and publication the book may be argued to fall, to a large extent, within the second category, namely, reflective history, the enquiry reveals two further points in this respect. The first is that owing to the vivid character of the text on the one hand and the participation of the author in the events, on the other, the text has a lot in common with an 'original history'. What is more, several important philosophical interpretations of the history in general and historical events in particular are rampant in the book. In its multifold elaboration on a dialectical synthesis of necessity and contingency, the book then is shown to be quite distinctive, somewhat similar to Marx's *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, in a case more complex than the latter.

INTRODUCTION

In the Introduction to his *Lectures on the Philosophy of History* (Hegel, p. 14 ff), Hegel famously introduces three methods of historiography: ‘original history’, ‘reflective history’, and ‘philosophic history’. Original historians, such as Herodotus, or Thucydides, limit themselves to “deeds, events and states of society, which had before their eyes, and whose spirits they shared” (ibid.). Their function, similar to that of a poet, is translation of “[a]n external phenomenon” “into an internal conception” (ibid.). They “bind together the fleeting elements of story and treasure them up for immortality” (ibid. p. 15). These historiographers limit themselves to the limits of the time to which they relate (ibid. p. 17). Unlike them, the “spirit” of *reflective* historiographers “transcends the present” (ibid.). The *Universal* reflective historiographers search “to discover how history ought to be written” (ibid. p. 18). *Pragmatical* or didactic historiographers are interested in “moral reflections” “the moral teaching expected from history” (ibid. 19). The third type of reflective historiography is critical historiography. Typically German, this is “a History of History; a criticism of historical narratives and an investigation of the truth of those narratives and their credibility” (ibid. p. 20). The *fourth type* of reflective historiography, to which Hegel does not give any precise name, is the one that “adopts an abstract position; yet, since it takes general points of view [...] it forms a transition to the Philosophical History of the World. History of Art, History of Law, History of Religion fall under this category: “History has advanced to the adoption of general points of view, if the position taken is a true one, these are found to constitute — not a merely external thread, a superficial series — but are the inward guiding soul of the occurrences and actions that occupy a nation’s annals” (ibid. p. 21). The third kind of historiography

is the philosophic one: “the thoughtful consideration of history” (ibid. p. 23).

The current paper aims at appraising Leon Trotsky’s *The History of Russian Revolution* under this classification. While owing to the time of its writing and publication, Trotsky’s *The History of Russian Revolution* may be argued to fall, to a large extent, within the second category, namely, reflective history, the enquiry reveals two further points in this respect. The first is that due to its vivid character of the text on the one hand and the participation of the author in the events, on the other, the text has a lot in common with an ‘original history’. What is more, several important philosophical interpretations of the history in general and historical events in particular are rampant in the book.

The latter characteristic is reflected in different instances: in the interpretation given of the nature of revolution and in the attempt to reveal the laws beneath the events (Preface); in its critical elaboration on Marx’s standpoint in a few occasions throughout the text (Appendix 3), and in general characteristics of the particular historiography proposed by the author (Chapter 48). In its multifold elaboration on a dialectical synthesis of necessity and contingency, the book then is shown to be quite distinctive, somewhat similar to Marx’s *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, in a case, admittedly, more complex than the latter.

A SYNTHESIZED HISTORIOGRAPHY?

In this presentation, I would concentrate on a few claims falling under the philosophic historiography in the book and evaluate them in each case. I defend the thesis that in this book, Trotsky synthesized all three historiographies introduced by Hegel.

In the Appendix 3. Of the book [Trotsky 2017, pp. 1289

– 1290], we find a few very significant insights. The first is a reference to what Marx writes in the Preface to the First Edition of Volume I of *Capital* [Marx, 1976, pp. 90–91]. Here Marx justifies why he chose England and concentrated a lot on the characteristics of this country. Like a physicist, he chooses the most significant case which is least influenced by what may harm the analysis. Nonetheless, this for the ones who live in other countries, Germany for instance, does not entail that their situation is essentially different. Since according to him “The country that is more developed industrially only shows, to the less developed, the image of its own future” [Marx, 1976, p. 91] Marx reminds this reader *De te fabula narrator* [ibid.].

This is a universal claim. A generalization from the singular, namely England, to universal. Trotsky, however, thinks that this claim does not bear scrutiny:

This statement of Marx which takes its departure methodologically not from world economy as a whole but from the single capitalist country as a type, has become less applicable in proportion as capitalist evolution has embraced all countries regardless of their previous fate and industrial level. [Trotsky 2017, p. 1289]

Trotsky thinks that the validity of this generalization is variable from one country to another. It is more valid in England than France, less valid in Russia than in Germany. The Mensheviks, like the liberals, Trotsky writes: “took this conditional statement of Marx unconditionally” [ibid.] This led them to the faulty claim that one has to wait for the stages to follow one after another. That said, as seen from Marx’s passage quoted above, this claim of Trotsky regarding the conditionality of Marx’s claim, however, is not supportable textually.

The second case in this Appendix draws on the Preface

to Marx’s *Contribution to the Critique of Political Economy*. This is the text where Marx introduces his general conclusion which also sees it as the guiding line for his future studies. Regarding the revolutions in a given society, Marx introduces the following claim:

No social order is ever destroyed before all the productive forces for which it is sufficient have been developed, and new superior relations of production never replace older ones before the material conditions for their existence have matured within the framework of the old society [Marx, 1999, p. 4].

The flaw of the Mensheviks, in this case, is that they take it “from the point of view of the single state” what also leads to the faulty conclusion they draw from it. They wrongly claim that the “Russian capitalism has still a long road to travel before it will reach European or American level” [Trotsky 2017, p. 1289].

According to Trotsky, this standpoint is incoherent because of not contextualizing the development of the productive forces within “the possibilities of national capitalism” [ibid]. It should be reminded that “The overthrow of the bourgeoisie by the proletariat grew out of actual Russian capitalism, thereby reducing to nothing its abstract economic possibilities” [ibid]. The alternative reading would take into consideration two points simultaneously. On the one hand, it shows how and what particular class struggle and also productive forces bearing them develop from national capitalism. In doing this, this alternative standpoint sees the internal metabolism of this totality. In so doing, however, it has met a necessary but not sufficient condition. It also shows how this is dependent on the world conditions. In so doing, it demonstrates how this relative totality, namely, a national capitalism, as an open totality is conditioned.

It also shows how national capitalism conditions a more generalized but still both open and contradictory totality, namely, the global capitalism.

In more philosophical terms, the faulty reading, ignores the actuality of the conditions of the singular case, in this case Russian capitalism, with the general “abstract economic possibilities” and reduces the former to the latter. It does not see the impossibility of further “growth of prosperity and culture” of the universal, namely, world capitalism, “in spite of all achievements in technique”. Hence it does not grasp the revolutionary actuality that revolutionizes and revolutionized the status quo and instead defends the potentiality and possibility.

The third claim may be found in Chapter 48:

Events succeeded each other as though obeying laws of gravitation. The correlation of forces was twice verified at every stage: *first*, the masses would demonstrate the might of their assault; *then*, the possessing classes, attempting revenge, would reveal their isolation the more clearly [Trotsky 2017, p. 1250].

Here Trotsky reiterates the simile Marx uses at the aforementioned Preface to the first edition of the first Volume of *Capital*. Ironically, Marx’s phrasing, the “iron necessity” [Marx: 1976, p. 91] comes right before the aforementioned passage Trotsky actually showed its inadequacy. But in doing this, he doubly underscores dialectical relationship between necessity and contingency. This is the similarity found also in Marx’s *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*.

The last noteworthy point is found in the same chapter. In a somewhat Hegelian tone, Trotsky writes:

The historic ascent of humanity, taken as a whole,

may be summarised as a succession of victories of consciousness over blind forces – in nature, in society, in man himself. Critical and creative thought can boast of its greatest victories up to now in the struggle with nature. The physico-chemical sciences have already reached a point where man is clearly about to become master of matter. But social relations are still forming in the manner of the coral islands [Trotsky 2017, p. 1254].

Seen from our contemporary world, this may be in need of further elaboration. Our very competence to change the nature seems to be in need of a more nuanced reading. In a sense that such as it is applied, it coincides a destruction and construction of the nature and society¹.

CONCLUSION

Trotsky’s arguments, therefore, underscore the universal in a singular and see the singular in the case of universal. It argues for the validity of a singular case, namely, the October Revolution. To do this, he introduces a dialectical application of middle terms: once the singular (namely, the history of Russian Revolution) is the middle term; once the particular (namely, the history of Revolution) is the middle term; and once the universal (namely, history) is the middle term. In so doing, he has both critically evaluated the cases where the writers (even Marx) wrongly singularized the universality of some claims; and also where they universalized the singularity of others. This goes farther than his too modest claims, that found in the text.

¹ Degrowth is introduced by some as a solution. See Abraham, Yves-Marie *Guérir du mal de l’infini. Produire moins, partager plus, décider ensemble*, Écosociété, Montréal, 2019.

The support of the claim presented here, namely, that Trotsky's historiography provides the reader with a synthesis of the three different types of historiography proposed by Hegel, may be found in the preface of the book. Trotsky writes:

The history of a revolution like every other history, ought first of all to tell what happened and how [what falls under the method of original historiography]. That, however, is not enough. From [that²] it ought to become clear *why* it happened thus and not otherwise [what is to be classified under the reflective historiography]. Events can neither be regarded as a series of adventures, nor strung on the thread of a preconceived moral. They must obey their own *laws*. The discovery of these laws is the author's task" [this fall under Hegel's thoughtful, or *philosophic* historiography] [Trotsky 2017, p. 6].

In this way, Trotsky achieves the goal he promised in the Preface³, namely, to provide the reader with the "only possible historic objectivism", a causality that bears dialectically contingency and necessity. That is natural as he says, just so long as by the word "natural" we mean *what bears lawfulness*.

2 The very telling

3 "The serious and critical reader will not want a treacherous impartiality, which offers him a cup of conciliation with a well-settled poison of reactionary hate at the bottom, but a scientific conscientiousness, which for its sympathies and antipathies – open and undisguised – seeks support in an honest study of the facts, a determination of their real connections, an exposure of the causal laws of their movement. That is the only possible historic objectivism, and moreover it is amply sufficient, for it is verified and attested not by the good intentions of the historian, for which only he himself can vouch, but the natural laws revealed by him of the historic process itself." (P. 11)

Hence, Trotsky, introduced a standpoint in a historiography, that synthesizes all the three characteristics Hegel sees in different historiographies.

REFERENCES

[1] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. Hegel's Lectures on the Philosophy of History, Batoche Books, Kitchener, Ontario, 2001.

[2] Marx, Karl. Capital I, Ben Fowkes (Translator), Penguin Books Ltd, Harmondsworth, Middlesex, England, 1976.

[3] Marx, Karl. A Contribution to the Critique of Political Economy, S.W. Ryazanskaya (Translator), Progress Publisher's, Moscow, (Marxists.org), 1999.

[4] Trotsky, Leon. The History of the Russian Revolution, Max Eastman (Translator), (Marxists.org), 2017.

THESES ON CANNON & SHACHTMAN: UNITED STATES
TROTSKYISM, 1928-1938 ¹

Bryan Palmer

Thanks to Frank, the Trotsky Museum of Mexico, and other sponsors and organizers of this historical conference. Thanks to all present for coming, sharing ideas, differences, perspectives, and allowing us all – who share a common commitment to the heritage of revolutionary Trotskyism – to express our solidarity with the Cuban Revolution and defend the accomplishments and achievements of this society, forged against US imperialism, and threatened today by the forces of capitalist aggression.

My talk, upon which I will try to impose a Bolshevik discipline, is different than what is titled in various programs. I won't be talking about Trotskyism in North America, too broad

¹ What follows are the author's notes for his presentation to the May 6th-8th, three-day conference in Havana, Cuba. The second volume of Palmer's major biography, *James P. Cannon: Revolutionary Continuity and Class-Struggle Politics in the United States, 1890 – 1974*, was published by Brill at the end of 2019, and will be published soon thereafter in soft-cover, by Haymarket Books. It is titled *James P. Cannon and the Emergence of Trotskyism in the United States, 1928-1938*.

a subject to broach. I will address two critically important leaders of the US Trotskyist movement, Max Shachtman and James P. Cannon, and the emergence of Trotskyism in the US in the 1930s. These necessarily truncated comments might be called, "Theses on Cannon & Shachtman: United States Trotskyism, 1928-1938." And they recall an earlier set of theses, one of which declared, 'The philosophers have only interpreted the world, the point is to change it.'

I start by tilting my sails against the winds of conventional wisdom. Shachtman is actually more written about than Cannon, and he is presented in the standard accounts in more sympathetic ways. Shachtman, who is often seen as representative of the immigrant strand of revolutionary socialism in the US, is usually presented as cosmopolitan, multilingual, sophisticated, internationalist, and Trotsky's collaborator and translator.

Cannon, representative of the native born, English-speaking revolutionary, is presented as more parochial, uninterested in international questions, and somewhat wooden and mechanical in his translation of revolutionary politics into the United States context.

Over the course of the 1930s these two figures, more than any others, charted the course of American Trotskyism. But the path followed, and their relations with one another were contested and conflictual, and the actualities of their contributions were different than are often depicted in a mythologizing of Shachtman's sophistication and superiority.

Cannon was in fact the experienced leader inside the Communist Party, which he helped to found in 1919-1921. Shachtman, along with Martin Abern, Albert Glotzer, Maurice Spector, and others were youthful recruits to Cannon's eventual break from Stalinism and his embrace of Trotskyism in 1928, which eventually resulted in expulsion from the CP.

But from the moment that these figures, along with

Rose Karsner, Cannon's partner, formed the American Trotskyist movement and the Communist League of America, Cannon and Shachtman clashed.

Shachtman led a personalized assault on Cannon in the difficult days of the early Depression, chastising Cannon's supposed laziness, his lack of theoretical sophistication, and his ignorance of international issues as they related to the struggle to forge a Trotskyist movement. Shachtman and Glotzer, fluent in European languages, met with Trotsky in Europe early in the 1930s. Cannon did not, and was forced to test Trotsky on a number of occasions in written communications and challenges that were structured so as to ascertain that Trotsky would not behave towards the American section of his movement in the same way that the Stalinist Comintern had behaved.

This accelerated an almost Freudian rift between Shachtman, Glotzer, Spector, with Cannon, a father figure, who now seemed displaced by a youthful cohort who demanded their place at the leadership table. The public denunciation of Cannon was vicious, and among Shachtman and his social and political network the sense that Cannon as a senior figure in the movement had three children to support and difficult material and personal circumstances to navigate was non-existent. That Rose Karsner suffered what can only be construed as personal breakdown after the expulsion from the CP only worsened the situation.

Had the critique of Cannon, which had some basis, been entirely valid and fair minded it would have been devastating. It was not. And ultimately what was a personal assault on Cannon's regime merged with a politics of political error and lackadaisical organizational activity that Trotsky identified with Shachtman, whom he criticized for forming political alliances in Europe on the basis of "chumminess" rather than political principles, for failing to follow through on basic organizational assignments because they might have ruffled some European feathers, and for

acclimatizing to and papering over politically retrograde activities because of personal relations.

This was the beginning of Trotsky's understanding that Cannon, who had flaws, was the more stable political element in the American movement, a steeled revolutionary with experience who could be trusted, whereas Shachtman was mercurial, too preoccupied with questions of a literary or journalistic nature, and simply incapable of holding to the necessarily firm politics of revolutionary principle.

The personal and political estrangement of Cannon and Shachtman in 1930-1933 was quite ugly and nasty, but it showed signs of moderating in 1933-1934.

There were three reasons for Cannon and Shachtman coming together: 1) NY hotel strike of 1933 brought Cannon and Shachtman closer, with Cannon especially playing a revived role in public agitation that ended in the two Trotskyists opposing B.J. Fields' opportunistic and ultimately failed leadership of the strike; 2) the involvement of both figures in the highly successful Minneapolis teamsters strikes of 1934, led by Cannon allies like the Dunne brothers and Carl Skoglund; and 3) the anti-fascist campaign against developments in Germany and the need to prepare for war, although there continued to be factional bumps along this road. Ultimately, however, the anti-fascist struggle led Trotsky, as well as Cannon and Shachtman, to conclude that it was time to take Trotskyism out of the shadows of being merely an Opposition to the Comintern, forging a truly independent revolutionary organization and indeed a new Fourth International.

This led to Cannon and Shachtman's alliance over fusion with the Musteites in the American Workers Party, which Cannon considered a variant of the French Turn, and the actual French Turn in America, entry into the US Socialist Party of Norman Thomas. Cannon and Shachtman found themselves together in opposing the sectarian opposition of Hugo Oehler,

and Shachtman seemed to have broken from his young allies, Glotzer, Abern, and Spector, all of whom continued to harbour deeply personal resentments of Cannon and his leadership of the American Trotskyist movement.

But in the Socialist Party entry, Cannon and Shachtman again found themselves at loggerheads. Shachtman thought entry into the SP should be long-term, that the Trotskyists could ultimately take over the organization, and that the path to this end was negotiations with the SP's seemingly left wing, known as the Militants and later the Clarityites.

Cannon ended up with an entirely different orientation, one supported by Trotsky. Shachtman and the entire NY leadership of the Trotskyist movement, which included James Burnham, Cannon's long-time supporter Arne Swabeck, Glotzer, Spector, youth leader Joe Carter, and to a limited extent Abern, were content to engage in endless negotiations with the so-called NY SP militants.

Cannon opted for a different course. He travelled the country, building the SP, especially in California, where he settled, and where he came, according to SP sources, perilously close to taking over the state Socialist Party. With SP left wing militant, Glen Trimble, Cannon started an agitational paper, the LABOR ACTION. He built relations with a seamen's union figurehead, Harry Lundenberg, and influenced a successful mass struggle of seamen in a lengthy 99-day strike that paralyzed west-coast ports and pitted militant direct-action seamen against the capitulationist sensibilities of the Harry Bridges/Stalinist led longshore union. Cannon won over provincial militants in Ohio, such as the seasoned Musteite, Ted Selender, and consolidated his ongoing relations with the revolutionary leadership of the Minneapolis Teamsters, who were now central figures in the Socialist Party. He campaigned successfully to free Tom Mooney and other political prisoners, and while he and Shachtman di-

ffered greatly on what to do in the SP, they collaborated on the defence of Trotsky through organizing the Dewey Commission, a campaign in which Shachtman and New York-based Trotskyist comrades like George Novack, undoubtedly played the preeminent roles.

Throughout all of this Cannon was opposing both the Stalinists and the Socialist Party hierarchy, whether they were right wing or ostensibly left leaning. This was especially evident in his critique of the Popular Front and how it licenced and abetted the murderous assault on the revolutionary forces fighting in Spain.

All of this embarrassed the SP leadership, who grew increasingly agitated in their opposition to Cannon and the Trotskyists. As Cannon and Trotsky knew would happen, eventually the Socialist Party expelled the Trotskyists in 1937. Shachtman and Burnham resisted recognizing this until the very end.

But as the expulsion happened, hundreds of new recruits were drawn to Trotskyism, and the foundation was laid for establishing the Socialist Workers Party in 1938. Trotsky then turned to Cannon, first and foremost, to build the groundwork for establishing the Fourth International in the summer of that year. Yes, Shachtman would chair the actual meeting in France where the Fourth International was formed, but Trotsky explicitly tasked Cannon with meeting with the rancorous and divided British sections of his followers, to mould them into one entity and win over CLR James. Shachtman played a role in these international developments because of his linguistic abilities, but it was Cannon Trotsky trusted.

At this point in 1938, Shachtman and Cannon were as one in their views that Russia was a workers' state, and only Burnham and Carter were dissenting. Within months another factional rift was in the making, in which Shachtman would renounce the view that Russia was a workers' state, however Stalinistically degenerate. This would prove a slippery slope down which he

would slide as he made his exit from revolutionary Trotskyism, breaking decisively from Cannon in the 1939-1940 disagreement within the SWP over the nature of the Soviet Union.

Cannon, in contrast, proved to be the red continuity that evolved from the revolutionary syndicalism of the Industrial Workers of the World to the founding of the Communist Party in 1921 to the break from Stalinism in 1928 to the founding of the Socialist Workers Party and the Fourth International in 1938. Thereafter, whatever errors he may have committed, it was Cannon not Shachtman, who embodied revolutionary internationalism.

In the regroupment of the revolutionary left that is necessary at the current conjuncture, we will need and rely on a diversity of talents. Shachtman brought much to the making of the revolutionary Trotskyist left, but he contributed also a great deal of a negative kind. A great irony is how kind history has been to Shachtman, and how harsh it has been on Cannon, routinely dismissed as a limited theoretical mind with a Zinoviev appetite for bureaucracy. Yet it was Cannon, more than any other figure in the United States Trotskyist movement who built and sustained a revolutionary organization and remained firm in his programmatic principles, which were anything but parochial. In a reconstituted revolutionary left, we will need Cannon's resolve, his principle, his steadfast adherence to a politics of class struggle, and his refusal of the clique politics and combinations that so often sadly animated Shachtman.

As Trotsky once said: "Those who cannot defend old positions will never conquer new ones." Cannon stayed such a course of revolutionary resolve, holding to old positions of programmatic principle while learning new lessons of how to function as a revolutionary.

TRÓTSKI E A AMÉRICA LATINA

TROTSKY EN CUBA EN 2019

Alan Woods

La celebración de una conferencia, acerca de la vida y las ideas de León Trotsky, en Cuba, representa un acontecimiento de una gran importancia, yo diría, a nivel internacional.

Por muchas décadas, desafortunadamente, este tema no era muy conocido en Cuba. Hace un par de años yo participé en una conferencia en el museo León Trotsky acompañado por un gran escritor cubano, Leonardo Padura, autor de un gran libro, *El hombre que amaba a los perros*, en que él confesaba que hace algunos años tenía grandes dificultades para conocer la vida y las ideas de León Trotsky, que durante décadas era lamentablemente un tema tabú, en Cuba.

Esto es una gran lástima, porque indudablemente las ideas y la vida de este gran revolucionario forman una parte importantísima de la herencia del bolchevismo, del marxismo revolucionario, que debería de ser conocido por la gente, los compañeros, los jóvenes, los obreros de Cuba, igual o más que en el resto del mundo, por la importancia vital que tiene. Porque estamos hablando de un hombre que tiene una vida increíble

desde el punto de vista humano, desde el punto de vista literario y, sobre todo, desde el punto de vista de la Revolución socialista.

He aquí un hombre que desde los 18 años, cuando era un joven estudiante, empieza a participar activamente en el joven movimiento revolucionario marxista en Rusia, participando en las luchas obreras, escribiendo folletos y literatura acerca de las huelgas revolucionarias de finales del siglo XIX. Como consecuencia, es detenido. Fue mandado al exilio en Siberia, escapó de Siberia, y en el año 1902 él aparece en Londres empezando una colaboración importantísima con el otro gran revolucionario ruso: Vladimir Ilich Lenin. Ya en la primera revolución rusa del año 1905, el joven León Trotsky, joven porque nada más tenía 26 años de edad, era el presidente –algo increíble si lo piensas– del soviet de San Petersburgo. Después de la derrota de la Revolución fue detenido, nuevamente mandado a Siberia. Nuevamente se escapa y va a Viena, donde lanza un periódico importante, con el nombre de Pravda. Durante la Primera Guerra Mundial, él solo, en París, publica un diario, un periódico de todos los días contra la guerra, defendiendo las posturas revolucionarias internacionalistas. Cuando la famosa conferencia de Zimmerwald, donde Lenin también estaba presente, representando el ala de izquierdas, fue Trotsky quien escribió el manifiesto y los documentos de esta conferencia. Y finalmente, en la revolución rusa de octubre de 1917, fue Trotsky, junto con Lenin, quien dirigió la Revolución. El papel de Trotsky está muy bien descrito en un libro muy famoso de John Reed, *Diez días que estremecieron al mundo*, un libro que deberías de leer, que destaca el papel fundamental de Trotsky en la movilización de las masas, cómo ganó la guarición de las guardias de los soldados de San Petersburgo, o Petrogrado, como se hizo llamar en aquel entonces. Fue tan identificado con Lenin en aquel momento, que el Partido Bolchevique fue conocido generalmente como el partido de Lenin y Trotsky.

Después, cuando la formación de la Tercera Internacional, la Internacional Comunista (es el aniversario, de hecho, este

año [2019], de este lanzamiento), es Trotsky quien escribe todos los manifiestos y tesis fundamentales de los primeros cuatro congresos de la Internacional Comunista.

En la guerra civil, cuando la joven República soviética fue invadida por 21 ejércitos extranjeros de intervención, y la Revolución estuvo indefensa, sin un ejército (el viejo ejército había desaparecido), nuevamente fue Trotsky quien tuvo la gran tarea en sus manos de la creación del Ejército Rojo. En su famoso tren armado, él pasaba de un frente a otro dirigiendo, inspirando a la tropa en la lucha contra las tropas contrarrevolucionarias y, de una forma increíble (¡es casi un milagro!), logra vencer, insisto, contra 21 ejércitos extranjeros de intervención.

Después, él también cumple varias funciones importantes en el Estado soviético, hasta la fecha trágica de la muerte de Lenin, en 1924. Después de la muerte de Lenin, el destino de la Unión Soviética sufre enormes dificultades de hambre, de insuficiencias de todo, de un boicot de parte de los imperialistas y, como consecuencia del aislamiento de la Revolución socialista en un país terriblemente atrasado, tenemos un fenómeno del ascenso de la burocracia, de una casta privilegiada de oficiales y funcionarios, dirigida por José Stalin.

El fenómeno del estalinismo realmente lleva a cabo una contrarrevolución política, que destruye las bases políticas de la Revolución soviética, de la democracia obrera, del internacionalismo proletario; una reacción, una contrarrevolución en toda regla. Claro, hoy por hoy se hace muy común, se hace muy popular la idea de que en el fondo –ya hay una avalancha de libros que insisten en este tema– que el bolchevismo y el estalinismo son la misma cosa. ¡Pues no, señor, absolutamente falso! Y además, si fuera verdad esa afirmación ridícula, absurda, si fuese realmente verdad, me tienes que explicar una cosa: ¿por qué, para consolidar su régimen, antiobrero, antidemocrático, totalitario y burocrático, por qué Stalin tuvo que exterminar físicamente toda la dirección del Partido Bolchevique, matando a centenares

de miles de comunistas para consolidar su régimen? Que nada tiene que ver, absolutamente nada, con los principios limpios, democráticos e internacionalistas del bolchevismo y de Lenin. Claro, en esta batalla campal, por el alma, si quieres, de la revolución, es Trotsky quien dirige la oposición comunista, la Oposición de Izquierda contra Stalin. Para defender las ideas auténticas de Lenin, del bolchevismo y de la Revolución de Octubre. Claro, Trotsky sabía que no podía ganar, dadas las condiciones objetivas, que finalmente conducen a las derrotas de la Oposición. Fue exiliado, en primer lugar, en Turquía; Stalin pensaba que estaba ya totalmente acabado, sin archivos, sin un aparato (Stalin tenía mucha confianza en el aparato burocrático), que Trotsky no podía hacer nada: grave error. Desde su exilio, Trotsky levanta su voz, fíjate tú, la voz de un solo hombre contra el aparato más grande, más terrible y más asesino que se había visto en la historia del mundo, un hombre contra el mundo entero, un hombre contra Stalin.

André Bretón, el famoso escritor francés, hablaba en esos momentos del “planeta sin visado”. Uno tras otro, los llamados países democráticos le negaron a Trotsky el permiso de estar en su territorio nacional, hasta que finalmente un país, un país que se llama México, bajo la dirección de un grupo de oficiales de izquierdas, un poco similar, si quieres, similares a Hugo Chávez, mi gran amigo y compañero... Lázaro Cárdenas, y los demás, finalmente abren las puertas y, con una gran generosidad y espíritu solidario, y también bastante interés en las ideas de la Revolución (México también había tenido una revolución, no olvidemos, una revolución burguesa), ofrecen el asilo político a León Trotsky.

Hay quienes dicen, no pocos, que la última década en la vida de Trotsky fue algo sin interés realmente, si comparamos con las grandes hazañas de la Revolución, de la Guerra Civil, del soviét de San Petersburgo, etc. Pues no, esta opinión es totalmente

falsa. Al revés, Trotsky, escribiendo en su diario, dice lo siguiente: “para mi éste es el momento más importante de mi vida.” Fíjate tú, aislado, un solo hombre, repito, aislado en una habitación de su casa en México, a miles de kilómetros de Europa y de Rusia, este hombre, León Trotsky, lleva a cabo una misión que nadie más podía haberlo hecho; solamente él, el último testigo, porque Satlin había asesinado, estaba asesinando, con estos monstruosos Juicios de Moscú, las purgas, asesina a todo el cuartel general del Partido Bolchevique, todos los dirigentes: Zinóviev, Kámenev, Radek, Bujarin, y después, por supuesto, los generales, tan geniales como Tujachévsky y otros, masacrados por Stalin de una forma monstruosa. Un solo hombre, un solo testigo queda para defender la bandera de Lenin y de la Revolución de Octubre, y esto fue el gran logro de Trotsky.

Claro, Stalin tenía en sus manos toda la riqueza de un subcontinente, de la URSS, todo el dinero, toda la riqueza, todos los recursos, la prensa, los medios y, claro, la GPU, las armas, las bombas, las pistolas, los cuchillos, para ir asesinando uno por uno a todos los que se ponían en su camino, incluyendo a todos los camaradas de Trotsky, sus amigos, su familia; sus hijos, uno por uno, fueron asesinando. Su hijo León Sedov, que estaba activo en la Oposición de Izquierda Internacional, en París, es asesinado por la KGB (la GPU), después de una operación que tuvo, en un hospital. El caso más trágico, quizás, fue el caso de su hijo menor Serguei, que realmente quedó atrás porque él no participaba en la política y Trotsky pensaba que a lo mejor no le iba a pasar nada: grave error. Stalin, entre otras cosas, era un hombre tremendamente cruel y vengativo, y quería vengarse contra sus enemigos y sus rivales, también asesinando a sus familias, a sus hijos, a sus mujeres, a sus nietos, a quien sea, cualquier persona que estaba en su camino.

Trotsky quedaba solo, luchando contra este monstruo, este engendro del estalinismo. Las únicas armas que él tenía no eran ametralladoras, fusiles, bombas, cuchillos. No, nada de eso,

las únicas armas que él tenía en sus manos eran ideas, libros que él escribió, artículos denunciando los crímenes de Stalin, defendiendo las ideas auténticas del bolchevismo y he aquí el gran logro, la gran tarea que cumplió ese gran revolucionario en los 10 últimos años de su vida: grandes obras como pueden ser la *Historia de la revolución rusa*; *La revolución traicionada*, publicada en 1936, un gran libro, una obra maestra del marxismo, el único libro, hasta el día de hoy, que sirve para explicar desde un punto de vista marxista, claramente, cómo fue y por qué fue la degeneración burocrática y estalinista de la Revolución rusa; *En defensa del marxismo*, y otros muchos libros que él publicó durante este periodo, que sirven como un herramienta. Él sabía perfectamente –era realista– que tarde o temprano Stalin iba a acabar con su vida, tenía total certeza de este tema, pero él lo que quería hacer, y eso sí que lo logró, fue guardar estas ideas y transmitir las íntegras, honestamente, a la nueva generación de luchadores, no solamente en la URSS, sino en todo el mundo.

El fin de Trotsky, el fin trágico de ese gran hombre, pues, es muy conocido, no voy a repetirlo mucho aquí; vosotros en Cuba tenéis un gran libro, en mi opinión, una de las obras maestras de la literatura moderna, que es de mi amigo Leonardo Padura: *El hombre que amaba a los perros*. Léelo, si no lo has leído, describe de una forma muy brillante y muy honesta, y con mucha certeza, exactamente lo que pasó. Hubo dos intentos, uno en mayo de 1940, en un ataque con bombas y con armas contra la casa de Trotsky, que habían infiltrado con un agente que pasaba por ser uno de los guardias, Sheldon Harte, que fue después asesinado por los estalinistas por el fracaso de este intento. Después, claro, los compañeros americanos daban mucho dinero para construir muros más altos, una torre de vigilancia (cosas de fortificación). Trotsky era muy escéptico con respecto a esas medidas, porque él decía, con mucha razón, que la segunda vez sería con otros métodos, totalmente distintos, y así fue. El

día 20 de agosto de 1940, un agente estalinista catalán, Ramón Mercader, que tenía el nombre falso de Jackson, penetró de una forma totalmente astuta y deshonestamente, traicionera, dentro de la casa, pretendiendo dar a Trotsky un artículo que supuestamente él quería que Trotsky leyese. Lamentablemente, los guardias, que eran jóvenes ingenuos, se dejaron engañar por este gánster, este asesino vil y cobarde, y dejaron a los dos hombres solos. Trotsky estaba pacíficamente leyendo el artículo del monstruo Jackson cuando el asesino detrás de él, de una forma cobarde, le da un golpe mortal en la cabeza con un piolet. Trotsky no murió en el instante, el gran revolucionario seguía con suficientes fuerzas para levantarse, gritando por auxilio, luchando, peleando con Jackson, hasta que finalmente los guardias entraron y le apresaron. Claro, eso fue la última batalla de Trotsky, la última batalla contra el estalinismo, una batalla que él, inevitablemente, perdió. Al día siguiente, él murió de sus terribles heridas.

Cuando Stalin se enteró de la muerte de Trotsky, de su enemigo número uno, el hombre al que más temía, el hombre que más temía, un solo hombre... Tenía que liquidarle, ¿por qué? Pues mira, José Stalin era uno de los más grandes criminales en toda la historia, sí, era un criminal, sin más, y como cualquier criminal, él sentía la necesidad de eliminar todos los testigos. He aquí el secreto de por qué estaba tan obsesionado con un hombre que estaba, teóricamente, indefenso en México, a miles de kilómetros de distancia de Moscú. Y no obstante, sabemos de las autobiografías de sus agentes, como Sudoplatov, que organizó el asesinato: sabemos los detalles. Stalin estaba tan obsesionado que tenía en su mesa todos los días los escritos y artículos de Trotsky, él tenía miedo de la posibilidad del éxito de la Oposición, quería eliminar a Trotsky y lo logró. Cuando él se enteró de que finalmente había muerto su gran enemigo, obviamente estaría muy contento. Él pensaba que ya estaba todo resuelto, sí. ¿Pero sabes una cosa, amigo mío?, es muy fácil liquidar a un hombre o a una

mujer físicamente, nada más simple, cualquier cosa sirve, una bala, una bomba, un cuchillo o un piolet, lo que sea, es muy fácil. ¿Pero sabes otra cosa?, lo que no se puede destruir en una idea, y sobre todo una idea que exige la historia: una idea verdadera. Lenin decía alguna vez: “el marxismo es todo poderoso porque es verdad.” Y Trotsky decía la verdad, y sus ideas representan la verdad. Entonces, ésta es la auténtica victoria de Trotsky: aun muerto, aun asesinado físicamente, liquidado, sus ideas viven y viven hoy, y es auténtica herencia no solamente de Trotsky, es auténtica voz, ¿de qué? No de Trotsky, sino la auténtica voz del bolchevismo-leninismo y de la Revolución de Octubre, ni más ni menos.

JULIO ANTONIO MELLA Y EL TROTSKISMO

Carlos Ricardo Márquez

Mella escribió en alguna ocasión “Vencer o servir de trinchera a los demás: Hasta después de muertos somos útiles”. Y lo sigue siendo. Mella admiraba a León Trotsky al que llamaba: “el dínamo de la revolución”. Entró en contacto con la oposición de izquierda internacional y en choques con los métodos y las ideas del reformismo y el estalinismo. A él le gustaba decir las cosas como son, sigamos su ejemplo. Hay que decir que Mella dedicó su vida a la revolución —y murió por ella— y en ello entró en conflicto con el burocratismo y con los oportunistas que con una fraseología radical planteaban poner un freno a la revolución, conciliando y sucumbiendo frente a la gran burguesía.

Parece increíble que Julio Antonio sólo viviera 27 años convirtiéndose en figura central del movimiento comunista en Cuba, México y Latinoamérica. La juventud es el motor de la revolución proletaria. Mella nos recuerda a los bolcheviques rusos, esos incansables jóvenes que rompieron con lo establecido bajo una perspectiva revolucionaria proletaria clara. Sin gente así no se puede revolucionar la sociedad. Pero no es suficiente ese

impulso, también se requiere construir las sólidas fuerzas que la transformen: el partido revolucionario.

EL IMPACTO DE 1917

La toma del poder de los trabajadores rusos sacudió al planeta, abriendo las compuertas de la lucha de clases a nivel internacional. En Cuba ya existía una incipiente tradición socialista antes de 1917. Los emigrados cubanos, desde la mitad del siglo XIX, habían entrado en contacto con ideas socialistas. En 1918 encontramos grupos comunistas y anarquistas que simpatizan con la revolución rusa y se dan los primeros intentos de construir un partido comunista, tarea que no fructificó.

Los vientos de cambio vinieron a Cuba inicialmente de la mano de los estudiantes universitarios que se enfrentaron a Machado, apenas dos años después del triunfo de la revolución rusa. Julio Antonio, proveniente de la pequeña burguesía, se inmiscuyó en la lucha de forma dirigente y entró en contacto con líderes obreros como el anarcosindicalista Alfredo López, quien tendría una enorme influencia sobre él.

Mella fue comprendiendo la necesidad de la unión con la lucha proletaria. En la lucha estudiantil iría evolucionando, a través de su consecuente práctica, de una posición reformista a una revolucionaria. Eso se puede notar en los artículos escritos en la revista universitaria Alma Mater y en la siguiente revista Juventud, en ésta última empieza a defender la necesidad de la revolución social. Ahí aparece un artículo suyo, en febrero de 1924, sobre la muerte de Lenin, "Lenine Coronado", donde también se puede leer una primera referencia explícita y favorable a Trotsky. Esto no es de extrañar, en ese momento era incuestionable que estos dos personajes fueron los dirigentes principales de la revolución de 1917 y del partido bolchevique. No se puede entender el triunfo de la revolución rusa sin el papel de estos dos hombres.

A nivel internacional el partido bolchevique era conocido como el partido de Lenin y Trotsky.

Lenin y Trotsky, aunque en los puntos fundamentales siempre coincidieron, tuvieron algunas diferencias antes de la revolución que los mantuvieron alejados. Esas diferencias se borrarían en la práctica. Estando en dos puntos distantes sin contacto entre ellos, sacarían las mismas conclusiones sobre las tareas de la revolución. En 1917, no había ya razón que impidiera su plena unificación. A partir de ese momento, Lenin dijo que no había mejor bolchevique que Trotsky, siendo desde entonces cercanos compañeros de armas. En 1924 la burocracia iniciaba su ascenso, Lenin establece una alianza con Trotsky para combatirla. Lo interesante es que Mella no sólo en 1924 hablaría favorablemente sobre Trotsky, sino también en los periodos donde había un franco ataque en contra de él e incluso cuando a sus seguidores les habían expulsado del partido comunista.

DEL LENINISMO AL ESTALINISMO

En agosto de 1925 se funda el Partido Comunista Cubano (PCC) en una reunión clandestina con 13 delegados. Las principales figuras fueron Carlos Baliño (histórico combatiente desde la época independentista) y Julio Antonio Mella. En los años 20 emergió una generación de jóvenes revolucionarios, la figura de Julio Antonio Mella es su iniciadora y su centro. La incorporación de Mella al comunismo se da en los primeros años del tránsito del bolchevismo a la estalinización, que afectó no solo al partido comunista y al estado ruso sino a toda la internacional. Julio Antonio no fue imparcial y podemos decir con toda seguridad que no se posicionó del lado de Stalin en esta pugna que él conocía. Un ejemplo claro es que mientras Mella hizo varias referencias favorables a Lenin y Trotsky, nunca escribió en sus artículos el nombre de Stalin.

La revolución de Octubre estableció el régimen más democrático de la historia. La democracia obrera implicó el control de los soviets y de los trabajadores sobre el Estado y la economía; nació una enorme libertad artística que se expresó en el surgimiento de distintas vanguardias; había una independencia de los sindicatos por parte del Estado, para, como dijo Lenin, se pudieran defender de los excesos del propio Gobierno Obrero; el partido bolchevique seguía siendo el espacio de combate de ideas revolucionarias, donde el surgimiento de corrientes y agrupaciones políticas era lo más normal. En medio de las condiciones más duras de la lucha, en medio del acoso y ataques brutales de los imperialistas, como lo fue la guerra civil, el partido seguía celebrando sus congresos anualmente. La Internacional Comunista seguía esa misma tradición. La democracia obrera lejos de abrir la puerta a la contrarrevolución, amalgamaba a los revolucionarios.

Bajo la dirección de Lenin y Trotsky se combatía cualquier privilegio y los debates se daban políticamente arguyendo a la autoridad moral y a la fuerza de los argumentos de la dirección. Con el ascenso de la gris burocracia se sustituyó a la dialéctica por el dogmatismo, el debate de las ideas fue aplastado por el aparato. El espíritu revolucionario de Mella no podía lidiar con esa caricatura que quería parecer marxista. En la antigua Roma el cristianismo fue cooptado por la casta gobernante y se convirtió en una religión de la clase en el poder pero manteniendo un discurso a favor de los pobres. De forma similar la burocracia estalinista hablaba a favor de la revolución de Octubre negándola en la práctica.

EXPULSADO DEL PARTIDO COMUNISTA

Mella se acerca al marxismo, atraído por el legado de Octubre. Él se inspiró en las ideas y la práctica de Lenin y Trot-

sky, a los que había leído. Él se convirtió en un momento en la figura central de la lucha contra Machado en Cuba, quien respondió atacándolo y encarcelándolo.

Mella es la conjunción de la historia de la lucha revolucionaria cubana que se liga a las ideas científicas del marxismo revolucionario. El marxismo no es un movimiento nacido de la nada, se inspira y liga al movimiento revolucionario anterior, iniciando por el socialismo utópico aunque superándolo. El caso de Mella se inspira en la tradición revolucionaria cubana, es conocido su escrito (que quería convertir en libro) sobre José Martí. Cuba era un país que nunca había sido libre y Mella comprende el potencial revolucionario de la lucha de liberación nacional.

El joven Partido Comunista Cubano, en parte por su juventud, su debilidad y la represión de que era objeto por parte de Machado; pero también en parte por la debilidad política de su dirección, entró en un amargo conflicto con Mella, al grado de realizarle un juicio interno y expulsarlo de la organización.

Aquella dirección del PCC no fue capaz de ponerse a la altura de las tareas históricas, al grado de preocuparse más por que Mella realizaba su huelga de hambre que por hacer una campaña consistente por su liberación. En vez de entablar un debate claro de la táctica a seguir, llegaron a acusar a Mella de hacer la huelga de hambre contra sus compañeros, de ser individualista y poco proletario. Cuando Mella salió de la cárcel enfermo, perseguido y con el peligro de ser asesinado, las críticas duras del PCC se mantuvieron. Querían control más que brindar respuestas correctas y claras frente a los ataques. La debilidad política lleva a la solución de problemas no por el debate sino por el aparato. Ese fue el primer gran desencuentro de Mella con este tipo de métodos burocráticos.

Sus palabras, al salir de la cárcel, son en parte una crítica a la dirección del PCC reafirmando que tiene plena fe en sus ideales. A la vez que pide la libertad del resto de compañeros

presos señala que: “El pueblo de Cuba ha demostrado que sabe vivir el actual momento histórico de la Humanidad”. Contrario a la estrechez de miras de los dirigentes comunistas cubanos de aquel momento.

Al exiliarse en México, Mella ingresa al Partido Comunista de ese país. La Internacional Comunista, tuvo que intervenir para que el PCC reconociera su error y su formal readmisión a la organización.

Mella no fue un exiliado derrotado, sino un militante activo. Nunca deja de lado la lucha revolucionaria en Cuba a la vez que se integra a la lucha de clases en México. Es un defensor del frente único leninista, impulsa agrupaciones de apoyo a la lucha de Sandino en Nicaragua, por la liberación de Saco y Vanzetti (por lo cual pisa la cárcel nuevamente) y es parte de la dirección de la Liga Antiimperialista de América.

BRUSELAS Y LA URSS

En nuestra opinión, el viaje a Bruselas y a la URSS es un punto de inflexión en el desarrollo político de Julio Antonio. En los debates del encuentro antiimperialista se da una ruptura definitiva con el oportunismo de Haya de la Torre y el APRA (ya en México habían entablado una polémica), en esencia ellos tenían una política de subordinación imperialista. Ahí también se da un nuevo enfrentamiento con los métodos del aparato.

Las posiciones políticas de Mella tienen un buen eco en el Congreso Antiimperialista de Bruselas, al igual que en la URSS sus posturas sobre la táctica sindical. Se eligió un representante permanente de América Latina para la Internacional Sindical Roja y Mella fue un candidato natural para el cargo. El aparato actuó, bajo la mano de Antonio Codovilla, para combatir políticamente a Mella y evitar que quedara como el representante sindical latinoamericano. Codovilla, sabiendo que podía per-

der, evitó la votación y llamó a seguir discutiendo en una nueva reunión, citando a sus fieles a una hora y media hora después a quienes apoyaban a Mella, cuando estos últimos llegaron fueron criticados por indisciplinados además que la votación ya se había realizado. Codovilla se lavó las manos con el argumento que fue un error de traducción.

Otra cosa importante pasó en ese viaje. Mella entró en contacto con Andreu Nin, en aquel momento miembro de la Oposición de Izquierda. Él explicó las diferencias en la internacional y mostró el programa. Poco tiempo después de su salida de la URSS, la Oposición sería expulsada del Partido.

En ese tiempo Mella escribe el artículo “Cuadros en la Unión Soviética” donde no aparecen críticas a la URSS. Cada fruta tiene su estación, hay momentos para ser cautelosos y otros para pasar a la ofensiva en la crítica. Dicho artículo muestra una serie de avances de la economía planificada y de la revolución, a pesar de la burocracia, pero incluso ahí cita nuevamente a Trotsky, lo cual en sí mismo, en ese momento de hostilidad contra la oposición, ya era un abierto desafío.

¿A DÓNDE VA EL APRA?

Los bolcheviques sabían que la única esperanza para la revolución rusa, donde no había condiciones para el socialismo debido a su atraso, era la extensión de la revolución al resto de los países, sobre todo a los capitalistas desarrollados. Con el estalinismo se pasó del internacionalismo proletario al socialismo en un solo país y se retomó la vieja consigna menchevique de la revolución por etapas. La “nueva” estrategia revolucionaria fue la alianza con la burguesía nacional “progresista” en contraposición de la política de Lenin y Trotsky, quienes siempre defendieron la independencia de clase. La contrarrevolución burocrática no regresó al punto de inicio, por todo un periodo se mantuvo la

base económica basada en la planificación que, pese a todo, significó enormes avances económicos, aunque bajo la asfixia y el freno del burocratismo.

El fenómeno del burocratismo le tocó vivirlo a Lenin en sus primeras etapas, estableció una alianza con Trotsky para hacer frente y combatirlo. Su muerte y la derrota de la revolución alemana de 1923, aceleró la batalla interna. Trotsky y sus seguidores conformaron la Oposición de Izquierda, llamándose a sí mismos los Bolcheviques Leninistas, reflejando que su tarea era la defensa del verdadero legado de Octubre.

El escrito de mayor madurez en la vida de Mella es: “¿Hacia dónde va el ARPA?” Que no es una polémica únicamente contra Haya de la Torre, Mella nos aclara que: “Contestar al ARPA es un medio de contestar a todos los oportunistas y reformistas traidores que sustentan iguales o similares ideologías, aunque nieguen tener vinculación con el ARPA, o se digan enemigos de ella. De aquí la utilidad de tratar de fijar nuestros puntos de vista frente a la propaganda de los traidores conscientes al proletariado *y a los pseudo-reformistas de las tendencias revolucionarias*” (subrayado nuestro). Se puede deducir que la crítica iba dirigida también al mismo seno de la Internacional Comunista.

En su polémica contra Haya de la Torre, Mella critica su política que con un discurso pseudorevolucionario terminaba conciliando y sucumbiendo ante la burguesía. Citando a Lenin le responde:

“La Internacional Comunista debe apoyar los movimientos nacionales de liberación [aunque tengan una base, como todos la tienen, democrático burguesa, nos aclara Mella] en los países atrasados y en las colonias solamente bajo la condición de que los elementos de los futuros partidos proletarios, comunistas no solo

de nombre, se agrupen y se eduquen en la conciencia de sus propias tareas disímiles, tareas de lucha contra los movimientos democráticos burgueses dentro de sus naciones. La I. C. debe marchar en alianza temporal con la democracia burguesa de las colonias y de los países atrasados, pero sin fusionarse con ella y salvaguardando expresamente la independencia del movimiento proletario, aun en lo más rudimentario”.

Y reflejando su cercanía con la postura de Trotsky, alejándose del estalinismo que en ese momento defendía el apoyo a los kulaks, planteando su enriquecimiento, y a nivel internacional su apoyo a la burguesía nacional progresista, dice:

“En su lucha contra el imperialismo —el ladrón extranjero— las burguesías —los ladrones nacionales— se unen al proletariado, buena carne de cañón. Pero acaban por comprender que es mejor hacer alianza con el imperialismo, que al fin y al cabo persiguen un interés semejante. De progresistas se convierten en reaccionarios. Las concesiones que hacían al proletariado para tenerlo a su lado, las traicionan cuando este, en su avance, se convierte en un peligro tanto para el ladrón extranjero como para el nacional. De aquí la gritería contra el comunismo”.

En uno de los puntos centrales de las divergencias entre Trotsky y los estalinistas, Mella se posiciona del lado del primero.

EL INICIO DEL TROTSKISMO EN MÉXICO

Julio Antonio, a su regreso a México, da una batalla por la defensa de las ideas de la Oposición de Izquierda junto a Russell Blackwell, que usaba el seudónimo de Rosario Negrete. Por

citar uno de los testimonios que nos hablan de ello, podemos mencionar las palabras de Manuel Rodríguez, quien dice:

“Yo acompañé a Rosario Negrete a Veracruz, en el momento de la rebelión escobarista. Íbamos a entrevistarnos con Úrsulo Galván, él como encargado de los Pioneros y yo como secretario general del Socorro Rojo Internacional. En ese viaje, Negrete empezó a platicarme de las diferencias entre Trotsky y Stalin, y me dijo que platicara con Julio Antonio Mella. Platicué varias veces con él, compartía los puntos de vista de Negrete” (Olivia Gall, Trotsky en México).

Nuestra compañera y amiga, Celia Hart Santamaría, nos recordó cómo Mella le obsequió a Alberto Martínez la Plataforma de la Oposición con la dedicatoria: “Para Alverto Martínez con el propósito de rearmar al Comunismo” (Celia Hart, “Julio Antonio, hasta después de muerto”). Este es Mella después del viaje a Bruselas y a la URSS.

El espíritu revolucionario incansable de Mella le llevó a choques continuos con la política del estalinismo y sus direcciones nacionales. Su autoridad y trabajo lo hacían un objetivo difícil de hacer a un lado y, por el contrario, tenía que ocupar roles de primer orden. Blackwell nos explica:

“En México, a pesar de los continuos desacuerdos con los dirigentes oportunistas del partido mexicano, Mella pronto se convirtió en un líder destacado. Debido a las instrucciones, el partido mexicano prácticamente obligó a Mella, así como a muchos otros camaradas extranjeros, a dedicarse casi exclusivamente al trabajo antiimperialista. Mella fue durante un período considerable secretario general de la Liga Continental

Antiimperialista de toda América y de esta manera sus energías se desviaron en gran medida del campo donde habría sido más útil para el movimiento. Más tarde, sin embargo, durante un período en 1928, Mella ocupó provisionalmente el secretariado general del Partido Comunista de México”.

Blackwell también nos menciona como Mella, al ser el secretario provisional del PCM, da una ofensiva contra la política de conciliación con la burguesía. Se da una diferencia fuerte en la táctica sindical, donde Mella defiende (y gana el debate) de crear una nueva confederación sindical (diferente a la CGT y la oficialista CROM), en un momento donde, dice Blackwell, era posible aglutinar a sectores que estaban rompiendo con los reformistas y burócratas y romper la hegemonía de control en los sindicatos mexicanos.

Este debate acrecentó las tensiones en el PCM mientras Mella era acusado de ser trotskista. Vino una ofensiva en contra de él con toda una presión del aparato, Blackwell nos explica:

“Pero al regreso de la delegación Mexicana de Moscú después del Sexto Congreso Mundial de la Comintern, el camarada Mella no solo fue removido de este puesto provisional, sino que también fue eliminado sumariamente del Comité Central, ante la insistencia del ala derecha de la C.E.C. dirigido por Martín (Sitirner) y Carrillo. En un período anterior, Mella había sido acusado de ‘trotskista’ y solo a través de una renuncia formal al punto de vista de la Oposición de Izquierda, que probablemente fue el mayor error político de su carrera en el partido, se le permitió mantener el liderazgo” (Russell Blackwell, “Julio A. Mella”, marxist.org).

Efectivamente, en una reunión del Comité Central del

Partido Comunista Mexicano, en medio de todas las presiones, Mella dice no pertenecer a la oposición de izquierda, nótese que Blackwell usa el término “renuncia formal del punto de vista de la Oposición” pues no significa un abandono en la realidad de esas ideas ni mucho menos una asimilación de las del estalinismo. En medio de esta disputa Mella es echado, por segunda vez, fuera de un Partido Comunista.

¿QUIÉN ASESINÓ A MELLA?

Un mes antes de su asesinato, Mella tuvo una agria discusión con Vitorio Vidalli dentro del local del Partido Comunista, enfurecido, el segundo le dijo: “No lo olvides nunca: de la Internacional se sale de dos maneras, ¡o expulsado o muerto!”. Este personaje tendría una historia oscura, durante la guerra civil española Andru Nin, ex militante de la oposición de izquierda y miembro del POUM, fue asesinado por los estalinistas. Vidalli es acusado de estar implicado en este asesinato al igual que el del mismo Trotsky. Tras la muerte de Mella, su pareja sentimental, Tina Modotti, terminaría unida a Vittorio Vidalli. Tina estuvo junto a Mella cuando lo asesinaron y en la propia investigación policiaca fue acusada de estar implicada.

El Estalinismo es tan opuesto al bolchevismo que tuvo, para consolidarse en el poder, que exterminar a la generación del partido que hizo la revolución. Entre 1936 y 1938 se realizaron los juicios de Moscú, donde fueron condenados a muerte, acusados de crímenes contrarrevolucionarios, una gran cantidad de militantes comunistas. Algunos de ellos no llegaron siquiera a ser juzgados pues no sobrevivieron a las salas de tortura, cárceles y los campos de concentración. El propio León Trotsky sería asesinado en 1940 por un agente estalinista en la misma ciudad que vio morir a Mella. Pero el comunista cubano fue asesinado en 1929, cuando ésta práctica de asesinatos del estalinismo aun

no era aplicada.

Sobre la muerte de Mella, diversos historiadores como Adys Cupull, Froilan González o Christine Hatzky, han dado pruebas de que los asesinos materiales fueron matones de Machado, el presidente cubano, llamados: José Agustín López Valiñas y Miguel Francisco Sanabria.

Russell Blackwell (Rosalío Negrete), fundador de la Oposición de Izquierda en México, señala en el ya citado artículo biográfico de Mella, escrito dos años después de su muerte: “El 10 de enero fue asesinado a tiros en la calle por los asesinos de Machado...”, reconociendo al dictador cubano como el asesino. Una de las investigaciones más recientes, realizada por Gabriela Pulido y Laura Moreno, indaga en archivos encontrados de la policía mexicana que se comparan con los de la policía cubana, demostrando además su complicidad en este asesinato y la protección de los ejecutores materiales (ver El asesinato de Julio Antonio Mella: informes cruzados entre México y Cuba, Secretaría de Cultura e INAH).

Como bien dice Julio Cesar Guanche: “ambas versiones [del asesinato de Mella] explican mejor la vida de Mella que su muerte: lo explican todo sobre su carácter revolucionario” (“¿Por qué leer a Julio Antonio Mella?”, rebelión.org).

¿FUE MELLA UN TROTSKISTA?

El término trotskista fue inventado para desprestigiar a quienes mantuvieron en legado de Octubre y se agruparon en la Oposición de Izquierda, distorsionando con ellos sus ideas e invirtiendo el papel jugado por Trotsky y Stalin en la revolución. La última batalla de Lenin luchar contra la burocracia en una alianza con Trotsky. Se creó una escuela de falsificación estalinista que escribió una nueva y distorsionada historia. En su viaje a Moscú y Bruselas, Mella se puso al tanto de estos debates de la

internacional.

Difícilmente se cuestionan las credenciales marxistas de Julio Antonio Mella. León Trotsky no es más que la continuidad de las ideas del auténtico marxismo y es evidente que Mella no fue un estalinista y se inspiró en las ideas y lucha de Lenin y Trotsky. Mella tenía una cabeza propia que pensaba con dialéctica y libertad, pero con una posición de clase y llegando a la conclusión del papel traidor no sólo del imperialismo sino también de las burguesías nacionales (los ladrones locales). Fue un internacionalista que nunca abandonó la lucha revolucionaria en Cuba, de la que en su momento dijo que: “La lucha es internacional, como internacional es la fuerza que sostiene al gobierno de Cuba: el imperialismo capitalista”.

Mella tiene raíces nacionales en su lucha revolucionaria, admiró a José Martí pero entendió el papel de la clase obrera. Sabía que en la lucha de liberación nacional la clase obrera debía jugar el rol dirigente, comprendió el papel traidor de la burguesía nacional y que la liberación nacional completa del imperialismo no podía darse sin una lucha por el socialismo. En su artículo “El grito de los mártires”, sentencia: “Ya no hay patria. Sólo clases enemigas”.

¿Mella perteneció a la Oposición de Izquierdas? En realidad la oposición se estaba creando, Julio Antonio Mella jugó un papel en ese arranque siendo una vía para llevar las ideas de los bolcheviques leninistas a México y Cuba. Bajo las presiones, Mella dijo que no pertenecía a la Oposición. Eso pudo haber sido un error momentáneo, aunque no un abandono de las ideas. La oposición no era un ente creado sino un organismo en construcción. No significa un abandono de Mella de las ideas y la perspectiva, tras su muerte varios de sus colaboradores cercanos formarían la Oposición de Izquierdas.

Mella fue un revolucionario íntegro y eso lo llevó naturalmente a chocar una y otra vez con el estalinismo, no tene-

mos dudas que si hubiera vivido más, hubiera estado del lado de Blackwell en México o Sandalio Junco en Cuba, reivindicando las tradiciones del bolchevismo y en contra el oportunismo estalinista. En ese momento, si Mella fue formalmente de la oposición de izquierdas o no, es lo de menos, lo importante fueron las ideas que defendió, que en esa disputa de la internacional se posicionó en los puntos nodales con las de Lenin y Trotsky en oposición a las ideas y métodos del estalinismo.

Las ideas y tradiciones de León Trotsky no son ajenas a la tradición revolucionaria cubana y latinoamericana, forman parte integral del nacimiento de nuestro movimiento y de los Partidos Comunistas en la América.

EL “JUICIO” DE SANDALIO JUNCO
(A PARTIR DE LAS ACTAS DE LAS REUNIONES
DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA)

Caridad Massón Sena¹

El trotskismo en Cuba tiene sus antecedentes directos en la existencia de una corriente discrepante dentro del Partido Comunista (PCC). A fines de 1930 se había producido un reajuste estratégico-táctico en el programa de lucha de dicha organización a partir de las orientaciones emanadas de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana efectuada en Buenos Aires unos meses antes. El mismo planteaba que la lucha tendría dos fases: la primera democrático-burguesa de carácter antifeudal y antimperialista, lograda a través de la alianza obrero-campesina y el establecimiento de los soviets, y una segunda

¹ Dra en Ciencias históricas, Licenciada en Filosofía, trabaja como Investigadora Titular en el Instituto Cubano de investigación Juan Marinello de La Habana, Cuba. Especialista en estudios del movimiento obrero y comunista cubano y latinoamericano.

netamente socialista. Sin embargo, soslayaba la posibilidad de coaliciones con las organizaciones nacionalistas opositoras a la dictadura de Gerardo Machado y los esfuerzos unitarios solo debían realizarse con elementos de base de las mismas.

Una parte pequeña de la militancia comenzó a manifestar discrepancias con la línea del Partido. Estas personas ocupaban responsabilidades o eran miembros de fila en sus organismos colaterales, Ala Izquierda Estudiantil (AIE) y Defensa Obrera Internacional (DOI) y también dentro de la Federación Obrera de La Habana. Fundamentalmente estos grupos estaban ubicados en La Habana, Santiago de Cuba y Guantánamo. Según criterio del historiador cubano Rafael Soler, dicha oposición interna tomó un rumbo trotskista a partir de la influencia de Marcos García Villarreal, *Gómez Villar*, Sandalio Junco Camellón, *Hernández*, y Juan Ramón Breá Landestoy, *Neneno*².

Sin dudas, Sandalio Junco fue una de las figuras más importantes de esa corriente ideológica y política durante los años 30 en su calidad de líder de la Oposición Comunista Cubana primero y del Partido Bolchevique Leninista después. A pesar de eso, los estudios sobre su vida y cómo llegó a ocupar esa posición relevante han sido insuficientemente abordados. A partir de la posibilidad de acceder a los materiales desclasificados de los archivos de la Internacional Comunista, pretendo analizar de modo sucinto el proceso que condujo a la ruptura definitiva y a la expulsión de Junco de las filas de Partido Comunista de Cuba.

Sandalio era un obrero negro, notorio defensor de los derechos de los trabajadores panaderos y por su labor sindicalista el gobierno lo expulsó de la Isla. Estuvo radicado en México entre 1928 y 1929. Rafael Soler asegura que ya era dirigente de

2 Rafael Soler Martínez, "Cuba: comunismo y trotskismo en la revolución del 30", Santiago, No 92, 2001, p. 109. En <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2000/SolerMartinez.PDF>

PCC que al llegar a ese país³; mientras Joaquín Ordoqui, miembro del Buró Político del PCC en esa etapa, atestigua en sus *Memorias* que su ingreso al PC ocurrió en México y que desconoce de qué manera llegó a ser vicepresidente de la Federación Internacional de la Alimentación⁴. La cuestión es que Junco, quien se destacaba por sus dotes intelectuales, en abril de 1928 participó en el IV Congreso de la Profintern como representante de los negros de América Latina. En Moscú fue nombrado suplente del Consejo Central de la Profintern y regresó al continente americano para contribuir a la organización del Congreso Sindical Latinoamericano efectuado en mayo de 1929. También ayudó a fundar la Asociación de Nuevos Emigrados Revolucionarios Cubanos dirigida por Julio Antonio Mella y participó junto a otros dos cubanos (Alejandro Barreiro y José Rego) en la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana. Fue deportado por el gobierno mexicano en enero de 1930 y así viajó a la URSS donde se trabajó dentro de la Internacional Sindical Roja.

En la capital moscovita se encontraron Junco y el dirigente comunista cubano Rubén Martínez Villena quien llegó a la ciudad con el propósito de tratar de cursarse de la tuberculosis en agosto de 1930. Juntos participaron en el V Congreso de la Profintern; y en septiembre, Sandalio tuvo que leer el informe redactado sobre la situación de Cuba para presentar en la II Conferencia de PPCC de América Latina, pues su camarada no pudo levantarse de la cama para hacerlo. Como varios delegados pidieron una copia de dicho documento, Sandalio aprovechó la oportunidad para cambiar parte de su contenido con el objetivo de imponer sus posiciones sobre el carácter de la Revolución y sus fuerzas motrices. Esta actuación provocó una seria reprimenda.

3 *Ibidem*.

4 Edith García Buchaca, *Memorias inéditas de Joaquín Ordoqui*, inédito.

menda por parte de Rubén, cuando meses más tarde pudo leer el documento “enmendado” por su compañero.

Para Villena, en los países coloniales y semicoloniales la revolución democrático-burguesa y la socialista ocurrirían de forma simultánea y paralela, a diferencia de la concepción etapista planteada en la reunión de Buenos Aires. Creía que en Cuba -como existía un nivel medio de desarrollo capitalista- era posible un tipo de revolución proletaria que incluyera un importante conjunto de objetivos democrático-burgueses. Así mismo afirmaba que el gobierno a instaurar debía ser la dictadura del proletariado bajo la denominación de gobierno obrero y campesino. Precisamente, respecto a estas cuestiones, ya Junco se había formado otros criterios.⁵

En abril de 1931, el PCC envió a varios militantes a prepararse en la Unión Soviética. Uno de ellos fue el obrero ferroviario y dirigente del Comité Central Joaquín Ordoqui. Cuando Joaquín fue a elaborar su informe de presentación, Junco le sugirió que señalara la existencia dentro del Partido de “dos corrientes de criterios diferentes”. Una de ellas tenía posiciones críticas con respecto a la línea política partidista y acusaba a su dirección de sectarismo y extremismo al no proponerse un acercamiento a los partidos burgueses de la oposición con el objetivo de tumbar a Machado. Joaquín no aceptó la sugerencia, porque consideraba que ese era un grupo muy pequeño y de poca influencia. Durante sus charlas privadas, había comenzado a intuir que Junco estaba influenciado por las ideas del trotskismo. Según recuerda “Junco planteaba que para tumbar a Machado había que acercarse a la oposición burguesa, que eran innecesarias las acciones combatives en la calle, que se debía preservar la vida de los cuadros

5 “Carta de Rubén Martínez Villena a Sandalio Junco”, Sujum, 11 de noviembre de 1930, en Carlos E. Reig Romero (Comp.), *El útil anhelo*, Ediciones La Memoria, Tomo II, La Habana, p. 143.

para la educación revolucionaria y que la burguesía liberal y la pequeña burguesía tendrían un papel importante en la primera etapa de la revolución.”⁶

A fines de 1931 se acordó el regreso a Cuba de aquellos camaradas que habían ingresado a distintos PC en el extranjero. Habían muchos comunistas en la cárcel y era preciso intensificar la lucha. Gracias a este mandato volvieron a la Isla, Junco, Barreiro, Gabriel Barceló, José Chelala Aguilera y otros.

Sandalio regresó por Santiago de Cuba en enero de 1932. El PCC lo esperaba para que asumiera responsabilidades sindicales y atendiera el trabajo del Departamento Negro del Comité Central. Al llegar a La Habana estuvo unos días en prisión y luego rehuyó asumir las responsabilidades asignadas. El 6 abril 1932, el Buró Político tomó el acuerdo de exigirle que hiciera un informe sobre el trabajo que había realizado al interior del país para discutirlo en una reunión.

Mientras eso ocurría, Junco estrechaba contactos con Pedro Varela (dirigente de la Federación Obrera de La Habana), Marcos García Villarreal (perteneciente al Ala Izquierda Estudiantil), Luis Busquet, Juan Pérez de la Riva, Gastón Medina y Vargas Gómez (dirigentes de Defensa Obrera Internacional), Pedro Riveiro (de la Liga Antimperialista), los santiagueros Carlos Padrón, Lincoln Larramendy, Carlos González Palacios, Juan Ramón Breá (este último había conocido a Andrés Nin en España y enviado a Cuba literatura trotskista) y el guantanamero Eusebio Mujal. Primero se creó un Buró de Oposición Comunista de Cuba (OCC), como fracción dentro del PCC el mes de agosto con un Comité Central encabezado por Marcos García Villarreal (secretario general) e integrado por Sandalio Junco, Pedro Varela, Carlos González Palacios, Charles Simeón, Luis

6 Edith García Buchaca, obra citada.

M. Busquet, Roberto Fontanillas, Armando Machado y Carlos Padrón, entre otros. Además se establecieron vínculos con la Oposición de Izquierda Internacional y con trotskistas españoles y franceses.⁷ La OCC se integró con militantes aislados de ideología comunista, aprista y anarcosindicalista y no pudo contar con la incorporación de células o comités seccionales, excepto el caso de Guantánamo. Este no era un movimiento homogéneo, ni clasista ni ideológico, a criterio del estudioso Rafael Soler.⁸

El 26 de agosto de 1932 Sandalio escribió una carta a *Juan El Polaco*⁹, representante del Buró del Caribe de la IC que atendía a Cuba y a quien conocía desde su estancia en Moscú. En su contenido le explica sus propuestas, al parecer en busca de apoyo. Le dice: “nosotros no debemos en términos generales hablar de oposición porque la cuestión así planteada ante las masas supone un serio peligro y un terreno de especulación para los enemigos de la clase obrera.” La línea que propone seguir era la

7 Rafael Soler Martínez, obra citada.

8 En esa etapa el movimiento trotskista internacional trataba de llevar su labor al seno de los PPCC y la Internacional para modificar el rumbo de la actuación de estos.

9 Mendel Nusenovitch Mijrovsky o Witold Antonovich Lovsky (1894- 1938) Seud.: *Juan Sherman, Juan El Polaco, Mirón, Emile, Raúl, Enrique, Ambrosio, Godoy y Castell*. Polaco que trabajaba en la sección latinoamericana de la Profintern, fue enviado a América Latina a hacer trabajo clandestino. En el último trimestre de 1930 estuvo en Cuba para orientar la nueva táctica y estratégica del PCC. En marzo de 1931 viajó a Moscú donde coincidió con Sandalio Junco y participaron juntos en varias reuniones. A su regreso se mantuvo en la isla de modo itinerante durante todo el proceso revolucionario de 1933. En 1934 fue llamado a la URSS para la preparación del VII Congreso de la IC. En 1935 se relacionó con los movimientos comunistas brasileño, chileno y cubano. Regresó definitivamente a la Unión Soviética a fines de 1936. Al poco tiempo fue acusado de trostkista, condenado y ejecutado el 3 de marzo de 1938.

siguiente: 1o.- Estrechar la ligazón entre los compañeros interesados por la creación del PC entre las masas obreras, aliarse con las masas pobres y depurar los fundamentos de Partido. 2do.- Estudiar en forma amplia y concreta de la situación interna del Partido del proletariado y las condiciones político-económicas del país. 3ro.- Celebrar un Congreso Nacional del Partido, representativo de la clase obrera, del campesinado pobre y de la intelectualidad revolucionaria, evitando que fuera un congreso burocrático. 4to.- Relacionarse con los miembros del Partido que sean obreros de taller y con los que representan factores de desarrollo de importancia. 5to.- Preparar de sus tesis y entrar en contacto con la IC para presentarlas.¹⁰ Esta carta es testimonio de las intenciones de Sandalio Junco con respecto a refundar el PCC y, al parecer, no fue respaldada por Juan como se puede intuir de los planteamientos de Junco durante el análisis de su actitud en el seno de la dirección partidista.

El 20 de septiembre de 1932 se efectuó la primera reunión del Comité Central del PCC para examinar el caso de *Hernández* (seudónimo de Sandalio Junco). Posteriormente, el 24 de febrero se realizó un último encuentro donde se determinó la medida disciplinaria que se le impondría al militante en cuestionamiento. Para describir lo que ocurrió en aquella especie de “juicio” en el cual Junco y sus compañeros discutieron a profundidad su proceder y sus posiciones políticas, utilizaremos las actas de las reuniones realizadas al efecto procedentes de los Archivos de la Internacional Comunista en Moscú, que han sido conservados en el Archivo Estatal Ruso de Historia Sociopolítica y a cuyos microfilmes pude acceder en el Instituto de Historia de

10 “Carta a mi querido Juan de J.”, San Luis, agosto 26 de 1932, en https://archivorebelde.org/pages/48097?main_page=8&search%5Bnames%5D%5B%5D=Bur%C3%B3+del+Caribe%3A+Correspondencia.

Cuba. Como no podemos, por cuestiones de espacio, transcribir esos documentos en su totalidad, trataremos de hacer un resumen de las principales intervenciones ocurridas.

El tema fue presentado por Isidro Figueroa, *Sampedro*, quien explicó que cuando el compañero *Hernández* llegó de la URSS, solo se supo de él porque un camarada de Santiago habló con los anarquistas con quienes se había relacionado. Cuando lograron localizarlo en La Habana se le asignaron varias tareas como miembro del Departamento Sindical, con el periódico *Confederación*, con los desocupados y los panaderos, al frente del Departamento de los Negros y se citó a varias juntas. Pero en las reuniones asistió, no hizo uso de la palabra. El Partido lo envió a Cienfuegos para organizar una huelga y tampoco realizó el trabajo encomendado. Cuando fue excarcelado, se escondió totalmente del Partido. Visitó la casa de un abogado de la defensa al cual le pidió que hiciera gestiones ante el gobierno para que lo dejaran en libertad a cambio de hacer declaraciones de no participación en el movimiento revolucionario, dijo que se iba a entrevistar con Juan Gualberto Gómez (líder de la oposición burguesa) y también trató de escribir para la revista burguesa *Carteles*. Ante las críticas respondió con aires de superioridad, señalando que sus compañeros lo querían perjudicar. Se negó a dar su dirección y Figueroa le hizo ver que su actitud era muy grave, ya que además estaba comentando que el Partido lo había delatado.

Joaquín Ordoqui, *Silva*, ratificó lo dicho y amplió que Junco en actitud doctoral de Mesías había criticado al Buró Político y eso no se podía tolerar. Lo acusó de tener remanentes de ideología anarcosindicalista; de responder a las críticas de forma irónica. Por su parte, *Pompilio*¹¹, señaló que se escondía y huía

11 En las actas se nombran a la mayoría de participantes por sus seudónimos y algunos de ellos no los hemos podido identificar, como en este caso.

de los dirigentes del PC, coincidiendo su actitud con la de Marcos García Villarreal, *Gómez Villar*, y otros elementos intelectuales que ofrecían oposición a la línea del Partido, negándose a participar en demostraciones, encubriéndose con frases de izquierda y ofreciéndose para ir armados a las demostraciones públicas. En un artículo publicado en *El Panadero*, Junco señalaba que existían dos corrientes sindicales: la de los obcecados y secretarios y las de los claudicantes y reformistas, ambas perjudiciales y culpables de que todo el movimiento estuviera condenado al fracaso. *Pompilio* exhortó a los compañeros que hablaron con él en la cárcel a que cuenten la manera en que se expresó. Entonces *Zubicaray* relata que estando en prisión *Hernández* tenía un grupito, al cual exponía sus divergencias con el Partido, diciendo que sus dirigentes eran unos incapaces y que su actitud fue muy perjudicial.

Luego de varias intervenciones, *Rafael* señaló que en dos juntas del Partido, él no habló. Sin embargo, en la cárcel expresaba que la organización tenía malos métodos y que dudaba de la justeza de su línea. En sus conversaciones atacaba duramente a *Francisco*¹², diciendo que era “polaco” y el mayor responsable de la situación crítica partidista. Y a la pregunta, de por qué no había dicho esas cosas en reuniones anteriores, *Hernández* respondió que no conocía bien como debía plantear estos problemas. *Rafael* le sugirió que planteara el asunto al delegado internacional, lo cual era una garantía para que cualquier queja fuera oída y Junco le contestó que ese delegado también era polaco. (Se refería a *Juan*, el representante de la Profintern, que también usaba el seudónimo de *Enrique*).

En su defensa *Hernández* argumentó que la línea del Partido desde 1930 era falsa, pues partía de considerar a Cuba

12 Por la información a que se hace referencia *Francisco* debe ser el fundador del PCC de origen polaco Yunjer Semjovich, *Fabio Grobart*.

como país de capitalismo desarrollado. Esto era injusto. Cuba es más que una semi-colonia, era una colonia. Creía se podía trabajar con el proletariado, aunque no había llegado a desarrollar su conciencia de clase. Por tanto, no se debían usar procedimientos de un país capitalista. En cuanto a las recriminaciones sobre su actuación al llegar a Cuba señala que a él no se le asignó una organización de base, por lo cual hizo trabajo junto a la dirección del Partido desde el segundo día que tuvo contacto con ella. Había trabajado en la fracción de los panaderos y no había participado en la Conferencia de Frente Único. En su visita a Matanzas, no encontró compañeros para entrevistarse, pero se enteró que había una orden del CC de rechazar la colaboración con intelectuales, cuando allí no contaban con militantes que pudieran ni siquiera elaborar manifiestos. En Cienfuegos se halló que solo existían tres compañeros en la labor partidista y dejó un documento convocando a una reunión y a la huelga. Cuando vino de Cienfuegos, *Sampedro* lo citó a una reunión a las ocho y él pensó que era en la noche, pero se refería a la mañana. En los días en que Juan Gualberto Gómez entablaba la polémica política a través de cartas con el político reaccionario Orestes Ferrara, un barbero de Jesús del Monte le contó que había visto al patriota por esa zona y él le comentó que iba a ver si se lo tropezaba por allí. Hablar con Juan Gualberto, no le iba a quitar su condición de revolucionario. Refutó la acusación de que él no había trabajado.

Ante la crítica de José Felipe Chelala, *Emiliano*, por no darle su dirección al BP, *Hernández* explicó que estaba pesimista, salía a la calle cuando no le quedaba más remedio y recriminó al PCC ya que a su salida de la cárcel ningún compañero lo estaba esperando, le habían encomendado labores espinosas y asegura que en el análisis que se estaba haciendo predominaban problemas de orden personal. Ordoqui le riposta que si había tenido problemas con *Pompilio* en México, los debió haber resuelto allí.

Hernández se refirió también a que sus compañeros le decían que debían defender al proletariado soviético y él entendía que eso se hacía “con las armas en la mano”, “consciente, reflexiva y organizadamente.” Ordoqui en la discusión plantea:

Todo esto es teatral. Yo me encontraba en la IC cuando se planteó la cuestión de que en Cuba no se podía hacer la insurrección armada, sino hasta que fuera aplastado el imperialismo yankee. Se convocó a una reunión para discutir ese punto. Un compañero de la IC combatió duramente esa teoría que dijo que era falsa. Pregunté ¿si hay una insurrección campesina debemos cruzarnos de brazos? Y contestó negativamente. El partido debe dirigir, ponerse al frente de la lucha contra el imperialismo y de cualquier insurrección contra él. Todos estuvimos de acuerdo. En aquella ocasión el compañero de la IC se dirigió especialmente al c. *Hernández*, porque sabía que era una opinión que él mantenía. Pero el c. *Hernández* dijo que él estaba de acuerdo con la línea acordada por la IC ¿Por qué no planteó su desacuerdo? ¿Por qué viene hablando de que el proletariado no está preparado en Cuba. El proletariado chino era muy atrasado y sin embargo está dirigiendo la revolución. El proletariado de la Unión Soviética que estaba en gran atraso, hoy en día construye el socialismo. El c. H. es un especulador político. Tú (dirigiéndose a *Hernández*) debías haber combatido esta cuestión en la IC, en el congreso de Montevideo de la Confederación Sindical Latinoamericana, en la Conferencia comunista de Buenos Aires. Se necesita tener sangre fría para plantear ahora esta cuestión aquí. Esta teoría es contrarrevolucionaria. Es una teoría falsa, gastada, contrarrevolucionaria [...]

Ordoqui considera que fue un error haberlo enviado a la URSS. Se debían escoger a obreros simples y no líderes que tengan lastre reformista, que nunca han hecho trabajo de base para viajar a la sede de la Internacional. Y le recrimina a Junco su “hablar en tono despectivo contra el c. *Francisco*, un fiel militante, fundador del P(artido), de gran espíritu de sacrificio que estuvo años escondido en una casa. ¿Y qué es esto, de que *Francisco y Enrique* son polacos? [...]”.¹³

Antonio Puertas, *Reyes*, rememora que él estuvo en las juntas del departamento sindical, pero allí no manifestó su desacuerdo con la línea del partido:

[...] Se necesita tener gran frescura para decir esto. Un atrevimiento sin límites para que un compañero diga que está en desacuerdo con la línea política que él mismo ha discutido y aprobado en la IC. El c H sabe demasiado y se cree que nosotros somos unos niños. Pero en todo esto lo que hay es un gran cinismo de su parte. Esta es la primera vez que yo oigo que el partido sostiene que en Cuba hay un capitalismo industrial. Esta es la misma teoría de que en América Latina hay que construir primero el capitalismo para que luego venga el socialismo. Es la opinión del APRA. Es la opinión de elementos intelectuales [...]

[...] En cuanto a que no se le recibió al salir de la cárcel, yo creo que es algo explicable si se tiene en cuenta las condiciones en que trabajamos. Los compañeros

responsables duermen en el suelo y tienen también una situación difícil. A ellos también los persigue la policía. [...] [Acerca] “de que el proletariado ruso se defiende con las armas en la mano. Esto tiene mucha analogía con la consigna del Ala Izquierda (Estudiantil) Tiene la palabra el camarada máuser. Al proletariado ruso se le defiende con el trabajo diario, sistemático, difícil en las fábricas, entre las masas para organizar sus luchas.”¹⁴

José Felipe Chelala, Emiliano, asegura que en “ningún documento del P se habla de capitalismo industrial” y quien negaba la revolución democrático-burguesa era *Hernández* afirmando que esta ya sea había realizado. En uno de sus artículo en *El Panadero* dice: “cuando los capitanes generales eran dueños y señores de la vida de los habitantes de la siempre fiel Isla de Cuba, el proletariado naciente daba a sus luchas un carácter de clase. Fue esta la razón que determinó que se pensara en la clase obrera como factor útil en la lucha por la independencia y que hasta en el destierro los obreros contribuyeran eficazmente al éxito de las ideas separatista, al triunfo de la revolución democrático-burguesa que instauró la república.” El hablante ratificó las críticas que han realizado otros compañeros, para concluir que Junco “no es un elemento proletarizado, es un elemento intelectualizado, un megalómano, un pequeño-burgués salido de la clase obrera.”¹⁵

En uso de la palabra, *Reclús* afirmó que en 1930 existió una línea errónea que sostenía que Cuba era un país capitalista desarrollado y el CC iba a hacer un putsh. No se ocupaba de las tareas agrarias, ni se hablaba de la revolución agraria y antimpe-

13 “Acta de reunión del CC del PCC,” 20 de septiembre de 1932, Archivos de la IC (microfilmes del IHC) Exp 93/475-492, AP, Caja 3. Se refiere a Fabio Grobart y a Juan El Polaco.

14 *Ibidem*

15 *Ibidem*

rialista. Después sí, desarrolló trabajos en ingenios y plantaciones, con obreros agrícolas y campesinos.

Para terminar, *Sampedro* señaló que *Hernández* había dado muy mala impresión por la forma en que se expresaba, haciendo alarde de sus conocimientos. Para impresionar a los compañeros se había convertido en descubridor del capitalismo industrializado en Cuba, señalaba como errónea la política del Partido en los momentos en que él había estado en los órganos internacionales. Se gastó dinero en él y no hacía ningún trabajo y se aislaba de la organización.¹⁶

Cuatro días después volvió a reunirse la dirección del PCC para concluir la discusión sobre Junco. El secretario general Jorge A. Vivó, *Pedraza*, inició la sesión haciendo un resumen de lo ocurrido anteriormente y afirmó que la situación había cambiado, porque *Hernández* estaba “abiertamente contra la línea del partido”. No era un problema “de organización, sino político”. Estaba en “desacuerdo total con las tesis leninistas sobre el imperialismo.” Junco opinaba que no existía “un proletariado hecho”, “con una conciencia de clase hecha”; que “Todo está condenado al fracaso por la falta de discernimiento y la carencia de una unidad consciente en las filas del proletariado.” Tales criterios no se diferenciaban de las declaraciones del Partido Social Laborista, ni del Partido Progresista. Declaraba entonces que se traían a Cuba normas exóticas e importadas y que existían dos tendencias dentro del movimiento obrero, la sumisa de los reformistas y la obcecada y sectaria de los comunistas, para justificar su pasividad. Vivó acusó a Junco de participar en todas las discusiones de la IC y del Buró del Caribe, cuyos documentos eran revisados y aprobados en la IC, sin exponer sus criterios contra la línea del Partido, que había realizado el viraje echando a un lado todo el

16 Reunión del CC 20 de septiembre de 1932, Archivos de la IC (microfilmes del IHC) Exp 93/475-492, AP, Caja 3.

lastre oportunista que le legó la dirección anterior a 1930. Desde ese momento hasta la fecha, él había participado directamente en la elaboración de esa línea y engañó a la IC al silenciar su posición diferente.

Durante todo el tiempo que estuvo en la URSS –afirma Vivó–, mientras estuvo viviendo a costa del proletariado soviético, en que tuvo todo lo necesario, no manifestó su desacuerdo. Más tarde, cuando se ve forzado a regresar a Cuba, para realizar varios trabajos. Cuando se encuentra que tiene que vivir en las condiciones que la ilegalidad del movimiento nos impone, sin comodidades, sin medios económicos, bajo la persecución constante y bajo el terror feroz, entonces es cuando H encuentra argumentos “teóricos” y pretende justificar sus desacuerdo político, su verdadera claudicación, su traición abierta al movimiento revolucionario.¹⁷

En su exposición, Vivó explica que en la cárcel Junco se había expresado despectivamente contra el compañero *Enrique*¹⁸ y *Otto*¹⁹, diciendo que el segundo era responsable de los errores del Partido y cuando un compañero le dijo que el trabajo de *Otto* era discutido junto a un delegado internacional, manifestó “que cómo podía esperarse algo de este delegado, cuando él

17 “Acta de la sesión ampliada del CC del PCC (sección de la IC),” 24 de septiembre de 1932, Archivos de la IC (microfilmes del IHC) Exp 94/493-516, AP, Caja 3.

18 Juan El Polaco.

19 Abraham Semjovich, Otto Modley, Francisco y Fabio Grobart eran la misma persona, uno de los polacos fundadores del PCC y dirigente del mismo.

también era polaco”. Ello era expresión de chovinismo. Para Junco, la revolución democrático-burguesa estaba hecha en Cuba y existían diferencias entre esta y la revolución agraria y antimperialista. Para *Pedraza*, la revolución democrático-burguesa tenía por objetivo fundamental destruir el feudalismo y en los países coloniales y semicoloniales eso estaba ligado a la lucha contra el imperialismo (porque eran aliados), por eso dicha revolución adoptaba la forma agraria y antimperialista. El secretario general culpó a Junco, Vargas Gómez, Villarreal, Fortuni, Rivero, Pérez de la Riva, Varela y Breá de trabajo fraccional, indisciplina, calumnias sobre el Partido y sus dirigentes. Y concluía: “Nuestro P. no puede tolerar la existencia de fracciones, de elementos desmoralizados. El P. tiene que ser monolítico como decía Lenin. El P. debe echar a esos aventureros, verdaderos oportunistas. Merecen la expulsión del P. y su desenmascaramiento con las masas trabajadoras.”²⁰

El militante *Vargas Gómez*, dirigente de la DOI, replicó y dijo no conocer de la existencia de ninguna oposición colectiva contra el Partido. Él tampoco estaba de acuerdo con la política que se desarrollaba. Creía que el momento era revolucionario, pero no existía un movimiento revolucionario. El trabajo en la células era deficiente, no se discutía, el nivel político de los camaradas era bajo, mientras el CC estaba alejado de esos compañeros que no sabían dirigir. El movimiento sindical tampoco existía, los obreros repudiaban la Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOC). Los compañeros del Partido no comprendían que la fracción nacionalista marchaba a la revolución para defender sus intereses y no habían elaborado un programa para transformar esa revolución, pues no creían que la misma vendría efectivamente.

20 “Acta de la sesión ampliada del CC del PCC (sección de la IC),” 24 de septiembre de 1932.

Hernández explicó que la revolución de 1895 era democrático-burguesa, aunque no llegó a realizaciones concretas, porque en aquel momento se iniciaba el ascenso del imperialismo, que la anuló, pues los yanquis se habían apoderado de todo y los elementos que habían ido a la Revolución se entregaron al burocratismo y a la política. Un pequeño porcentaje de la propiedad y el comercio estaba en manos de españoles y cubanos. El proletariado dedicado a la industria era muy pequeño e influido por el anarcosindicalismo y un 30 % de los campesinos trabajaban en empresas imperialistas. La Revolución del 95 había escamoteado las promesas que hiciera a los trabajadores y estableció la libertad y el derecho burgueses. Se pregunta si era derrotista considerar que toda huelga estaba condenada al fracaso y los obreros lo sabían. Había falta de control de las organizaciones sindicales y las auxiliares del Partido, el cual no se podía obtener apoyo con insultos que solo lesionaban los intereses de los trabajadores. Había que conquistar las simpatías de las masas. A las acusaciones de tener una ideología pequeñoburguesa, no hacer trabajo diario, mostrarse pasivo, cínico, descarado, explotador aventurero, contrarrevolucionario, acepta que pueda serlo. Pero desde 1916, fecha en que comenzó a militar en el movimiento obrero, no había engañado al proletariado.

Junco continuó su alegato señalando al no tener organización de base, había trabajado en la medida de sus posibilidades. No se había presentado a casa del PCC por prudencia. Niega conocer a Villarreal y reconoce que a Varela y a Vargas sí. Comprendía que el PCC no debía permitir que la oposición siguiera adelante; el éxito de la misma era muy dudoso, porque necesitaría capacidad de maniobra para triunfar. Por lo cual propuso tratar el tema de las elecciones que estimaba más importante, ya que la participación en los comicios fortalecería al dictador, en momentos donde no existía democracia, el ejército mercenario estaba acuartelado, la gente esperaba que iba a suceder con la

oposición burguesa. Mientras tanto el PC ponía más atención a la cordialidad que a la Revolución y lanzaba consignas para atraer a los soldados y marinos. Se mostró receptivo a la crítica hecha por *Rafael* respecto a la nacionalidad del compañero de la IC, pero al mismo tiempo se quejó de las expresiones despectivas que existían sobre su persona y su raza.

A continuación Silva afirmó que *Vargas* desconocía los documentos del Buró del Caribe, de la IC y del CC, mientras en el AIE se utilizaban frases huecas y la consigna de la apertura revolucionaria de clases, otra forma del lema “tiene la palabra el camarada máuser”, o sea, la negación del trabajo diario destinado a ligar la lucha por demandas inmediatas a las actividades políticas. Tampoco atendió la orden de formar Comités Conjuntos en caso de estallar la revuelta de la oposición. Pero los comunistas no debían ocultar sus errores a la IC, ciertamente existía un bajo nivel moral. Era preciso que Junco hiciera sus declaraciones por escrito, explicando su posición. Además debían tener una discusión con la oposición y expulsar a los que se opongan a la línea del Partido que es la de la Internacional.

Luego de otros comentarios, *Otero* pidió la palabra para señalar que Junco con sus declaraciones demostraba que existía la teoría del polaquismo (que los polacos gobernaban al Partido según palabras de Pedro Varela). No creía como Junco en que existían países capitalistas, no imperialistas. Para él, el mundo estaba dividido en capitalismo imperialista y países coloniales y neocoloniales que no son imperialistas. El movimiento sindical se encontraba destruido por la acción de las fuerzas represivas y Junco venía a decir que estuvo esperando 4 ó 5 meses para que le dieran una célula.

Sampedro con enfado señaló que *Vargas* se hacía pasar por víctima y había amenazado al CC que si le calificaban como pequeñoburgués iba a armar un escándalo. En tanto, el trabajo de Sandalio con los panaderos solo se redujo a la consti-

tución de una Caja de Socorros Mutuos y con sus frasecitas quería confundirlos. “No podemos tenerle miedo, quiere establecer diferencias entre la IC y el CC.” Sobre las elecciones, el PC no tenía esperanzas de sacar candidatos, pero el objetivo era movilizar a las masas y popularizar su programa. *Emiliano* consideraba que *Hernández* utiliza sus conocimientos de la Escuela Leninista, pero al mismo tiempo se contradecía y por eso propone su expulsión.

En su última intervención, Sandalio advirtió a las personas que habían hablado allí, que tuvieran cuidado, porque él no iba a permanecer tranquilo después que se lo hubieran tratado tan soezmente. “Se me tira en el lodazal –afirmó– pero yo quiero decir que tengo la suficiente energía y el suficiente valor para hacerle tragar las palabras aquellos que me han calumniado, y se los advierto desde ahora.”²¹

Finalmente la reunión llevó a votación los acuerdos de ratificar la expulsión de Marcos García Villarreal, expulsar a Sandalio Junco, separar de sus cargos a los elementos de la oposición que trabajan en organizaciones de base, informar a las células lo ocurrido, autorizar al CC para expulsar a todo el que no reconozca la línea del Partido y enviar los documentos de la reunión a la IC.²²

En el mes de octubre un grupo de trotskistas interpellaron los acuerdos de expulsión del PCC que se estaban produciendo, pero la decisión estaba tomada. En los últimos meses de 1932 e inicios de 1933, todos miembros de la Oposición Comunista fueron sancionados. En enero el Buró de Oposición Comunista

21 “Acta de la sesión ampliada del CC del PCC (sección de la IC),” 24 de septiembre de 1932, Archivos de la IC (microfilmes del IHC) Exp 94/493-516, AP, Caja 3.

22 Idem.

desde Santiago de Cuba da a conocer un Manifiesto Programático y en junio publican sus Estatutos. Conuerdo con el historiador Lionel Soto cuando señalaba que esos documentos constituían “veladas alusiones que recuerdan posiciones trotskistas mezcladas con otras ideas extrañas a estas”, pero en el fondo eran el resultado de una pugna entre dos cuestiones cardinales: las divergencias sobre el carácter de la revolución en Cuba y la participación en la insurrección burgués-latifundista que se esperaba ocurriría.²³ A partir de este momento, el choque entre comunistas y junquistas, que comenzaron a forjar la creación de otro partido marxista, se hizo cada vez más violento, en momentos en que la unidad de los revolucionarios se hacía imprescindible.

Junco participó en la creación del Partido Bolchevique Leninista constituido el 14 de septiembre de 1933, en una reunión nacional efectuada en La Habana. Durante el gobierno de los Cien Días, Sandalio mantuvo una actitud de oponente al régimen, sin embargo después se unió a Joven Cuba, organización dirigida por Antonio Guiteras, el exSecretario de Gobernación. Con posterioridad ingresó al Partido Revolucionario Cubano (Auténtico) de Ramón Grau San Martín y murió en una trifulca entre comunistas y trotskistas durante un acto político ocurrido en Sancti Spíritus el 8 de mayo de 1942. Hoy todavía quedan muchas interrogantes sobre su actuación y especialmente sobre el conflicto internacional entre esas dos tendencias que tuvo un impacto muy negativo en los asuntos políticos cubanos durante toda la década de 1930.

Como hemos visto a través de estas líneas, cuando las fuerzas y personalidades representativas de los sectores revolucionarios pierden de vista cuáles son sus enemigos principales y se debaten en defender a ultranza posiciones y tácticas que se

aceptan como las únicas, sensatas y aplicables, se pierde el sentido de la lucha y las energías se malgastan en controversias y rupturas que, en ocasiones como esta, se convierten en obstáculos insalvables para la unidad y los propósitos políticos transformadores. Está demás señalar, quienes son los beneficiarios de estas posiciones. La Historia constantemente lo atestigua.

23 Lionel Soto, *La Revolución del 33*, T. II, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977, pp.168-169.

PONENCIA EN EL ENCUENTRO INTERNACIONAL LEÓN
TROTSKY: SOBRE LA HISTORIA DEL TROTSKISMO BO-
LIVIANO

S. Sándor John¹

Realizar esta conferencia aquí en Cuba es de enorme importancia. Y frente a las medidas más recientes, hay que recalcar la necesidad de luchar por la defensa de Cuba. ¡Abajo la Ley Helms-Burton! Hay que luchar por la defensa de la Revolución Cubana y por derrotar la tentativa de golpe de Trump y de los demócratas en Venezuela. Todo esto tiene mucho que ver con la perspectiva de Trotsky y de la IV Internacional de Trotsky de luchar por una Federación Socialista del Caribe y por los Estados Unidos Socialistas de América Latina.

También quiero decir que la democracia obrera es una parte fundamental del verdadero bolchevismo, es decir del trotskismo. Esto implica el debate, a veces acalorado, de las diferen-

¹ S. Sándor John (s_an@msn.com) es autor de *Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes* (2009) y *El trotskismo boliviano: Revolución permanente en el Altipano* (2016). Imparte clases de historia latinoamericana en la Universidad de la Ciudad de Nueva York.

cias políticas, porque sabemos que las diferencias teóricas, programáticas y políticas tienen consecuencias reales en la vida real. Bolivia es un ejemplo de esto.

Ha habido muchos movimientos revolucionarios en América Latina, pero ha habido tres grandes revoluciones latinoamericanas en el siglo XX: la mexicana, la boliviana y la cubana. De estas tres, únicamente la Revolución Cubana, a fin de cuentas, rompió con el capitalismo. La Revolución Boliviana de 1952 está conectada también con otra triada: la de los tres países del mundo en donde el movimiento trotskista adquirió una influencia de masas a escala nacional durante un período extenso: Vietnam, Ceilán (Sri Lanka) y Bolivia.

Entonces ¿qué es lo que explica esto? ¿Se trata simplemente de una curiosidad histórica? De hecho, hay quienes afirman que este fenómeno ha sido una curiosidad política, folklórica tal vez. Pero no es así. En 1960 un periodista de la revista imperialista norteamericana *Life* hizo un viaje a Bolivia, en un momento en que la Unión Soviética estaba ofreciendo a Bolivia construirle una fundidora, porque el país no tenía ninguna forma de refinar su propio estaño. Por motivos políticos, geoestratégicos, Nikita Jruschov ofreció construirla. (Gratis. Eso no es “imperialismo”, hay que decir.²) Cuando llegó la delegación soviética, cientos de mineros bolivianos, esto en Siglo XX, la mina más importante del país, dieron una acogida calurosa a los camaradas soviéticos. En sus cascos café los mineros llevaban el

2 Esta es una referencia a las intervenciones que el autor y algunos otros realizaron, durante la conferencia, en defensa de la posición de Trotsky sobre la “Cuestión Rusa”, expuesta en *La revolución traicionada, En defensa del marxismo, el “Programa de transición”* y otras obras, contra las posiciones de Max Shachtman, Tony Cliff y otros abanderados del “socialismo tercercampista”. Ver internationalist.org/havana-trotsky-conference-presentations-comments-1910.html

símbolo de la IV Internacional a la vez que llevaban mantas con consignas sobre Lenin y Trotsky.

El periodista imperialista decía a su público en Norteamérica, que ignoraba todo esto, que, bueno, hay que entender que los mineros bolivianos son unos analfabetos que ni siquiera saben que esos míticos personajes, Lenin y Trotsky, ya no viven. Pero no es así: al contrario, la revolución permanente para esos mineros bolivianos tenía significado. El trotskismo tenía sentido para ellos: les ayudaba a dar significado a su vida y sus luchas, les ayudaba a entender el mundo en el que vivían.

Entonces, en los tres países mencionados, no existía un Partido Comunista ya estructurado y la masa de la clase obrera adquirió conciencia política en un momento en que la Internacional Comunista había adoptado la política del frente popular. El frente popular implicaba para los trabajadores de países coloniales como Vietnam (colonia francesa), Ceilán (colonia británica) y Bolivia (neocolonia norteamericana y hasta cierto punto británica) dar apoyo a sus propios esclavizadores. Por lo tanto, en los tres países que he mencionado, había una oportunidad para que el trotskismo, en alguna forma, se convirtiera en la expresión política de las masas trabajadoras.

En Bolivia había “precios democráticos” del estaño durante la Segunda Guerra Mundial. ¿Saben qué significaba eso? Los precios dizque “democráticos” del estaño boliviano eran precios bajos, porque el estaño era una materia prima estratégica para la guerra imperialista. Los japoneses habían capturado Malaya, colonia de Inglaterra, y había que mantener los precios bajos del estaño, lo que significaba utilizar las ametralladoras norteamericanas para masacrar a los mineros cuando hicieron huelgas para elevar sus salarios. Y el ministro de trabajo del gobierno que ordenó esta masacre era del partido estalinista que había surgido, el Partido de la Izquierda Revolucionaria.

Entonces, la teoría de la revolución permanente no era

una cosa exótica llevada por casualidad al Altiplano boliviano. La teoría y programa de la revolución permanente sostenía que la fuerza dirigente de una revolución social en un país de desarrollo capitalista tardío como Bolivia sería el proletariado. Hasta la propaganda comercial de los barones del estaño en Bolivia reflejaba esto, a su propia manera, al publicar imágenes como ésta [índice foto proyectada] en periódicos burgueses, en la que el estaño es el centro de la economía. Una clase minoritaria, el proletariado minero, se convierte en gigante, generando la aplastante mayoría de las divisas adquiridas por el país, y tiene en sus manos el destino de la nación, lo que era completamente cierto.

Pero eso significaba para esos mineros una sobreexplotación inhumana, infernal, en las minas, en una sociedad racista en la que existía el *pongueaje*, que era el servicio obligatorio del campesinado indígena, quechua y aymara, a los “gamonales”, los dueños de los latifundios. Fue de este campesinado del que surgió el proletariado boliviano, que mantiene vínculos íntimos con las aldeas campesinas, especialmente cuando ocurre lo que en Bolivia se llama “masacres blancas”, esto es, los despidos en masa. Cuando fueron despedidos –como en el caso de César Lora, uno de los grandes héroes del trotskismo mundial– volvieron a las aldeas y organizaron sindicatos campesinos.

Los fundadores del trotskismo boliviano intentaron, también de su propia manera, integrar esa realidad en su perspectiva política a sabiendas de que la opresión racista en contra de la mayoría indígena era un rasgo fundamental de esa sociedad, que se expresaba lingüística, cultural, étnica y racialmente en contra de ese campesinado. En cuanto al “desarrollo desigual y combinado”, se manifestaba lingüísticamente: el lenguaje de la minería boliviana es una curiosa mezcla de palabras en inglés (como *sink and float*, *block caving*), en español (*minero y sindicato*) y palabras en quechua y aymara, como las usadas para referirse a tipos particulares de perforación, ciertos oficios

(como *chasquiri*, designación relacionada con el mensajero incaico, el *chasqui*), etc.

El partido trotskista boliviano, el Partido Obrero Revolucionario (POR), fue fundado en 1935, con las particularidades que he buscado abordar en el libro. Unos años después, en México, Trotsky fue visitado por dos personajes que habían participado en la fundación del POR. La visita ocurrió durante el Congreso Indigenista Interamericano [realizado en Pátzcuaro, Michoacán en 1940]. El contexto cultural indígena y su relación con el tema de la revolución se expresaban también en el arte y la cultura con los cuales los trotskistas bolivianos estaban muy entrelazados. Se lo puede apreciar un poco, por ejemplo, en esta pintura de la “diosa de la educación” –una de especial relevancia para los que intentamos ganarnos la vida en el ámbito educativo, creo– en el mural “Educación y lucha de clases” (1957) del gran muralista trotskista boliviano Miguel Alandía Pantoja, que jugó un papel importante en el POR y en la fundación de la Central Obrera Boliviana (COB).

Para los mineros bolivianos, la idea de que serían ellos mismos quienes encabezarían el derrocamiento del régimen de los barones del estaño y de los terratenientes –la élite que en Bolivia se llamaba “la Rosca”– no era extraña o exótica. La idea de que los mineros iban a dirigir la revolución en Bolivia, era una perspectiva planteada en la famosa Tesis de Pulacayo aprobada en 1946 (para sorpresa de muchos) por la Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia. La Tesis de Pulacayo fue escrita por el POR, que quería que reflejara la teoría de la revolución permanente.

Y, de hecho, los mineros fueron justamente los que derrocaron al gobierno de la Rosca en abril de 1952. Porque el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) –el partido nacionalista burgués, que era un partido de conspiraciones golpistas muy frecuentes– programó un golpe para abril de 1952, junto

con el jefe de los carabineros. Pero cuando el ejército opone mucho más resistencia de lo que los emenerristas pensaban, los carabineros se retiran y los jefes del MNR dicen “bueno, vamos a hacer las paces con el gobierno”. Pero los mineros literalmente bajan de las montañas que rodean La Paz. Con los trotskistas en la vanguardia, asaltan el arsenal, toman morteros y otras armas y se enfrentan al ejército, derrotan al ejército y lo aplastan en las Jornadas de Abril, el 9 de abril, el 10 de abril, el 11 de abril de 1952.

Los militantes trotskistas que participaron en los acontecimientos cuentan que la muchedumbre se aproxima al palacio de gobierno, el Palacio Quemado, golpean la puerta, pero nadie contesta, nadie abre la puerta. Siguen golpeando y finalmente sale lo que en Bolivia se llama un “soldadito”, muy temeroso. Temblando con miedo abre la puerta; se ha ido el gobierno. Y todos entran, los mineros llevando en hombros a su dirigente Juan Lechín, y le dicen “Juancito, Juancito, tú eres el que debe ser el presidente porque nosotros los mineros, nuestros compañeros son los que han muerto para derribar a la Rosca”. Pero Juan Lechín, dirigente de la Federación de Mineros que militaba en el MNR a la vez que coqueteaba con el POR, hace un telefonazo al “subjefe” del MNR, Hernán Siles Suazo. Le dice “ven al Palacio” y le entrega el gobierno al MNR.

En esos momentos, la única fuerza armada actuante fueron las milicias de los mineros. En esas condiciones, el control de la situación depende fundamentalmente de la dirección política, que ejercía el MNR. El periódico francés imperialista *Le Monde*, cuyo corresponsal era muy inteligente, publicó en su primera plana en el primer aniversario de la revolución, en abril de 1953: “La revolución boliviana entre Wall Street y Trotsky”. ¿Qué pasa entonces y cómo es que las diferencias políticas tienen tanta importancia? La desorientación política era enorme – hay mucho que decir y parece que ya se me está acabando el tiempo.

Ocurre durante la primavera y el verano de 1953 una oleada enorme de luchas campesinas, encabezadas en el Valle de Cochabamba por los trotskistas. Se cristaliza un núcleo de trotskistas quechuas junto con dos trotskistas de origen suizo. El imperialismo norteamericano presiona cada vez más al MNR para reconstituir el ejército masacrador, y se divide el POR en, supuestamente, dos fracciones. Frente al gobierno del MNR, una de las fracciones plantea en esencia seguir con la política de presión, desde afuera. La otra fracción plantea hacer entrismo al MNR, para presionarlo desde adentro. Al contrario de lo que se cree generalmente en el movimiento trotskista internacional, la fracción que proponía el entrismo no era la de los partidarios de Michel Pablo y Ernest Mandel, sino la otra, la de Guillermo Lora (que no era una fracción “cannonista”).

Pero una de las cosas más emocionantes de este tipo de investigación es que a veces alguien te cuenta algo que parece casi mitológico, pero luego cavas en una pila de documentos viejos, medio enterrados en un sótano, desatas unos hilos y encuentras la prueba de que sí es verdad. En Cochabamba en 1992 conocí a un viejo campesino trotskista quechua. Estábamos discutiendo diferencias políticas y entonces me pregunta: “Para ti, camarada, ¿el MNR era burgués o pequeñoburgués?”. Ya que habíamos terminado la entrevista propiamente dicha, le digo: “para mí, burgués”. Y comenzó a llorar.

Entonces le digo “camarada, ¿por qué está llorando?” Y él me dice: “Teníamos otra, una tercera fracción, aquí en Cochabamba, y decíamos que el MNR era (con el acento quechua con el que él hablaba) burgués. Nuestra fracción fue la única que defendió la teoría trotskista: había que defender a Bolivia contra el imperialismo, pero no apoyar políticamente al gobierno, ni siquiera de forma crítica. Y por eso nuestra fracción fue desmantelada y reprimida por la burguesía, y los camaradas extranjeros fueron expulsados del país”.

El MNR restableció el ejército masacrador y en 1964 ese ejército dio el golpe de René Barrientos, un nombre que aquí en Cuba todo mundo conoce porque Che Guevara viajó a Bolivia intentando derrotar a ese dictador “gorila” sanguinario.

Entonces las diferencias políticas tienen consecuencias reales. Las diferencias políticas son cuestión de vida o muerte. Y eso se vivió no una vez, no dos, no tres, sino muchísimas veces con las luchas de los trotskistas bolivianos. Se me ha terminado el tiempo, pero quiero notar que otra cosa que uno observa realmente al estudiar la historia del movimiento trotskista boliviano es el heroísmo, de hecho, de los militantes de todas las fracciones.

SUMARIO

En la ronda de discusión hubo tres preguntas para el autor. He aquí sus respuestas.

Primero, quiero llamar la atención de los asistentes a los eventos de agosto de 1971, cuando ocurrió otro sangriento golpe militar en Bolivia que llevó al poder a otro dictador sanguinario, Hugo Bánzer Suárez, quien fue incorporado al Salón de la Fama de la infame, de la tristemente célebre Escuela de las Américas. Debido a la política del frente popular, el movimiento obrero se encontraba desarmado, literalmente, tanto política como militarmente, cuando los obreros y los mineros en particular intentaron aplastar ese golpe reaccionario, de la manera más heroica contra viento y marea.

Traje algunos ejemplares de mi libro sobre el trotskismo boliviano para donar a las bibliotecas, que habla, entre otras cosas, de la fracción “quechua-suiza” que surgió en Cochabamba a mediados de los años 50, que tenía una posición política en mi opinión más correcta, en términos generales, que las dos fracciones dominantes en el POR con respecto al MNR y el gobierno nacionalista burgués.

AHORA PASO A RESPONDER LAS PREGUNTAS.

El compañero brasileño comentó sobre la postura de un escritor según el cual la cuestión de la Revolución Boliviana marcó la destrucción de la IV Internacional y que la IV Internacional no existe. Estoy de acuerdo en que la IV Internacional no existe ahora. En mi opinión, dejó de existir como organización en 1951-1953, con la crisis pablista y la división y la dispersión que ésta causó. Creo que hay que reforzarla. Sin embargo, no estoy de acuerdo con ese escritor ni con la corriente en la que él militaba, la del grupo británico Workers Power, que básicamente pone un signo de igualdad entre los dos lados, los pablistas y los antipablistas, en la escisión de 1953³.

El tema de Bolivia no causó la destrucción de la IV Internacional. Más bien, la crisis de la IV Internacional se reflejó y se manifestó en la falta de participación real de las otras secciones en la vida política de la sección boliviana y en el hecho de que la dirección pablista diera su respaldo a la línea de apoyo político y de adaptación al MNR. La dirección del SWP, que infelizmente no cuestionó ni pensó mucho respecto a este tema, hacía eco de esta política.

Se me preguntó acerca de la mita. Mita es la palabra de los incas para referirse a su sistema de trabajo obligatorio. En Bolivia se utiliza como sinónimo del salario de un día de trabajo. Cuando Che Guevara estuvo en Bolivia, dijo en esencia que los mineros debían salir de las minas e ir a Ñancahuazú [la base guerrillera]. Pocos lo hicieron, porque entendían que su fuerza

³ Se refiere al *Secretariado Internacional* encabezado por Michel Pablo, Ernest Mandel y Pierre Frank por un lado y el *Comité Internacional anti-pablista* iniciado por el *Socialist Workers Party* norteamericano de James P. Cannon por el otro.

radicaba en su situación de trabajadores mineros, cuya labor era la base del país. Pero los mineros querían expresar su solidaridad y votaron por donar “una mita” a los guerrilleros. Para castigar a los mineros por haber hecho eso, la dictadura de René Barrientos llevó a cabo la masacre de la Noche de San Juan, el 24 de junio de 1967, ametrallando a los mineros por haber mostrado su simpatía y su solidaridad con los guerrilleros que valientemente buscaban combatir a la dictadura militar apoyada por Estados Unidos.

Por último, quería agradecerle a otro compañero por la pregunta sobre la izquierda del MNR. Es un tema muy importante y complejo, que no tuve tiempo de desarrollar realmente aquí, pero que forma parte clave del argumento del libro.

La fracción del POR que hizo “entrismo” entró al MNR como tal, o sea al MNR como partido. (La fracción que lo hizo fue la construida por Guillermo Lora, aunque Lora como persona no lo hizo.) Este partido, el MNR, tenía un ala izquierda, encabezada por Juan Lechín, el jefe de la Federación Minera y con la revolución dirigente de la Central Obrera Boliviana también. La izquierda del MNR fue el mecanismo con el cual este partido nacionalista y su gobierno controlaban a las masas.

El POR, los dirigentes poristas, durante años habían escrito discursos para Lechín y actuado como sus asesores. Lechín era y dirigente de la izquierda emenerrista. Cuando se le nombra ministro del trabajo, los poristas –de las dos fracciones principales– seguían escribiendo discursos y documentos para él. Y se sembraron enormes ilusiones en el ala izquierda del MNR.⁴

Creo que esa política era realmente catastrófica y desastrosa. Lechín era muy popular. También fue una de las personas

que firmaron el decreto para restablecer el ejército burgués. La izquierda del MNR fue el mecanismo mediante el cual el movimiento obrero y el movimiento campesino fueron sometidos al estado burgués.

⁴ Esto se manifestó, por ejemplo, en la consigna, repetida innumerables veces, de “Todo el poder a la Izquierda” (o sea, la izquierda del MNR encabezada por Lechín).

TROTSKY EN MÉXICO: SUS ÚLTIMAS BATALLAS

Alberto Fonseca

La llegada de León Trotsky a México en enero de 1937, en los momentos más oscuros de la más oscura medianoche del siglo, le dio al revolucionario ruso la oportunidad de librar sus últimas y cruciales batallas.

Apenas cuatro meses después del arribo de Trotsky a al puerto de Tampico el 7 de enero de 1937, las Jornadas de Mayo en Barcelona representaron, con su derrota, el punto de inflexión de la Guerra Civil en España. En ese momento, el gobierno del Frente Popular sofocó un levantamiento obrero. Cuando los telefonistas tomaron la central telefónica de Barcelona, el gobierno republicano burgués envió a la Guardia de Asalto y la Guardia Nacional Republicana para expulsarlos, acusándolos de estar al servicio de Franco.

Lo que en realidad estaban haciendo los estalinistas, lo que estaba haciendo el gobierno del Frente Popular, por medio de esta acción represiva, era eliminar el control obrero que se había establecido en la zona más industrializada de España. Así, a los pocos meses de haber llegado a México, Trotsky tuvo la ocasión de estudiar lo que estaba ocurriendo en España y, en particular, las causas de la derrota de la situación revolucionaria que

se había abierto en 1936 con la masiva resistencia obrera contra el golpe de estado que encabezó Francisco Franco.

Trotsky formuló con toda claridad que el frente popular no es una táctica, sino el crimen más grande, pues conduce directamente a la derrota de las luchas de la clase obrera. No se trata solamente de una cuestión teórica de interés únicamente académico. La cuestión del frente popular tiene una importancia fundamental –y no sólo en Europa. La tuvo también aquí en Cuba. La estrategia traidora del frente popular hizo que aquí el Partido Socialista Popular, como se llamaba el partido estalinista, apoyara el régimen de Fulgencio Batista durante la Segunda Guerra Mundial, integrando su gabinete. En México, la política del frente popular hizo que el Partido Comunista entregara la dirección de la flamante Confederación de Trabajadores de México al gobierno del general Lázaro Cárdenas. Esto implicó, a final de cuentas, la integración de los sindicatos al estado capitalista. La política del frente popular significa colaborar con el enemigo de clase.

Trotsky tuvo también la oportunidad de estudiar en México a un país de desarrollo capitalista tardío en el que menos de tres décadas antes había comenzado una revolución democrático-burguesa. El hecho de que la Revolución Mexicana que comenzó en 1910 se mantuviera dentro de los límites del capitalismo, implicó que las tareas democráticas que la motivaron nunca pudieron realizarse. Hoy es interesante recordar las reivindicaciones de los revolucionarios de principios del siglo XX en México. Tomemos el lema de Francisco I. Madero, “sufragio efectivo, no reelección” (es decir, que no haya fraude electoral): lo que ha resultado es que México es hoy campeón mundial en fraude electoral. Tomemos el lema de Zapata, “la tierra para el que la trabaja”: los campesinos indígenas que recibieron la tierra (en su inmensa mayoría de mala calidad) tienen que trabajar hoy en día como jornaleros en las agroindustrias del norte de México,

y también al otro lado de la frontera, en Estados Unidos. Tomemos la necesidad siempre planteada de liberarse del dominio de Estados Unidos: hoy México es una neocolonia norteamericana.

Las reivindicaciones democráticas en México no fueron satisfechas. La Revolución Mexicana fue abortada. Esto muestra por la negativa la validez de la perspectiva teórico-programática de la revolución permanente. Esto, de nuevo, no es mera teoría. En 1938, el gobierno de Lázaro Cárdenas emprendió la expropiación de la industria petrolera. Esto consistió esencialmente en la expropiación de las compañías imperialistas inglesas que extraían petróleo en el país. El imperialismo británico ordenó un boicot en contra del petróleo mexicano. Culpó al gobierno mexicano de estar al servicio de Hitler, pues éste tuvo que vender petróleo a la Alemania nazi.

Trotsky llamó a los trabajadores del mundo a defender esta medida realizada por México. Consideró que era una medida elemental en contra del imperialismo. Señaló la importancia de que el país semicolonial fuera defendido en contra de las represalias imperialistas. ¿Significó esto que Trotsky apoyara al gobierno de Cárdenas? No. Insistió, al contrario, en la necesidad de construir un partido obrero revolucionario e independiente. Enfatizó el ABC del marxismo: los trabajadores deben mantener plena independencia de clase con respecto a la burguesía. Esta fue justamente la política *contraria* a la de los estalinistas, que estaban formando un frente popular, una alianza de colaboración de clases, con el gobierno de Cárdenas. De hecho, los estalinistas quisieron ingresar a las filas del Partido de la Revolución Mexicana (PRM), como se llamaba el Partido Revolucionario Institucional (PRI) en la época de Cárdenas. El PRM, para más señas, era pues un partido burgués de estado. Cárdenas no permitió a los estalinistas entrar a las filas de su partido, pero de todas maneras el Partido Comunista hizo las veces de satélite externo del PRI.

Podemos ver nuevamente la política del frente popular en México cuando las organizaciones izquierdistas apoyan a uno u otro caudillo burgués: Cuauhtémoc Cárdenas, Andrés Manuel López Obrador...

Trotsky acuñó en esos momentos la noción del bonapartismo *sui generis* (bonapartismo único en su tipo). Para Trotsky, el gobierno de Cárdenas era bonapartista (él mismo era un general del ejército), pero en virtud de la presión del imperialismo tenía que balancearse entre las clases y hacer concesiones a los trabajadores.

La noción de bonapartismo *sui generis* sigue siendo fundamental para comprender algunos fenómenos contemporáneos. Tenemos algunos regímenes burgueses en países de desarrollo capitalista tardío que en ciertas condiciones se ven obligados a hacer algunas concesiones a los trabajadores, frente a los cuales es crucial mantener la independencia de clase. Hay situaciones en las que un país semicolonial, incluso bajo un gobierno burgués, enfrenta una invasión imperialista. Trotsky insistió en que los revolucionarios tenemos un lado que tomar. En la Ciudad de México hay una estación del metro que se llama Etiopía. El símbolo de la estación es una cabeza de león que representa a Haile Selassie, el emperador de Etiopía. Que haya una estación con ese nombre se debe a que el gobierno de Cárdenas dio apoyo a Etiopía en contra de la invasión mussoliniana en 1935, pero también apoyo *político* al emperador. Trotsky insistió en la defensa de Etiopía, pero no dio ningún apoyo político a Haile Selassie. Esta diferencia es de extrema importancia.

Tenemos de nuevo esta cuestión hoy en día con el ataque imperialista contra Venezuela. Es muy importante entender que ante esta arremetida del imperialista los revolucionarios tenemos un lado: el de la defensa militar de la asediada nación sudamericana, sin dar el menor apoyo político al gobierno bonapartista burgués del presidente chavista Nicolás Maduro.

Ahora hablaré brevemente acerca de la última batalla de Trotsky. La libró también estando en México. Fue la batalla que libró contra la minoría pequeñoburguesa del Socialist Workers Party (SWP) norteamericano que (tras la firma del Pacto Hitler-Stalin, cuando no era muy popular la defensa de la Unión Soviética) exigió que el partido renunciara a esta posición clasista fundamental. Esta minoría introdujo, en cambio, la patraña del “tercer campo”. La fracción pequeñoburguesa, dirigida por Max Shachtman y James Burnham, dijo no estar ni con el imperialismo, ni con la URSS, sino con un fantasmagórico “tercer campo”. En realidad, esto fue sólo un disfraz para apoyar a final de cuentas al imperialismo. Al inicio de la Guerra Fría antisoviética, los tercercampistas no sólo se rehusaron a defender a Corea contra los imperialistas que devastaron este país asiático, sino que colaboraron directamente con ellos.¹ Sería interesante que los partidarios de la “teoría” del “tercer campo” visitaran Corea del Norte y vieran hoy en día los vestigios de la destrucción causadas por los centenares de miles de toneladas de bombas y napalm que arrojaron los imperialistas “democráticos”.

Entonces, para Trotsky ¿la situación de la Unión Soviética tenía solución? Sí, creía que era fundamental pelear por la revolución política proletaria y la extensión internacional de la revolución. La burocracia estalinista había usurpado el poder político de la clase obrera y seguía un programa pequeñoburgués nacionalista opuesto por el vértice al marxismo. Sin embargo, las formas de propiedad colectivizada no habían sido aún echadas abajo, y era preciso defenderlas, mientras se peleaba también por restablecer la democracia proletaria.

¹ De hecho, con el respaldo del Departamento de Estado, Shachtman ayudó a escribir volantes de propaganda anticomunista que los bombarderos norteamericanos lanzaron durante la guerra (ver folleto *del Internationalist Group, DSA: Fronting for the Democrats*, 2018).

Demos un paso atrás. Era fundamental defender a una semicolonias como México en contra del imperialismo. Para pelear contra el imperialismo se tenía que defender también a la Unión Soviética. No se puede hoy defender a Venezuela sin pelear también por la defensa de Cuba que es, a final de cuentas, el verdadero blanco del imperialismo. Trump lo ha dejado bien claro. [Aplausos]

Las últimas batallas de Trotsky en lo más negro de la media noche del siglo siguen, como se dijo en una ponencia previa, siendo estrellas muy brillantes. Pueden ser nuestras guías en esta nueva medianoche del siglo que ha llegado tan temprano. Sin embargo, podemos, *debemos, pelear*.

LOS ESCRITOS LATINOAMERICANOS, EN LA HABANA

Con este texto se presentó en Cuba el IV Volumen de las Obras Escogidas de León Trotsky, coeditado por el CEIP León Trotsky de Argentina y el Museo Casa León Trotsky de México.

Pablo Oprinari¹

Es inevitable plantear, antes de referirme específicamente a los Escritos Latinoamericanos, que en su exilio en México —que transcurrió desde su llegada el 9 de enero de 1937 hasta su asesinato el 20 de agosto de 1940 a manos de un agente de Stalin— Trotsky dedicó gran tiempo a los asuntos fundamentales de la política internacional de su tiempo.

1 Sociólogo – UNAM. Integrante del *Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones* (CEIP), sede México, y del *Movimiento de los Trabajadores Socialistas*, que forma parte de la Fracción Trotskista por la IV Internacional. Columnista de *La Izquierda Diario Mexico*. Coordinador y co-autor del libro “México en llamas. Interpretaciones marxistas de la revolución mexicana 1910/1917”. Coautor del libro “Juventud en las calles”. Coordinador de la revista *Ideas de Izquierda México*.

Fueron los años en que se aceleró el camino abierto hacia la Segunda Guerra Mundial y en que fue derrotada la revolución española a manos del franquismo. Fueron los años de los juicios de Moscú, cuando muchos de quienes habían protagonizado la Revolución de Octubre fueron ejecutados, y en los que se intensificó la persecución y los asesinatos de muchos militantes de la Oposición de Izquierda liderada por Trotsky, entre los cuales estuvo su mismo hijo y colaborador, León Sedov.

En los meses siguientes a su llegada, sesionó en Coyoacán la llamada Comisión Dewey, encabezada por el conocido filósofo estadounidense, que rebatió las calumnias y cargos formulados por Stalin contra el fundador del Ejército Rojo. Trotsky, como dirigente político, dedicó además grandes esfuerzos a la organización de lo que sería la Cuarta Internacional.

En ese contexto, abordó aspectos fundamentales de la realidad latinoamericana y mexicana; sus elaboraciones sobre eso están muy lejos de ser una parte secundaria de su obra. De hecho, desde que le fue notificado que México le otorgaba el asilo, buscó ávidamente conocer el país y la región donde pasaría sus últimos años.

La obra que presentamos incluye ensayos ampliamente difundidos en las décadas previas, junto a otros que son prácticamente desconocidos. Muchos fueron publicados en la revista *Clave Tribuna Marxista* —como se plantea en el prólogo de Bárbara Funes a la segunda parte del libro—, fue animada por el propio Trotsky, para llegar a los distintos países de América Latina, y contaba con un amplio equipo de colaboradores de toda América Latina, Estados Unidos y Europa.

En los *Escritos Latinoamericanos*, se analiza desde un ángulo marxista la realidad de los países oprimidos por el imperialismo, sus clases y regímenes políticos. Allí se encuentran claves para entender no sólo la realidad latinoamericana de entonces, sino aportaciones esenciales para el presente.

El México que asiló a Trotsky y Natalia Sedova durante más de 3 años era hijo de la Revolución de 1910. Llegaron a un país convulsionado, en el cual emergió la figura de Lázaro Cárdenas del Río, quien comprendió la necesidad de otorgar concesiones al movimiento obrero y campesino. Una vez llegado a la presidencia, en 1934, esa fue la llave para lograr el apoyo de los sindicatos y afianzar su control estatal.

En 1938 las organizaciones obreras se integraron al Partido de la Revolución Mexicana (PRM) —sucesor del Partido Nacional Revolucionario (PNR)—. De esta forma se inauguraba la subordinación orgánica de los sindicatos al partido de la burguesía nativa. El cardenismo propició el desarrollo del capitalismo nativo y buscó encauzar la protesta social, en un contexto internacional donde las potencias imperialistas tenían toda su atención puesta en los preámbulos de la guerra que se avecinaba. Lo que sucedió durante los años que Trotsky estuvo en el país, no puede dissociarse de los acontecimientos regionales, donde el crack del '29 fue seguido de convulsiones sociales y políticas en muchos países, en algunos casos con procesos revolucionarios y golpes militares reaccionarios y proimperialistas. Todo esto no dejó de ser percibido por el revolucionario exiliado, con sus reflexiones sobre México.

En el segundo lustro de la década, la izquierda mexicana estaba hegemonizada por el Partido Comunista oficial o estalinista, en tanto que la joven organización trotskista, la Liga Comunista Internacional, desarrollaba numerosos esfuerzos para insertarse en el movimiento obrero.

El estalinismo era en realidad un fenómeno político de dos cabezas: por una parte el Partido Comunista Mexicano (PCM), y por la otra el líder de la Confederación de Trabajadores de México (CTM), Vicente Lombardo Toledano. Ambos estuvieron al frente de la campaña contra el asilo a Trotsky, y prepararon el terreno activamente para los atentados y su poste-

rior asesinato.

TRES ASPECTOS CLAVES DE ESCRITOS LATINO-AMERICANOS

En primer lugar, el esfuerzo por comprender fenómenos políticos como el cardenismo, en particular a partir las expropiaciones petroleras y ferrocarrileras de 1938, que pusieron a México en las portadas de los periódicos de todo el mundo ¿Como caracterizar al gobierno de Lázaro Cárdenas? ¿Era un paso adelante en relación al socialismo? ¿Era por el contrario un gobierno igual a otros que lo antecedieron? No se trataba de una cuestión menor.

En “La industria nacionalizada y las administraciones obreras” Trotsky define al gobierno mexicano como un bonapartismo sui generis. Esto no era exclusivo de México, sino que, en los países de desarrollo industrial atrasado, donde el capital extranjero tiene un gran peso, el gobierno oscila entre la burguesía imperialista y la nativa, así como entre ésta y la clase obrera².

La reflexión de Trotsky pretende dar herramientas para

2 Ver León Trotsky, *Escritos Latinoamericanos*, en *Obras Escogidas*, Vol. IV, México, CEIP-IPS, p.154. Trotsky profundiza su definición también en “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”, cuando plantea por ejemplo “Bajo tales condiciones, en la medida en que el gobierno nacional intenta ofrecer alguna resistencia al capital extranjero, se ve obligado en mayor o menor grado a apoyarse en el proletariado. En cambio, los gobiernos de estos países que consideran inevitable o más provechoso marchar mano a mano con el capital extranjero, destruyen las organizaciones obreras e instauran un régimen más o menos totalitario”, en L. Trotsky, *ibíd.*, p.161. Sobre el contexto político del exilio de Trotsky en México y las discusiones y debates políticos que abordó, leer el prólogo de *Escritos Latinoamericanos*, en <https://cieloporasaltomex.wordpress.com/2013/11/01/trotsky-en-las-tierras-de-villa-y-zapata/>

entender los movimientos pendulares de la lucha de clases en la región en ese periodo. ¿Cómo no asociar su idea de que un gobierno de esas características podía “convertirse en instrumento del capital extranjero, sometiendo al proletariado con las cadenas de la dictadura policial”³, al resultado de los procesos políticos en varios países, que llevaron al ascenso de Anastasio Somoza o Fulgencio Batista?

Dicho esto, sin duda, la riqueza del concepto —una aportación magistral a la comprensión de los regímenes políticos en los países semicoloniales y dependientes—, se ve en torno al cardenismo. La actuación del mismo no podía comprenderse por fuera de un contexto internacional donde las potencias imperialistas orientaban sus energías hacia la próxima conflagración mundial. Situación que le permitió a Cárdenas “disponer de cierta libertad en relación a los capitalistas extranjeros” y —basándose en el apoyo de las organizaciones obreras y campesinas— de mayores márgenes de maniobra para impulsar medidas como las de 1938.

Para Trotsky, las expropiaciones de los ferrocarriles y las compañías petroleras eran parte de la lucha de México por su independencia nacional. Mientras “se encuadran enteramente en los marcos del capitalismo de estado”, representaban una medida “de defensa nacional altamente progresista”⁴ frente al imperialismo, de lo cual se desprendía que la clase obrera internacional debían defenderlas ante el ataque de la burguesía imperialista, aún cuando la expropiación no fue bajo control de los trabajadores y se entregaran indemnizaciones a las empresas imperialistas.

Sin embargo, no confundía la defensa de estas medidas con el apoyo político al gobierno. No veía en las nacionalizaciones cardenistas y la reforma agraria “desde arriba” el camino para

3 Idem.

4 Idem.

la construcción del socialismo, razón por la cual afirmaba que “para los marxistas no se trataba de construir el socialismo con las manos de la burguesía, sino de utilizar las condiciones que se presentan dentro del capitalismo de estado y hacer avanzar el movimiento revolucionario de los trabajadores”⁵.

Trotsky articulaba su análisis del bonapartismo con la importancia que tuvo la estatización de las organizaciones obreras. La cuestión de los sindicatos es una de las más profundas discusiones que pueden encontrarse en los Escritos.

Allí afirmaba que, en México, los sindicatos “se han transformado por ley en instituciones semiestatales, y asumieron, como es lógico, un carácter semi totalitario”, criticando su estatización e incorporación al partido de gobierno⁶. Y además, que los gobiernos de los países coloniales o semicoloniales, asumen en general un carácter bonapartista o semibonapartista, determinado tanto por la presión del capital extranjero como por la acción de las clases sociales en pugna, siendo que “difieren entre sí en que algunos intentan orientarse hacia la democracia, buscando el apoyo de obreros y campesinos, mientras que otros implantan una cerrada dictadura policíaco militar”⁷. Esto tenía consecuencias en la relación con los sindicatos: “o están bajo la tutela del estado o bien, sujetos a una cruel persecución. Este tutelaje está determinado por las dos grandes tareas antagónicas que el Estado debe encarar: atraer a toda la clase obrera, para así ganar un punto de apoyo para la resistencia a las pretensiones excesivas por parte del imperialismo y, al mismo tiempo, disciplinar a los mismos obreros poniéndolos bajo control de una

5 Ibid., p.155.

6 Ibid., p.159.

7 Ibid., p.161.

burocracia”⁸.

ACTUALIZANDO LA TEORÍA DE LA REVOLUCIÓN PERMANENTE

El segundo aspecto que quiero destacar, es que en los Escritos encontramos una profundización de la teoría de la revolución permanente de Trotsky, a la luz de la realidad latinoamericana. Allí se aprehende correctamente la importancia fundamental que tiene en los países latinoamericanos la cuestión agraria, el “ansia de tierra” como la llamó, en tanto motor de la revolución. A su vez, le da todo su peso a la independencia nacional, claro reflejo del impacto que sobre él deben haber tenido las movilizaciones por la expropiación petrolera.

Entendiendo la incapacidad de la burguesía nacional para llevar hasta el final la lucha por esas tareas claves, Trotsky, en una discusión con militantes, afirmaba que:

“[...] la clase obrera de México participa, y no puede sino participar, en el movimiento, en la lucha por la independencia del país, por la democratización de las relaciones agrarias, etcétera. De esta manera, el proletariado puede llegar al poder antes que la independencia de México esté asegurada y que las relaciones agrarias estén organizadas. Entonces el gobierno obrero podría volverse un instrumento de resolución de estas cuestiones”⁹.

Esta posibilidad estaba claramente sujeta a la capacidad

8 Idem.

9 Ibid., pp. 123-124.

de la clase obrera de ganarse al campesinado.

“[...] durante el curso de la lucha por las tareas democráticas, oponemos el proletariado a la burguesía. La independencia del proletariado, incluso en el comienzo de este movimiento, es absolutamente necesaria, y oponemos particularmente el proletariado a la burguesía en la cuestión agraria, porque la clase que gobernará, en México como en todos los demás países latinoamericanos, será la que atraiga hacia ella a los campesinos. Si los campesinos continúan apoyando a la burguesía como en la actualidad, entonces existirá ese tipo de estado semibonapartista, semidemocrático, que existe hoy en todos los países de América Latina, con tendencias hacia las masas.”¹⁰

La experiencia de los trabajadores y las masas debía acompañarse, pero sin dejar de preservar —aun cuando existiesen medidas gubernamentales de enfrentamiento con el imperialismo— la independencia organizativa y programática y por ende la construcción de una organización revolucionaria. Y es que para Trotsky era fundamental esto, solo así la clase obrera podría “competir” con la burguesía nacional, convertirse en clase dirigente de la revolución socialista y resolver las aspiraciones de las amplias mayorías.

El giro conservador de los últimos meses del cardenismo fue la demostración de que estas aspiraciones no podían ser resueltas por el nacionalismo burgués. Como planteaba Clave, aunque la revolución empiece impulsada por las tareas democráticas más elementales, “en su conjunto, terminará con la toma de poder por el proletariado, se transformará sin solución de conti-

10 *Ibíd.*, p.124.

nidad en revolución socialista”¹¹.

Este era el camino para, en palabras de Trotsky, completar la obra de Emiliano Zapata.

EL ASCENSO DE LA ESTRELLA IMPERIALISTA

Por último, otra de las cuestiones tratadas por Trotsky y sus colaboradores en esos años, es el debate con el APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana), organización con influencia en Perú y otros países de América Latina, liderada por Haya de la Torre.

Este debate —que en su momento hicieron otros marxistas latinoamericanos como José Carlos Mariátegui y Julio Antonio Mella— se enmarcó en un contexto signado por el avance de la influencia de Estados Unidos en América Latina en detrimento de Gran Bretaña, y por el intento estadounidense de alinear a las naciones del continente a su política imperialista.

Los postulados del líder aprista, consideraba a EEUU un “buen vecino”, y afirmaba que “en caso de agresión tenemos a los Estados Unidos del Norte —tutores de nuestra libertad—, para que nos defiendan”¹².

Trotsky y sus colaboradores esclarecieron que la democracia de Washington —la forma que asumió el imperialismo yanqui—, no dudaría en desplegar “en un futuro próximo una política imperialista extremadamente agresiva, dirigida, especialmente, contra los países de América Latina”¹³. Desnudaban así el carácter imperialista de la política estadounidense sobre la

11 *Ibíd.*, p.279.

12 *Ibíd.*, p.202.

13 *Idem.*

región, enfrentando la actitud claudicante del APRA, así como la orientación seguida por los PC que, de acuerdo a los dictados y alianzas de la diplomacia soviética, embellecían a uno u otro bloque imperialista. La consecuencia de esto fue apoyar a las burguesías latinoamericanas subordinadas al imperialismo democrático, bajo la idea de que así se combatiría al fascismo.

Considerar —por parte del aprismo— a la burguesía imperialista estadounidense como “tutora” de los pueblos latinoamericanos, iba acompañado de una subestimación de la importancia de la alianza entre las masas latinoamericanas con el proletariado al norte del Río Bravo.

A partir de ello, se discutía con la salida programática propuesta por Haya de la Torre: la lucha por los “estados unidos de América Latina”.

Pero ¿cómo llegar a esa unidad latinoamericana sin independizarse íntegra y efectivamente de la tutela imperialista estadounidense? Eso era imposible sin enfrentar la subordinación a los EEUU y a sus agentes internos —la burguesía latinoamericana—, fueran “democráticos” o “fascistas”. De esa forma, la lucha antiimperialista y por la independencia efectiva se articulaba —para lograr esa “unidad de los pueblos latinoamericanos”— con una estrategia claramente socialista.

Como se planteaba en el Manifiesto de la IV Internacional:

“Sud y Centro América sólo podrán romper con el atraso y la esclavitud uniendo a todos sus estados en una poderosa federación. Pero no será la retrasada burguesía sudamericana, esa sucursal del imperialismo extranjero, la llamada a resolver esta tarea, sino el joven proletariado sudamericano, quien dirigirá a las masas oprimidas. La consigna que presidirá la lucha contra la violencia y las intrigas del imperialismo mundial y contra la sangrienta explotación de las camarillas compra-

doras nativas será, por lo tanto: Por los Estados Unidos Soviéticos de Sud y Centro América”¹⁴.

Esta perspectiva mantiene innegable actualidad. Una verdadera unidad latinoamericana que de respuesta a las necesidades y aspiraciones de los trabajadores y pueblos de la región, debe orientarse en una perspectiva claramente antiimperialista, anticapitalista y socialista. Y buscar la alianza y la unidad con la clase obrera de Estados Unidos y Canadá, contra el imperialismo y sus socias menores, las burguesías latinoamericanas.

Los Escritos Latinoamericanos, en síntesis, constituyen parte fundamental del bagaje marxista para entender la realidad latinoamericana de ayer y de hoy, y enriquecen la estrategia política para su transformación revolucionaria.

14 L. Trotsky, “Manifiesto de la IV Internacional sobre la guerra imperialista y la revolución proletaria mundial”, en *Guerra y Revolución. Una interpretación alternativa de la Segunda Guerra Mundial* (compilación), Tomo I, Buenos Aires, CEIP, 2004, p.291.

TRÓTSKI E A CULTURA

TROTSKY, AS ARTES E A CULTURA
E SUAS INFLUÊNCIAS NO TROTSKISMO BRASILEIRO
DE MÁRIO PEDROSA

Flo Menezes¹

“O ‘espírito’ é ‘maculado’ desde o início pela maldição da matéria, que surge sob forma de camadas de ar em movimento, sons, em suma, sob forma de linguagem.” (MARX & ENGELS 1975, 313)

1. DA EPOPEIA À TRAGÉDIA

Um fato trágico ocorrido a 14 de abril de 1930 em Moscou encerra o ciclo dos primeiros 13 anos da Revolução Russa, tornando-se emblemático da época de sua aguda burocratização: o suicídio, aos 36 anos, do poeta

¹ Flo Menezes (São Paulo, 1962) é Compositor, trotskista independente, autor de cerca de 100 obras em diversos gêneros musicais e de mais de 10 livros (alguns dos quais publicados na Europa), tem sua obra tocada em diversos países, é considerado como um dos mais importantes compositores de sua geração, e é Fundador e Diretor do Studio PANaroma de Música Eletroacústica da Unesp (Universidade Estadual Paulista), onde é Professor Titular de Composição Eletroacústica.

Vladimir Maiakovski.

Sendo Maiakovski considerado por muitos como o principal protagonista da poesia revolucionária e como um dos mais atuantes – nos termos de Trotsky – *companheiros de viagem* (*Политичук*) da Revolução, tal acontecimento serve de foco para um importante texto do líder do Exército Vermelho, escrito, já no exílio, para o *Boletim da Oposição Russa* em maio daquele mesmo ano em homenagem póstuma ao poeta e convertido *a posteriori* em um dos capítulos de seu paradigmático livro *Literatura e Revolução*, de 1924. No quarto parágrafo desse texto, intitulado “O suicídio de Maiakovski”, Trotsky procura denunciar o conteúdo pernicioso do aviso oficial do governo soviético acerca da morte do poeta, tal qual formulado pelo Secretariado-Geral do Partido – ou seja, por Stalin –, que procurava dissociar o ato extremo do poeta das suas atividades sociais e literárias. O ato de Maiakovski teve caráter passional: o poeta vivia em meio a uma complicada triangulação amorosa com sua amada Lília Brik e seu marido, e pode-se aventar certo componente potencialmente depressivo de seu caráter. Apesar disso, a frase inaugural da poesia-testemunho deixada pelo poeta dizia: “Ninguém é culpado da minha morte e, por favor, nada de fofocas”. Mesmo assim, Trotsky procura entender o contexto de seu ato e associa, não sem razão, a decisão trágica de Maiakovski à coerção crescente que a cultura e as artes sofriam sob o jugo do stalinismo já em curso:

“Os melhores representantes da juventude proletária [...] caíram sob as ordens de pessoas que converteram em critério de realidade a sua própria falta de cultura.” (TROTSKY 1980a, 224)

Ao que se assistiu, dos primeiros dias da Revolução Russa ou mesmo dos anos que a ela imediatamente antecederam ao final da década de 1920, foi uma notável perda de vigor revolu-

cionário e de liberdade de criação no terreno essencialmente especulativo das artes, concomitante à imposição intelectualmente obtusa de um pensamento provinciano, condizente com a teoria nacionalista e, naquele contexto, fundamentalmente antimarxista do Socialismo Num Só País, típico da burocracia stalinista.

Não tardou muito para que a asserção de Trotsky logo encontrasse oposição no seio do governo soviético. Homem de grande cultura e de digno passado militante nas fileiras históricas bolcheviques, Anatoli Lunatchárski, Comissário do Povo para a Instrução Pública até 1929, aos poucos perdia representatividade no governo stalinista e procurava, com sua habilidade política, flexibilidade e capacidade de adaptação aos cursos do poder, agarrar-se a alguma boia em alto mar e apartar-se da Oposição de Esquerda trotskista, e é neste contexto que, em 1931, concebe um eloquente texto dedicado ao poeta russo (“Vladimir Maiakovski, inovador”), em que, não sem certa ironia, se opõe à afirmação de Trotsky:

“Trotsky escreveu que o drama do poeta é ter amado a revolução com todas as suas forças, ter ido ao seu encontro, quando essa revolução já não era autêntica, se perdendo em seu amor e sua caminhada. Naturalmente, como podia ser autêntica a revolução, se Trotsky não participa dela? Só isso já basta para demonstrar que é uma revolução ‘falsa’! Trotsky também afirma que Maiakovski tirou a própria vida porque a revolução não seguia a via trotskista. [...] No interesse de seu pequeno grupo político, insignificante e falido, Trotsky acolhe tudo o que é hostil aos elementos progressistas do mundo socialista que estamos criando.” (LUNATCHÁRSKI 2018, 199)

Procurando delimitar a crítica trotskista simplesmente

ao campo de uma mera disputa interna pelo poder, movida pela vaidade pessoal e não por uma concepção essencial e eminentemente política e ideológica, Lunatchárski ainda precede a esta passagem duas frases que o fazem situar, naquele momento, no campo oposto ao de Trotsky: “Atualmente, Trotsky está com os filisteus. Ele não é mais, como nós, camarada do Maiakovski de ferro, mas de seu duplo [pequeno-burguês]” (*idem, ibidem*).

Mas mesmo em meio à crise política soviética que se alastrava pelo início da década de 1930, e que resultaria na dizimação completa da Oposição de Esquerda russa e no implacável controle das artes pela ditadura stalinista, fazendo daí resultar uma arte engajada e classificada como da escola do Realismo Socialista – com uma qualidade artística das piores que já se viu na história das artes –, Trotsky e Lunatchárski pareciam concordar em um ponto: os elos que atavam a revolucionária obra maiakovskiana ao velho mundo burguês. Trotsky mesmo, ao início de seu ensaio, afirmava:

“Maiakovski quis, sinceramente, ser revolucionário, antes mesmo de ser poeta. Na realidade, ele era acima de tudo um *poeta* [grifo do autor], um artista, que se afastou do velho mundo *sem romper com ele* [grifos nossos].” (TROTSKY 1980a, 223)

Mas teria podido Maiakovski livrar-se por completo, mesmo tendo feito parte do bolchevismo histórico e da Revolução, dos matizes de classe com os quais sua elaboração poética estava, de certo modo, tingida? Afirmando-se pela especulação do Novo artístico na forma e no conteúdo, e dando as mãos à Revolução, teria o poeta podido livrar-se, mesmo assim, de sua proveniência pequeno-burguesa ou – nos termos de Lunatchárski – de seu *duplo*?

2. A ARTE SUBMETIDA À SUA ANÁLISE CLASSICISTA

É provável que tal dilema tenha contribuído sobremaneira para a decisão de Maiakovski de pôr fim à sua existência. A estratégia stalinista da *autocrítica* ali já se perfilava e viria a caracterizar a farsa coercitiva dos Processos de Moscou, os quais culminariam por dizimar quase que a totalidade dos revolucionários de 1917. Não seria ilógico deduzir, pois, que os rumos castradores do stalinismo no poder soviético foram fatores determinantes para o desânimo existencial do grande poeta: a cobrança moral e autopunitiva constituíra provavelmente o ingrediente psíquico decisivo que lhe teria impelido à auto-aniquilação.

A mesma questão que se coloca diante do fato artístico é, contudo, extensível a qualquer outro campo do saber. A rigor, poderíamos nos perguntar se os maiores revolucionários de nossa história moderna, Marx, Engels, Lenin, os próprios Trotsky e Lunatchárski, a maior parte dos bolcheviques, Mao Tse-Tung, Fidel Castro e Che Guevara, teriam como se desvencilhar de suas origens pequeno-burguesas, e mais: se a própria questão faria algum sentido².

2 A própria tradição revolucionária marxista tem como certo a liderança das massas por parte de uma *vanguarda* revolucionária, a qual, pelas próprias condições estruturais das sociedades de classes, adviriam naturalmente de uma pequeno-burguesia. Como escreve Domenico Settembrini em seu verbete tendenciosamente crítico quanto ao *Leninismo*, porém, nesta passagem, com pertinência constatadora quando aborda a teoria de Lenin em sua superação do tradicional populismo russo: “Visto que a evolução da classe operária, no regime democrático parlamentar, a afasta do caminho do socialismo, far-se-á necessário, antes de qualquer coisa, um guia que mantenha as massas no justo caminho. Eis, pois, encontrada a necessidade e a tarefa de um partido integrado por revolucionários profissionais de origem pequeno-burguesa, formado fora da classe operária e não passível de controle nem de influência por parte dela. Partido que será o depositário da verdade,

Fato é que toda a história do saber decorre irrevogavelmente de suas condições históricas, e sendo o projeto socialista *posterior* à revolução burguesa, é natural que a Cultura, que, na bela definição de Roland Barthes, “é tudo em nós exceto nosso presente”³, carregue consigo os traços classistas de sua proveniência histórica para dentro da nova construção socialista.

A questão esbarra na análise propriamente *marxista* da arte e da cultura, que procurou desvendar os elos *ideológicos* que unem as camadas conscientes e subconscientes do pensador e – poderíamos estendê-lo – do artista. Em uma carta a Franz Mehring, de 14 de julho de 1893, escreve Engels:

“A ideologia é um processo que o presumível pensador segue, sem dúvida conscientemente, mas com uma consciência falsa. As verdadeiras forças motrizes que o impelem são-lhe desconhecidas, pois, se assim não fosse, não se trataria de um processo ideológico.” (ENGELS in: MARX & ENGELS 1974, 44)

Já renunciando o enfoque nos modos pelos quais o subconsciente faz transparecer, no nível da elaboração plenamente consciente, as raízes sociais, pulsionais e afetivas, enfoque este que viria caracterizar os pilares da teoria psicanalítica freudiana no século XX, Engels nos atenta sobretudo para a influência, em qualquer fato de *pensamento* – e, por conseguinte,

como intérprete da essência mais real da classe operária, a encarnação atual do socialismo, a única garantia de seu advento futuro.” (SETTEMBRINI in: BOBBIO et alii 2016, 681)

3 “La culture [est] tout en nous sauf notre présent” (BARTHES 1973, 32). A frase de Barthes parece relacionar-se diretamente com a de Marx em *O 18-Brumário de Luís Bonaparte*: “A tradição de todas as gerações mortas pesa muito no cérebro dos vivos.” (MARX & ENGELS 1974, 66)

de *cultura* –, da ideia sobre as formulações, isto é, do *conteúdo* sobre a *forma*, ideia esta necessariamente decorrente das condições materiais de vivência e de sobrevivência dos cidadãos e que são impostas e geridas pelas classes dominantes. É nesse sentido que, na *Ideologia alemã*, Marx e Engels afirmarão:

“As ideias da classe dominante são também as ideias dominantes de cada época, ou, por outras palavras, a classe que é a potência *material* dominante da sociedade é também a potência *espiritual* dominante.” (Marx & ENGELS 1974, 22)

Mas se essas premissas são verdadeiras, o mérito de Marx e Engels em desvendar os mecanismos de dominação nas sociedades classistas não os impediu de evitar com que uma própria interpretação de tipo *mecanicista* se tornasse preponderante no marxismo histórico e fosse aplicável, sem qualquer tipo de relativização, a qualquer campo do saber humano, o que implicaria em uma atitude previamente condenatória de todo fato de cultura, uma vez que uma sociedade sem classes sequer ainda existia. Em outras palavras – e nos atendo apenas ao campo artístico e cultural –, para Marx e Engels, mas não para boa parte daqueles que reivindicariam de suas ideais, a dialética materialista marxista deveria estar apta a entender, interpretar e refletir sobre as influências classistas nas obras de arte, mas os produtos da arte não poderiam deixar, igualmente, de serem considerados a partir de suas próprias especificidades, de modo a podermos, mesmo em uma nova sociedade socialista, usufruir dos fatos de cultura, necessariamente históricos. Foi precisamente sobre este ponto que se debateu Trotsky, já nos inícios dos anos 1920, contra tendências mecanicistas no seio do bolchevismo, quando discutia a relação entre “O partido e os artistas” (artigo de 9 de maio de 1924), afirmando que

“a arte e a política não podem ser abordadas do mesmo modo. Não porque a criação artística seja uma cerimônia ou uma mística, [...] mas antes porque possui suas regras e seus métodos, suas leis próprias de desenvolvimento, e sobretudo porque na criação artística os processos subconscientes desempenham um papel considerável, e tais processos são mais lentos, mais indolentes, mais difícil de serem controlados e dirigidos, precisamente por serem subconscientes.” (TROTSKY 1973, 138)⁴

Ora, se a Revolução Socialista era almejada pelo marxismo, não o era para que as classes trabalhadoras continuassem a se ver tolhidas do acesso à cultura e se verem obrigadas a restringir sua existência às necessidades de sobrevivência e à opressão do trabalho explorado, mas, ao contrário, para que sua emancipação significasse também uma emancipação de seu espírito. Foi nesse sentido que Lenin, tão crítico quanto Trotsky com relação à defesa de uma “cultura proletária” (*proletcult*) – tal como promulgada por alguns de seus camaradas (dentre os quais o próprio Lunatchárski) no seio do partido bolchevique –, afirmara, em um artigo intitulado “A cultura proletária”, de 9 de outubro de 1920, que

4 “El arte y la política no pueden ser abordados del mismo modo. No porque la creación artística sea una ceremonia y una mística, [...] sino porque tiene sus reglas y sus métodos, sus propias leyes de desarrollo, y sobre todo, porque en la creación artística los procesos subconscientes juegan un papel considerable, y esos procesos son más lentos, más indolentes, más difíciles de controlar y de dirigir, precisamente porque son subconscientes.” (TROTSKY: “El partido y los artistas”)

“o marxismo conquistou sua significação histórica universal como ideologia do proletariado revolucionário porque não rechaçou de modo algum as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, ao contrário, por ter assimilado e reelaborado tudo o que houve de mais valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e cultura humanos.” (LENIN 1979, 271)⁵

O fato, entretanto, de o marxismo consistir antes em uma interpretação de cunho filosófico-político dos fatos de cultura, e não propriamente em um *modus operandi* da própria criação artística, isto é, de o marxismo, diante do fato artístico, se ater antes à interpretação e ao entendimento das ideias do que na produção ativa e criativa das *formas*, fez com que acabasse por servir ao pensamento mecanicista – àquele mesmo ao qual Marx teria repetido sua célebre frase: “Então eu mesmo não sou *marxista*” – não como instrumento de interpretação e reflexão (e até mesmo de posicionamento) diante do fato artístico, mas antes como instrumento de *imposição* à criação artística de certa “conduta ideológica” a ser seguida pelo criador. As consequências mais funestas deste desvio das intenções genuinamente marxistas, as conhecemos bem: a ideologia “marxista” passa a exercer papel condenatório, de julgamento e controle, enquanto deveria, criticamente, se abster – como desejaram Marx e Engels, Lenin e Trotsky – de procurar exercer mão de ferro sobre o ato

5 “El marxismo ha conquistado su significación histórica universal como ideología del proletariado revolucionario porque no ha rechazado en modo alguno las más valiosas conquistas de la época burguesa, sino, por el contrario, ha asimilado y reelaborado todo lo que hubo de valioso en más de dos mil años de desarrollo del pensamiento y la cultura humanos.” (LENIN: “La cultura proletaria”)

da criação artística. As concepções marxistas, quando diante das obras artísticas, passam então a serem identificadas com aquelas que darão importância sobretudo ao conteúdo ideológico explícito da obra de arte, a despeito do que ela, mesmo quando manifestamente reacionária, pudesse conter de *formalmente revolucionária*. Como bem descreve um dos principais críticos literários que o Brasil já teve, o marxista Antonio Candido,

“para essas concepções [marxistas, ou, a bem da verdade, pseudo-marxistas], as obras de arte e de literatura deveriam ser necessariamente interpretadas e avaliadas segundo a sua dimensão social e, não raro, segundo o seu significado político potencial. Em consequência, a crítica tendia a concentrar-se no conteúdo e a negligenciar as questões de forma, inclusive a fatura.” (CANDIDO in: CASTILHO MARQUES NETO 2001, 15)

Entretanto, o desejo de que o crítico ou a crítica marxista pudesse dar conta dos problemas da forma não foi ausente dos revolucionários russos. Lunatchárski, ao elaborar as “Teses sobre as tarefas da crítica marxista” (de abril a junho de 1928), reconhece que “o crítico marxista toma como objeto de sua análise, antes de tudo, o conteúdo da obra, a *essência social* que essa encarna”, mas em seguida expressa esse desejo, afirmando que não se podia “ignorar a tarefa particular de análise das *formas literárias*”, e que “o crítico marxista não deve se omitir a esse respeito” (LUNATCHÁRSKI 2018,144). Quando faz isso, esbarra na questão de que nas próprias formas artísticas – e isto mesmo em relação às linguagens artísticas mais distantes dos significados verbais quando voltadas a si mesmas, tal como principalmente o caso da linguagem musical – podem-se como que “rastrear” conteúdos ideológicos que, de certo modo, lhe deram vazão. A

afirmação, contudo, daria igualmente vazão a uma interpretação tendenciosa e controladora das próprias formas artísticas. Por tal viés, a autonomia das formas artísticas perderia qualquer sentido, deixando-se de reconhecer o que tipifica a obra de arte: o exercício sobre si mesma e sobre a história de sua linguagem; em outras palavras, sua *intertextualidade*.

3. AS CARACTERÍSTICAS DEFINITÓRIAS DA ARTE

Quando Trotsky afirma, em *Literatura e Revolução*, que “a arte deve abrir por si mesma o seu próprio caminho”, e que “os métodos do marxismo não são os mesmos da arte” (TROT-SKY 1980a, 187), tem em mente justamente as especificidades do campo artístico e, considerando-se a arte como um todo, suas leis genéricas, porém próprias, e que escapam à análise marxista. Se os métodos do marxismo podem interpretar a arte e até mesmo “explicar”, do ponto de vista sociológico e ideológico, o advento de determinada tendência artística, eles serão insuficientes para entendê-la em toda a sua plenitude, e muito menos ainda uma dada obra artística em particular. Assim sendo, somente adentrando o terreno específico das linguagens artísticas é que uma determinada obra poderá ser profundamente compreendida:

“É perfeitamente exato que nem sempre se pode seguir somente os princípios marxistas para julgar, rejeitar ou aceitar uma obra de arte. Uma obra de arte deve-se julgar, primeiramente, segundo suas próprias leis, isto é, segundo as leis da arte. Mas só o marxismo pode *explicar* por que e como, num determinado período histórico, aparece tal tendência artística; em outras palavras, quem expressou a necessidade de certa forma artística, e não de outras, e por que.” (TROT-SKY 1980a,

O jdanovismo cultural, isto é, a doutrinação stalinista que arregimentou as artes (sem falarmos das outras áreas do saber humano), tal como promulgada mormente por Andrei Jdanov a partir de 1946, mas que nada mais fazia que corresponder às coerções que os artistas já sentiam na pele ao final dos anos 1920, ignorou por completo as leis às quais se referia Trotsky, genéricas a toda criação artística e independente das leis que lhes seriam complementares, quais sejam: as que regem especificamente cada uma das linguagens artísticas. Contrariando o princípio supremo que fundamenta toda obra artística de valor ao longo da história da humanidade, qual seja: o da *liberdade de criação*, a doutrinação jdanovista repetiu o ato trágico de Maiakovski: fez com que a arte produzida sob seus “auspícios” cometesse suicídio.

Seria deveras pretensioso fazer uma análise exaustiva e taxativa de todos os aspectos que poderiam tipificar uma obra de arte, mas vejamos, sucintamente, os fatores que parecem condicionar a *fatura* da obra artística, ou seja, àquilo a que Trotsky aludira quando falava de suas “próprias leis” ou de que trata o Manifesto da F.I.A.R.I. em seu ponto 2, quando fala das “leis específicas a que está sujeita a criação intelectual”.

3.1. INTERTEXTUALIDADE

A primeira dessas características é o que chamamos acima de *intertextualidade*, isto é, a faculdade da obra arte em dialogar com outras obras de sua linguagem, contemporâneas ou pertencentes ao passado. Se a música – para a tomarmos como exemplo de uma das linguagens artísticas – fora bem definida por Roman Jakobson como uma *semiosis introversiva* (cf. JAKOBSON 1973, 100), isto é, uma linguagem cujos signos

se remetem continuamente a elementos interiores à sua própria articulação sígnica, à sua própria *técnica*, e se por isso ela se distingue da linguagem verbal, cujas palavras remetem-se externamente aos conceitos que evocam, quando ouvimos uma cadência tonal, um ritmo, uma citação de outra peça ou uma certa maneira de orquestrar – atendo-nos somente à sua percepção estética –, tecemos relações com todo o arsenal de cultura musical que temos depositado em nós. E o mesmo ocorre com toda obra de arte em todas as demais linguagens. A obra artística estabelece diálogos contínuos com aspectos precisos de sua história: “A atividade criadora do homem histórico é, de modo geral, hereditária” (TROTSKY 1980a, 156). Ao mesmo tempo em que institui um Novo, a obra é também, por mais que se queira romper com o passado, sempre um comentário sobre o que já se fez.

3.2. TECNICIDADE

A este aspecto, alia-se um segundo, a ele indissociável. A obra de arte necessariamente lida com sua *tecnicidade*. A julgar pelo grau de elaboração de suas técnicas, dada linguagem artística pode inclusive encerrar o risco de tornar-se inacessível ou pouco acessível àqueles que não se inteirarem de seus meandros técnicos, ao menos no nível de uma sua compreensão plena. Tal risco ocorre particularmente com a música, com suas técnicas de *escritura musical* – o que certamente faz da linguagem musical a mais difícil das artes, dado o elevado nível de sua tecnicidade –, mas tal característica faz parte, em maior ou menor grau, de toda linguagem artística.

3.3. NÃO-LINEARIDADE HISTÓRICA

A obra de arte que faz época, ou seja, que se firma na história de sua linguagem por suas qualidades artísticas, guarda-

rá sempre o potencial de ser “relida” e “reinterpretada” em épocas futuras e em condições distintas daquelas pelas quais nasceu. E mais que isso: há diversos casos, na história das artes, em que uma obra é redescoberta ou revalorizada, tirando-a do esquecimento. Tal fato distingue substancialmente a obra de arte da política: em política, as ações têm de surtir efeito imediato para terem validade; caso contrário, sucumbem e não são consideradas como vitoriosas. Poder-se-ia argumentar que o trotskismo é prova contrária a essa tese: Trotsky saiu derrotado e acabou morto a mando de Stalin, mas as ideias trotskistas excedem a pessoa de Trotsky. Sua ressonância demonstrou-se, em certo sentido, vencedora, pois permanece atuante, e em pleno 2019 é de Trotsky e de seu legado que estamos falando no Congresso de Cuba, e não do legado stalinista! O julgamento daquilo que é propriamente “vencedor” ou “perdedor”, no terreno político, deve, pois, ser relativizado. Mas como quer que seja, toda ação política visa algum efeito imediato, mesmo que no plano das ideias. A obra de arte, ao contrário, não visa qualquer efeito imediato para além do *gozo estético* que institui em si mesma – aquilo que Barthes chamava, em seu magnífico *Le plaisir du texte*, de *jouissance*. E, assim agindo, guarda todo o seu potencial estético para uma eventual fruição futura. Ainda que, na trama intertextual que institui os diálogos do artista com a história de sua linguagem, haja “progressividade” e inegável desenvolvimento de sua técnica, não há propriamente “progresso linear”, ou seja, linearidade histórica absoluta na história da arte, e as obras de arte podem se referir a feitos artísticos às vezes muito distantes delas temporalmente. Na mesma medida, não se pode decretar a não validade de determinado feito artístico simplesmente por não ter exercido influência imediata em obras subsequentes: “Na economia da arte, como na economia da natureza, nada se perde e

tudo se interliga” (TROTSKY 1980a, 174)⁶. Lidamos mais com um *trans-gresso*, com um *desenvolvimento não-linear* dos fatos artísticos. Se não há mera casualidade, tampouco há causalidade irreversível na história das linguagens artísticas. Nisso a arte distingue-se igualmente da ciência, pois que se na história da ciência podem-se observar certos feitos que darão frutos mais à frente, a regra geral do curso histórico científico é a contínua superação imediata de seus feitos pelas vias da *veracidade*: uma vez comprovada determinada tese, certifica-se a hipótese anterior ou se a revoga de modo implacável. Em arte, contudo, não há verdades estabelecidas, e nem superadas. Os feitos artísticos sucedem-se continuamente sem se anularem, e o novo feito não anula o potencial estético de feitos passados; ao contrário: pela vias da intertextualidade, amplia-o⁷.

3.4. ERRO E RISCO

Indubitavelmente o artista almeja a formulação que lhe interessa: a *jouissance* estética de sua obra. E o artista honesto deseja o acerto em suas elaborações. Mas diante da criação, não há como evitar o risco e, com ele, o próprio erro, e isto a ponto de o erro adquirir, às vezes, lugar de honra na obra de arte. Assim é

6 Referindo-se à música, escreve o grande musicólogo Carl Dahlhaus: “Diversamente da história política, na qual o não-efetivo em nada consiste, na história da música pode uma obra, da qual nada se segue, também ser significativa” [“Anders als in der politischen Geschichte, in der das Wirkungslose nichtig ist, kann in der Musikgeschichte auch ein Werk, aus dem nichts folgt, bedeutend sein”]. (DAHLHAUS 1978, 340)

7 É nesse sentido que Umberto Eco afirma: “Em cada livro incrustam-se, ao longo do tempo, todas as interpretações que lhes demos. Não lemos Shakespeare como ele escreveu. Nosso Shakespeare então é muito mais rico que o lido em sua época.” (ECO in: ECO & CARRIÈRE 2010, 134)

que Arnold Schönberg, um dos maiores músicos do século XX, assevera:

“[O erro] merece um lugar de honra, porque graças a ele é que o movimento não cessa, que a fração não alcança a unidade e que a veracidade nunca se torna verdade; pois nos seria demasiado suportar o conhecimento da verdade.”⁸ (SCHÖNBERG 2001, 458)

Vemos então que é na arte que toda a *incerteza* e toda a *instabilidade* da expressão têm lugar pleno de articulação, isto é, é na arte que a *dramaticidade* inerente a todo signo linguístico encontra seu lugar mais propício de exploração. A arte potencializa, assim, as ambiguidades e as antinomias já existentes na própria relação entre *significantes* e *significados* no interior do próprio signo linguístico e as que existem entre o próprio signo e o objeto que representa. A essa antinomia, que se revela como algo essencial à dinâmica das línguas, já se referia Jakobson, quando escreve:

“Por que isto é necessário? Por que é necessário sublinhar que o signo não se funde com o objeto? Porque ao lado da consciência imediata da identidade entre signo e objeto (A é A1), é necessária a consciência imediata da ausência de identidade (A não é A1); tal antinomia é indispensável, pois que sem paradoxo não há dinâmica dos conceitos, nem dinâmica dos signos, a relação entre conceito e signo se automatiza, arrefece o

8 “[Der Irrtum] verdient einen Ehrenplatz, denn ihm verdankt man es, daß die Bewegung nicht aufhört, daß die Eins nicht erreicht wird. Daß die Wahrhaftigkeit nie zur Wahrheit wird; denn es wäre kaum zu ertragen, wenn wir die Wahrheit wüßten.” (SCHÖNBERG 1949, 394).

curso dos eventos, atrofia-se a consciência da realidade.” (JAKOBSON 1985, 53)

A arte parece, pois, constituir o lugar ideal para o exercício supremo em cima das ambiguidades que os próprios veículos expressivos das linguagens artísticas oferecem ao criador. Com isso, acabam por instituir também o campo otimizado da percepção estética essencialmente dialética, pois a passagem seguinte, na qual Trotsky fundamenta, em termos filosóficos, a contínua mutação que se traduz em essência de sua teoria da Revolução Permanente (revigorando o termo originariamente formulado em 1850 por Marx: “*Revolution in Permanenz*”⁹ (cf. HOSFELD 2011, 79)), assemelha-se sobremaneira à formulação jakobsoniana:

9 O termo *Revolução Permanente* tem origem em Marx na redação de sua *Mensagem à Liga dos Comunistas*, em 1850 (cf. DUNAYEVSKAYA 2017, pp. 321-356, em especial a partir da p. 332). Neste texto, Marx escreve: “A atitude do partido operário revolucionário diante da democracia pequeno-burguesa é a seguinte: marcha com ela na luta pelo derrocamento daquela fração a cuja derrota aspira o partido operário; marcha contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa quer consolidar sua posição em proveito próprio. Mas a máxima contribuição à vitória final a farão os próprios operários alemães a partir da consciência de seus interesses de classe, ocupando o quanto antes uma posição independente de partido e impedindo que as frases hipócritas dos democratas pequeno-burgueses os apartem um único momento da tarefa de organizar com toda a independência o partido do proletariado. Seu grito de guerra há de ser: a revolução permanente” (MARX apud DUNAYEVSKAYA 2017, pp. 336-337). A este caráter permanente do processo revolucionário, que alia-se ao caráter em certo momento revolucionário da pequena-burguesia para logo em seguida atingir a revolução proletária, a teoria da *Revolução Permanente* de Trotsky acrescerá a transcendência da revolução em âmbito nacional para, num momento seguinte, o âmbito internacional.

“O axioma ‘A’ é igual a ‘A’ é, por um lado, ponto de partida de todos os nossos conhecimentos e, por outro, é também o ponto de partida de todos os erros do nosso conhecimento. [...] Para os conceitos, também existe uma ‘tolerância’ que não está fixada pela lógica formal baseada no axioma ‘A’ é igual a ‘A’, mas pela lógica dialética baseada no axioma de que tudo se modifica constantemente.” (TROTSKY 1984, 70)

3.5. A INVENÇÃO E O NOVO

Se a religião lida com o dogma e sua crença, e se a ciência, com a hipótese e sua veracidade, a arte lida com a *invenção* e sua *escritura* (*écriture*, em sentido barthesiano). A obra artística empreende um movimento paradoxal no tempo, e tal paradoxo é de sua própria natureza: por um lado, tece relações, pelas vias da intertextualidade, com as obras passadas; por outro, centra grande parte de sua energia na invenção do Novo, apontando para o futuro. “*Ich suche das Neue*” – “procuro o novo”, diz um dos personagens da ópera *Von heute auf morgen* op. 32 de Schönberg. Todo anacronismo em arte, na repetição não inventiva e diluída de feitos passados, tende a morrer no ostracismo. Apenas o Novo irrompe no presente, abre caminhos e faz a obra perdurar, e apenas ele, quando não surte o “efeito” imediato da inovação, guardará potencial para sua redescoberta futura. Como objeto de conhecimento, o Novo é aquilo que permite à fruição estética a consciência do próprio exercício da sensibilidade. Marcel Proust escreve:

“Não conhecemos verdadeiramente a não ser o que é novo, aquilo que introduz bruscamente em nossa sensibilidade uma mudança de tom que nos atinge, aquilo que o hábito ainda não substituiu por seus páli-

dos fac-símiles.”¹⁰ (PROUST 1989, 110)

Mais que irromper no presente, o Novo faz com que o criador com o presente não se contente e, abrindo caminhos, aponte para o futuro. Tal é o papel da vanguarda artística, correlata à vanguarda política. E foi desta forma que Arthur Schopenhauer, filósofo de cabeceira de Arnold Schönberg, e que tão bem definira o *gênio* artístico – conceito tão mal compreendido e preconceituosamente categorizado como uma noção “burguesa” –, referiu-se, em sua *Metaphysik des Schönen*, à “nervosidade” dos indivíduos geniais:

“[...] O *presente* raramente lhes é suficiente, porque na maior parte das vezes não preenche sua consciência, na medida em que é demasiado insignificante. Daí o empenho infatigável pela procura incessante de objetos novos, dignos de contemplação.” (SCHOPENHAUER 2003, 63)

3.6. CONTROLE ABSOLUTO VERSUS IMPONDERABILIDADE

A arte é, pois, o domínio da plena *consciência* e, por conseguinte, da quase desesperada – mas em geral muito prazerosa – busca por um total *controle* do feito artístico, pois o Novo é aquilo que desperta a consciência plena:

“Qualquer sucessão de eventos nos quais tomemos parte por meio de sensações, percepções e, pos-

¹⁰ “Nous ne connaissons vraiment que ce qui est nouveau, ce qui introduit brusquement dans notre sensibilité un changement de ton qui nous frappe, ce à quoi l’habitude n’a pas encore substitué ses pâles fac-similés.”

sivelmente, de ações, gradualmente cairá para fora do domínio da consciência quando a mesma sequência de eventos se repetir, da mesma maneira e com elevada frequência. Mas será imediatamente elevada à região consciente se, em tal repetição, a ocasião ou as condições ambientais encontradas em sua busca diferirem daquelas que existiram em todas as incidências anteriores.” (SCHRÖDINGER 1997, 109)

O físico Erwin Schrödinger chama-nos a atenção, pois, para o fato de os processos orgânicos “associarem-se à consciência na medida em que são novos” (SCHRÖDINGER 1997, 112)¹¹, e quando Trotsky discorria, em passagem previamente aludida por nós, acerca do papel considerável que desempenham os processos subconscientes na obra de arte, não o fez em vão: reconhecer a interferência de processos subconscientes é, ao mesmo tempo, enaltecer a busca da consciência plena das articulações e dos jogos de linguagem ao elaborar uma obra de arte, pois que apenas com a plena consciência dos processos e almejando-se um controle o mais rigoroso das técnicas de escritura é que pode-se dar vazão a um afloramento genuíno dos processos incons-

11 Pensamento este em total convergência com o que afirma o neurobiólogo francês Jean-Pierre Changeux em diálogo com os compositores Pierre Boulez e Philippe Manoury: “A imagem cerebral da resposta à novidade revela no homem uma ativação dos córtex pré-frontal e temporal, assim como do córtex cingulado que fazem parte dos territórios cerebrais que intervêm no acesso à consciência, [...] o que ilustra a ideia de uma ‘tomada de consciência’ despertando um interesse pela novidade” [“L’imagerie cérébrale de la réponse à la nouveauté révèle chez l’homme une activation des cortex préfrontal et temporal ainsi que du cortex cingulaire qui font partie des territoires cérébraux intervenant dans l’accès à la conscience, [...] ce qui illustre l’idée d’une ‘prise de conscience’ ouvrant à un intérêt pour la nouveauté”] (BOULEZ & CHAN-GEUX & MANOURY 2014, 61).

cientes ou subconscientes. Em outras palavras, quanto mais controle se procura ter do objeto artístico, mais autêntico aquilo que, apesar de todo controle, brota de imponderável, imprevisível e inesperado. É, pois, no exercício de um chamado à consciência que acessamos a porta de nosso inconsciente; e é nisso que consistiu a revolução da psicanálise freudiana.

Nesse sentido, as poéticas do acaso em arte – tal como o Surrealismo –, são estéticas periféricas ou minoritárias, e mesmo tendo originado obras de valor, acabam sempre transparecendo uma clara e consciente postura do artista diante de sua criação. O artista não pode se furtar à sua responsabilidade diante do feito artístico; ele é, desta forma – e mesmo quando se pronuncia em sentido contrário –, a encarnação de sua própria consciência diante do Novo que deseja instituir: e é assim que se coloca, mesmo quando realiza mais sínteses do que inovações, na vanguarda estética de sua época¹².

3.7. LIBERDADE E UTOPIA

Por todas as suas características e por sua essência especulativa, inventiva, a arte não aceita e nem poderia aceitar qualquer coerção. É o terreno da liberdade plena, pois que sem liberdade não pode haver pensamento especulativo. A obra de arte encerra em si, portanto, a *possibilidade do impossível*, sob o risco do erro, mesmo não se furtando o artista de sua

12 Em um texto de 17 de junho de 1938 (“El arte y la Revolución”), Trotsky escreve: “[...] São pequenos grupos que fizeram a arte progredir. Quando dada tendência artística dominante esgotou seus recursos criativos, separam-se dela ‘escombros’ criativos que souberam olhar o mundo com novos olhos.” “[...] Son pequeños grupos los que han hecho progresar el arte. Cuando la tendencia artística dominante ha agotado sus recursos creadores, de ella se separan ‘escombros’ creadores que han sabido mirar al mundo con ojos nuevos.”] (TROTSKY 1973, 209)

enorme responsabilidade social e histórica – social, porque “até o discurso mais solitário do artista vive do paradoxo [...] de falar aos homens”¹³ (ADORNO 2003, GS 12, 28-9); histórica, porque mesmo quando enseja uma ruptura, o artista não deixa de se inserir na trama intertextual da história de sua linguagem e da linguagem dos homens. A obra de arte, por isso, é o lugar onde sonha-se acordado, no sentido do *Tagtraum* (*sonho diurno*) de que falava o filósofo marxista Ernst Bloch¹⁴; institui, assim, uma *Utopia tópica*: é o lugar ou ambiente, criado pelo artista, em que vive-se, com liberdade plena, o que ele a nós propõe, podendo-se, como espectador, sair deste mundo quando bem se queira e abandoná-lo, ou amar esse novo mundo e revisitá-lo. A liberdade da criação é correlata à liberdade de seu usufruto.

Por todas as suas leis gerais, somadas às suas leis específicas, vemos que os métodos marxistas são insuficientes para lidar com o fenômeno artístico, e, por conseguinte, qualquer controle exercido sobre a atividade artística criadora só poderá advir daqueles que desconhecem por completo a essência da criação artística e do próprio marxismo:

13 “Denn noch die einsamste Rede des Künstlers lebt von der Paradoxie, [...] zu den Menschen zu reden.”

14 Arno Münster esclarece a respeito de Bloch: “Os sonhos diurnos são sempre orientados para o futuro, ao passo que os sonhos noturnos têm uma relação privilegiada com o passado [...]” (MÜNSTER 1993, 25). É nesse sentido que Bloch fala de uma Utopia concreta assentada sobre os pés: “O ponto de contato entre o sonho e a vida, sem o qual o sonho é apenas uma utopia abstrata, e a vida, então, apenas trivialidade, é dado na capacidade utópica assentada sobre os pés, conectada com a realidade possível.” [“Der Berührungspunkt zwischen Traum und Leben, ohne den der Traum nur abstrakte Utopie, das Leben aber nur Trivialität abgibt, ist gegeben in der auf die Füße gestellten utopischen Kapazität, die mit dem Real-Möglichen verbunden ist.”] (BLOCH 1985, 165)

“[...] No campo da literatura e da arte, não queremos suportar nem a tutela ‘trotskista’ nem a stalinista. [...] Um poder autenticamente revolucionário não pode nem quer se dar a tarefa de ‘dirigir’ a arte, e menos ainda dar-lhe ordens, nem antes e nem depois da tomada do poder. [...] A arte pode ser o grande aliado da Revolução na medida em que seja fiel a si mesma.”¹⁵ (TROT-SKY 1973, 210-211)

4. O ERRO E O ACERTO SURREALISTAS

Ao assumir o acaso como estratégia principal, o artista acaba abrindo mão da busca do controle total de seus materiais – mesmo sabendo que tal controle pleno será inatingível – e promove à primeira instância das elaborações artísticas aquilo que jamais emergirá na superfície da consciência sem abrir mão do

15 “[...] En el campo de la literatura y del arte no queremos soportar ni la tutela ‘trotskista’ ni la estaliniana. [...] Un poder auténticamente revolucionario no puede ni quiere darse la tarea de ‘dirigir’ el arte, y menos aún darle órdenes, ni antes ni después de la toma del poder. [...] El arte puede ser el gran aliado de la revolución en la medida en que sea fiel a sí mismo.” O pensamento é diametralmente oposto à conclusão que chegara Lunatchárski quando discorre sobre em que consistiria a crítica marxista. A julgar pelo conteúdo de determinada obra, a crítica marxista deveria, na visão daquele que viria a se tornar um dos defensores do Realismo Socialista stalinista, exercer até mesmo a censura: “[...] Entra em cena não a crítica marxista, mas a censura marxista” (LUNATCHÁRSKI 2018, 147); ou ainda: “Os limites de liberdade que podemos conceder em um tempo de luta dependem da severidade com a qual avaliaremos esse tipo de ‘romântico’ e, se o aparato estatal considerar necessário deixar passar essas obras, ou as deixe escapulir, ou por um engano, ou por falta de vigilância (apesar de ele ser extremamente vigilante), então a crítica precisa, de todo modo, removê-los com a maior força [...]. Não, vocês me perdoem, aqui não há lugar para este tipo de tolerância.” (LUNATCHÁRSKI 2018, 241)

que é: o subconsciente. Tal foi o erro fundamental – mas um erro que não deixou, frisemos mais uma vez, de dar origem a algumas obras de valor histórico – do Surrealismo, talvez a mais inconsistente das vanguardas históricas no campo das artes: assentar sua poética na crença de que o inconsciente pudesse constituir a instância primeira das elaborações artísticas.

A escritura “automática”, como queria André Breton em literatura, é, pois, uma ilusão, uma vez que todo processo de elaboração criativa, e portanto necessariamente interferente (pois visando um Novo), passa irrevogavelmente por opções conscientes do criador. Compreendeu-se mal o que Sigmund Freud formulava acerca do inconsciente, e o Surrealismo foi, a rigor, um ledro engano. O próprio Trotsky, nas discussões que entreteve com Breton com vistas à elaboração do Manifesto da F.I.A.R.I. (Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente), esboçou suas dúvidas quanto ao emprego do acaso por Breton, como relata o poeta francês em seu discurso na concentração organizada pelo Partido Operário Internacionalista em comemoração ao aniversário da Revolução de Outubro em 11 de novembro de 1938, em Paris. Teria lhe dito Trotsky: “Camarada Breton, o interesse que você dedica aos fenômenos de acaso objetivo não me parece claro” (TROTSKY & BRETON 1985, 62). O Manifesto, como se sabe, foi redigido por Breton, corrigido por Trotsky e assinado no México a 25 de julho de 1938 por Breton e Diego Rivera (Trotsky achou por bem não assiná-lo, pois abstendo-se, transpareceria a autoria clara dos artistas), e centra questão nas condições sociais e políticas da arte e na necessidade da afirmação de sua liberdade, mas ele não trata, obviamente, de questões eminentemente artísticas, ficando o emprego do acaso e a discussão acerca da pertinência ou não de seu uso fora do âmbito do documento. O diálogo relatado por Breton bem demonstra, entretanto, que a aproximação de Trotsky com o Surrealismo pautou-se sobretudo por uma estratégia política, e não por um

viés propriamente artístico.

E justamente nesse ponto reside a importância do Manifesto. Ainda que aliado a um movimento artístico – arriscamo-lo a dizer – de pouca consistência ou no mínimo questionável, Trotsky alia-se, sintomaticamente, a uma corrente artística que, mesmo se incorrendo no risco do erro, adquiria grande projeção como corrente da vanguarda artística internacional e colocava-se em crassa oposição ao raso realismo imposto pelo totalitarismo stalinista: o Realismo Socialista.

De projeção internacional foi também, à época do Manifesto e depois dele, a oposição ao Realismo Socialista pela esquerda anti-stalinista. Num importante texto intitulado “Realismo não é realidade” (de 11 de maio de 1957), o revolucionário brasileiro, certamente o maior crítico de arte do Brasil, Mário Pedrosa, bem afirmaria em sua conclusão: “Não se pode pôr nenhum ismo na realidade” (PEDROSA 1995, 106). A crítica de Pedrosa voltava-se ao Realismo Socialista stalinista, ainda predominante na cultura soviética naquele final da década de 1950, mas sua oposição ecoa, na verdade, os brados do Manifesto trotskista de 19 anos atrás. E, nesse ponto, o Surrealismo empreendeu talvez seu maior acerto: afirmar-se como a corrente que mais claramente se opôs à barbárie cultural que o stalinismo impôs não somente aos artistas, mas a toda a população sob o domínio soviético. Dez anos depois deste seu breve texto em oposição ao jdanovismo cultural, Pedrosa ainda voltaria ao tema (no texto “A Revolução nas artes”, de novembro de 1967) e, referindo-se inicialmente à postura radicalmente aberta e estimuladora de Trotsky perante à arte de vanguarda de seu tempo (mais especificamente à obra de Vladimir Tatlin em seu *Literatura e Revolução*), proclama:

“Eis aí a linguagem racional, honesta, de um dos grandes construtores do regime, em face dos projetos

mais livres e audaciosos dos seus artistas. Mas tudo mudou depois; a arte dos mais autênticos artistas revolucionários russos é expulsa, jogada nos porões dos museus e muitos deles são obrigados a exilar-se ou esconder-se ou capitular moral e esteticamente diante dos poderes cada vez mais distantes e amedrontadores do dia, no ano mesmo em que Trotsky é também expulso da própria Rússia soviética, em 1929, e transformado num herético tangido de país em país, até morrer assassinado por um agente de Stalin, no México, em 1940, às vésperas da invasão da Rússia dos soviets, sua terra e sua obra também, pelas hordas de Hitler.” (PEDROSA 1995, 150)

5. O PAPEL DAS ARTES E DA CULTURA NAS SOCIEDADES MODERNAS

A questão principal que se coloca é: se todo produto artístico advém necessariamente de uma sociedade econômica e politicamente organizada, se inevitavelmente reflete consigo – mesmo que a eles se opondo – traços ideológicos e classistas dessas sociedades, e se a defesa da liberdade e da total ausência de coerção é *conditio sine qua non* para o exercício do fazer artístico, qual a relação de correspondência que se mantém entre arte e sociedade?

5.1. A ARTE NA SOCIEDADE STALINISTA

Quanto ao stalinismo, não restam dúvidas – certeza esta corroborada pelo raso nível de elaboração artística das obras do Realismo Socialista: com a ascensão do poder stalinista e a burocratização do Estado Soviético, é indubitável a utilização da arte por parte da burocracia, mediante coerção e cerceamento da

liberdade criativa, como propaganda da casta dirigente e propagação de uma nova forma de “capitalismo de Estado”, sufocando as vozes independentes na arte e na política que se opõem à burocracia e impondo à fruição artística – ao que sobrou dela – a ideologia dominante. Todos os atributos da arte, tais quais verificados acima, são contrariados ou simplesmente abolidos:

- A *intertextualidade* é anulada, pois que, para o stalinismo, dialogar com a história é dialogar com a arte burguesa, que deve ser esquecida;

- A *tecnicidade* é sacrificada, pois denegando sua própria história, de onde se desenvolve, a obra aplasta sua técnica no nível de uma mera representatividade inequívoca e direta (o culto à personalidade na pintura; o uso restrito de uma tonalidade elementar – e anacrônica, paradoxalmente burguesa – na música etc.);

- A *não-linearidade* é denegada, pois todo produto artístico tem forçosamente que representar a inevitabilidade do transcurso histórico que resulta na emergência do grande Líder (burocrático) da Revolução, e tem-se a instauração do romance ou da poesia essencialmente *teleológicos*, finalistas, dirigidos ao tom apoteótico do novo regime;

- Não há mais espaço para a experimentação livre: o *erro* ou o *risco* são categoricamente abolidos, pois que a arte passa a ser deliberadamente *afirmativa*, lugar ideológico da supressão de toda dúvida no enaltecimento do Estado Soviético;

- A *invenção* e o *Novo* dão lugar aos preceitos vindo de cima e às fórmulas de expressão artística aceitas pela burocracia, e não à toa tanto técnica quanto elementos de linguagem constituem, na verdade, recursos há muito usados – e bem melhor – pela arte burguesa do passado: figurativismo, tonalidade, versificação tra-

dicional na poesia, arquitetura cerceada por mera utilidade prática dos espaços etc.;

- O *controle* sobre os materiais cede passo ao controle exercido não pelo artista, mas pelos poderosos *sobre os artistas*; o regime “aprova” ou “reprova” a produção artística, num verdadeiro aniquilamento dos esforços nos quais o artista deve empreender sua força criativa para o domínio dos materiais de *sua* própria escolha, e conseqüentemente, num total controle não apenas sobre as formulações conscientes do criador, como também sobre elementos imponderáveis que delas pudessem emergir; para o “realismo” socialista, não há espaço para o improvável: a arte é o lugar da afirmação *daquela* realidade, inquestionável;

- Por fim, aniquila-se a *liberdade* e o sonho – contrariando fundamentalmente Lenin, segundo o qual “quem não pode sonhar é um mau comunista” (LENIN apud LUNATCHÁRSKI 2018, 239); a arte deixa de ser o lugar da Utopia para ser o topos de afirmação ideológica do poder instituído, pois que, para a burocracia, não há mais onde se chegar: se proclama-se o Socialismo em Um Só País, então seria este o lugar do Socialismo: o lugar da burocracia intangível.

Por todas essas razões, o Realismo Socialista decretara, na verdade, a *morte da arte*, ou, como já o dissemos, seu suicídio, e por tal viés Trotsky faz alusão ao caráter simbólico do ato trágico de Maiakovski. E nisso, o Realismo Socialista deu as mãos ao fascismo, pois nada mais simbólico e ao mesmo tempo real e cruel que a intenção desvelada pela sentença proferida pelo promotor fascista Michele Isgrò, em 28 de maio de 1928, diante do intelectual e revolucionário Antonio Gramsci, quando o Tribunal de Mussolini condena-o ao cárcere: “*Per vent’anni*

dobbiamo impedire a questo cervello di funzionare!”¹⁶ (in: GRAMSCI 1977, XXV).

5.2. A ARTE NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

Mas o que dizer da relação entre arte e sociedade nos marcos do capitalismo em período concomitante à burocratização do Estado Soviético, época na qual originou-se o Manifesto da F.I.A.R.I.?

Neste período – e na verdade já desde o início do século XX, com o advento do atonalismo na música, da arte expressionista e das vanguardas históricas (incluindo o próprio Surrealismo em artes plásticas), com as experimentações poéticas que tenderam a ultrapassar a versificação ordinária na poesia (Mallarmé e outros), dando origem à poesia visual, concomitante ao processo de extrema densificação ou de uma “poetização” da prosa (Joyce) etc. –, os artistas visionários da vanguarda – aqueles aos quais Trotsky se referiu como “escombros criativos” que vislumbravam novas formas de ver a arte – sentiam-se cada vez mais apartados da sociedade. A contrário do apogeu da arte burguesa, que se deu com o desenvolvimento inicial do capitalismo até a virada do século XIX para o século XX, em que o artista, mesmo quando contrapondo-se à ordem sócio-política, encontrava ainda certo respaldo social para sua arte, assistimos, com a crise do capitalismo de início da era moderna e o advento do capitalismo monopolista e do imperialismo, a um divórcio entre arte de vanguarda e público, processo esse que deu lugar à emergência de uma forte padronização da arte de consumo com o advento do que Theodor W. Adorno definirá, como toda pertinência, de *indústria cultural*. A arte experimental – tal qual

¹⁶ “Devemos impedir este cérebro de funcionar por vinte anos!”

a grande arte sempre o foi, diga-se de passagem –, passa a ser, se não propriamente amordaçada, ao menos sistematicamente isolada e circunscrita cada vez mais a especialistas. Na sociedade capitalista moderna, o artista moderno é um artista fundamentalmente incompreendido, exótico, alienado do contato com as grandes massas. Isola-se, voluntária ou involuntariamente, em sua “torre de marfim”. Paradoxalmente, pelo caráter “elitista” que lhe é imposto pelos mecanismos da indústria cultural, passa por vezes a ser identificado inclusive como o “artista burguês” *sui generis*, e por vezes é por isso mesmo valorado sobremaneira, o que, lhe dando certo sustento (quando não tornando-o um abastado), o isola ainda mais da massa dos trabalhadores e, se consciente de seu papel revolucionário, o arremessa na contradição com seus próprios ideais¹⁷. Aquilo que apresentava-se como um “protesto” trata de ser logo assimilado pelo sistema, e isto em plena época da emergência de uma verdadeira *cultura de massa*, até então inexistente na história do saber humano. É como se, justamente diante de uma fase em que a comunicação e seus meios de transmissão atingem potencialmente um número maciço de pessoas, o capitalismo o condenasse com a seguinte

17 Mário Pedrosa, em um texto de 1975 de título “Arte culta e arte popular”, observa com doída pertinência: “Para fixar o valor da obra no mercado, não tem nenhuma importância se, dentro da sociedade capitalista, o artista lhe é servil e intransigente defensor de seus valores ou se é contestador e denuncia seus vícios. Inclusive, poderíamos dizer que, no mercado capitalista, o protesto tem melhor cotação que a postura submissa. Assim, o artista famoso representa, dentro da sociedade burguesa, a plena encarnação do herói individualista, o maior fetiche criado por essa sociedade e, por isso, por encarnar seu mito primordial, essa sociedade vê-se obrigada a gratificá-lo com todos os bens que possui, porque ele representa a máxima realização dos valores que ela defende e deve mostrar que aquele que é capaz de realizar esses valores alcança o paraíso burguês, ‘A Terra Prometida do Capitalismo.’” (PEDROSA 1995, 322)

sentença: “Viva bem com seus protestos e suas incompreensíveis experimentações, mas contente-se em veicular seus produtos apenas entre nós, burgueses, que lhe pagamos bem!”

É nesse sentido que, ainda hoje, se reveste de grande atualidade as palavras-de-ordem com as quais o Manifesto trotskista se encerra:

“A independência da arte – para a Revolução!

A Revolução – para a liberação definitiva da arte!”

A emancipação do espírito, a que almeja a Revolução Socialista, é também a emancipação da arte, topos onde se encontra o espírito em sua forma mais livre e soberana.

6. AS CONTRADIÇÕES ENTRE AS ARTES E A INDÚSTRIA CULTURAL CAPITALISTA: UM BALANÇO DIALÉTICO

Se consciente de seu papel como artista, e se consciente do papel revolucionário das artes, o artista é, na sociedade capitalista – e independentemente do fato de ser bem ou mal remunerado –, um infeliz. Para entendermos a complexidade de sua situação dramática, nada melhor que a metáfora empregada por Adorno e Max Horkheimer na *Dialética do esclarecimento* (*Dialektik der Aufklärung*), reportando-se ao famoso episódio na *Odisseia* de Homero, quando Ulisses, ouvindo e usufruindo do canto das sereias, tem suas mãos presas ao mastro da nau para não se sentir impelido a se jogar ao mar, enquanto os remadores, para que não se deixem levar pelo prazer daquele canto e também serem tentados a se suicidarem, têm seus ouvidos tampados por cera, um episódio que bem ilustra a crítica adorniana com relação à sociedade de consumo capitalista, como descreve de forma magistral o filósofo marxista brasileiro Rodrigo Duarte:

“A crítica se aprofunda em virtude do ardil em-

pregado por Ulisses para sobreviver ao canto das sereis: seus comandados, que devem impulsionar a embarcação, têm seus ouvidos preenchidos com cera para não ouvirem a música e remarem vigorosamente. O próprio Ulisses gostaria de ter uma noção, ainda que vaga, da beleza do canto, e então se deixa atar ao mastro do navio a fim de não se atirar para a morte ao ser hipnotizado pelo som. De acordo com Adorno e Horkheimer, essa situação é uma alegoria da situação da arte e da cultura no que eles chamam de ‘mundo administrado’, pois elas tornam-se um artigo de luxo para o consumo de uma pequena minoria, que, no entanto, se encontra *de mãos e pés amarrados*, e totalmente inacessíveis à imensa maioria, a quem cabe *tocar o barco com os ouvidos tampados*, sem qualquer perspectiva de ter pelo menos uma noção da beleza em seu grau superlativo.” (DUARTE 2002, 32, grifos do autor)

Ou seja, o criador ou aquele que o compreende e tem acesso à sua obra usufruem da arte, mas, impotentes, têm suas mãos atadas diante da sociedade, enquanto que os trabalhadores se veem impedidos de exercerem sua sensibilidade estética, pois se isto viesse a ocorrer, a arte serviria, certamente, como instrumento propício ao despertar de sua consciência. Uma vez acessível, a arte torna-se aliada da fome: aos anseios por melhores condições de vida corresponderão, necessariamente, os anseios de uma melhor *qualidade* de vida, o que implica diretamente o exercício pleno da cultura. A arte – e este aspecto, ainda que implícito, não é abordado por Adorno e Horkheimer – guarda, tal como bem ilustra o genial episódio de Homero, um *potencial transformador*, e por isso não deixa de ser vista, pelo sistema capitalista, como *perigosa e ameaçadora*. Por tal razão, o capitalismo não titubeia no incentivo da produção de uma cultura de

massa, tanto rasa quanto muito disseminada, servindo de amortecimento à sensibilidade estética. Daí o fato simbólico de que o canto das sereias incita aqueles que os usufruem à morte, pois que ninguém pode resistir à (sua) beleza e, conseqüentemente, ao desejo de ter acesso ao pleno exercício da sensibilidade estética, o que iria de encontro ao capitalismo como forma de exploração do trabalho; mais que isso: dobrando-se à beleza estética em plena sociedade de classes e arremessando-se ao mar do deleite estético, o artista caminha em direção à sua própria morte, a uma morte *social* de sua produção intelectual.

Frente às condições culturais que nos impinge o sistema capitalista, ao homem de cultura não lhe restam mais que duas alternativas: integrar-se ao sistema, adaptando-se e servindo aos mecanismos de alienação cultural; ou resistir e opor-se a esses mecanismos, denunciando, com sua visão apocalíptica e com sua obra de vanguarda (seja em seu conteúdo, seja em sua forma – por simplesmente fazê-la –, ou em ambos), os meandros ideológicos pelos quais o capitalismo amordaça a sensibilidade da grande maioria da população e desta aliena a sua própria produção sensível. Mas de uma forma ou de outra, o artista necessariamente *lida* com essas questões no capitalismo, pois, vivendo nele, é com os mecanismos do sistema capitalista que também terá de lidar para sua sobrevivência. Se Marx bem ressaltava essa condição avessa ao criador no capitalismo, ao dizer, na “Teoria sobre a Mais-Valia”, que “a produção capitalista é hostil a certos ramos da produção intelectual, como a arte e a poesia” (MARX in: MARX & ENGELS 1974, 64), defendendo a integridade do artista ao mesmo tempo em que afirmando que o artista não deveria criar visando lucros, mas evidentemente precisaria de recursos financeiros para criar¹⁸, ele bem sabia que nada escapa ao

18 Marx assevera nos “Debates sobre a liberdade da imprensa”: “Naturalmente, o escritor deve ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas, em ne-

capitalismo, que trata tudo como mercadoria. É a isso que se reporta o início de *O Capital*, em frase que, aos ouvidos do artista radical, soa como uma sórdida realidade:

“A mercadoria é em primeira instância um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, sacia necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza de tais necessidades – se estas provêm por exemplo do estômago ou da fantasia – não altera este fato em nada.”¹⁹ (MARX em *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*, Erster Band, Buch I: Der Produktionsprozeß des Kapitals, in: MARX & ENGELS 1986, 49)

A análise sociológica de Umberto Eco, na descrição perspicaz desses dois tipos de postura – a dos *apocalípticos* e a dos *integrados* –, reveste-se, então, de grande relevância no debate sobre a cultura nas sociedades de consumo. Mais que isso: uma vez que o artista irrevogavelmente vive no sistema capitalista (até que uma Revolução Socialista o revogue), sua análise sobre os prós ou contras da indústria cultural reveste-se de grande pertinência, uma vez que, ao criá-los, o capitalismo não deixa de trazer à luz muitas contradições quanto aos mecanismos de sua

nhum caso, deve viver e escrever para ganhar dinheiro” (MARX in: MARX & ENGELS 1974, 73). A frase é citada no nono ponto do Manifesto da F.I.A.R.I. e é totalmente confluyente com a constatação de Marx e Engels em A ideologia alemã, quando afirmam: “[...] Os homens precisam estar em condições de viver para poderem ‘fazer história.’” (MARX & ENGELS 1975, 311)

19 “Die Ware ist zunächst ein äußerer Gegenstand, ein Ding, das durch seine Eigenschaften menschliche Bedürfnisse irgendeiner Art befriedigt. Die Natur dieser Bedürfnisse, ob sie z.B. dem Magen oder der Phantasie entspringen, ändert nichts an der Sache.”

dominação cultural.

6.1. AS PEÇAS DE ACUSAÇÃO CONTRA A INDÚSTRIA CULTURAL

Expondo de modo sucinto o que Eco chamou de “peças de acusação” contra os *mass media* (meios de comunicação de massa), a cultura de massas capitalista e a indústria cultural (cf. ECO 2011, pp. 40-43), temos os seguintes argumentos:

- A cultura de massas tende a uma padronização indistinta do gosto popular através de uma própria indistinção dos seres que compõem as massas populares; age como se o gosto popular pudesse se nortear por um gosto médio (e mediano), aplastando as diferenças e anulando as individualidades;

- Ela não promove “renovações da sensibilidade” (p. 40), mas antes reforça velhas tradições estilísticas, diluindo valores culturais burgueses nas instâncias socialmente subalternas das sociedades de consumo, como se se tratasse de soluções artísticas atuais e inovadoras;

- A indústria cultural provoca ou evoca emoções intensas, apelando ao *pathos* sentimental como veículo de alienação em oposição a uma real elaboração da sensibilidade, tal como ocorre mormente na música, usada “como estímulo de sensações mais do que como uma forma contemplável” (p. 40);

- Através da força persuasiva da publicidade, a indústria cultural modela o consumo e o desejo da população;

- Mesmo quando veicula produtos culturais de grande elaboração, a indústria cultural o faz de forma nitidamente diluída, seja na forma, seja nas “pequenas

doses” pelas quais administra tais acessos (p. 41);

- A indústria cultural procura “nivelar” os produtos culturais de alta elaboração com produtos culturais estilizadamente amordaçados por estilemas-padrão, amortecendo, assim, o potencial crítico e o interesse, pelas vias da distinção do que é mais elaborado, pelo exercício pleno da sensibilidade, e desestimulando, por conseguinte, o “esforço pessoal pela posse de uma nova experiência” (p. 41);

- Na indústria cultural, abunda a oferta cultural rasa e, com isso, inflaciona-se o exercício cultural através do encorajamento de “uma imensa informação sobre o presente” (p. 41); com isso, os *mass media* “entorpecem toda consciência histórica” (p. 41);

- “Feitos para o entretenimento e o lazer”, os meios de comunicação de massa enaltecem “unicamente o nível superficial da nossa atenção”, e dessa forma o produto de cultura não atua “como um organismo estético a ser penetrado em profundidade, mediante uma atenção exclusiva e fiel” (p. 41); a arte é diluída como “fundo” em meio a outras atividades da vida social, e não como lugar de exercício e aprofundamento da sensibilidade estética;

- Instituem-se e impõem-se, assim, “símbolos e mitos de fácil universalidade” (p. 41) e de fácil reconhecibilidade, nivelando as individualidades ao nívelá-las ao mínimo;

- Deste modo, a indústria cultural atua de modo essencialmente conservador, reforçando de modo sistemático o consenso comum e, subliminarmente, enaltecendo todo conformismo acrítico;

- Por fim, os *mass media* atuam “como uma típica ‘superestrutura de regime capitalista’” e como “ins-

trumento educativo típico de uma sociedade de fundo paternalista mas, na superfície, individualista e democrática” (p. 42).

6.2. AS FISSURAS DA INDÚSTRIA CULTURAL

Diante dessa realidade, há de se reconhecer, dialética e estrategicamente, de um ponto de vista revolucionário, os eventuais pontos positivos e contraditórios na forma como são agenciados os meios de comunicação capitalistas e a indústria cultural burguesa, valendo-se das fissuras do sistema para empreender uma tática de transformação cultural efetiva que se oponha aos mecanismos de dominação classista, e *isto mesmo ainda dentro dos marcos do capitalismo*. Explorar tais fissuras e tais contradições equivale a estabelecer um *programa mínimo* no âmbito da cultura. Eis, em resumo, os argumentos ou relativamente favoráveis aos *mass media*, ou com os quais o artista revolucionário terá por força de lidar, tais como expostos por Eco (cf. ECO 2011, pp. 44-48):

- A cultura de massa inevitavelmente decorre de toda sociedade industrial, a partir dos novos meios de reprodutibilidade técnica e da veiculação de massas das informações e dos bens culturais, não sendo, segundo Eco, algo típico apenas “de um regime capitalista” (p. 44); Eco evoca as culturas de massa da China de Mao e da União Soviética;

- Ela é veículo necessário a qualquer comunicação de qualquer grupo político ou econômico em sua comunicação “com a totalidade dos cidadãos de um país” (p. 44);

- Ela veicula informações antes inacessíveis a grande parte da população; “portanto, o homem que asobria Beethoven porque o ouviu pelo rádio já é um ho-

mem que, embora ao simples nível da melodia, se aproximou de Beethoven [...], ao passo que uma experiência do gênero era, outrora, privativa das classes abastadas, entre cujos representantes, muitíssimos, provavelmente, embora submetendo-se ao ritual do concerto, fruíram a música sinfônica ao mesmo nível de superficialidade” com que o faz a maioria da população com os produtos da chamada *baixa cultura* capitalista (p. 45);

- O acúmulo de *informação* verte-se, de algum modo, em *formação* (p. 46), em que dados *quantitativos* acabam como que promovendo certa mutação *qualitativa* dos níveis culturais, através de um afluxo abundante de absorção, ainda que superficial, de dados culturais; a veiculação dos bens culturais em abundância acaba, de certo modo, fazendo com que as massas tenham contato de alguma forma com os produtos mais elaborados da alta cultura burguesa, podendo despertar o anseio nas massas de um maior acesso à cultura e à educação;

- Eco força-nos a reconhecer que “desde que o mundo é mundo, as multidões amaram os *circenses*” (pp. 46-47), ou seja, os produtos de entretenimento sempre fizeram parte do “gosto das massas” e dizem respeito a certa necessidade básica dos seres humanos pela distração e pelo lazer²⁰ ;

- Eco insiste, ainda, no fato de que “uma homogeneização do gosto contribuiria, no fundo, para eliminar, a certos níveis, as diferenças de casta, para unificar as sensibilidades nacionais”, ao que se pretende, em última instância, todo projeto socialista;

- Quanto ao que chama “revolução dos *paperbacks*” (p. 47), com a publicação e edições baratas ou de bolso de grandes clássicos a preços muito acessíveis, Eco vê aí uma forma positiva de divulgação massiva de produtos de grande elaboração artística;

- Segundo Eco, toda comunicação de massa tende ainda a, de certo modo, tornar-se um *slogan*, tornando-se alvo de “uma recepção de tipo esquemático e superficial” (p. 47), como os próprios escritos ou teses críticas à própria cultura de massa e até mesmo como a própria visão marxista do que seja a cultura, que acabou dando vazão inclusive à visão stalinista do Realismo Socialista; o fenômeno de um “nivelamento por baixo” não é exclusivo, portanto, da cultura de massa do capitalismo;

listas. Ele é indiferente tanto à pintura figurativa como abstrata. As elites, do mesmo modo. E é natural. A civilização burguesa, nas suas expressões mais felizes, é uma civilização de extrovertidos. A exteriorização é a sua característica mais geral. O ritmo acelerado da vida de hoje não deixa tempo para a contemplação. E pintura, como escultura, exige contemplação no apreciar, silenciosa meditação” (PEDROSA 1995, 96). Nem a tendência “natural” ao lazer, nem uma sua defensável justificativa impedem, no entanto, que este lazer seja manipulado pela ideologia dominante, como reconhece o próprio Eco, quando afirma: “[...] O modo de divertir-se [das massas], de pensar, de imaginar, não nasce de baixo: através das comunicações de massa, ele lhes é proposto sob forma de mensagens formuladas segundo o código da classe hegemônica. Estamos, assim, ante a singular situação de uma cultura de massa, em cujo âmbito um proletariado consome modelos culturais burgueses, mantendo-os dentro de uma expressão autônoma própria”. (ECO 2011, 24)

- Há indiscutivelmente certa sensibilização do homem contemporâneo face ao mundo, mesmo que pelo viés de uma oferta abundante sem que sejam sugeridos “critérios de discriminação” (p. 48) entre as informações veiculadas; Eco argumenta que as massas “atuais”, das sociedades contemporâneas, “parecem-nos bem mais sensíveis e participantes, no bem e no mal, da vida associada, do que as massas da antiguidade, propensas a reverências tradicionais face a sistemas de valores estáveis e indiscutíveis” (p. 48); ou seja, “os grandes canais de comunicação difundem informações indiscriminadas, mas provocam subversões culturais de algum relevo” (p. 48);

- “Por fim”, afirma Eco, “não é verdade que os meios de massa sejam estilística e culturalmente conservadores. Pelo fato mesmo de constituírem um conjunto de novas linguagens, têm introduzido novos modos de falar, novos estilemas, novos esquemas perceptivos”, instituindo certa “renovação estilística” (p. 48) no seio das sociedades de massa.

É indubitável que, mesmo quando apontando certas contradições e coexistência entre aspectos positivos e negativos dos meios de comunicação de massa e da própria indústria cultural, os argumentos de Umberto Eco revelam-se como pertinentes e devem ser levados em conta por aquele que se coloca do ponto de vista marxista, leninista ou trotskista diante da cultura.

Há de se observar, ainda, que a criação resulta sempre da equação entre as condições históricas a que se submete o criador e sua capacidade criativa, seu talento, e por vezes um produto de cultura passa a ser avaliado por quanto o criador conseguiu, em sua obra, superar os limites sociolinguísticos que lhe eram impostos. Se isto é válido para a obra da chamada “alta cultura”,

ou seja, para as obras que, vanguardas à época de sua concepção, delinearam e impulsionaram o desenvolvimento das linguagens artísticas ao longo da história, isto deveria também ser levado em conta, nas devidas proporções, com relação às obras advindas da cultura popular de massa nas sociedades capitalistas ou mesmo nas atividades culturais autenticamente folclóricas: há, indubitavelmente, criações artísticas de valor mesmo naquelas que se enquadram dentro dos moldes da cultura de massa (como, aliás, reconhece Eco), isto é, obras que procuram superar os limites que lhe são impostos²¹. A relativização que deve, entretanto, ser levada igualmente em conta no que diga respeito às criações da arte popular “de consumo” decorre do fato de que, mesmo se dando lugar a genuínas obras de valor, os limites dentro dos quais o artista cria, moldados pelo sistema cultural de consumo, não chegam a ser superados a ponto de instituir um *Novo estético*, isto é, a obra artística não passa de certos limites e sua intertextualidade (aquilo com o qual dialoga no âmago mesmo da linguagem) se encontra limitada a um campo restrito, condizente com certos padrões aceitos pela indústria cultural. Tais obras não são verdadeiramente *especulativas*, e por tal razão não é a elas que se refere um Manifesto como o da F.I.A.R.I.: o ponto de apoio estético de um documento como este encontra-se sintomaticamente – com todos os seus problemas – no Surrealismo, ou seja, numa das tendências das *vanguardas* históricas.

Por fim, se os pontos negativos da cultura de massa constituem os aspectos a serem combatidos numa sociedade de

21 É por tal viés que um músico das fileiras da vanguarda musical (tal como se verifica com Luciano Berio, genial compositor e companheiro de viagem de Umberto Eco, em sua declarada admiração por certas canções da música popular urbana, notadamente pelos Beatles) pode reconhecer e mesmo se emocionar com a beleza de uma canção popular, restrita à esfera bem (de)limitada da música de mercado.

consumo e denegados na construção do Socialismo, há de se reconhecer os pontos positivos que as contradições da indústria cultural nos revelam para que sirvam a uma causa revolucionária da cultura como um todo. Quando o próprio Lunatchárski, em fase áurea de sua atuação revolucionária num texto de abril de 1919 (“O *proletkult* e o trabalho cultural soviético”), escreve que “o proletariado deve *ter plena propriedade da cultura universal* [grifo do autor]”, e que “menosprezar a ciência e a arte do passado sob o pretexto de que elas são burguesas é tão absurdo quanto, sob o mesmo pretexto, jogar fora as máquinas das fábricas ou as estradas de ferro” (LUNATCHÁRSKI 2018, 58), aponta para a mesma evidência formulada anos depois (em 1939) por Trotsky a respeito da necessidade, em uma nova sociedade socialista, de se utilizar dos avanços e das conquistas das sociedades burguesas, o que se aplica igualmente ao domínio da cultura:

“Para salvar a sociedade não é necessário deter o desenvolvimento da técnica, fechar as fábricas, conceder prêmios aos agricultores para que sabotem a agricultura, depauperar um terço dos trabalhadores nem convocar os maníacos para fazerem as vezes de ditadores. [...] O que é indispensável e urgente é separar os meios de produção de seus atuais proprietários parasitas e organizar a sociedade de acordo com um plano racional.” (TROTSKY 1990, 57-58)

No Socialismo, os meios de comunicação de massa não deveriam ser, portanto, destruídos ou denegados, mas sim expropriados dos usurpadores da cultura, vertendo-os em meios de aprofundamento cultural das massas ou, melhor dizendo, dos indivíduos.

7. MÁRIO PEDROSA: PENSADOR TROTSKISTA DA CULTURA

“A vida é por demais rica em surpresas para ser encasulada em quaisquer hipóteses elaboradas pelo espírito” (PEDROSA 1939, 317). Assim se expressa o maior político revolucionário da história do Brasil em um dos mais lúcidos textos da literatura marxista: “A defesa da URSS na guerra atual”²². A frase, de cunho filosófico, na verdade dirigia-se ao “dogma” defendido pelos trotskistas, e em obediência a Trotsky, da *defesa incondicional da URSS*, ao qual se opôs Pedrosa como um dos mais ativos trotskistas na construção da IV Internacional. Lembremo-nos que foi Pedrosa quem, ao lado do grego Georges Vitsoris, substituiu Rudolf Klement, sequestrado e esquartejado por agentes stalinistas, como secretário administrativo do Movimento pela IV Internacional, tendo atuado ativamente na conferência de sua fundação no congresso de 3 de setembro de 1938, em Périgny, nos arredores de Paris²³.

Para Pedrosa, mais que um Estado Socialista Burocratizado, o stalinismo já teria convertido a União Soviética numa espécie de *Capitalismo de Estado*, e a depender da situação política em que a URSS se encontrasse em um dado confronto bélico, o *defensionismo* até então defendido por Trotsky deveria ser relativizado, uma vez que as ações do Exército Vermelho, sob o comando de Stalin, por vezes massacravam ou no mínimo

22 O texto aparece primeiramente em inglês, “The defense of the U.S.S.R. in the present war”, e com o pseudônimo de Lebrun, in: *International Bulletin* (issued by the SWP – *Socialist Workers Party*), New York, v. 2, n. 10, de fevereiro de 1940, pp. 1A-17A, mas fora redigido em 9 de novembro de 1939.

23 Para todos os detalhes acerca da trajetória política de Mário Pedrosa, consulte-se o extraordinário livro do historiador marxista Dainis Karepovs: *KAREPOVS* 2017.

neutralizavam as forças potencialmente revolucionárias nos países invadidos (tal qual foram os casos das invasões soviéticas na Polônia e na Finlândia em 1939). O debate, trazido por Pedrosa ao seio da IV Internacional em gestação²⁴, e apesar de ele ter sido o único representante das dez seções trotskistas latino-americanas no Congresso de Périgny (cf. KAREPOVS 2017, 74), custou-lhe o afastamento das fileiras trotskistas por iniciativa do próprio Trotsky, como bem relata a atriz e militante trotskista Lélia Abramo:

“Houve um tempo em que até com Trotsky ele [Pedrosa] teve um desentendimento e houve uma ruptura – foi quando Trotsky, na discussão havida na IV Internacional, impôs a palavra de ordem de defesa incondicional da União Soviética, já que defender a URSS seria defender a própria revolução, posição que se acirrou com o pacto Hitler/Stalin. Nesse ponto Mário Pedrosa redigiu um documento em que fez restrições à linha de Trotsky. Como consequência, Trotsky reorganizou a Secretaria da IV Internacional e Mário Pedrosa

24 Na realidade, o debate em torno da tese de Trotsky da *defesa incondicional da URSS* foi já travado durante o Congresso fundador da IV Internacional, em Périgny, nos arredores de Paris, a 3 de setembro de 1938, e a oposição a uma sua aceitação dogmática fora defendida, aí, unicamente pelo delegado da minoria do POI francês (*Parti Ouvrier Internationaliste*), Yvan Craipeau (cf. KAREPOVS: “Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)”, in: CASTILHO MARQUES NETO 2001, 108), mas foi Mário Pedrosa quem, em seu profundo texto “The defense of the U.S.S.R. in the present war”, em fevereiro de 1940, trouxe a discussão de forma consistentemente teórica, o que teve por consequência um duro estranhamento entre Pedrosa e o próprio Trotsky, a cisão na direção IV Internacional e a subsequente saída de Pedrosa da organização (cf. a dura correspondência entre Mário Pedrosa e Trotsky in: KAREPOVS, *idem*, pp. 119-126).

foi excluído.” (ABRAMO in: KAREPOVS 2017, 22)

O assassinato de Trotsky no México pouco tempo após o acalorado debate talvez tenha contribuído para provar que Pedrosa quiçá estivesse certo. Como quer que seja, se a discussão acabou tirando Pedrosa da IV Internacional, não o tirou do trotskismo: sua trajetória e obra teórica e crítica comprovam que continuou, até o fim de seus dias, fiel às concepções de Trotsky, ao qual constantemente se referia com respeito e admiração, e em especial sua atuação como crítico de arte e curador constitui a prova de que uma das maiores influências que exerceram o Manifesto da F.I.A.R.I. e as concepções marxistas, leninistas e trotskistas acerca da arte e da cultura foram justamente em solo brasileiro.

Em seu magnífico texto “Arte e Revolução”, aqui já citado, Pedrosa desferiu seu arguto ataque contra o stalinismo cultural, sempre a partir de um ponto de vista trotskista. Tanto sua fé na Revolução Socialista quanto sua *defesa incondicional da sensibilidade estética*, em oposição ao espírito obtuso que tanto caracterizou o jdanovismo cultural, transparecem implacavelmente quando diz:

“A revolução política está a caminho; a revolução social se vai processando de qualquer modo. Nada poderá detê-las. Mas a revolução da sensibilidade, a revolução que irá alcançar o âmago do indivíduo, sua alma, não virá senão quando os homens tiverem novos olhos, novos sentidos para abarcar as transformações que a ciência e a tecnologia vão introduzindo, dia-a-dia, no nosso universo, e, enfim, intuição para superá-las. [...] Confundir, pois, revolução política com revolução artística é de um primarismo bem típico da mentalidade burocrática dominante nos Estados onipotentes

ou totalitários de nossos dias, e de que o comunismo stalinista é ainda hoje a expressão mais acabada e sinistra.” (PEDROSA 1995, 98)

Sua palavras convergem para o Manifesto da F.I.A.R.I. em seu oitavo ponto, quando ali se afirma que “a arte não pode consentir sem degradação em curvar-se a qualquer diretiva estrangeira e a vir docilmente preencher as funções que alguns julgam poder atribuir-lhe, para fins pragmáticos, extremamente estreitos”. Opondo-se ao Estado totalitário stalinista e tendo passado sua vida lutando pelo Socialismo, Pedrosa foi um defensor da liberdade, do pensamento, da arte e da justiça social – em suma, de um *Socialismo libertário*. Ao final de sua vida, assinou, comovido, a ficha de filiação número 1 do emergente Partido do Trabalhadores (do qual provavelmente já teria saído ou sido expulso, convicção que é corroborada pela política reformista dos governos petistas que, em parte – e mesmo à sua revelia –, contribuíram para a ascensão ao poder do neofascismo no Brasil atual). Se estivesse vivo hoje, Pedrosa estaria certamente defendendo a arte de vanguarda e o Socialismo, de forma coerente com a trajetória política de toda a sua vida.

Num tributo a Pedrosa, o grande psicanalista e poeta marxista Hélio Pellegrino, um de seus companheiros de viagem, escreveria, no *Jornal do Brasil* de 5 de fevereiro de 1960, as comoventes palavras:

“Mario Pedrosa foi, indiscutivelmente, nosso mestre, e não só mestre nosso: ele ensinou ao Brasil inteiro que a revolução socialista é uma procura de liberdade, de mais liberdade. Não há socialismo autêntico sem liberdade, mas, ao revés, também não existe liberdade sem socialismo, já que não há verdadeira liberdade sem justiça.” (PELLEGRINO in: KAREPOVS 2017, 220)

A humanidade hoje não vive mais encurralada entre o stalinismo cultural e a indústria cultural capitalista. Nessa balança, o artista revolucionário não teria por onde ganhar. À exceção dos poucos países em que a Revolução Socialista permanece vitoriosa – como notadamente em Cuba –, o stalinismo, infelizmente, cumpriu seu curso, tal como previra Trotsky em 1936 em *A Revolução traída*, e o capitalismo foi restaurado. O fato, porém, de estarmos aqui, em Cuba, discutindo o legado trotskista é a prova mais cabal de que nem o stalinismo, nem o fascismo – para reportarmos-nos à sentença fascista condenatória de Gramsci – conseguiram aplacar o funcionamento do cérebro revolucionário, e se o golpe fatal do agente stalinista – que, em época de aliança inevitável e importante com a União Soviética burocratizada, encontrou paradoxalmente em Cuba seu último asilo –, se este golpe foi desferido justamente contra o cérebro do grande líder do Exército Vermelho, ele não foi suficiente para estancar a ressonância de suas ideias.

Hoje, já não existe o Realismo Socialista: ele é um defunto da história, como o stalinismo; encontra-se no ostracismo, como toda mediocridade. As vanguardas artísticas, por sua vez, não se sentem ameaçadas, mas tampouco encontram espaço, no capitalismo, para seu pleno florescimento: são, quando muito, assimiladas como o eram antes, em tom de desprezo, com sua ineficácia social, pelas malhas da quase hegemonia mundial do Capital. A conclusão do Manifesto da F.I.A.R.I., contudo – e justamente por tal razão –, permanece de uma clamorosa atualidade: a arte reivindica o Socialismo, e este, seu caráter libertário. E nada mais confluyente com a essência da arte do que isso. Pois, como diria Trotsky em *A Revolução traída*, “a criação espiritual necessita de liberdade” (TROTSKY 1980b, 125).

São Paulo, abril de 2019

* * * * *

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, LÉLIA:

“Uma chama revolucionária”, in: CASTILHO MARQUES NETO, JOSÉ: Mario Pedrosa e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 19-22.

ADORNO, THEODOR W.:

Philosophie der neuen Musik. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag, 1975, in: Gesammelte Schriften, Band 12. Suhrkamp Verlag, Frankfurt a. M., 1986 – Digitale Bibliothek, Band 97, Directmedia, Berlin 2003, GS 12, 28-29.

BARTHES, ROLAND:

Le plaisir du texte. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

BLOCH, ERNST:

Das Prinzip Hoffnung. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

BOBBIO, NORBERTO et alii:

Dicionário de política. Brasília: Editora UnB, 2016.

BOULEZ, PIERRE & CHANGEUX, JEAN-PIERRE & MANOURY, PHILIPPE:

Les neurones enchantés – Le cerveau et la musique. Paris: Odile Jacob, 2014.

CANDIDO, ANTONIO:

“Um socialista singular”, in: CASTILHO MARQUES NETO, JOSÉ: Mario Pedrosa e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 13-17.

CASTILHO MARQUES NETO, JOSÉ (ORG.):

Mario Pedrosa e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

DAHLHAUS, CARL:

“Adornos Begriff des musikalischen Materials”, in: Schönberg und andere – Gesammelte Aufsätze zur Neuen Musik. Mainz: Schott, 1978.

DUARTE, RODRIGO:

Adorno/Horkheimer & a Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DUNAYEVSKAYA, RAYA:

Rosa Luxemburgo, la liberación femenina y la filosofía marxista de la revolución. La Habana: Editorial Filsofi@.cu, 2017.

ECO, UMBERTO:

Apocalípticos e integrados. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

ECO, UMBERTO & CARRIÈRE, JEAN-CLAUDE:

Não contem com o fim do livro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

GRAMSCI, ANTONIO:

Lettere dal carcere. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.

HOSFELD, ROLF:

Karl Marx. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag, 2011.

JAKOBSON, ROMAN:

“Le Langage en Relation avec les Autres Systèmes de Communication”, in: *Essais de Linguistique Générale 2 – Rapports Internes et Externes du Langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973, pp. 91-103.

“Che cos’è la poesia?”, in: *Poetica e Poesia – questioni di teoria e analisi testuali*. Torino: Giulio Einaudi, 1985, pp. 42-55.

KAREPOVS, DAINIS:

“Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)”, in: *CAS-TILHO MARQUES NETO, JOSÉ (ORG.), Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 99-130.

Pas de politique mariô! – Mario Pedrosa e a política. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

LENIN, VLADÍMIR ILYICH:

La literatura y el arte. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

LUNATCHÁRSKI, ANATOLI:

Revolução, arte e cultura. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, KARL:

Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie, Erster Band, Buch I: Der Produktionsprozeß des Kapitals, in: *Karl MARX & Friedrich ENGELS, Werke, Band 23*. Berlin: Dietz Verlag, 1986.

MARX, KARL & ENGELS, FRIEDRICH:

Sobre literatura e arte. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

A ideologia em geral (parte de Die deutsche Ideologie), in: *CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE & IANNI, OCTÁVIO, Homem e sociedade – Leituras básicas de Sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, pp. 304-317.

MÜNSTER, ARNO:

Ernst Bloch – Filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

PEDROSA, MÁRIO:

“The defense of the U.S.S.R. in the present war”, com o pseudônimo de Lebrun, in: *International Bulletin (issued by the SWP – Socialist Workers Party)*, New York, v. 2, n. 10, fevereiro de 1940, p. 1A-17A.

“A defesa da URSS na guerra atual” (9 de novembro de 1939), tradução de Fúlvio Abramo, in: *Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Re 750*, pp. 291-318.

Política das artes – Textos Escolhidos I (org. Otília Arantes). São Paulo: Edusp, 1995.

PEDROSA, MÁRIO & XAVIER, LÍVIO:

“Esquisse d’une analyse de la situation économique et sociale au Brésil”, in: *La Lutte de Classes*, Paris: 4e année, n. 28-29, fevereiro/março de 1931, pp. 149-158.

PROUST, MARCEL:

À la recherche du temps perdu, IV – Albertine disparue, I. Paris: Éditions Gallimard, 1989.

SCHÖNBERG, ARNOLD:

Harmonielehre. Wien: Universal Edition, 1949.

Harmonia. São Paulo: Editora Unesp, 2001 (tradução de Marden Maluf).

SCHOPENHAUER, ARTHUR:

Metafísica do Belo. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SCHRÖDINGER, ERWIN:

O que é a vida?. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

TROTSKY, LEÓN:

Sobre arte y cultura. Madrid: Alianza Editorial, 1973.

Literatura e Revolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980a.

A Revolução traída. São Paulo: Global Editora, 1980b.

Em defesa do Marxismo. São Paulo: Proposta Editorial, 1984.

O pensamento vivo de Karl Marx. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

TROTSKY, LEÓN & BRETON, ANDRÉ:

Por uma arte revolucionária independente. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

WALTER BENJAMIN AND LEON TROTSKY¹

Helmut Dahmer, Vienna

(I) PARALLEL LIVES

Trotsky² was the son of a Jewish-Ukrainian landowner from the southern Russian district of Cherson. The twelve-year younger Benjamin³ was the son of a wealthy German-Jewish Berlin merchant. As “godless Jews” (as Sigmund Freud described himself) they belonged to the social-revolutionary avant-garde of Diaspora Jewry. Both tried to understand

1 Lecture at the „House of Literature” in Lima on 11 January 2019.

2 Deutscher, Isaac (1954-1963): Trotsky, vol. I-III. Oxford (Oxford University Press).

3 Brodersen, Momme (1990): Walter Benjamin: A Biography. London, New York (Verso) 1998.

their time and to make their insights public in order to change the prevailing social relations. Both saw literature as a form of historiography, both were important literary figures themselves and earned their living as publishers. Benjamin and Trotsky were just as interested in psychoanalysis as they were in French surrealism, which cannot be imagined without Freud.

Trotsky became a professional revolutionary, led two revolutions, organized and commanded the Red Army in 1918-1924, founded two communist “Internationals” - the Third one of 1919 and the Fourth one of 1938 - and wrote about two hundred literary criticisms. Benjamin developed his critical theory of history in a series of interpretations of important poets (such as Hölderlin, Baudelaire and Brecht), great storytellers (such as Goethe, Leskow, Kafka and Proust) or of the essays of the editor of the (Viennese) magazine *Die Fackel* (The Torch), Karl Kraus.

Trotsky's major works include his autobiography (My Life, 1929), the 1935 analysis of the Stalinist Soviet Union (*Revolution betrayed*), but above all his two-volume *History of the Russian Revolution of 1917*⁴, which appeared in German translation in the early 1930s and which Benjamin, as he wrote, “absorbed with breathless tension”. Benjamin's main work was dedicated to Charles Baudelaire, a “poet in the age of high capitalism”. In connection with the Baudelaire studies and translations, he elaborated in the second half of the 1930s an extensive study of Paris, the “capital of the 19th century”, which remained fragmentary. From this so-called „Passage Work“ Benjamin hoped - as from his other literary historical investigations - to get new insights into his own, the disastrous 20th century. In connection with his studies of 19th-century Paris, he was particularly interested in the early socialist Charles Fourier and the revolu-

4 Trotsky, León (2017): *Historia de la Revolución rusa*. (Traducción de Andreu Nin & Emilio Ayllón.) Madrid (Capitán Swing).

tionary communist Auguste Blanqui, of whom he wrote that the “ore sound” of his name had “shaken” the 19th century. As far as Marx's theory was concerned, he oriented himself above all to the writings of the Hegelian Marxists Lukács, Korsch, Adorno and Horkheimer, as well as to the specific Brechtian “materialism” as it has been presented in Brecht's poems, plays and stories.

Trotsky had also become acquainted with Marx's theory through the reading of a 19th century Hegelian Marxist, the Italian Antonio Labriola⁵. While Trotsky moved throughout his life in revolutionary circles and parties and, if necessary, formed a one-man party, Benjamin was as far removed from political organizations as he was from the literary cliques of his time. Trotsky was a brilliant autodidact, Benjamin a private scholar (or better: a „*homme de lettres*“) who did not find access to the university and perhaps did not want to find it.

Trotsky did not know Benjamin's writings, and Benjamin was neither a member of a communist party, nor a “Trotskyist”. However, he did not only read several of Trotsky's various writings with constant interest, but also the three volumes published at the end of the twenties under the name of the Romanian narrator Panaït Istrati with analyses of left-wing oppositionists (Victor Serge, Boris Souvarine) on the development of the Soviet Union or Victor Serge's documentary novel (published in 1939) on the suppression of the Russian Left Opposition (*S'il est minuit dans le siècle*).

We today perceive Trotsky and Benjamin as socialist contemporaries with similar fates and admire their historically informed presence of mind in the first year of the Second World War.

Trotsky had left the island of Prinkipo in the Marmara-

5 Labriola, Antonio (1896): *The Materialist Conception of History*. New York (Monthly Review Press), 1966.

-Sea in July 1933 and then spent almost two years in France before (at the end of 1935) finding asylum first in Norway and then, since 1937, in Mexico. The two emigrés shared the French exile in 1933-35 without coming into contact with each other. Trotsky was reluctantly tolerated by the government and the police, settled, supported by a few political friends, from one insecure place to another, always in search of alternative asylum countries. Benjamin simultaneously relocated from one makeshift Parisian shelter to another, occasionally moving to San Remo, Ibiza and Denmark, where his friend Brecht had rented a house on the island of Funen. Benjamin was sickly and mostly in need of money. Again and again he tried to place his texts (if necessary under a pseudonym) in the few German-language journals that still came into question. His only means of subsistence was a limited research grant from the exiled Horkheimer „Institute for Social Research“ in New York, whose *Zeitschrift für Sozialforschung* (*Journal for social research*) published several of his texts between 1934 and 1939. Trotsky's Russian Opposition Bulletin (*Bulleten Oppozitsii*), published 1929-1941, and Horkheimer's *Zeitschrift für Sozialforschung* (1932-1941) were the most important political-sociological journals of the 1930s.

The disastrous events of the Thirties had shattered all hopes of European socialist revolutions that could have prevented a second world war: Hitler's victory without a fight over the German workers' movement and the denial of this defeat by the Stalinized Comintern, the "Great Terror" in the Soviet Union with the Moscow show trials against the old Bolsheviks, the rapid decline of the "People's Front" in France, the defeat of the Republicans in the Spanish Civil War and Hitler's European wars of conquest. The historian Karl Thieme, with whom Benjamin corresponded since 1934, wrote to him on January 25, 1940: "Whether you can empathize with me, with what relief of liberation I welcomed the joint self-delivery of the two Totalitarianis-

ms when the forthcoming Hitler-Stalin Pact became known on August 21?" Benjamin's answer: "I understand only too well your sigh of relief when the apocalyptic nightmare revealed itself in such a way. We agree on that."

Benjamin's attempts to get to the United States with the help of the "Institute for Social Research" encountered ever new difficulties. After the outbreak of war in September 1939, Paris and France became his traps. At first he was interned as an "enemy alien" in an internment camp until the end of November 1939. Back in Paris, he had only a good half year before the Nazi Wehrmacht (on 14. 6. 1940) occupied the city and he had to fly with tens of thousands southwards, via Lourdes to Marseilles, to escape the men hunters of the Gestapo and of the Vichy collaborator government. When he finally reached Port Bou on the Spanish side of the Pyrenees, he was denied the right to travel into Spain and ended his life in despair (on 27 September 1940).

By that time, Trotsky, on whom Stalin's killer gangs had opened a veritable chase since 1937, was already dead since five weeks. The agent Ramón Mercader had crept into the fortified house in the suburb of Coyoacán in the Mexican capital as a friend of a secretary and killed Trotsky backwards, when he was reading a political article that had been written by the murderer, who had asked him for his opinion.

Benjamin's last text consists of only 13 printed pages. He compiled and edited eighteen "Historical Philosophical Theses" in Paris in the first half of 1940. Different versions of these theses he sent as the "legacy of a beaten generation" to some of his best friends (Th. W. Adorno, G. Anders, H. Arendt, B. Brecht, G. Scholem). The theme of these theses was the pending revolution, namely one that puts an end to the ruinous "progress" as it comes about in the social framework of exploitation relationships, accumulating "rubble upon rubble" and massacres upon massacres. 1915, in the time of the First World War, Rosa Luxemburg

had written that the “form of existence” of capitalism has been and is an ongoing catastrophe. But the leaders, ideologues and supporters of the social-democratic reformist and of the Stalinist communist parties were blindfolded by their stubborn optimism about progress. 1914, 1933 and 1939 - each time they were surprised by the “events” they had not expected. Benjamin marked three fundamental errors of these “left leaders”: their fatal belief in progress, their simple-minded trust in their “mass backing” and their “servile submission to an uncontrollable apparatus” - “three aspects of the same thing”.⁶

Of the “classless society” he said that it was by no means “the ultimate goal of progress in history, but its so often unsuccessful and finally brought about interruption.” There was a need for a radical change in the direction of social evolution. While Marx had compared revolutions within the frame of the railway-metaphoric of the 19th century with “locomotives”, which could accelerate the slow train of social development, Benjamin, half a century later, had in mind a completely different function of the revolutions: “Perhaps they are the grip of the human race travelling on this train after the emergency brake.”⁷

Trotsky formulated his own historical-philosophical theses, formulated in reaction to the beginning of the Second World War, in his article “The USSR in War”, written on 25th of September 1939 (and published in translation in January 1940 in the Journal of the German Trotskyists in exile, *Unser*

6 Benjamin [1940]: „Über den Begriff der Geschichte.“ [„On the concept of history.“] Thesis X. *Gesammelte Schriften* [„Collected Papers“], vol. I.2, Frankfurt (Suhrkamp) 1974), p. 691-704; quotation. p. 698.

7 Benjamin [1940]: „Über den Begriff der Geschichte“; Thesis XVII. *Werke und Nachlaß. Kritische Gesamtausgabe* [Complete Critical Edition], vol. 19, Frankfurt (Suhrkamp) 2010, p. 152.

Wort [„Our Word“]⁸). In it, he called for the defence of the state ownership of the means of production in the Soviet Union by means of an overthrow of Stalin’s despotism. He had every hope that the international working class would end the Second World War through revolutions, as it had rebelled in 1917/18 against the nationalist slaughter of the First World War.

The freedom of his thinking enabled the great revolutionary not only to look for the progressive development trends, but also for the destructive counter-trends that were effective in his present. In 1939/40 sociologists such as Bruno Rizzi⁹ and Rudolf Hilferding (to whom Friedrich Pollock and James Burnham joined in 1941) had predicted that the legacy of capitalism would not be socialism but a new, totalitarian-bureaucratic social formation. For them, prototypes of this new class society seemed to be Stalinist Russia, Mussolini’s Italy, Hitler’s Germany and the New Deal-America of F. D. Roosevelt. Trotsky considered this variant of development unlikely, but he wrote:

“If, however, it is conceded that the present war will provoke not revolution but a decline of the proletariat, then there remains another alternative: the further decay of monopoly capitalism, its further fusion with the state and the replacement of democracy wherever it still remained by a totalitarian regime. [...] An analogous result might occur in the event that the proletariat of advanced capitalist countries, having conquered power, should prove incapable of holding it and surrender it, as in the USSR, to a privileged bureaucracy.

8 *Unser Wort*, Nr. 99, January 1940, p. 2-4.

9 Rizzi, Bruno (1939): *The Bureaucratization of the World*. (Part I.) New York (The Free Press), 1985.

Then we would be compelled to acknowledge that the reason for the bureaucratic relapse is rooted not in the backwardness of the country and not in the imperialist environment but in the congenital incapacity of the proletariat to become a ruling class. [...] If the world proletariat should actually prove incapable of fulfilling the mission placed upon it by the course of development, nothing else would remain except to recognize that the socialist program, based on the internal contradictions of capitalist society, ended as a Utopia.”

But what would be the task of revolutionaries if this unlikely, but not unimaginable development into an Orwellian superstate should occur? Trotsky: “It is self-evident that a new >minimum< program would be required – for the defence of the interests of the slaves of the totalitarian bureaucratic society.”¹⁰

(II) ANALOGIES IN HISTORY

Benjamin had read Trotsky’s brochure *Where is Britain Going?* before his trip to Moscow in the winter of 1926/27. The question that arises with regard to this Trotsky text (on the prospects for Britain’s further development) and with regard to the revolutionary’s later books and pamphlets, which Benjamin held in high esteem, is what really fascinated him about it. Beyond parallel interests and a similar political orientation, what was the relationship (or “affinity”) often noted between the two historians?

Benjamin wrote two essays on the theory of language.

¹⁰ Trotsky, Leon (1939): „The USSR in War“ (25 September 1939). In: Trotsky (1942): In *Defense of Marxism*. (Against the petty-bourgeois opposition.) New York (Pioneer Publishers), 1964, p. 3-21; quotations on page 9.

The conception of the second one coincided with the resumption of his reading of Trotsky’s story of the Russian Revolution, he had begun with in the previous year, at his first stay on the isle of Ibiza. In the meantime also the second volume, the history of the “October Revolution”, had been published. Benjamin wrote to his friend Gretel Karplus, the later wife of Adorno, still living in Berlin: Trotsky’s “Mastery” perhaps is demonstrated in this volume even more than in the first (on the “February Revolution”). Benjamin’s reformulation of his own language theory went hand in hand with his reading of Trotsky’s masterpiece. This coincidence was momentous, for the specific feature of Trotsky’s historiography was just the discovery and the political use of historical analogies. Trotsky thought consistently in such analogies, one could also say that he lived in them. The recognition of a return, if not of the same, then of a similarity to the past in the present - in politics as well as in psychoanalysis - opens up a chance to break the “repetition constraint“ (Freud). More developed productive forces (of which the wage-working class itself is the decisive one) make it possible to correct “mistakes” that were still “inevitable” in the remembered past, and to return to half-forgotten attempts at a solution. What under earlier circumstances still has been doomed to failure (as “utopian”) perhaps in the present situation could have better chances of success.

The need for orientation is the motive for the search for something comparable in the past of the individual biography and in the past history of the classes. Such a search makes the seeker, if he is lucky, clairvoyant for a (previously) hidden connection of his present with a certain past; it offers to him a “déjà-vu” or “déjà-vécu” experience. And this experience is the germ of the suspicion that similar calamities preceded the current one already in the past. Whether the presumed analogy of past and present is misleading or valid, to what extent it illuminates the present or deceives the historian, can of course only be determi-

ned if the presumption is checked against the historical material. Only in the attempt to make plausible the seemingly striking comparison (it may be private or in public debate) – only in the attempt to prove its “evidence” – the *difference* between past and present becomes recognizable, and that means: we become aware of the unrepeatable and the incomparable. Only when we have worked out exactly what they differ in – und what may block the comparison –, only then the realistically relativized analogy may prove to be what Benjamin and Trotsky saw in it: *an exquisite organon of the knowledge of history and the present*.

The fascination with which Benjamin read Trotsky's writings was based on precisely this affinity. Benjamin, the author of the “Doctrine of the Similar” encountered a grandiose historical explication of his own considerations in Trotsky's “mighty peasant novel” (as Benjamin paraphrased Trotsky's story of the revolution with regard to a possible Gestapo-censorship).

In view of the onset of the catastrophe of the Second World War, Benjamin wrote that the task of a materialist historian is to find and to update long-forgotten possibilities of action in the history of the oppressed in order to find a way out of the labyrinth of the present.

In Trotsky's essay on the future evolution of Britain Benjamin read (in 1926):

“The British social crisis of the seventeenth-century combines in itself features of the German Reformation of the sixteenth century with features of the French Revolution of the eighteenth century. [...] In Cromwell Luther joins hands with Robespierre.” “For one era Oliver Cromwell, and for another, Robespierre expressed the historically progressive tendencies of the development of bourgeois society.” “Cromwell built not only an army but also a party, – his army was to some

extent an armed party, and herein precisely lay its strength.” “It can be with some justice said that Lenin is the proletarian twentieth-century Cromwell.”¹¹

*

In the thirties of the last century, the exiled German-Jewish Marxist intellectuals gathered around Max Horkheimer avoided even mentioning Trotsky, his writings, and his organizations. Only Benjamin, Siegfried Kracauer – the film theoretician¹² – and Th. W. Adorno¹³ occasionally dispensed with this strategy of silence dictated by the interest of self-preservation in times, when not only their group was under permanent surveillance of the American secret police¹⁴, but the killers of Stalin's GPU were hunting Marxist dissidents all over the world.¹⁵

11 Trotsky (1925): Where is Britain going? In: Trotsky's *Writings on Britain*, vol. 2, London (New Park Publications) 1974; chapter VI, quotations on pages 92, 86, 90 and 86.

12 Kracauer, Siegfried (1947): *From Caligari to Hitler. A Psychological History of the German Film*. Princeton (Princeton University Press). – Kracauer (1960): *Theory of Film. The Redemption of physical Reality*. New York (Oxford University Press).

13 Adorno (1966): *Negative dialectics*. New York (The Continuum Publ. Comp.) 2007. – Adorno (1970): *Aesthetic Theory*. London, New York (Continuum) 1997.

14 Cf. Rubin, Adrew N. (2012): *Archives of Authority. Empire, Culture, and the Cold War*. Princeton (Princeton University Press), chapter 4 (“Archives of Critical Theory”).

15 Cf. Dahmer, H. (2019): *Freud, Trotzki und der Horkheimer-Kreis*. [„Freud, Trotsky and the intellectual circle around Max Horkheimer.“] Part II. Münster (Westfälisches Dampfboot).

A FRENTE DE ESQUERDA DAS ARTES E A CRÍTICA AO CULTO DE LENIN

Clara F. Figueiredo

As vésperas do funeral de Lenin, em 26 de janeiro de 1924, numa sessão especial do Congresso dos Sovietes da União, “o tributo de Stalin distinguiu-se de seus colegas por uma nota fervorosa de dedicação e adoração, ainda pouco comum no vocabulário marxista ou bolchevique”.¹ Nesta sessão, Stalin liderou a adoção de duas medidas: 1) renomear Petrogrado como Leningrado e 2) fortalecer o partido com um recrutamento em massa, nomeado de “recrutamento Lenin”.

O fervoroso discurso, a renomeação de Petrogrado e o “recrutamento Lenin” foram as primeiras medidas de Stalin e do comitê central do partido bolchevique na construção do culto de Lenin. Rapidamente as imagens do recém-falecido líder bolchevique passaram a ser comercializadas em feiras e bancas de rua, ao lado dos “santinhos” da igreja ortodoxa. Lenin também foi

1 DEUTSCHER, I., Trotsky: *O profeta desarmado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966-68, p.68.

tema de uma efusão de poemas, retratos e monumentos. Seu rosto foi estampado em jarros de porcelana, embalagens de doces e caixas de cigarro.²

Logo após a morte do líder revolucionário, foi criada uma Comissão Funerária encarregada de preservar seu corpo. Em 28 de março de 1924, a Comissão Funerária foi rebatizada de “Comissão para a Imortalização da memória de V.I. Ulianov (Lenin)”³. Além de preservar o corpo, a comissão teria o papel de conservar a memória de Lenin, construir um mausoléu e regulamentar o uso de sua imagem – cuja reprodução deveria, a partir de então, obter aprovação oficial.

O culto à figura de Lênin envolveu os mais variados âmbitos da vida russa e proporcionou aos grupos dominantes na direção do partido bolchevique um símbolo unificador – apto a inspirar lealdade e devoção durante o período de instabilidade política que se seguiu à morte do líder. O culto de Lênin estruturou um dos eixos centrais da construção de poder stalinista, na medida em que tal prática embasou o envolvimento litúrgico das massas e funcionou como justificativa retórica (na maioria das vezes ancorada em falseamentos e descontextualizações de citações e propostas de Lênin) para ações e medidas stalinistas.

Nos anos de 1923, 1924 e 1925, a cúpula do Partido debateu intensamente a linha política a ser adotada pelo partido na sucessão (de um lado os adeptos do “Socialismo num só país”, defendido por Stálin e Bukhárin e, de outro lado, os adeptos da “Revolução Permanente”, defendida por Trótski).

2 TUMARKIN, N., *Lenin lives! the Lenin cult in Soviet Russia*, Cambridge, Harvard University Press, 1997, p.232.

3 DICKERMAN, L., *Aleksandr Rodchenko's Camera-Eye: Lef Vision and the Production of Revolutionary Consciousness*, tese de doutorado, Nova Iorque, Departamento de Filosofia/Universidade de Columbia, 1997, p. 75-76.

Quando Lenin faleceu, Trótski estava em Tífilis, a caminho do Cáucaso. Por este motivo, ele não esteve junto aos líderes bolcheviques nas aparições públicas de sepultamento e saudação ao líder morto. De acordo com Deutscher, a ausência de Trótski no velório e nas decisões logo após a morte de Lenin teriam significado grande perda de espaço para ele⁴. A ausência de Trótski nos eventos públicos, o fervoroso processo de canonização de Lenin pela ala stalinista, as campanhas de difamação da noção de “revolução permanente” e o acúmulo de poder e funções adquirido por Stalin durante a doença de Lenin tiveram um peso central na vitória do “Socialismo num só país”.

É importante mencionar, para que não incorramos em generalizações, que membros do próprio partido bolchevique, além de núcleos de trabalhadores mais críticos, receberam com reticência o culto da imagem de Lênin. Nesse sentido, a denúncia da viúva de Lênin, Nadezhda Krupskaya, no Pravda em 30 de janeiro de 1924, ilustra essa questão. Segundo ela: “não deveríamos venerar o corpo do camarada Lênin, mas a sua causa!”⁵

Na linha do apelo de Krupskaya, Trótski, em 1929, escreveu a seguinte crítica aos processos litúrgicos encampados pela ala stalinista desde 1924:

4 “As multidões que passavam junto ao esquife de Lenin observavam tensamente os membros do politburo, que montavam guarda a ele e notavam sua ausência. A imaginação do povo fora incendiada pelo simbolismo das solenidades e nesse espírito se indagava por que Trótski não se encontrava ali. Talvez fosse devido às diferenças que, segundo os triúmviros [Stálin, Zinoviev e Kamenev], o haviam distanciado do morto e devido ao seu ‘desvio pequeno-burguês em relação ao leninismo?’”. DEUTSCHER, I., op. cit., p. 147.

5 KRUPSKAYA, N. apud DICKERMAN, Leah, *Aleksandr Rodchenko's Camera-Eye: Lef Vision and the Production of Revolutionary Consciousness*, (tese de doutorado), New York: Departamento de Filosofia/Universidade de Columbia, 1997, pp. 75-76

Os epígonos [ala bolchevique liderada por Stalin] recortaram seus [de Lenin] livros em citações e foi com esta arma que começaram a combater o Lenin vivo, ao mesmo tempo que levantavam mausoléus, não só na praça Vermelha, mas até na consciência do Partido. Como prevendo a sorte que caberia, dentro em pouco, às suas ideias, Lenin começou o livro ‘O Estado e a Revolução’ pelas palavras seguintes, consagradas ao destino dos grandes revolucionários: ‘Após a sua morte, tentam convertê-los em inofensivos ídolos, canonizá-los por assim dizer, rodeando seu nome de uma auréola de glória para a ‘consolação’ das classes oprimidas e para a sua mistificação, ao mesmo tempo que se castra a substância de seus ensinamentos revolucionários, que se lhe embota o gume, que se o avilta [sic]’.⁶

TRÓTSKI E A LUTA ANTILITÚRGICA

Em 1923, Trótski lançou o livro “Questões do modo de vida”. De acordo com o autor⁷, o objetivo do livro era “apresen-

6 TROTSKY, Leon, *A Revolução desfigurada*, trad. João Leske, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.XVI.

7 No prefácio da primeira edição, Trótski explica os objetivos e o processo de discussão que o teriam levado ao livro: “dirigi-me ao secretário do comitê de Moscou, camarada Zelensky, e pedi-lhe que reunisse uma pequena assembleia de agitadores, durante a qual seria possível permutar os nossos pontos de vista acerca dos meios e dos métodos literários da nossa propaganda. A reunião ultrapassou de imediato os limites do projeto inicial. Os problemas relativos à família e ao modo de vida apaixonaram todos os participantes. No decurso das três sessões que em conjunto duraram dez a doze horas, pôde-se, quando não resolver, pelo menos aflorar e em parte aclarar os diferentes aspectos da vida operária numa época de transição, bem como os nossos meios de ação sobre o modo de vida operário”. TROTSKY, L., *Questões do modo de vida*,

tar o problema do modo de vida operário como objeto digno dum estudo atento”⁸ e seria destinado “aos membros do Partido, aos dirigentes sindicais, das cooperativas e dos organismos culturais”⁹.

Em consonância com a teoria da “revolução permanente”, a questão da cultura e do modo de vida (*byt*), mostrava-se fundamental no processo de reorganização das forças oposicionistas proletárias, bem como, no combate ao *byt nepista* e a edificação de um psiquismo revolucionário.¹⁰ Em 1923, Trótski apontava como dispositivo central da “revolução permanente”, no âmbito da cultura e do *byt*, a reestruturação dos rituais burgueses, os quais deveriam ser substituídos por “rituais materialistas”. Isso é, a substituição de rituais litúrgicos por processos sociais de politização, reorientação do desejo social e reformulação da sensibilidade mediante o divertimento, o entretenimento coletivo e o envolvimento sensorial.¹¹

Trótski apontou, ainda, a importância da reestruturação de rituais como o batismo, o casamento e os funerais no combate a Igreja Ortodoxa. Neste sentido, um ano antes do embalsamento de Lenin, Trótski sugeriu a criação de novos rituais fúnebres

(1923), intro. Anatole Kopp, trad. A. Castro, Lisboa, Marguerite Bonnet / Edições Antídoto, 4o ed., 1979, p.19.

8 Idem, p.20.

9 Idem, ibidem.

10 Ver VILELLA, Thyago Marão, *O ocaso de outubro: o construtivismo russo, a oposição de esquerda e a reestruturação do modo de vida, dissertação de mestrado*, São Paulo: PPGAV-USP, 2014, (disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-02032015-104723-pt-br.php>>), pp.118-119.

11 TROTSKY, Leon, *Questões do modo de vida*, op. cit, p. 38.

e a cremação dos corpos de revolucionários mortos, como um passo da luta antirreligiosa. Em suas palavras:

Alguns dos participantes na assembleia de Moscou sublinharam a importância da cremação e propuseram que, por exemplo, se comece por incinerar o corpo dos revolucionários eminentes, o que seria justamente um poderoso meio de luta antirreligiosa. Mas a incineração, à qual já seria tempo de recorrer, não significa que se abandone [sic] os cortejos, os discursos, as marchas fúnebres e as salvas. A necessidade de exprimir os próprios sentimentos é uma necessidade poderosa e legítima.¹²

Assim sendo, como seriam esses novos rituais materialistas defendidos por Trótski em “Questões do modo de vida”? Quais seriam as alternativas ao culto litúrgico da imagem de Lenin?

O GRUPO FRENTE DE ESQUERDA DAS ARTES E A ALTERNATIVA CRÍTICA À CANONIZAÇÃO DE LENIN

O culto da imagem de Lenin gerou muitos debates também no campo artístico. Se, por um lado, artistas como Sergei Merkurov disputavam pela incumbência de produzir bustos e estatuetas de Lenin, por outro lado, artistas ligados ao Grupo Frente de Esquerda das Artes (LEF: 1922-1928) denunciavam a

12 TROTSKY, Leon. *Questões do modo de vida*, op. cit., p. 49.

“canonização” e a comercialização de Lenin.¹³

O LEF foi um grupo criado em 1922, em torno da figura de Maiakovski – grande poeta futurista e um dos principais artistas russos do período.¹⁴ Após a Revolução de Outubro, durante a guerra civil russa, muitos artistas de vanguarda, munidos de seu saber artístico, saíram em defesa da revolução. No calor desta experiência revolucionária, alguns artistas constituíram o grupo LEF, composto, então, por artistas heterogêneos (fotógrafos, pintores, teóricos, poetas) de diferentes escolas e correntes (futuristas, construtivistas, produtivistas) que se uniram com o propósito de desenvolver uma arte ligada à gramática de Outubro.¹⁵

13 Por ocasião da morte de Lenin e da adoção das primeiras medidas de veneração de seu corpo, o LEF publicou no editorial de seu jornal (*Lef*, n.1, 1924) a seguinte denúncia: “Nós concordamos com os trabalhadores da estrada de ferro de Kazan RR, que pediram a um artista que decorasse o salão Lenin de seu clube sem bustos e retratos, dizendo: ‘nós não queremos ícones’. [...] Sigam as lições de Lenin, não o canonizem. [...] Não comercializem Lenin em artigos desse culto. (*Lef*, n.1, 1924). *Apud* ALBERA, F., Eisenstein... op. cit., p. 263, nota 27. Para consultar a versão no original (russo), ver: <<http://www.ruthenia.ru/sovlit/jour.html>>, acessado em 25 de outubro de 2017. Sobre a crítica do LEF ao culto de Lenin, ver FIGUEIREDO, C., “Não comercializem Lenin! A crítica da LEF ao culto de Lenin”, in *Dazibao – crítica de arte*, n.4, 2016, disponível em: <<http://dazibao.cc/textos/nao-comercializem-lenin-a-critica-da-lef-ao-culto-de-lenin/>>, acessado em 25 de outubro de 2017.

14 Entre os artistas que integraram ou giravam na órbita do LEF estiveram, por exemplo, V. Maikovski, A. Rodchenko (1891-1956), V. Stepanova (1894-1958), L. Popova (1889-1924), S. Tretiakov (1892-1937), B. Arvatov (1896-1940), S. Eisenstein (1898-1948) e D. Vertov (1896-1954).

15 Sobre o grupo LEF, ver FIGUEIREDO, C. F., *Fotografia/o debate na Frente de Esquerda das Artes*, Universidade de São Paulo, 2012 (disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-05032013-110221/en.php>>) e FIGUEIREDO, C., “Construtivismo russo: história, estética e polí-

Para o LEF, com a Revolução, o público de massa tomou o lugar do mecenas e do consumidor burguês, cabendo à arte um novo papel social capaz de responder às demandas dessa nova classe ascendente. A arte revolucionária deveria ultrapassar as formas contemplativas (pinturas e esculturas figurativistas etc.) e ligar-se estreitamente à prática social, se transformando em uma arte de influência social. Isto é, uma arte capaz de atuar nas estruturas materiais constitutivas das relações socioculturais de uma sociedade por meio da reformulação do *byt* (modo de vida cotidiano) e do psiquismo.

O CLUBE DE TRABALHADORES, DE ALEXANDER RODCHENKO

Na linha do apelo de Krupskaja e das reflexões de Trótski contra a veneração ao cadáver de Lenin, o artista russo Alexander Rodchenko, elaborou, entre 1924 e 1925, um projeto de construção funcional de um clube de trabalhadores. O clube de Rodchenko seria um espaço no qual o líder revolucionário e os seus ensinamentos estariam disponíveis para estudo e imbricados em práticas cotidianas de expansão dos horizontes cognitivos e culturais da classe trabalhadora. Os clubes de trabalhadores eram associações de lazer, formação e politização surgidas logo após a Revolução de Outubro, por iniciativa dos próprios trabalhadores. Elas visavam à formação continuada e política dos trabalhadores e uma nova articulação entre trabalho e tempo livre. Após seu surgimento, os clubes dos trabalhadores foram largamente apoiados e fomentados pelo partido bolchevique.

Inserido num contexto de disputa pelo poder e liturgia acrítica da imagem de Lenin, o projeto de Rodchenko apresenta-

va, em termos práticos, uma nova organização da vida material. O projeto contava com uma rigorosa racionalização do espaço, móveis, materiais, cores e da função social-ideológica do clube.

Frente às propostas de uma arte contemplativa, fundada em sua dimensão ritualista e aurática,¹⁶ o clube de trabalhadores de Rodchenko radicalizou a disputa pela representação de Lenin na medida em que se contrapôs, discursiva e materialmente, aos mecanismos políticos e ideológicos que constituíam o culto de Lenin. Na forma de uma homenagem produtivista aos ideais do revolucionário morto, na tentativa de garantir que Lenin não seria reificado como um kitsch político ou ritualizado como um falso *Ícone*.

No clube, Rodchenko retomou uma série de elementos que remetiam a propostas, ações e práticas de Lenin, como por exemplo: a mesa para o jogo de xadrez (após Outubro, o partido incentivou a popularização do xadrez); os cartazes das campanhas de eletrificação e alfabetização (iniciativas políticas de Lenin); os jornais e livros espalhados pelo espaço.

Rodchenko retomou inclusive o “canto de Lenin”, uma das principais manifestações da liturgia bolchevique à qual os lefistas eram críticos. De modo genérico, o canto ou nicho de Lenin consistia numa espécie de “altar”, no qual a figura do ícone ou do Czar era substituída pela imagem, escultura ou busto de Lenin. (Depois da morte do líder bolchevique, o canto de Lenin foi adotado em quase todas as instituições estatais russas, bem como, na esfera privada, em casas e pequenos negócios). Tratava-se, no caso do projeto de Rodchenko, de uma incorporação crítica: ao invés de ser composto por um busto ou ícone a ser contemplado, como era o usual, seu canto de Lenin era compos-

tica”, in JINKINGS, I.; DORIA, K. (org.), *1917: o ano que abalou o mundo*, São Paulo: Boitempo, Ed. SESC/SP, pp. 91-102, 2017.

16 BENJAMIN, W., “A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica” [1935], in *Magia e Técnica, Arte e Política/ Ensaios sobre literatura e história da cultura/ Obras Escolhidas*, São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 168.

to por uma fotografia seguida de fascículos manuseáveis com a biografia do líder revolucionário.

A opção pela edição em fascículos pode ser interpretada como uma tentativa de ruptura com a unidade linear que estrutura a própria forma da biografia. Ao interferir na forma literária da biografia, fragmentando-a em fascículos manuseáveis, ressaltam-se as discontinuidades da sua matéria – a vida de um indivíduo –, expondo-a para a observação de lapsos e contradições. A suposta unidade psíquica do indivíduo, criada a posteriori pelo relato biográfico, fica relativizada – pelo menos na sua forma ou meio de apresentação, uma vez que cada leitor pode ler, pegar, mexer, mudar de lugar os exemplares.

No contexto do clube de trabalhadores, a apresentação em fascículos pressupõe que diversas pessoas podem ler simultaneamente capítulos diferentes, ensejando a comparação e a discussão – que conflita com o caráter heroicizante, hagiográfico, das elegias personalistas. Opondo-se à mera biografia, a biografia manuseável privilegia um formato apto à circulação, socialização e apropriação coletiva e simultânea dos textos (como é o caso da recepção do cinema, do jornal e das séries fotográficas), pouco afeito à recepção passiva e aurática do material. No conjunto, a biografia manuseável, assim como o xadrez, a tela de cinema, os jornais e livros, eram instrumentos pensados para estimular a formação política, favorecendo a expansão cognitiva e o pensamento crítico do proletariado.¹⁷

Vale mencionar, que o protótipo de clube de Rodchenko contava também com uma tela para as projeções cinematográficas e um palanque para debates públicos – na esteira das discussões realizadas por Trótski em “Questões do modo de vida”. No capítulo “A vodka, a igreja e o cinema” Trótski ressaltou o papel

17 Ver: FIGUEIREDO, C., “Não comercializem Lenin!... op.cit.

revolucionário do cinema, como um dispositivo de divertimento coletivo, formação política, reorientação do desejo social e reformulação da sensibilidade do proletariado russo.

No conjunto, a tela de cinema, os espaços de discussão, os jornais e livros, a biografia manuseável, assim como o xadrez, eram instrumentos pensados para estimular a formação política, favorecendo a expansão cognitiva e o pensamento crítico do proletariado em uma rearticulação criativa entre os espaços de trabalho e de lazer.

Ao retomar um tipo de espaço social de encontro que havia sido espontaneamente formado pela classe trabalhadora no início da revolução (1917-1919), pode-se entrever uma tentativa de resgate dos próprios ideais de classe que haviam realizado a revolução, e que poderiam influenciar nas direções da mesma classe naquele momento de inflexão termidoriana.¹⁸

A crítica do LEF ao culto de Lenin pode ser sintetizada em dois pontos centrais: a forma artística adotada (alienante e sacralizante) e a fetichicização da imagem de Lenin. Para eles tal proposta seria uma incoerência e um retrocesso frente à tarefa, ainda não concretizada, da revolução artístico cultural.

Para os *leftistas*, a “cultura material” de uma socieda-

18 “O termo ‘Termidor’ era uma referência histórica ao 9 de Termidor do Ano II da Revolução Francesa (27 de Julho de 1794) – a data em que Robespierre e seus adeptos [jacobinos] foram derrubados [pela reação girondina, pondo fim ao período do ‘Terror’ e abrindo caminho para o ‘Diretório’]. O evento marcou uma inflexão crítica na revolução, inaugurando um período de acentuado declínio na atividade política de massa e um recuo da parte do governo em relação às medidas sociais radicais. [...] Muito antes da formação da Oposição Unificada, os Bolcheviques já eram assombrados pelo prospecto de que a Revolução Russa poderia experimentar um destino similar”. TWISS, Thomas Marshall, *Trotsky and the problem of soviet bureaucracy*, op. cit. (2009), p. 250. Para um quadro geral da discussão, ver p. 249-252.

de seria responsável pela formação do tipo cultural da mesma.¹⁹ Nestes termos, a canonização e comercialização de Lenin representariam a manutenção de forças extraordinariamente conservadoras – justamente o *byt* e o “psiquismo” pré-revolucionário. O corpo embalsamado, a comercialização de bustos em bronze, as “pinturas sintéticas”,²⁰ as estatuetas e os “santinhos” com a imagem de Lenin retomariam formas artísticas pré-revolucionárias e fetichistas, e teriam como modelo o *ícone* (pintura sacra ortodoxa). Para o LEF, a arte revolucionária deveria ultrapassar as formas contemplativas e ligar-se estreitamente à prática social, se transformando em uma arte de influência social. A arte deveria aspirar suscitar ações determinadas, concretas.

A crítica do LEF partia de uma visão anti-economicista da vida e tencionava o descolamento entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político e cultural enfatizando o papel ideológico e social da cultura material.²¹ Fundamental-

19 “O tipo cultural de uma pessoa é criado pela totalidade do ambiente material que a cerca, assim como o estilo cultural de uma sociedade é criado por todas as suas construções materiais”. (ARVATOV, B., “Everyday Life and the Culture of the Thing”, October, 81, Cambridge, MIT Press, Summer 1997, p. 120). Desta forma, a relação do indivíduo ou do coletivo com o objeto seria um fundamento determinante das relações sociais.

20 Rodchenko utiliza o termo “pintura sintética” para ressaltar o caráter ficcional e idealizado da pintura em oposição à fotografia. Para ele, “a fotografia é uma possibilidade de momento, enquanto o retrato pintado é uma síntese de momentos observados” mediados pela interpretação e o escopo do pintor. RODCHENKO, A., “Against the Synthetic Portrait, For the Snapshot” [1928], in BOWLT, J., (ed.), *The documents of 20th-century Art/Russian Art of the Avant-Gard: Theory and Criticism 1902-1934*, Nova Iorque, The Viking Press, 1976, p. 250.

21 Por cultura material entendia-se o conjunto de objetos que constituem o entorno e determinam as normas e regras do modo de vida. Por cultura material engloba-se também o modo de produção e circulação dos mesmos

mente, os lefistas criticavam a direção bolchevique, a partir do instrumental teórico da própria teoria marxista, ou seja, buscando compreender materialmente os elementos constitutivos da cultura, arte, *byt* e *psiquismo*. Para os lefistas, muitos integrantes da direção bolchevique possuía uma concepção artística burguesa, pautada na divisão social do trabalho e na divisão entre arte (cultura) e trabalho.²²

O debate do grupo LEF aproxima-se muito ao realizado por Trótski em “Questões sobre o modo de vida” (1923). Em “Questões do modo de vida”, Trótski aponta a questão do *byt* e da cultura (entretenimento e diversão) como dispositivos de uma intervenção militante em defesa da Revolução. A reestruturação do psiquismo do proletariado russo, assim, seria realizada mediante a reorganização espacial (que suscitaria uma nova forma de relação familiar), a criação de novos rituais, a reestruturação da imprensa (que facilitaria o engajamento crítico do operariado) e daí por diante. A postura contemplativa e litúrgica, portanto, deveria ser superada através da reorganização da matéria, ou da “cultura material” como diriam os *lefistas*.²³

objetos.

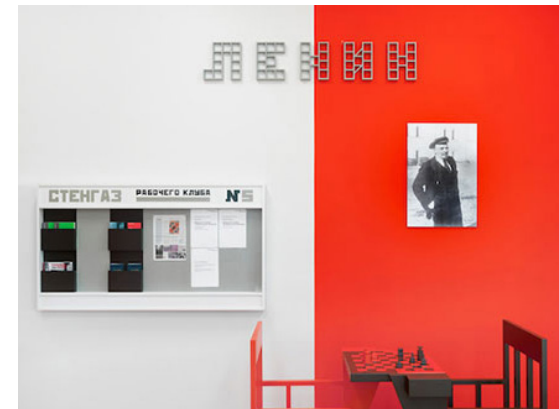
22 Ver: ARVATOV, Boris, *Arte y produccion: el programa del productivismo*, trad. José Fernandez Sanchez, Madrid, Alberto Corazon, 197, p.88.

23 Neste sentido, parece plausível a hipótese de que o clube dos trabalhadores de Rodchenko responderia a demanda de uma alternativa materialista ao culto de Lenin - em consonância com pontos centrais da noção de “revolução permanente” no campo artístico-cultural e da criação de novos “rituais materialistas”. No entanto, ainda que se possa apontar convergências, cabe mencionar a existência de embates textuais e discordâncias entre o grupo LEF e Trótski. A recepção crítica de “Literatura e Revolução”, como aponta Vilela, rendeu a Trótski inúmeras críticas por parte dos lefistas. O conjunto de críticas indica que o programa de “Literatura e revolução” fora recebido pelos lefistas como uma espécie de ameaça ao debate sobre a cultura material – em

A questão é, portanto, assim: ou cultivar uma arte burguesa, reacionária, que retrocede, ou, no limite das possibilidades, construir uma arte própria, que transforme o modo de vida, juntamente com a edificação social.

(Boris ARVATOV, Arte e produção, 1926)

um momento de refluxo político e na contra-corrente da estratégia da LEF, que se posicionava pela reorganização radical da cultura material, incluindo neste campo a revolução do modo de vida e das relações de trabalho. Sobre o debate entre o grupo LEF e Trótski, Ver: VILLELA, T. M., *O ocaso de outubro...* op.cit.; VILLELA, T. M., “A “atenção aos detalhes”: as “questões do modo de vida” e o novo byt soviético (1923)”, *Cadernos Cemarx* 8, 2016 e VILLELA, T. M., “A “atenção aos detalhes”: as “questões do modo de vida” e o novo byt soviético (1923)”, *Cadernos Cemarx* 8, 2016; e, VILLELA, T. M., “A cultura na revolução, a revolução na cultura: o debate sobre a cultura proletária em Literatura e Revolução”, *Outubro*, ed.23, 2017.



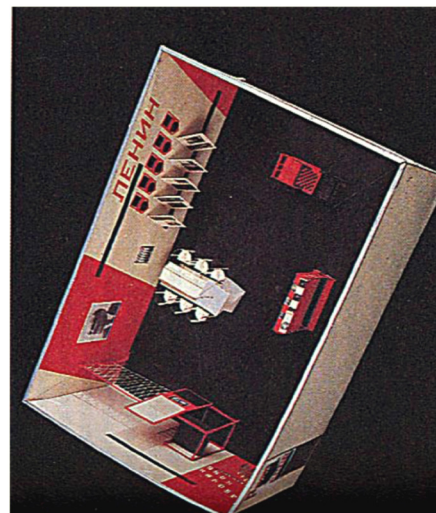
Rodchenko, Canto de Lenin, clube de trabalhadores, 1924, remontagem do Kunstmuseum Liechtenstein, 2015



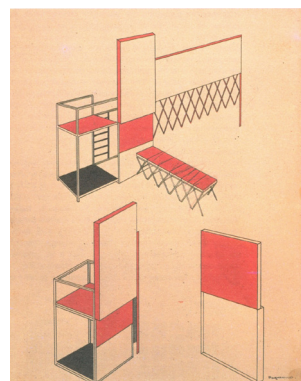
Bourke-White_Esperando a sua vez (Canto de Lenin) 1931



RODCHENKO, A., Clube de trabalhadores, Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, Paris, 1925



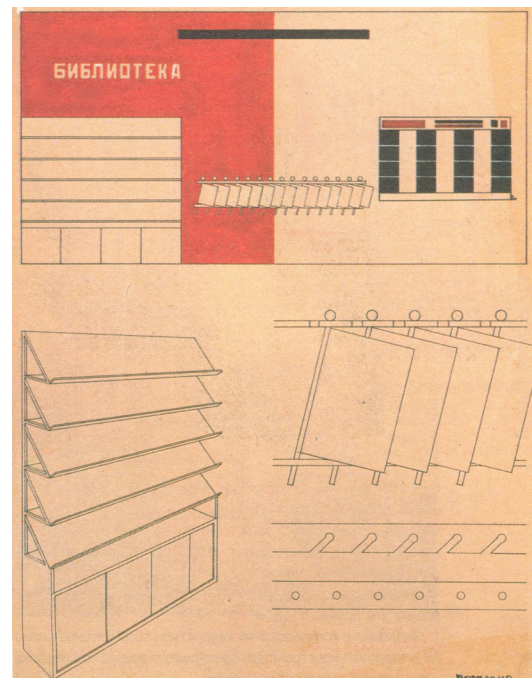
RODCHENKO, A., Maquete da sala de leitura, 1924 (Protótipo do Clube de Trabalhadores), Exposição de Paris, 1925



ODCHENKO, A., Desenhos de detalhes e móveis do “canto de Lênin” para o clube de trabalhadores, 1924.



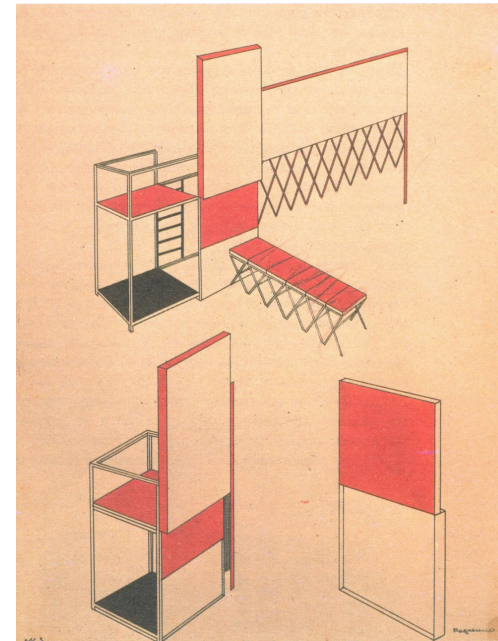
ODCHENKO, A., Fotografia do projeto do clube de trabalhadores, apresentado na Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes, Paris, 1925. (Fotografia de época colorizada)



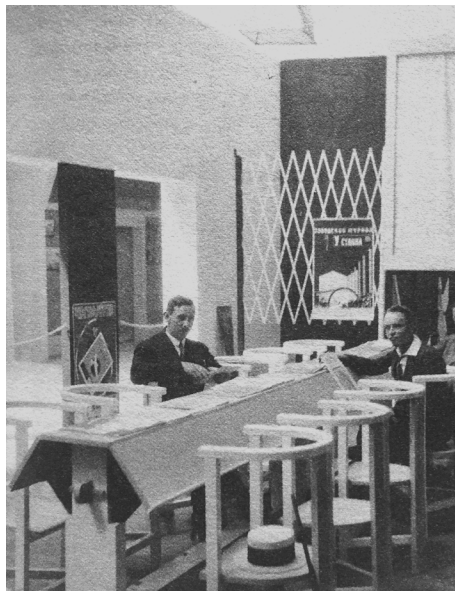
RODCHENKO, A., Desenho para uma estante para o clube de trabalhadores, 1924.



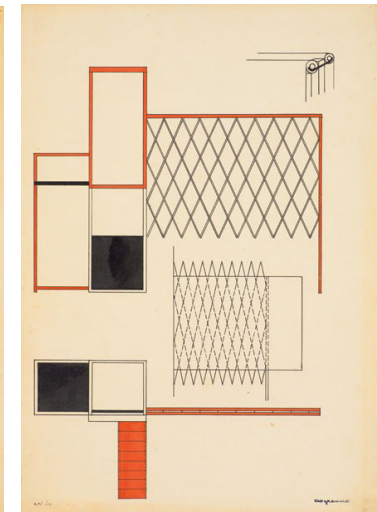
RODCHENKO, A., detalhe do Clube de trabalhadores, Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, Paris, 1925



RODCHENKO, A., Desenho de um pódio dobrável para o clube de trabalhadores, 1924



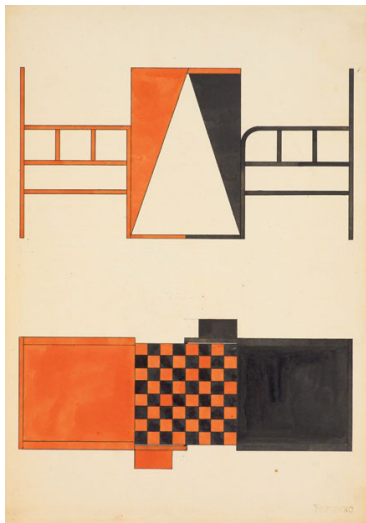
RODCHENKO, A., Foto do protótipo de clube de trabalhadores, Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, Paris, 1925



RODCHENKO, A., Desenho de um pódio dobrável para o clube de trabalhadores, 1924.



A. Bogdanov (à esquerda) e V. Lénin (à direita) jogam xadrez na casa de M. Gorki, 1908, Capri, Itália.



RODCHENKO, A., Desenhos de uma mesa de xadrez retrátil para o clube de trabalhadores, 1924.

LA REVOLUCIÓN Y LA CULTURA EN *LA REVOLUCIÓN TRAICIONADA*

Yunier Mena Benavides

En el escenario tan complejo y difícil que es este mismo minuto para Latinoamérica, este encuentro sobre el pensamiento de un revolucionario infatigable es una victoria muy necesaria, y a primera vista podría confundirse con un imprevisto. Cosas de la historia entendida como una línea de hechos sucesivos compuesta de pasado, presente y futuro y no como un repositorio grato a la labor del curioso o del esmerado arqueólogo. Casi sinónimo de la palabra historia, en otro sentido, es la palabra Trotsky; historia como la pretendió Aristóteles en su *Historia sobre los animales* queriendo decir investigación, indagación. La aprehensión diacrónica de la realidad hecha por el bolchevique es a la vez, y sobre todo, penetración sincrónica en el objeto histórico fijándolo como teoría, explicación y profecía. Ese proceder u *oficio* se justifica en el interés de Trotsky por transformar el mundo más que por catalogarlo o registrarlo pasivamente. Es más, al comunicarse el resultado de su arduo, agudo y artístico-estilístico trabajo intelectual se conecta o acerca su vocación personal a la revolución con la posibilidad efectiva de

la realización de esta a nivel colectivo.

Los objetivos de esta modesta exposición son interpretar y valorar las ideas contenidas en *La revolución traicionada* respecto a la relación revolución-cultura al acercarme a la respuesta de la pregunta ¿Qué y cómo piensa Trotsky sobre la cultura en dicho texto? Digo «piensa» en presente porque los hombres sobreviven en su verbo y en sus actos, los que terminan siendo verbo y diálogo en la cultura. El legado histórico, historiográfico y teórico de León Trotsky – el cuál ha sido tratado aquí por destacados ponentes como Éric Toussaint o Paul Le Blanc – es tremendamente atendible por ser un camino cierto hacia el corazón del marxismo, por su rigor lógico-metodológico y por su influjo renovador en aspectos cardinales como el análisis del fenómeno de la burocracia y el peligro del retroceso cabal del empoderamiento de la clase obrera. En *La revolución traicionada*, cuya primera edición corresponde al año 1936, se aborda crítica y antioficialmente las relaciones económicas, sociales y políticas que conformaban el país soviético y el desenlace previsible de ellas.

La cultura, afirma Trotsky, debe gozar de autonomía y expresar la voluntad de las masas y sus particularidades nacionales sin la falsificación de esta en manos de la burocracia, capa dirigente que subordina a sus intereses económicos, a sus privilegios en la distribución de los bienes, y a sus intereses de dominación general el sector de la economía y el de la cultura. La burocracia siente temor, sospecha, de todo lo que no logra entender y, además, de cuanto no facilita el ejercicio dictatorial de su gobierno sobre la sociedad. La originalidad de las naciones y de los individuos es oprimida. Las odas a los jefes y la mediocridad literaria desbordan los periódicos.

Después del triunfo de la Revolución de Octubre se consiguieron importantes conquistas culturales: la divulgación de normas básicas de la higiene, la enseñanza en unos ochenta idiomas, la introducción de alfabetos latinos mejor aprendidos

por las masas, industrias llevadas a lugares atrasados, el empleo del tractor, los periódicos que llegaban a agricultores y pastores; mas tales cambios fueron propagados por el dispositivo burocrático ideologizante como el propio socialismo, como un giro en el humano que debía tenerse ya por cultura socialista. En realidad lo alcanzado por el Estado obrero solo aproximaba a los múltiples pueblos de la Unión a los hallazgos de la civilización occidental. Los soviéticos que usualmente viajaban a Occidente – diplomáticos, directores de empresas, ingenieros – imitaban la vestimenta y los modales extranjeros, y para nada eran emisarios de una nueva sociedad genuina «sin clases, fundada sobre la solidaridad y la satisfacción armoniosa de todas las necesidades»¹. Si la sátira no tomó esto como objeto estético fue solo por la prohibición de acciones contra los dirigentes, lo cual ignora lo avisado por Mijaíl Bajtín sobre el mecanismo de la risa. La obscena burocracia es capaz, incluso, de condenar la sociedad a la tristeza y el aburrimiento. Bajo el imperialismo social burocrático el hombre no se vuelve un hombre socialista: prevalece el individualismo reaccionario:

Admitiendo y alentando al individualismo económico (trabajo a destajo, parcelas de los cultivadores, primas, condecoraciones), reprime duramente, por otra parte, las manifestaciones progresistas del individualismo en la esfera de la cultura espiritual (opiniones críticas, formación de opiniones personales, dignidad individual). Mientras el nivel de un grupo nacional es más elevado, mientras más alta es su creación cultural, los problemas de la sociedad y de la personalidad tocan más profundamente y las tenazas de la burocracia le son

¹ León Trotski: *La revolución traicionada*. Pathfinder, Canadá, 2017, p. 33.

más dolorosas, cuando no insoportables.²

Semejante castración espiritual permitió el afianzamiento de una cultura oficial nombrada proletaria nacional por su forma, es decir, asequible a las masas, y socialista por su contenido. Sus temas debían focalizar la edificación socialista, la renovación del hombre y el campo hipotético del futuro luminoso. Semejante política cultural, semejante poética totalitaria fue propicia para el suicidio del creador, la evasión, la insinceridad y el oportunismo. La burocracia premiaba a los dóciles y serviles. La oposición a esta doctrina de la cultura señaló que el proletariado precisa dejar de ser proletariado y tomar sin discriminaciones simplistas los avances y riquezas de la cultura burguesa y del capitalismo reabsorbiéndose en la humanidad no segregada en clases: «Todo esto quiere decir que la cultura socialista y no la cultura proletaria está llamada a suceder a la cultura burguesa»³.

Trotsky sitúa el arte en el lugar más alto, ya cúspide del individuo, ya cúspide de la época. Él tiene el mérito de haber formulado claramente desde el marxismo, en pocas palabras, el sentido de la vida al decir que someter la naturaleza a la técnica y la técnica a un plan tiene el fin supremo de hacer rico en capacidades y bienestar al humano. En la transición el gobierno puede limitar la creación, sin abusar, con criterios políticos. Luego a medida que el régimen obrero se consolida la creación a favor o en contra de la revolución debe ser libre, pues la lucha y la convivencia entre las tendencias y escuelas son insustituibles para la consecución de lo nuevo. Concluye Trotsky que la cultura socialista advendrá solamente cuando el excedente material permita que la cultura se complique y se afine de tal manera que sea

2 *Ibidem*, pp. 203-204.

3 *Ibid.*, pp. 205-206.

resultado del hombre liberado, potente, verdadera y humanamente enriquecido. La burocracia, sin ser una clase, empobrece a los miembros de cualquier sociedad material y espiritualmente, por eso hay que interrumpir con vehemencia su comodidad y su traición cuanto sea necesario. Lo único que hace libres a los hombres es el ejercicio de la libertad.

“LA HUELGA” DE EISENSTEIN Y LAS RAÍCES DE LA REVOLUCIÓN PERMANENTE

Marcela Fleury



En este trabajo pretendo hacer un análisis de la obra del cineasta soviético Sergei M. Eisenstein (1898 – 1948), en su primera película – “Strike” (Stachka, URSS, 1925).

El análisis pretende establecer los nexos de la obra con el período histórico. Tanto en relación a 1905,

año en que se pasa la trama, como a 1925, año de la producción de la obra.

A partir del análisis filmica y de los elementos de escenificación y montaje, tejeré nexos entre la película y las construcciones teóricas de Leon Trotsky – sobre todo, la ley del desarrollo desigual y combinado y la Teoría de la Revolución Permanente, cuya formulación inicial se dio a partir de las reflexiones de Trotsky acerca de la derrota de la revolución de 1905, en su texto, *Resultados y Perspectivas* (1906).

La hipótesis es que haya un paralelismo entre las nociones de Trotsky, y la obra de Eiseinstein.



BREVE ENREDO DE LA PELÍCULA

Vamos al enredo:

La primera parte del enredo se pasa en una fábrica, en

la cual los operarios están intentando organizarse para hacer una huelga, mientras las fuerzas represivas intentan monitorear a los operarios de vanguardia e impedirlos de cualquier acción. En la segunda parte, un micrómetro es robado. El operario responsable por la herramienta, cuando relata a la directoria la pérdida del micrómetro es acusado de robo, y es condenado a pagar con su trabajo un nuevo instrumento. Frustrado, el operario escribe una carta de suicidio y se mata dentro de la fábrica. Los otros operarios, cuando ven el cuerpo y leen la carta de suicidio se organizan en una asamblea donde es votada la huelga. Envían una carta de reivindicaciones a los Accionistas, que la responden con represión policial. En el final, la huelga no consigue avanzar, y el movimiento se desmoviliza. Hasta el momento en que la policía masacra a la villa operaria, masacrando a todos.



LAS PARTES DE LA PELÍCULA

La película es dividida en seis capítulos: la primera “All is calm at the factory”. La segunda “a reason to strike”. La tercera,

“the factory is still”. La cuarta, “the strike drags on”. La quinta, “provocation to a massacre”. Y la sexta, “extermination”.

Ya es posible prever el desenlace. ¿Por qué Eisenstein retrata en 1925 el final fracasado de una huelga? ¿Con qué objetivo? Pienso que Eisenstein buscó responder a una cuestión crucial de su época. En 1905, año en que se pasa la trama de la película, los operarios todavía no estaban suficientemente organizados para vencer. Al final, aunque la película no haga referencia a eso, el Partido Revolucionario, que fue capaz de organizar la clase en 1917 para la tomada del poder, en 1905 existía apenas de manera muy incipiente. Fue necesario pasar por la experiencia de construcción y derrota de los soviets de 1905 para solidificar la forma organizativa que fue perfeccionada en 1917.

Al mismo tiempo se puede decir que la experiencia de 1905 también fue decisiva para la maduración política de Trotsky. Las dos nociones a las que hice referencia, la LDDC, y la Teoría de Revolución Permanente, fueron esbozadas en la estera de esos eventos, en el texto de 1906, llamado “Resultados y Perspectivas”, escrito luego después del fracaso de 1905.

**THE STRENGTH OF THE
WORKING CLASS IS
ORGANIZATION. WITHOUT
THE ORGANIZATION OF THE
MASSES, THE PROLETARIAT
IS NOTHING. ORGANIZED,
IT IS EVERYTHING. BEING
ORGANIZED MEANS UNITY
OF ACTION, THE UNITY
OF PRACTICAL ACTIVITY.
— LENIN, 1907**

¿A QUIÉN SE DIRIGE LA PELÍCULA? ANÁLISIS DE LAS ESCENAS INICIAL Y FINAL

Luego en la escena inicial se explicita a quien el director direccionó su película. La escena es un epígrafe de Lenin:

“La fuerza de la clase trabajadora es la organización. Sin la organización de masas, el proletariado es nada. Organizado,



eso es todo. Ser organizado significa unidad de acción, la unidad de la actividad - Lenin, 1907.”

Eisenstein y sus colaboradores de la Proletkult tenían un propósito: se dirigían a la vanguardia para recordarlas de las luchas históricas y tareas necesarias para vencer.

Y en la secuencia final es marcante el diálogo con el público destinatario. La secuencia se inicia con el rostro de un hombre y después la cartela:

“Y como inolvidables cicatrices sangrientas en el cuerpo del proletariado aparecen las heridas de Lena,

Talka, Zlastoust, Yaro, Slavl, Tsaristsin e Kosteroma.”

Son los nombres de ciudades donde se dieron combates decisivos en 1905. Luego, la última cartela de la película: “Remember. Proletarians.”

Con esa cartela, la película interpelaba directamente a su público destinatario. Se trataba de utilizar el poder del cinema para formar la vanguardia.

La película fue hecha en el bienio 1924-1925, momento complejo de la Revolución de Octubre. En aquel momento, la vanguardia que hizo la insurrección de 1917, estaba en gran parte muerta, debido a la guerra civil (1917-1921). Y el proceso de construcción de la nueva generación de proletarios de vanguardia estaba siendo debatido también por los artistas de vanguardia, como Eisenstein y otros colaboradores de la Proletkult.

El bienio de 24/25 fue marcado por intensas huelgas. Operarios experimentados por la revolución de octubre protestaban al lado de novatos, que intentaban sus primeras rebeliones. Los operarios se habían sublevado por las políticas de la NEP, y así también estaban los constructivistas, organizados en el LEF (Frente de izquierda de las artes).

Eisenstein y sus colaboradores hicieron “Strike”, y, en el mismo año, el *The Battleship Potemkin*. Pensaban que el futuro de la revolución dependía más de la nueva generación de vanguardia operaria, de que de los viejos “cuadros” cansados del Partido.

PERSONAJES: LAS DIFERENCIAS ENTRE LAS CLASES SOCIALES

Dos elementos importantes de la película consisten en la construcción de los personajes y en la dirección de actores. Es con esos elementos que el director caracteriza a las clases que se

enfrentan durante la película: las clases dominantes (burguesía y aristocracia), reunidas en los órganos del Estado absolutista) y el proletariado.

La clase dominante es representada de manera caricatural, irónica y animalizada, produciendo un efecto cómico. Son figuras irracionales, sin cualquier capacidad de efectuar



planteamientos, que actúan por “instinto”, y siempre con violencia.

Por otro lado, la clase operaria es presentada de manera heroica, humanizada y racional. Son personajes que se reúnen, se organizan, votan y hacen la huelga.

A. PERSONAJES DE LA CLASE OPER

Los operarios, sobre todo los activistas, son heroicos, muestran tener buen carácter, no se corrompen y son extremadamente bravos. Los líderes de la huelga y el conjunto de traba-



adores no son distinguidos individualmente.

Pienso que eso hace parte de la propia tesis de la película. O sea, de no singularizar un personaje heroico, pero elaborar el retrato de la clase en su conjunto. Una huelga no puede ser hecha por héroes, sino que, por la unidad y organización de los trabajadores, así como está puesto en la primera cartela de la película, según la frase de Lenin.

B. PERSONAJES DE LA BURGUESÍA Y DEL ABSOLUTISMO

Otro momento bien relevante del enredo consiste en la

respuesta de la administración a la carta de reivindicación de los operarios.

“Habiendo revisado las demandas de los trabajadores con máximo cuidado, la gerencia las considera imprácticas por las siguientes razones:

- 1) La jornada de ocho horas es ilegal y no puede ser determinada por la gerencia.
- 2) Aumento de sueldo...
- 3) Comportamiento adecuado.”

En estos términos, se trata de una respuesta incompleta. O sea, los Accionistas ni al menos saben como responder a la carta. Además, el punto número uno es ilustrativo de la inconsistencia de la burguesía rusa. De esta manera, los Accionistas, que son los propietarios de las fábricas, responden a las reivindicaciones de la jornada de ocho horas de trabajo, diciendo que tal medida no depende de ellos. Así, la burguesía rusa, de hecho, demuestra su debilidad, fragilidad y dependencia ante las burguesías centrales – ante el propio gobierno. Cómicamente, no consigue, ni al menos, establecer el modo de funcionamiento de su propia fábrica.

La incapacidad de la burguesía rusa es subrayada durante toda la película. Su comportamiento irreflexivo, y con rasgos animalescos, señala la ausencia de estructura propia, y en el límite, la imposibilidad de planeamiento político.

LA LEY DEL DESARROLLO DESIGUAL Y COMBINADO

En *Resultados y Perspectivas* (1906), Trotsky donde él esboza por primera vez la LDDC. Hace el análisis de la fuerza y de la estructura política tanto de la clase dominante cuanto de

la clase operaria. El texto afirma que, en los países dichos retrasados, en que la burguesía se muestra incapaz de hacer una revolución democrática, las tareas de construcción de la democracia solo podrán ser realizadas por operarios y sintetizadas en la revolución socialista.

De acuerdo con Trotsky, el régimen zarista ruso era frágil y presionado por las burguesías occidentales. Había la necesidad de industrializar y militarizar Rusia. Y la burguesía rusa, a su vez, era todavía más frágil y débil que el absolutismo. Todavía, a pesar del retraso político representado por el régimen absolutista, Rusia tenía una clase operaria expresiva, y con elevado grado de conciencia histórica y política. Esto se debía al hecho de la clase operaria rusa haber experimentado, en breve espacio de tiempo, una diversidad de modos productivos, gracias a la combinación entre técnicas productivas modernas, traídas por el capital, y relaciones sociales y económicas arcaicas. En las economías centrales, la experiencia de cambio de modos productivos y de su diversidad, había demandado generaciones.

Es este análisis comparativo, sobre la fuerza política y numérica de las clases, que permite a Trotsky elaborar la teoría de la Revolución Permanente.

La película acentúa una comparación similar a aquella en la que se basan las reflexiones de Trotsky. Los operarios son presentados siempre en grande número. Con seriedad, ellos hacen la experiencia de auto-organización, y dan los primeros pasos rumbo a la autonomía política. Ya las jerarquías del Estado y de la burguesía aparecen de manera ridiculizada. “Strike” acentúa la imposibilidad de una revolución burguesa. La película establece el contraste entre la madurez política de las clases sociales, bien como el abismo existente entre el régimen y la población. El Zar, por ejemplo, ni al menos aparece en la película. Aparece solamente el aparato represivo del régimen.

No disponemos de la comprobación de que Eisenstein o sus colaboradores conocían a la LDDC, y tampoco la teoría de la revolución permanente. Sin embargo, La Huelga construye una visión en muchos aspectos cercana a los análisis de Trotsky sobre la Rusia de 1905.



Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, então que morra!

Leon Trotsky

ISBN: 978-65-89439-02-8

